

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."





Câmara dos
Deputados

ação parlamentar

A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL E SEU IMPACTO NO BRASIL



Comissão de Finanças e Tributação
.....Brasília I 2009

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
2009

.....
Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antônio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocência Oliveira

3º Secretário

Odair Cunha

4º Secretário

Nelson Marquezelli

Suplentes de Secretário

.....
1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva
.....



Câmara dos
Deputados

Comissão de Finanças e Tributação

A CRISE FINANCEIRA MUNDIAL E SEU IMPACTO NO BRASIL

O I Ciclo de Debates acerca da crise financeira internacional e suas repercussões na economia brasileira contou com a realização de três audiências públicas nos meses de novembro e dezembro de 2008.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2009

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Silvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor José Oliveira Anunciação

Projeto gráfico Racso

Diagramação e capa Valter Luís

Ilustração da capa Henrique Machado

Fotos Sefot/Secom

Esta obra foi revisada em 2008, antes da vigência do novo Acordo Ortográfico.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE
Ação parlamentar
n. 389

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

A crise financeira mundial e seu impacto no Brasil. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.
492 p. – (Série ação parlamentar ; n. 389)

Ciclo de Debates acerca da crise financeira internacional e suas repercussões na economia brasileira realizado nos meses de novembro e dezembro de 2008.

1. Crise econômica, debates. 2. Previsão econômica, Brasil, debates. I. Série.

CDU 338.124.4

Sumário

Composição da Comissão de Finanças e Tributação – Ano 2008	7
Corpo Técnico da Comissão de Finanças e Tributação	10
Apresentação	11
I Ciclo de Debates Audiências Públicas: A Crise Financeira Mundial e seu Impacto no Brasil	13
Primeira Audiência Pública: Crise Financeira Internacional – 27/11/08	15
Segunda Audiência Pública: Impacto da Crise do Sistema Financeiro Internacional nas Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – 03/12/08	83
Terceira Audiência Pública: Crise do Sistema Financeiro Internacional no que Concerne às Medidas Provisórias n ^{os} 442 e 443, de 2008 – 11/12/08	181
Legislações Correlatas	241
REQUERIMENTO N ^o 143, DE 2008 (Do Sr. Rodrigo Rocha Loures)	243
REQUERIMENTO N ^o 144, DE 2008 (Do Sr. Fernando Coruja)	244

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2008 (Do Sr. Fernando Coruja)	246
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 442, DE 6 DE OUTUBRO DE 2008	248
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008	252
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988.....	255
DECRETO-LEI Nº 147, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1967	259
DECRETO-LEI Nº 1.715, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1979	262
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.....	264
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002.....	266
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.179-36, DE 24 DE AGOSTO DE 2001	269
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 435, DE 26 DE JUNHO DE 2008	271
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976.....	272
LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974.....	276
LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.....	277
RESOLUÇÃO Nº 351, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1975 (REVOGADA PELA RESOLUÇÃO Nº 980, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984).....	279
RESOLUÇÃO Nº 980, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984.....	281

Anexos.....	283
Apresentação da Primeira Audiência Pública: Crise Financeira Internacional (Professor Luís Rosenberg)	285
Apresentação da Primeira Audiência Pública: Crise Financeira Internacional (Professor Paulo Rabello de Castro)	309
Apresentação da Segunda Audiência Pública: O Impacto da Crise do Sistema Financeiro Internacional nas Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (Ministra Dilma Rousseff)	337
Apresentação da Terceira Audiência Pública: A Crise do Sistema Financeiro Internacional no que Concerne às Medidas Provisórias N ^{os} 442 e 443, de 2008 (Sr. Renaut Michel Barreto e Silva).....	409
Apresentação da Terceira Audiência Pública: A Crise do Sistema Financeiro Internacional no que Concerne às Medidas Provisórias N ^{os} 442 e 443, de 2008 (Sr. Mário Rubens de Mello Neto)	427
Apresentação da Terceira Audiência Pública: A Crise do Sistema Financeiro Internacional no que Concerne às Medidas Provisórias N ^{os} 442 e 443, de 2008 (Sr. Tony Volpon)	463

Composição da Comissão de Finanças e Tributação – Ano 2008

Mesa da Comissão

Presidente	Pedro Eugênio	PT (PE)
1º Vice-Presidente	João Magalhães	PMDB (MG)
2º Vice-Presidente	Félix Mendonça	DEM (BA)
3º Vice-Presidente	Antonio Palocci	PT (SP)

Titulares

Deputado Aelton Freitas	PR (MG)
Deputado Alfredo Kaefer	PSDB (PR)
Deputado Antonio Palocci	PT (SP)
Deputado Armando Monteiro	PTB (PE)
Deputado Arnaldo Madeira	PSDB (SP)
Deputado Carlito Merss	PT (SC)
Deputado Carlos Melles	DEM (MG)
Deputado Colbert Martins	PMDB (BA)
Deputado Eduardo Amorim	PSC (SE)
Deputado Félix Mendonça	DEM (BA)
Deputado Fernando Coruja	PPS (SC)
Deputado Guilherme Campos	DEM (SP)
Deputado João Dado	PDT (SP)
Deputado João Leão	PP (BA)
Deputado João Magalhães	PMDB (MG)
Deputado Júlio Cesar	DEM (PI)
Deputada Luciana Genro	PSOL (RS)
Deputado Luiz Carlos Hauly	PSDB (PR)
Deputado Luiz Carreira	DEM (BA)
Deputado Manoel Junior	PSB (PB)
Deputado Mendes Ribeiro Filho	PMDB (RS)

Deputado Paulo Renato Souza	PSDB (SP)
Deputado Pedro Eugênio	PT (PE)
Deputado Pedro Novais	PMDB (MA)
Deputado Pepe Vargas	PT (RS)
Deputado Ricardo Berzoini	PT (SP)
Deputado Rodrigo Rocha Loures	PMDB (PR)
Deputado Rômulo Gouveia	PSDB (PB)
Deputado Silvio Costa	PMN (PE)
Deputado Vignatti	PT (SC)
Deputado Virgílio Guimarães	PT (MG)
Deputado 02 vagas	
Suplentes	
Deputado Andre Vargas	PT (PR)
Deputado Arnaldo Jardim	PPS (SP)
Deputado Carlos Souza	PP (AM)
Deputado Ciro Gomes	PSB (CE)
Deputado Dagoberto	PDT (MS)
Deputado Devanir Ribeiro	PT (SP)
Deputado Duarte Nogueira	PSDB (SP)
Deputado Eduardo Cunha	PMDB (RJ)
Deputado Fábio Ramalho	PV (MG)
Deputado João Bittar	DEM (MG)
Deputado João Oliveira	DEM (TO)
Deputado João Paulo Cunha	PT (SP)
Deputado Jorge Khoury	DEM (BA)
Deputado Julião Amin	PDT (MA)
Deputado Julio Semeghini	PSDB (SP)
Deputado Magela	PT (DF)
Deputado Mainha	DEM (PI)
Deputado Marcelo Almeida	PMDB (PR)

Deputado Maurício Quintella Lessa	PR (AL)
Deputado Nelson Bornier	PMDB (RJ)
Deputado Nelson Marquezelli	PTB (SP)
Deputado Nelson Proença	PPS (RS)
Deputado Osmar Júnior	PcdoB (PI)
Deputado Osório Adriano	DEM (DF)
Deputado Otávio Leite	PSDB (RJ)
Deputado Paulo Maluf	PP (SP)
Deputado Rodrigo de Castro	PSDB (MG)
Deputado Tarcísio Zimmermann	PT (RS)
Deputada Tonha Magalhães	PR (BA)
Deputado Vicente Arruda	PR (CE)
Deputado Vilson Covatti	PP (RS)
Deputado Wilson Santiago	PMDB (PB)
Deputado Zonta	PP (SC)

Corpo Técnico da Comissão de Finanças e Tributação

Secretária da Comissão

Marcelle Rodrigues Campello Cavalcanti

Apoio

Alessandro Alves de Miranda

Aurea Ferreira de Souza

Carla Lima de Araujo

Francisco de Assis G. Carvalho

Graziela Pontes Veloso

Luiz Henrique da Rocha Neto

Marcelo Martins Silva

Nilza Maria Ferreira Alves

Suely Pereira dos Santos

Valéria Aparecida Olinto Pessoa

Assessoria do Presidente

Anahí dos Reis

Carla Lima de Araújo

Miriam Fátima de Souza

Myrian Luiz Alves

Moacir Alvarenga Casagrande

Apresentação

O ano de 2008 iniciou-se com excelentes resultados na economia brasileira. Tanto no cenário macroeconômico, como na produção agrícola e industrial e no comércio exterior. Nesse contexto, a Câmara dos Deputados engajou-se na discussão de uma série de medidas estruturais, com destaque para a reforma tributária.

Todavia, no segundo semestre começaram a surgir sinais claros de que a desaceleração da economia dos EUA estava evoluindo para uma grave crise financeira internacional que, de alguma forma, iria afetar o Brasil. Assim sendo, tornava-se claro ser da maior relevância o acompanhamento da crise, em particular das suas conseqüências sobre o País.

É nesse ambiente que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados patrocinou o I Ciclo de Debates a respeito da crise financeira mundial e seu impacto no Brasil, abrangendo três audiências públicas.

O debate iniciou-se com audiência pública proposta pelo Deputado Rodrigo Rocha Loures e contou com a participação dos professores de economia, Srs. Luís Paulo Rosemberg e Paulo Rabello de Castro. Os professores afirmaram a existência de impactos negativos da crise sobre nossa economia e fizeram previsão a respeito de diversos indicadores de desenvolvimento econômico nacionais.

Dando prosseguimento ao Ciclo de Debates, a Comissão contou com a participação da Ministra Dilma Rousseff, que expôs o impacto da crise do sistema financeiro internacional nas obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, em reunião conjunta com todas as Comissões que tinham requerimentos apreciados para ouvi-la a respeito do tema, a saber: Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Desenvolvimento Urbano; Fiscalização Financeira e Controle; e Minas e Energia. A Ministra-Chefe da Casa Civil destacou que o PAC não sofrerá redução de recursos. Pelo contrário, vai ajudar o Brasil a superar os efeitos da crise financeira, porque se trata de um grande instrumento para a manutenção da política anticíclica.

Encerraram-se os debates com a audiência pública conjunta da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, trazendo para discussão, por iniciativa dos Deputados Fernando Coruja e Dr. Ubiali, as medidas do Governo brasileiro para enfrentar a crise financeira internacional – Medidas Provisórias nºs 442 e 443, de 2008. A audiência contou com a participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, representado pelo Diretor-Substituto de Macroeconomia, Sr. Renaut Michel Barreto e Silva; e pelo Coordenador de Macroeconomia, Sr. Mário Rubens de Mello Neto; e do Economista-Chefe da CM Capital Markets, Sr. Tony Volpon. Os convidados apresentaram dados relevantes, verificando-se importante divergência quanto aos efeitos da crise sobre a chamada economia real do País.

Desse modo, o I Ciclo de Debates contribuiu para avaliar os efeitos da crise no País e forneceu subsídios aos parlamentares a fim de tomarem as decisões necessárias para enfrentar as demandas atuais e seus possíveis desdobramentos.

*Deputado PEDRO EUGÊNIO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação*

I Ciclo de Debates Audiências Públicas

A Crise Financeira Mundial e seu Impacto no Brasil

DIA 27/11/08, às 10h no Plenário 3, Anexo II:

CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

EXPOSITORES:

Sr. LUÍS PAULO ROSENBERG, Professor de Economia; e

Sr. PAULO RABELLO DE CASTRO, Professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

REQ CFT Nº 143/08 – do Deputado Rodrigo Rocha Loures.

DIA 03/12/08, às 10h no Plenário 4, Anexo II:

Audiência Pública Conjunta com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a Comissão de Desenvolvimento Urbano, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e a Comissão de Viação e Transportes

IMPACTO DA CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL NAS OBRAS DO PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

EXPOSITORA:

Sra. DILMA ROUSSEFF, Ministra-Chefe da Casa Civil.

REQ CFT Nº 146/08 – do Deputado Fernando Coruja.

DIA 11/12/08, às 10h no Plenário 4, Anexo II:

Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL NO QUE CONCERNE ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS NºS 442 E 443, DE 2008

EXPOSITORES:

Sr. RENAUT MICHEL BARRETO E SILVA, Diretor-Substituto de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;

Sr. MÁRIO RUBENS DE MELLO NETO, Coordenador de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e

Sr. TONY VOLPON – Economista-Chefe da CM Capital Markets.

REQ CFT Nº 144/08 – do Deputado Fernando Coruja.

PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA: CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL – 27/11/08



Paulo Rabello de Castro, Dep. Rodrigo Rocha Loures, Luís Paulo Rosenberg

A seguir, apresentam-se as gravações transcritas da primeira Audiência Pública, elaborada pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ), na qual estão incluídas as exposições dos convidados e o debate dos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Está aberta a presente reunião de audiência pública, dando início ao primeiro ciclo de debates da crise financeira mundial e do seu impacto no Brasil.

Informo que esta audiência é resultado da aprovação do Requerimento nº 143, de 2008, de autoria do Deputado Rodrigo Rocha Loures.

Comunico que o Sr. Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo, professor de Teoria Monetária e Financeira da Universidade Estadual de Campinas, agradeceu o convite para participar desta audiência, mas, em razão de compromissos anteriormente assumidos, não pôde comparecer.

Informo também que o Sr. Paulo Rabello de Castro está em deslocamento. Seu vôo sofreu um atraso, ele chegará a qualquer momento a esta Comissão.

Convido o Sr. Luís Paulo Rosenberg, professor de Economia com inúmeros trabalhos realizados sobre a economia brasileira, para tomar assento à mesa.

Esclareço aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e por isso solicito que falem ao microfone, identificando-se ao iniciar suas interpelações.

Em princípio, os expositores terão 15 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão. Não seremos rigorosos na questão do tempo, e os Srs. expositores poderão ficar à vontade se tiverem que ultrapassar essa marca de referência. O autor do requerimento terá 15 minutos após as exposições para fazer suas interpelações, e os Deputados inscritos terão 3 minutos para suas indagações. Serão permitidas réplica e tréplica. As inscrições obedecerão ao seguinte critério: autor do requerimento, membros da Comissão e, havendo tempo, outros Parlamentares.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Pela ordem, Sr. Presidente. Quero dizer da importância desta discussão. Sou membro da Comissão de Orçamento, que está em reunião neste momento, inclusive aprovando créditos. Estamos com 2 ou 3 atividades simultâneas. A Comissão de Constituição e Justiça também está reunida.

Estamos com dificuldade de permanecer aqui no momento. Quero dizer a V.Exa. do interesse que temos em que a Comissão possa, através dos meios da Casa, fazer a gravação em vídeo e a transcrição no papel, para que possamos ter toda a exposição, a fim de que possamos analisar e aprender sobre este momento com pessoas que têm muito maior conhecimento e experiência do que todos nós.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado, Deputado Colbert Martins. É muito oportuna sua observação para a Comissão de Finanças.

Caro colega Luís Paulo – já que sou economista, posso chamá-lo de colega –, o Deputado Colbert Martins chama a atenção para um fato importante: os resultados deste debate, a sua exposição, a exposição do Prof. Paulo Rabello de Castro, que chegará em breve, e o debate que terá curso serão objeto de publicação

por parte da Comissão e, mais do que isso, fornecerão insumos para que a Comissão, no seu dia-a-dia de acompanhamento da crise que vivemos, possa melhor se posicionar.

A Comissão de Finanças e Tributação – permitam-me quebrar um pouco as regras, que são relativamente rigorosas, mas podemos quebrar em benefício do esclarecimento apropriado das coisas – reúne Parlamentares de todos os partidos e tem tido ao longo do tempo uma postura muito profissional, digamos assim, procurando fugir sempre que possível do debate que muitas vezes toma um caráter mais ideológico do que propriamente técnico.

Este é um momento de união de todos no País para podermos objetivamente identificar os aspectos da crise internacional que estão nos afetando e poderão nos afetar.

V.Sa. pode ter certeza, Prof. Luís Paulo Rosenberg, de que sua contribuição neste momento é da maior importância.

Chamo à Mesa o Sr. Paulo Rabello de Castro, professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas que, como havíamos anunciado, estava em deslocamento. Depois de vencer as dificuldades inerentes ao tráfego aéreo em Brasília, acaba de chegar.

Fazíamos uma referência à importância deste encontro. O Deputado Colbert Martins chamava a atenção sobre estar acontecendo na Casa uma série de reuniões, principalmente ligadas à questão da reforma e do Orçamento. São prazos legais que têm que ser cumpridos e estão levando a que muitos Parlamentares estejam em outras Comissões. Mas estamos gravando e vamos publicar os resultados das exposições dos senhores, que, com certeza, fornecerão insumos para que a Comissão de Finanças possa se posicionar melhor em relação à crise.

Tem a palavra o Prof. Luís Paulo Rosenberg.

O SR. LUÍS PAULO ROSENBERG – Tenho o privilégio de poder de alguma forma contribuir para esclarecer os dilemas em que a economia brasileira se vê envolvida no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Saudamos o Deputado e Governador Rigotto, ex-Presidente desta Comissão que muito nos honra com sua presença. Desculpe-me pela interrupção, Prof. Luís Paulo.

O SR. LUÍS PAULO ROSENBERG – Gostaria de dividir esta apresentação em 3 tempos. Primeiro, vou mostrar a nossa visão do que está acontecendo, como se chegou a isso. A Rainha da Inglaterra, na semana passada, apropriadamente, perguntava: “Como é que pode vir um turbilhão desses e vocês não sabiam?” Realmente, é uma pergunta bastante pertinente e oportuna.

Em seguida, vou mostrar alguns números de como se encontra o mundo, um pouco o que está acontecendo no Brasil e o que esperamos que seja o próximo ano.

Reportando-me à rainha, é inconcebível para leigos que, depois dos 7 melhores anos da história do capitalismo, de repente aconteça uma catástrofe desse tamanho. Vamos ver o tamanho daqui a pouco.

Se nos debruçarmos um pouco sobre a natureza desses 7 anos maravilhosos, vamos entender como que se chega a isso. Tudo começa com uma atuação do Banco Central americano, o FED, absolutamente agressiva para evitar uma crise após a queda abrupta do mercado de ações no começo do século, jogando a taxa de juros para níveis muito próximos de zero. Em termos reais, descontada a inflação, a taxa encontrava-se em níveis historicamente os mais baixos possíveis.

Ora, o brasileiro sabe tudo que acontece quando o juro é acima do que deveria, todas as distorções que introduzimos na economia por fazer o custo do dinheiro ser mais alto do que deveria ser. Nos Estados Unidos, é a nossa política de cabeça para baixo. O que acontece quando se deixa o dinheiro ser mais barato do que ele deveria ser? Ora, a primeira coisa que se diz é a seguinte: quem poupa é um otário, quem gasta é um virtuoso. Isso transforma a viuvinha de 70 anos que vive do rendimento da pensão do finado numa superguerreira que vai à luta e quer saber de oportunidades de rentabilizar o seu patrimônio.

Se a pessoa tiver uma complementação no lado produtivo de condições de crescimento, isso vai gerar um círculo de crescimento fantástico. Por quê? Porque o dinheiro é barato, a estimulação ao consumo está lá, as oportunidades de investimento surgem. Então, eu preciso de um grande entreposto que viabilize isso, exatamente a posição em que tinha se situado a China, um

país que criou um socialismo chinês, em que o certificado de propriedade do veículo é do Governo, mas o carro é do motorista. É um negócio sui generis, mas é um capitalismo de primeira linha o que existe lá hoje. Mão-de-obra barata, bem treinada, uma civilização de 5 mil anos.

A China se transforma, então, no grande provedor de bens e serviços nesse boom da economia mundial. Ela compra insumos dos mercados emergentes, processa com competência e eficiência do lado de custo e abastece o mundo.

Dentre os mercados mais beneficiados por esse movimento, sem dúvida, o destaque é o mercado imobiliário americano. Por que? Primeiro, vocês sabem que imóvel é, acima de tudo, capital congelado. É uma mistura de tempo, capital e um pouco de cimento que fazem o mercado imobiliário. Ora, se a taxa de juros está perto de zero, ele já está estimulado. Se a renda está crescendo, é um ativo que todo o mundo almeja.

Nos Estados Unidos, o mercado tem uma característica adicional, que nós desconhecemos – estamos começando a frequentar esse tipo de zona. É a seguinte: se você quer comprar um automóvel, você vai à revenda e ela já tem esquemas estabelecidos com financeiras, com bancos, para lhe prover o financiamento. Num mercado mais amadurecido, você negocia seu crédito pessoal e depois compra à vista. Num mercado como esse, o que você dá como garantia? Acima de tudo, hipoteca. O seu imóvel é uma forma absolutamente prosaica de conseguir crédito.

Então, é raro o americano que não frequenta o mercado de crédito imobiliário. Num período de boom, se misturam os que estão usando o imóvel como garantia com aqueles que estão comprando casa nova, investindo na sua moradia e mesmo especulando. Por que especulando? Porque anos de taxas de juros negativas, com crescimento médio no mundo de 5%, 6%, em países grandes, fazem com que a valorização do imóvel seja contínua.

Que festa bonita! Por que isso tem que acabar? A gente sabe por que isso tem que acabar. Infelizmente, se o mundo tenta crescer numa taxa excessiva, vão surgir pontos de estrangulamento. Esses pontos de estrangulamento se resolvem como? Começa a faltar petróleo? Ele pula de 30 para 150 dólares. A Vale do Rio

Doce sente que há uma avidez por produtos siderúrgicos? Aumenta o minério de ferro em 40% num ano e, no ano seguinte, em mais 40%. E assim se vai tendo uma cadeia de transmissão de pólos de demanda desabastecidos se convertendo em aumentos de preço. Nessa hora, o Banco Central americano tem que agir. Então, o que ele faz? Sobe a taxa de juros.

Subir a taxa de juros quando há esse clima de euforia pega empresas investindo, supondo que vão encontrar uma demanda que não está mais lá, e consumidores eufóricos tomando empréstimos, admitindo pagar prestações com juros flutuantes, porque o salário deles vai subir, a casa deles vai se valorizar, eles estão numa boa. O consumidor fez uma avaliação patrimonial. Aquela casa que ele havia comprado por 100 mil dólares vale 500 mil, ele é rico.

Essas coisas se reverterem com uma rapidez muito grande. Mas isso é o ciclo capitalista. É inevitável. A gente sempre tem algum avanço na regulamentação para tentar diminuir esse processo, mas, infelizmente, o sistema financeiro paga salários bem mais altos do que o Banco Central e a CVM, e, por mais que a gente queira ser criativo dentro do Governo, os melhores MBAs, formados em grandes faculdades de finanças, estão mesmo concentrados para, vamos dizer, saciar essa ganância inesgotável do poupador, do investidor. Então, é um ciclo normal. Cresce, encontra os seus limites, cede e se ajusta.

Por que esse dia é diferente de todos os outros dias? O que aconteceu para dar no que deu? O que aconteceu é que o nível de alavancagem a que o mundo chegou – ano passado como pico – é algo inaudito. E eu culpo muito por isso... É claro que a taxa de juros negativa é o principal indutor. Se você deixar cocaína espalhada em cada móvel da sua casa, a probabilidade de o seu filho se tornar um drogado é muito grande. Cabe ao Banco Central fazer essa sinalização.

Talvez o maior mestre que tenhamos tido em economia em matéria de condução de política monetária, Milton Friedman, nos ensinava: trate a política monetária como o ar-condicionado. Não tente tornar a fábrica muito quente, para estimular o pessoal, nem o ar-condicionado muito frio, para desestimular.

Deixe-o nos 22 graus, 23 graus, e cuide de não exagerar na fiscal, na cambial, na salarial, etc.

Quem não escuta um sábio conselho desses e descola muito a taxa vai gerar um turbilhão de insensatez que chega aonde chegamos. Os bancos têm limite de quanto crédito podem dar. Então, o que eles fizeram ao longo dessa expansão de consumo, de compra de imóveis? Eles foram até o seu limite, 10 vezes, 15 vezes, o que fosse, eles iam. O patrimônio deles estava crescendo. Vejam que coisa bonita: o banco pode emprestar um múltiplo do seu patrimônio. Se na Bolsa o patrimônio dele está crescendo, ele pode ter um crescimento só por efeito de Bolsa. Mas tem um limite. Quando bate nesse limite e tem as viúvinhas implorando para ele pegar o dinheiro delas e aplicar, o que ele vai fazer? Ele vai criar o descasamento. Ele está cheio de gente querendo tomar empréstimo e cheio de viúvinhas querendo lhe dar dinheiro. Elas botam dinheiro no fundo, e o fundo pede que invista. Ele empacota esses créditos. Não coloca no balanço, porque não pode mais fazer isso sozinho. Empacota e vende para esses fundos. Aparta um, tira uma comissão, ganha alguma coisa disso e deixa a relação entre os 2: a viúvinha e o credor.

Ali tinha a compra de um imóvel em Beverly Hills pelo Michael Douglas, mas tinha o torcedor do Tennessee do interior de uma cidadezinha cuja folha corrida dava umas 10 páginas, nunca pagou nem promessa e conseguiu crédito para comprar uma casa. Quem é o maluco que faz isso? Simples. Se você sente que ele vai pagar 3, 4, 5 prestações de um imóvel maneiro, que só se valoriza, se daqui a 6 meses você tiver que retomar o imóvel, você ficou com as prestações mais a valorização dele no período. Não é tão arriscado. É chato. Não é para isso que nós estamos aqui, para pegar imóvel. Mas, se esse é o risco e se ele faz parte de uma carteira equilibrada, vamos que vamos!

Só que, na hora em que sobe a taxa de juros, o pessoal começa a tentar vender no mercado, começa a cair preço, começa a haver inadimplência, a porta de saída é muito estreita. Então, você tem esse movimento numa escala muito grande.

Mas ainda não está tão diferente do que é uma crise cíclica do capitalismo. Onde a coisa vai desandar? Vai desandar no seguinte:

na primeira semana dessa virada – e nós estamos falando de um processo que começou há mais de 1 ano, em setembro do ano passado –, de repente um banco alemão pipoca. Esperem um pouco. Eu estou falando de crise do mercado imobiliário, financiamento do mercado imobiliário nos Estados Unidos. O que um banco alemão tem com isso? Ah, o banco alemão fez a fezinha dele no mercado imobiliário, alavancou, emprestou mais do que devia, e... No dia seguinte, um banco de Israel abre o bico. Mas Israel?! É, Israel. Em seguida, um banco inglês de reputação ilibada abre o bico. Nessa hora, nós vamos começar alguma coisa nova. Agora, nós saímos de uma crise econômica, de um ciclo econômico normal do capitalismo, para uma crise financeira.

O que é uma crise financeira? É claro que é uma falta de liquidez, é um aperto na disponibilidade de recursos, mas a gente batiza de crise no momento em que surge a desconfiança sobre o funcionamento e a saúde do sistema financeiro. Imaginem-se como gestores de um grande banco – americano, alemão, suíço, italiano. E vocês observaram que, por causa de uma crise absolutamente previsível no mercado imobiliário americano, de repente estão pipocando bancos no mundo inteiro. O que vocês fazem? Vocês param de emprestar! Bancos têm um convívio, uma integração com as demais instituições, como nenhum outro setor. Por quê? Porque seria uma coincidência absurda que, no final do dia, o que o BRADESCO tomou de dinheiro e o que ele concedeu de empréstimo fosse o mesmo número. Na verdade, bancos como o BRADESCO têm uma tal capilaridade em carrear recursos, que têm muito mais disponibilidades do que oportunidades de aplicação – o que é ótimo, porque abre espaço para que eles repassem esse dinheiro para bancos de porte médio e pequeno, que são especializados, um em dar crédito ao consumidor, outro em dar crédito imobiliário, outro em lidar com regiões agrícolas. E você faz então essa cadeia em que cada instituição se especializa naquilo que faz melhor do que as outras.

Num momento como esse, em que você começa a suspeitar de todo o mundo que está vivo, porque está estourando na Alemanha, em Israel, na Inglaterra, o que você faz, sendo um banco do tamanho do BRADESCO? Não empresta para mais ninguém.

Aí, a coisa começa a ficar feia. Por quê? Porque, é claro, aquele banco de porte médio todo dia ia ao grande e pegava dinheiro. Se de repente se corta o crédito dele, ele vai quebrar. E aí o banco grande vai dizer: “Ainda bem que eu cortei, eu sabia que isso ia acontecer!” Não. Aconteceu porque ele cortou.

E o que faz o banco pequeno, antes de quebrar, na tentativa de se salvar? Tenta receber todos os empréstimos que concedeu. Então, uma empresa saudabilíssima que estava rodando usando crédito dele de repente é chamada a pagar, quando precisava de mais dinheiro. Nessa hora, se a coisa for deixada solta, a economia vai entrar em colapso. Por quê? Porque o dinheiro vai empocar nos bancos grandes, vai haver falatório sobre instituições financeiras, os depositantes vão correr ao banco e vão sacar, e, ao fazerem isso, vai-se agravar o problema de quebra.

E vejam como a coisa é autodestrutiva: porque nós estamos em crise, até administrar esse período as empresas precisam de mais dinheiro do que antes, porque têm que administrar essa insuficiência de receita que surgiu do nada. Elas vão ao banco pedir mais dinheiro. E o banco, o que diz para elas? “Calma, deixe-me contar. Primeiro, eu não estou emprestando. Em segundo lugar, o meu patrimônio diminuiu. Na Bolsa, eu perdi dinheiro, eu tive créditos podres que abateram do meu patrimônio, meu patrimônio está menor. Então, eu tenho 2 más notícias para você. Primeiro, quando eu lhe emprestei dinheiro, você tinha um patrimônio 2 vezes maior do que você tem hoje. Hoje, você caiu pela metade, então eu estou 2 vezes mais emprestado do que gostaria. Segundo, o meu patrimônio caiu pela metade. Então, eu estou dando 2 vezes mais créditos do que deveria. Para normalizar a situação, eu preciso diminuir a minha quantidade de crédito concedido para empresas como você por 4.”

O empresário diz que precisa de mais dinheiro do que antes. O banco diz que não vai lhe dar dinheiro e pede que ele pague tudo o que deve. Isso é o que se chama um pepino de dimensões absolutamente incontrolláveis. Vocês podem dizer que o prezado economista está pedindo que tenham pena do pobre banqueiro. Não. Eu estou caracterizando o que diferencia o banco de todas as outras empresas: a alavancagem e a dependência do vínculo

de credibilidade. Por isso é que vocês viram a direção do Banco Central americano, comandada por um presidente absolutamente conservador, adotando um grau de intervenção na economia como nunca se havia visto. Por quê? Porque nessa hora é uma questão de vida ou morte: ou se recupera a liquidez, a confiança no sistema, e evita-se uma corrida bancária, ou não temos idéia de como será o day after. É rigorosamente, em economia, o equivalente ao vazamento do núcleo de uma usina nuclear. Então, o Banco Central americano percebeu a gravidade da situação, foi para o ataque com todo o instrumental disponível na economia: diminuir compulsórios, que são recursos dos bancos que mantemos para evitar excesso de liquidez, dar crédito direto para bancos, linhas de redesconto, comprar ativos podres do banco para valorizar, comprar ações desses bancos, porque a cada R\$ 10,00 que ele coloca ali são R\$ 100,00 que vão ser gerados de empréstimo pela alavancagem, aumentar o seguro de depósitos de famílias, para que elas fiquem tranquilas e não saquem, porque aí seria o fim do jogo, e acima de tudo provocar uma sintonia dessas ações com as dos outros bancos centrais.

Então, vamos dizer, se a má notícia é a de que nós estamos enfrentando a maior crise do capitalismo em volume, por causa do tamanho das economias mundiais, a boa notícia é a de que nós temos um instrumental, uma agilidade, uma sintonia entre as instituições como nunca existiu. Uma crise como esta, com o instrumental que tínhamos em 1980, os senhores não imaginam o que estaria acontecendo, aqui e no mundo. No mundo!

E aqui eu acho que a gente então consegue responder para a Rainha da Inglaterra: vocês não viram que isso estava vindo? E eu acho que o melhor jeito de entendermos isso – é uma imagem machista, mas muito boa, que usamos quando estamos dando aula para os meninos, para explicar essa situação –, é a seguinte: imaginem que hoje vai haver no Teatro Nacional um baile com todas as misses dos últimos 5 anos, e você recebe um convite para esse baile. Quando pula para pegar o convite, você é avisado de que vai haver um incêndio no baile, mas durante o baile. “Desculpe, vou passar”. Mas aí você pensa um pouco, lembra-se do perfil da Miss Brasil de 2007. “Sabe o que vou fazer? Eu vou

ao baile, tiro a Miss 2007 para dançar, vou para bem pertinho da porta, ganho tempo para fazer a cabeça da senhorita; gritam “Fogo!”, sou o primeiro a sair correndo, salvo-me e ainda saio com a miss.” O que acontece? Você e o Maracanã lotado tiveram a mesma idéia. Quando gritam “Fogo!” não dá para ninguém sair, e morre todo o mundo queimado na porta.

Todos nós economistas sabíamos que isso vinha, não quando, muito menos com que intensidade, mas que havia uma reversão de ciclo para acontecer. Paulinho, nós estivemos juntos em outubro, novembro do ano passado? Sei lá, é só pegar as minutas da reunião, está tudo lá. Dezembro? Acontece o seguinte: se eu sou gestor de um fundo, e eu sei que vem, mas não sei quando, se eu pegar o dinheiro de todos os meus clientes e colocar em letras de câmbio do Tesouro Nacional, eles vão receber 1% de rendimento no final do mês. E meu concorrente, que continuou bombando, paga 4%. Eu digo: não faz mal, vou chegar lá. Dois meses, 3 meses, 4 meses depois, eu não tenho mais cliente. Então, o que é que eu faço? Eu vou na onda, e aposto que na hora em que gritarem “Fogo!” eu vou ser o primeiro a sair. E dá no que deu.

Muito bem, eu acho que não teríamos chegado a esta gravidade se não fossem 2 fatos ocorridos há pouco mais de 1 mês, 2 meses. O primeiro foi o Banco Central americano um dia dizer: “Lehman Brothers não oferece risco sistêmico; eu vou deixar quebrar”. Deixou. E à AIG, maior seguradora americana, ele disse: “Eu não vou salvar”, de manhã; quando chegou a tarde e viu a besteira que tinha feito, ele disse: “Salvo”. Foi o primeiro momento em que o Banco Central americano piscou, e transmitiu à sociedade a idéia de que ele não sabia direito o que estava fazendo, de que nem ele sabia o tamanho dessa crise. Isso tornou o movimento de frenesi muito mais intenso. Foi necessário criar o pacote dos US\$ 700 bilhões, que foi remetido para a Câmara – e a Câmara foi uma graça. Disse: “Ah, eu não gosto da presidenta dos democratas, ela fez gracinha com os republicanos”. E recusou o pacote!

Bom, aí a sociedade pirou: “Não, se numa hora dessas Executivo e Legislativo não conseguem se entender sobre a gravidade da crise, isso aqui está na mão é de Deus”. E de lá para cá estamos

tentando recompor o prejuízo desses gestos de... Vejam, todos foram revertidos. Um cliente meu disse: voltou atrás!? Como é que pode ficar...? Eu disse a ele: olhe, você vai fazer o seguinte experimento, hoje à noite quando chegar à casa vai dizer à sua esposa o seguinte: querida, há 3 meses eu venho transando com Délia, nossa arrumadeira, na nossa cama. Fique quieto 5 minutos, e depois diga: querida, não é verdade. Se você acha que sua relação conjugal vai voltar a ser o que era antes de você dizer isso, você não entende nada nem de relação conjugal, nem de formação de expectativas em mercado financeiro.

Quer dizer, o que nós tivemos de enfrentar a partir daí faz a sobreposição de um cenário econômico complicado com um cenário financeiro agravado e uma situação de deterioração de credibilidade, e é disso que estamos querendo livrar-nos até agora.

Deixe-me só mostrar um... Estou atrapalhando? Dá para ver? (Segue-se exibição de imagens. P. 297)

A barra roxa, camisa de um clube famoso do Brasil, mostra o quanto valia cada uma dessas instituições em 2007; quanto ela está valendo hoje é a barrinha azul – City, Banco da América, JPMorgan etc. É coisa de metade a 1/3, sem contar os óbitos já ocorridos. Então, isso dá uma idéia de quanto o crédito vai ter de diminuir, porque o crédito é um múltiplo desse valor. Olhem o mercado imobiliário: ali os senhores estão vendo que, no começo de 2006, vendiam-se US\$ 1,5 milhão, quase, de imóveis nos Estados Unidos por ano. Esse número caiu para 464 imóveis. Olhem o gráfico do lado de cá, que mostra que em setembro de 2006 demorava 3 meses para se vender, na média, um imóvel. Isso pulou para 9 meses. E isso mostra que ainda há muito preço para cair, porque esse coitado que está segurando 9 meses acha que vai aparecer um comprador a preço mais alto. Já, já ele vai dar-se conta de que não, e vai empurrar o imóvel, que vai cair mais rapidamente.

Aqui se mostra como os gerentes de compra da indústria americana estão vendo a expectativa de futuro. Olhem o pessimismo! Vamos ver se o consumidor está melhor. Olhem o consumidor americano. Quer dizer, isso aqui me conta como ele vai estar comportando-se nos próximos 12 meses. Vejamos a China.

Todo o mundo imagina que o mundo pode ser salvo pela China. É tão provável quanto o afogado se salvar puxando os próprios cabelos. A China é dependente dos Estados Unidos mais do que qualquer outro país. Olhem com que ritmo está caindo a produção industrial. É claro, ainda são 11%, mas podem ficar tranquilos, porque isso vai chegar muito perto de zero. Olhem na zona do euro a confiança na indústria. Nunca chegou ao nível em que se encontra. E o Japão? O Japão, coitado, acostuma-se com terremoto, maremoto, bomba atômica, pressente a crise com muita antecedência e já está correndo para a trincheira o quanto antes.

Quer dizer, não há nada de dinamismo na economia mundial. Muito terror, muita perda patrimonial. Já devemos ter perdido alguma coisa aí perto de US\$ 50 trilhões, US\$ 60 trilhões, e a única coisa “boa”, vamos dizer assim, entre aspas, é o fato de que o preço de todas as commodities, sejam produtos agrícolas, seja minério, seja metal, está tudo despencando. Então, isso pelo menos tira da nossa frente a ameaça de inflação, porque só faltava termos uma convivência de recessão com inflação, a tal da estagflação, que seria muito mais difícil de atropelar.

Vamos ver como isso está batendo no Brasil. A curva laranja é a atividade, a tendência do comércio varejista. É como estão indo as vendas. Esse azul é um indicador dessa tendência, e vemos que a curva laranja tende a acompanhá-lo. O que a gente calcula? Olhem o que ela está dizendo: ali ainda está bem, no finzinho da laranja, mas a perspectiva é de pegar um escorregador dos bons. Segundo, olhem o que está acumulando de estoque a indústria automobilística. Há gente dizendo: uai, eu não estou vendo nada de crise! Não está vendo porque não está olhando no lugar certo. Como é que a crise entra no Brasil? A crise entra no Brasil pela falta de dinheiro nos Estados Unidos. Todo americano que tem patrimônio no exterior está trazendo esse patrimônio para dentro para cobrir as perdas. Então, ele está vendendo ações que tem no Brasil, ele está liquidando posições que tem de títulos da dívida pública, com juros, porque ele gostaria de ficar, mas não pode. Ele está remetendo todo o dinheiro possível. Ora, ao fazê-lo, uma das coisas que faz é cortar o crédito

a empresas brasileiras, para poder voltar para os Estados Unidos, diminuir a alavancagem dele. Então, nosso exportador fica sem crédito. Parte do crédito concedido internamente vai ser dado a ele, donde é desviado automóvel e construção civil. Então estas são as 3 primeiras vítimas desse movimento: o exportador, a construção civil e o automóvel.

E aí vem a máquina de lavar. Para comprar tomates eu não preciso crédito. Então ele, por enquanto, não é afetado. Se olharmos no mapa de desempenho – a cada mês isso vai ficar mais claro –, quanto mais intensivo em crédito for o consumo daquele bem, mais ele vai sofrer.

O SR. LUIS PAULO ROSENBERG – É. Estoque de automóvel.

O SR. LUIS PAULO ROSENBERG – Mais de 120. E viu com que rapidez isso foi formado? Olhe as vendas. Olhe a venda de automóvel.

O SR. LUIS PAULO ROSENBERG – É o estoque. É o que está ficando nas fábricas e nas revendas. Aqui é o que está sendo comercializado. E cai muito rápido. Vamos ver que essa curva vai cair com muita rapidez. O emprego formal, que vinha crescendo maravilhosamente bem, já deu sinais de queda. O próximo momento é liquidação, porque ainda está havendo crescimento de emprego. O que vai acontecer agora, daqui para a frente, é começar o processo de desemprego. Por quê? Porque há exportador nosso que não tem o que fazer. A demanda dele sumiu. Então, ele vai fechar a fábrica. Isso vai acontecer isso com a Gerdau, com a Votorantim, com a Siderúrgica Nacional. Quer dizer, todas as empresas ligadas à exportação vão sofrer, e muito, como a Sadia, a Friboi. Ou não tem consumo, ou não tem financiamento.

Vamos lá. Não apareceu nada ainda no volume de crédito. Não há como o Brasil ter uma crise da dimensão da americana, porque nós não estamos alavancados como eles. Crédito ainda é uma coisa pequena, em gestação, mas na inadimplência... Estão vendendo aqui embaixo, em azul, uma ligeira inversão na de cima? Uma é a inadimplência do BC, outra é o índice Rosenberg de cheques devolvidos. Isso daqui, se voltarmos a conversar daqui a 6 meses, os senhores vão ver que vai estar mais alto do que em qualquer

ponto desse mapa. Por quê? Porque o consumidor é pego desprevenido. O pior de uma crise é quando ela é inesperada.

É claro, pode-se agravar isso se se recomendar a todo o mundo hoje que saia consumindo. Quer dizer, pedir a um chefe de família, numa hora dessas, quando se sabe que o negócio vai despencar: “Não, consuma. Consuma, consuma”? E quem vai pagar a prestação das Casas Bahia, quando ele for para o olho da rua e não tiver reserva suficiente? É o contrário. Acho que o que o Governo tem de fazer é dizer o seguinte: olhem, eu estou aumentando a verba para os desempregados, para minorar o sofrimento das vítimas. Agora, cada um que se comporte como gente racional, e não vá fazer gracinha keynesiana para cima de chefe de família.

Aqui há um indicador: as concessões de crédito já estão caindo, muito mais por efeito da oferta do que da procura. Quer dizer, os bancos, como têm bons economistas, já estão antecipando a crise que vem por aí. Eu queria dizer o seguinte: essa é a meta de inflação, em vermelho, ali é o intervalo de tolerância, esse azul inteiro é o que aconteceu. Como se vê, nós chegamos quase a dar uma rompidinha no limite menor lá de cima, mas, por efeito dos preços de commodities que eu mencionei, não estou preocupado com inflação. Acho que daqui para a frente ela vai ceder, há condições de acelerar a queda da taxa de juros. A gente pode ter... Ali, a gente ainda fica preocupado com novembro, mas é inexorável que isso vá cair. Seria muito recomendável começar o processo de queda dos juros, mas se os senhores acompanham a discussão sabem que por causa destes 2 últimos meses ainda há gente querendo que subam; vamos ver se pelo menos ficam onde estão.

Aqui há um gráfico interessante. Os senhores estão vendo? O topo daquela curva mostra como está crescendo a exportação. Olhem que beleza! Já se inclui outubro aí – digo, setembro. Só que eu distribuí, destrinchei em 2 pedaços: o que é crescimento de exportação por efeito de preço e o que é por quantidade. Então, olhem os preços. É dominante o azul claro, que é o quanto do efeito se deve a preço. Como os preços estavam explodindo em dólar no mercado internacional, era isso que sustentava. A

quantidade já estava crescendo negativamente. O que nós sabemos que vai acontecer? Vai despencar isso, de setembro em diante. Então, nós vamos ter queda de exportação, importação de preços também vai cair, e em quantidade vai cair, porque a indústria vai desacelerar-se. Aquela curva azul, debaixo, mostra a evolução do saldo comercial. Ele chegou a bater em US\$ 46,5 bilhões, vai para US\$ 9,5 bilhões. Mesmo assim, eu vou mostrar-lhes que não é crise cambial ainda. Deixem-me mostrar (porque isso vai ficar pequeno) do que estamos falando em matéria de numerologia. Eu estou dizendo o seguinte: este ano vamos fechar com 5,1% de crescimento; para o próximo ano estamos projetando 2%. Se me perguntarem: se você errar, é 3%? Não, se eu errar, é 1%. Quer dizer, o mais provável, depois de 2%, é que seja 1%. É de 1% a 2% o custo dessa brincadeira. A agricultura vai sofrer demais. Ela vai ser muito penalizada no lado exportador pela deterioração de preços sem compensação pelo câmbio equivalente e no mercado interno pela falta de crédito e por todas as dificuldades que ela já vem enfrentando.

A inflação – como eu disse aos senhores, o pico vai ser aqui, em 6,4%. No ano que vem estou prevendo 4%, mesmo com os juros caindo. Os juros fecham este ano em 13,5%, e em 10,75%, 10,5% no ano que vem. Ainda assim, 10,5% com 4%, são 6% de juros reais. Ninguém no mundo vai estar praticando nada parecido. Vai estar todo o mundo perto de 0,2%. A única explicação ou justificativa para isso é aquele princípio econômico de que cachorro picado por cobra tem medo de salsicha. Não se brinca com inflação no Brasil. Então, aqueles frades que se... Mas isso, deixem para lá. Isso virou pé de atleta perante o câncer.

O câmbio estamos prevendo que ele ainda volta esse ano para R\$ 2,10, R\$ 2,15, mas sobe continuamente ao longo de 2009, por causa da dificuldade cambial. As contas públicas mantêm-se sob controle; o risco-país sobe por causa da queda de juros americana, nada de grave; a balança comercial cai de US\$ 40 milhões para US\$ 24 milhões este ano, US\$ 10 milhões no ano que vem – olhem que queda bruta em 2 anos! Mesmo assim, quando se desconta o pagamento de juros, mais investimento direto etc., não perdemos reservas. É inacreditável que o Brasil, na pior crise

da história do capitalismo, vá atravessá-la sem haver perda de reservas. Acho que isso é o notável.

Quem disse que a economia brasileira estava preparada para a crise, não entende nada de preparado, nem de crise, nem de brasileiro; agora, que ela estava muito mais robusta do que em qualquer uma das outras, sem dúvida. Nós éramos a bola da vez em todas as últimas 10 crises. Sempre vulneráveis, sempre ou em calote, ou em negociação de moratória, ou com escassez de reservas. Pela primeira vez, na pior delas fomos pegos com um mínimo de robustez.

Então, queria deixar alguma coisa para meu companheiro explorar, mas quero dizer o seguinte: é muito feio o quadro internacional, não há como as implicações aqui dentro não serem dolorosas, mas não é o fim do mundo para nós, não. Nós já passamos por coisas piores. Quem tiver cuidado, previr que vai haver necessidade de valorizar liquidez, restringir crédito para não haver muito calote, fazer investimento sempre que tiver o financiamento garantido, com jeitinho, e não apostando em demanda dos próximos 2 anos...

Eu acho que daqui a 2 anos nós voltamos para uma rota de crescimento, a economia brasileira ocupando um lugar mais privilegiado no concerto das nações do que nós tínhamos há 2 ou 3 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Quero agradecer ao Prof. Luís Paulo Rosenberg e imediatamente convidar o Prof. Paulo Rabello de Castro para iniciar sua apresentação, com o prazo de 20 minutos, naturalmente prorrogável, se for o caso.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o gentil convite do Presidente da Comissão de Finança e Tributação e cumprimento os ilustres Parlamentares aqui presentes, bem como o público que acompanha este debate. Para mim, é sempre uma satisfação retornar a esta Casa. É obrigação de todo brasileiro atender a estas convocações, embora sob a forma de convite, e acho que minha sorte é ter a oportunidade de me apresentar após a fala do Prof. Luís Paulo Rosenberg, a quem muito estimo, e admiro mais ainda. Nosso nível de concordância

é muito grande, e o nível de concordância quanto aos fatos é maior ainda, porque quanto a fatos não há discordância. Portanto, alguns dos gráficos que estão aí no nosso grupo seletivo de curvas praticamente reproduzem o que Luís Paulo já antecipou.

Portanto, já facilitada a minha missão, vou tentar ater-me, Sr. Presidente, ao tempo de 20 minutos, até para ter oportunidade, isto sim, de ouvir os Parlamentares aqui presentes em relação às considerações feitas por Rosenberg e aos modestos acréscimos que possamos fazer.

Qual a minha orientação? Já que Rosenberg fez uma brilhante e, eu diria, completa avaliação do porquê da crise e dos seus desdobramentos – e aliás, lamentando até, porque o público aqui excede, eu trouxe para os Parlamentares presentes, ou para os primeiros que se habilitarem, um recente livro que lancei ontem, sob o título *A Grande Bolha de Wall Street*, e Rosenberg tem um exemplar privilegiado aqui –, eu acho que isso diz tudo. A explicação pormenorizada das origens e da evolução da crise requerem mais do que 10 ou 15 minutos de exposição. Apenas o talento de Luís Paulo conseguiu resumir com brilhantismo algo que é extremamente complexo. E vou ater-me (isto sim, acho que é interesse da Casa), a repercussões sobre a política econômica brasileira, em que sentido ela poderá vir a se alterar, de modo a fustigar um pouco a imaginação e a reflexão dos Parlamentares quanto ao que virá bater aqui na Casa como reflexo dessa angústia.

E para começar, já que temos um encadeamento de raciocínio, repassarei alguns conceitos fundamentais, repetindo Luís Paulo. O primeiro conceito, que ele expandiu absolutamente bem, é a questão do ciclo econômico. Mas, com isso, eu gostaria de acrescentar algo que ele deixou entrevisto na sua apresentação, que é: a política econômica pode alterar a magnitude horizontal ou vertical de um ciclo econômico, sim. E o Federal Reserve dos Estados Unidos praticou esse exercício de modificar a extensão do ciclo durante muitos anos, do fim da gestão Bill Clinton até bem próximo do espocar desta crise. E isso é muito sério, porque, diferentemente do que pensamos muitos de nós e do que dizem algumas escolas de pensamento, é muito perigoso interferir na natureza dos organismos econômicos, assim como

é muito perigoso ir ao médico e mais perigoso ainda baixar no hospital, ainda que em situações críticas possamos até vir a ser salvos por um médico ou por um tratamento hospitalar. Mas por que é que procuramos evitar? Porque sabemos que o risco ali é praticamente igual à perspectiva de saída.

No entanto, na economia, instalou-se, nesta sociedade nossa pós-moderna, uma vã ilusão de que existem homens iluminados; Greenspan, inclusive, chegou a ser – eu trato muito disso no livro, e aí é mais esticado –, o maestro, o mago etc., o que dá uma dimensão do coeficiente de mito que se introduziu sobre a capacidade de um homem, ou de um grupo de homens, ou de uma instituição, de fazer branco virar preto, preto virar cinza, laranja virar cor-de-rosa, e assim por diante. Não existe essa capacidade nos seres humanos, e nós devemos ser muito humildes, daqui para a frente, em relação a essa capacidade.

Isso é válido também para o tema da regulação, que é uma outra coisa que – essa, sim – vai bater aqui, embora nós no Brasil já estejamos relativamente muito bem. E faço esta ressalva: será que as mães dos fiscais e reguladores norte-americanos e europeus falharam e criaram filhos com subtalento? O que aconteceu, então, com a multiplicidade de órgãos reguladores sobre a atividade financeira/mobiliária/bancária dos Estados Unidos, inclusive do próprio Federal Reserve? Trata-se de um equívoco, a partir do princípio de que não havia regulação e que agora é que é preciso que haja. E os movimentos desregulatórios praticados por alguns supostos ases do livre mercado eram apenas, digamos assim, liberalidades que se tentava praticar em relação aos bancos, mas que pouco tiveram relação com regulação ou desregulação. Na realidade, o que houve foi um pacto, um conluio de autoridades, de mercados e de políticos, todos dispostos a fazer convencer a sociedade do seu país e a sociedade mundial de que depois do dia não vem noite, depois do dia vem mais dia, de que depois do verão esticamos até março e continuamos na praia, porque também não vem o outono. No entanto, os seres vivos, a natureza, o homem, todos têm aceleração e pausa. Nosso coração tem aceleração e pausa, a natureza – e nós deixamos de ser jardineiros, deixamos de observar o ciclo das plantas, e nós

não somos diferentes disso. Ciclo econômico, ciclo natural, ciclo de tudo que é vivo, e a única coisa que fica só parada é a morte.

E dentro do ciclo uma outra coisa é fundamental: o risco, porque não há natureza viva sem risco, e portanto a administração do risco é exatamente aquilo de que se trata numa sociedade livre. Nas sociedades sem liberdade também resolvemos esse problema. Não há risco, só pura certeza, a certeza oficial. Portanto, é preciso ter humildade em relação ao que vamos fazer daqui para a frente. E eis o segundo defeito desta crise, que a agrava: pessoas imbuídas, até funcionalmente, do dever de agir agem sem saber sobre o que estão agindo e com que instrumentos, o que dá exatamente a impressão causada nos mercados e tão bem descritas por Luís Paulo, ou seja: eu acho que esse piloto já não sabe bem para onde está indo. Lembra muito um trágico, quase tragicômico acidente, lamentavelmente morreram umas poucas pessoas; um sujeito realmente conseguiu pousar, vamos dizer, na mata por falta de combustível, quando ele ia pela Rota 270, mas a rota era, se não me engano, a 70. De Brasília para Belém, com o Comandante Garcez. E um dos poucos acidentes da nossa querida, grande e tão saudosa VARIG. E, mesmo assim, por ser bem treinado, conseguiu ele mesmo salvar-se e salvar a maioria, o que não é muito fácil; é preciso ter muito treino. Mas quando o sujeito já não sabe mais aonde vai, o nível do risco aumenta muito.

O terceiro aspecto dessa crise é que, quando perguntamos, meio ansiosamente, como função pública ou até na posição de empresário privado, se já estamos no fundo do poço, a resposta é: depende. De que poço? Do preço dos ativos que você julgava ter comprado por um preço certo, mas que, de fato, era um preço bolha? Isso nunca deveria ter valido.

E aí faço uma pequena ressalva, até para ter um mínimo de debate sobre essa perda a que se referiu o Luís Paulo e que, de fato, existiu contabilmente. Alguns calculam em 40, outros em 60, são números gigantescos. O próprio Presidente Meirelles já deve ter ouvido falar. Mas que perda? Aonde os prédios ruíram? Fora a trágica situação em Santa Catarina, na realidade, ficaram os equipamentos. O nosso sonho é que ruíu. O que os mercados precificavam a respeito do valor das coisas é que está voltando

a um ponto de equilíbrio, o que é maior. Portanto, estamos perdendo o que nunca ganhamos, porque nunca trabalhamos para ganhar isso. O mundo nunca aumentou a sua produtividade, só do trabalho provém o progresso. Não vem da liquidez nem da excitação nem de eu dizer para o Rodrigo que a minha gravata vale 10 e o outro começar a disputar e dizer que vale 20. Daqui a pouco, se eu lançar na minha contabilidade a gravata a mil, depois vou ficar triste porque ela já estará de volta a 150. Não, ela ainda está cara, venda logo, porque talvez ela não valha usada nem 50 reais.

Quarto erro fundamental – e nisso faço também um ligeiro *caveat* em cima da excelente apresentação do meu amigo Luís Paulo. O *Federal Reserve*, com o Lehman, ou sem ele, estava fadado a perder a confiança, porque está jogando gasolina em cima da fogueira. Aliás, parece que hoje o Clóvis Rossi, que não é economista – sorte dele, porque não está blindado de perceber as coisas pelas falsas teorias que aprendemos –, sempre muito talentoso, faz uma indagação lembrando da infância quando lhe diziam: “Se você ficar mal comportado, o homem do saco vem te pegar”. Eu achei delicioso aquilo. E por quê? Porque ele dizia: “Até hoje não vi o homem do saco aparecer”. E a tal crise sistêmica é o homem do saco: Olha, se o *Federal Reserve* não entrar, a crise vai te pegar. Sistêmica.

É fato, realmente, como bem disse o Luís Paulo, que na hora em que comecem a sacar dinheiro dos bancos é a situação dos pânicos, muitas vezes, vividos em situações do mundo em trágicos episódios. É bom lembrar também que, de trágicos em trágicos episódios, chegamos ao mundo de hoje muito mais ricos, embora alguns tenham se suicidado no meio do caminho. Mas enquanto história da humanidade, risco sistêmico. O problema é que nós não estamos fazendo a conta certa – e discuto isso em um dos capítulos do meu livro. Qual é a conta certa da intervenção versus não-intervenção? Ninguém fez essa conta. E aí dou, na qualidade de cidadão, um recado polêmico aos meus queridos Parlamentares aqui presentes – gosto sempre de fustigar, porque me dão oportunidade, é almoço grátis: eu não quero pagar a conta, como contribuinte, de ninguém que assumiu um risco indevido. Aqui

no Brasil é que eu não quero mesmo, porque como nós estávamos em uma clínica de desintoxicação e não pudemos participar da farra, com menos razão ainda devemos endossar posições de risco de “a”, “b” ou “c”, quem quer que seja. Nós devemos ter uma visão totalmente social de rede de proteção – essa sim –, à medida que o nível de emprego ou de empregabilidade, que ainda está momentaneamente alto e que tenderá embicar, exigir um tratamento por parte das autoridades estaduais, municipais e, inclusive, federais, para acomodar as conseqüências sociais da crise para aqueles que menos têm e menos podem, terá a minha concordância absoluta de contribuinte. Qualquer coisa que se pareça com participar acionariamente da construtora do amigo do fulano de tal, aí realmente é extraordinariamente injusto com os contribuintes. Sorte nossa que participava eu do último Congresso Nacional da Indústria da Construção, há 3 semanas, na grande São Luiz do Maranhão, belíssima cidade, e vi uma platéia de 2 mil incorporadores e construtores revoltados com o anúncio feito pelo Governo dias antes, com a melhor das intenções, de que a Caixa Econômica Federal se prontificava a socorrer acionariamente a tais ou quais construtoras. Eu fiquei muito orgulhoso daqueles 2 mil brasileiros e percebi, Luís Paulo, que o Brasil realmente, como você falou, está mudando e não é pouco. Porque essa não era a mentalidade usual, a mentalidade do aproveitamento, a mentalidade de onde é que está a fila da distribuição gratuita, e assim por diante.

Portanto, acautelo os Srs. Parlamentos contra a idéia de que estarão ficando populares na medida em que venham dar penas em cima dos contribuintes. Não, não e não. E lamento muito a multiplicação de ações atabalhoadas e, eu diria, temerárias do Federal Reserve. Eu acho que esse rapaz que está lá não tem a mínima idéia do que está acontecendo. Eu diria, inclusive, que, em determinado momento, a mulher deve ter dito: “Ben, você está pálido”. E ele, saindo de casa, ele, que já tem uma cara meio pálida, calvo, então, naquele dia, deve ter dito não para o Lehman Brothers e, diferentemente do que pensa o Luís Paulo, naquele dia, ele foi homem. Porque o Federal Reserve não tem mandato para fazer nada do que ele está fazendo. Uma agência de reestruturação de ativos teria que ter sido montada. Na reali-

dade – falo agora com o chapéu de classificador de risco, dirijo a única empresa brasileira de classificação de risco que acertou em não dar investment grade ao Brasil – o Brasil será investment grade quando sair, acho eu, extraordinariamente bem administrado dessa atual crise. Aí, sim, terá sido testado verdadeiramente, não quando ele acha o pré-sal, mas quando ele é testado no ambiente de crise. Eu, na condição de classificador de risco, diria que com esse balanço, mostrando só os ativos do FED, praticamente podemos concluir a apresentação. Não é obviamente de uma entidade triple A, há muito tempo deixou de sê-lo. Se as minhas concorrentes internacionais, que são, na realidade, não-internacionais e aí, sim, os pequenos conflitos de interesse que criaram essa grande crise, as agências de risco dando triple A para coisas que a gente não sabe nem se são baixo risco de crédito, baseadas apenas em modelos matemáticos e não principalmente em bom senso. Triple A é alguma coisa como seria o tesouro americano. Mas olhem esse conjunto de ativos e verifiquem se é ao menos investment grade. Não é. Por quê? Porque o Federal Reserve precisa carregar treasures, bônus do tesouro norte americano, que são triple A em sua grande maioria. Aqui ou ali, ele faz operações rápidas, com cláusula de recompra para atender ao sistema bancário. A situação é excepcionalíssima? Claro. Como bem lembrou e narrou o Luís Paulo.

Portanto, deveríamos dizer: “Bom, isso é excepcional”. Mas se vocês observarem bem aquele ponto vermelho, a última coluna, a variação em 1 ano, observarão que o Federal Reserve diminuiu a sua posição de treasures em 300 bilhões de dólares, restando a ele, na posição atual até 19 de novembro, 476 bilhões de dólares em treasures. Vocês vão dizer: “Bom, vendeu praticamente metade da posição em treasures que teria. Isso é um negócio já absolutamente extraordinário.” Mas não, ele vendeu toda a posição de *treasures*.

Se vocês observarem o item 7, adiantamentos novos do tesouro e outros, vão observar que, no último ano, o Henry Paul, só mandou para ele uma vaquinha de mais de 566 bilhões de dólares. Se não tivesse pegado esse adiantamento, ele teria zerado a sua posição remanescente de 476 bilhões de dólares em *treasures*.

Portanto, nós estamos diante de um Federal Reserve absolutamente de joelhos diante da situação e do mercado. E, obviamente, gastou em quê? Nos itens 2, 3, 4, 5 e 6, acordos de recompra, leilões a termo, empréstimos ao mercado, resgate, que de todos é o menor, e, finalmente, uma coisa inédita, dinheiro para o mercado não bancário, corporativo, quem quer quê, e todo título micado, no valor de 1 trilhão e 35 bilhões até o presente momento.

Eu costumo dizer, tragicomicamente, que o que mais me espanta é que nós, tentando fazer esse livro sobre a bolha ficar atualizado – terminamos nos primeiros dias de outubro a redação –, mandamos rápido para a editora. E esta tabela do livro já está completamente desatualizada. No início de outubro, essa posição total de ativos micados ainda era de apenas 580 bilhões. Ou seja, o Federal Reserve, neste último mês e meio, conseguiu duplicar a posição já extraordinariamente temerária, e colocou mais quase 600 bilhões de dólares, em um mês e pouco, Luís Paulo. Ele está até sorrindo. Talvez se eu não tivesse esses dados neste momento...

Então, neste momento, nós estamos diante da extrema fragilidade de um sistema monetário que hoje gerencia as finanças mundiais, baseadas na confiança no dólar. O que é mais curioso e paradoxal – e o mercado resolverá isso em 2009 –, é se essa confiança na moeda de reserva norte-americana permanecerá ou se, num determinado dia, vamos pegar o Folha de S.Paulo, o Estadão, o Estado do Paraná etc. e ler: corrida contra a moeda norte-americana. Não digam que o economista não falou isso aqui e não os advertiu.

Portanto, estamos diante de um problema muito maior, criado pelas próprias soluções que estão sendo atribuídas. Vocês poderiam dizer: “Dê-nos uma palazinha, 2 minutos. Onde é que estão os erros? Se não é liquidez, é o quê?” Eu acho que o Luís Paulo deu a dica: o setor privado alavancou demais. Está exatamente aqui. Você está extremamente bem coordenado.

E eu coloquei, inclusive, ali embaixo: Basiléia brasileira,. Só que a gente poderia dizer: “E o Brasil como estaria, professor, em relação a isso?” Ele está realmente, como disse o Luís Paulo,

muito conservador. Egresso de clínica de desintoxicação, ou então: cachorro picado por cobra, tem medo de lingüiça. Qualquer que seja a imagem mais ou menos engraçada, o fato é que somos o Juquinha que não pegou catapora. Somos auto-imunes, estamos até traumatizados. Cada vez que eu vejo o Ministro Guido Mantega voltar do exterior, querendo arrumar um pacote que salve um setor econômico etc., eu me lembro do Juquinha que foi ao psicólogo, porque é o único que não pega catapora, quando os garotos da rua inteira estão empipocados. Ele está traumatizado, porque não pega catapora. E a mãe teve que levá-lo ao psicólogo.

Nós não vamos pegar nada. Vamos pegar, sim, todos os reflexos, que já não são poucos, da crise. Os reflexos da crise por si só já são muito agudos, mas não temos um problema bancário. E se vocês colocarem aqui a posição da maioria dos bancos, eles já estavam num nível temerário, porque giravam, em relação ao total de seus ativos, 50 vezes o capital. E aí eu faço uma conta, e não vou me deter. A inadimplência é o contrário do que está no eixo vertical, onde está escrito 100% de adimplência. Se todos pagarem, não tem problema nenhum, não precisa ser temerário. Mas se você está apostando 50 vezes o seu capital e apenas 2% deixarem de adimplir, ou seja, se 2% forem inadimplentes numa carteira de 100%, seu capital já acabou. E se forem 3%? Então, você já está no negativo e seu colega ao lado já viu que você não está bem, portanto, pode não lhe dar o crédito. E ocorre todas as coisas que o Luís Paulo narrou tão bem. É uma bola de neve.

Se um banco forte, por exemplo, para não falar de banco americano, lembrar o City Group, vamos falar de um banco belga que, no primeiro semestre, tinha acabado de fazer uma operação de compra de outra instituição. Como são dissimulados os conluios e os pactos no mercado. Não porque o capitalismo é nojento, são pessoas humanas pactuando. Elas dizem: “Está tudo bem, você está lindo”. E todo ele enlameado. Entendeu? Ele vai comprar um banco no primeiro semestre e, no segundo semestre, quebra em mil pedaços, porque está alavancado 60 vezes. E não é um banco americano, é um banco europeu. E nós sabemos que a Europa é hiper-regulada. Portanto, não caímos nesse besteiro!

de dizer: “Vamos duplicar a quantidade de fiscais”. Se quisermos fazer um concurso público, façamos, mas não vai aumentar a qualidade do processo. Não é disso que se trata.

Portanto, para completar, a questão no ano que vem é exatamente – e no caso tem a ver conosco indiretamente – do setor real, porque é do setor fiscal em que tem tudo a ver com o Parlamento de lá e daqui.

Vejam que coisa interessante. Costumo dizer que isso aqui é um exemplo de governo minimalista e isso aqui de governo hiperativo. Muito governo e pouco governo.

E defendo, isso sim, concurso público para estagiárias, principalmente em palácios de governo. Porque presidente que trabalha par time normalmente é superavitário, como foi Clinton. Só trabalhava de manhã, de tarde orientava as estagiárias. Vejam o que aconteceu: superávit fiscal, deixou a coisa absolutamente equilibrada. Deixando de lado a brincadeira, alguns dos auxiliares de Clinton voltam a ajudar Obama. Já é um aspecto positivo. Vamos ver se isso ajuda. Em compensação, o nível do desafio é totalmente desproporcional. Não há Obama que possa resolver um problema ...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – É isso aí, ele embuchou.

Eu realmente tenho pena, porque se trata de proposta extremamente generosa do ponto de vista político e social. Acho que ele vai se dar bem, porque é inteligente e saberá se livrar da culpabilidade que se lhe atribuirá logo em seguida, mas não esperamos milagre de uma situação em que até George Washington estaria absolutamente...

Com o que se parece os Estados Unidos? *Yo soy vos ayer*, diria Carlos Menem. Os Estados Unidos serão a Argentina ontem.

Eu estava no picadeiro de Palermo – tudo lá na Argentina é patético. Nós amamos nossos queridos irmãos e companheiros que nos vão dar muito trabalho. Semana retrasada eu lá estava e já havia filas nas portas dos bancos. Só no mês de outubro retiraram 7 bilhões de pesos para comprar 2 bilhões de dólares. Não preciso dizer mais nada. Em um mês. E isso respingará em nós. É mais um aspecto indireto que terá de ser administrado.

Portanto, eu dizia, em 1989, eu assisti a uma situação patética e ao mesmo tempo engraçada: Carlos Menem num *rolls royce* entrando no picadeiro de Palermo. Ele estava assumindo com 2 meses de antecedência porque o governo de um democrata, de um civilista, de um grande homem criou uma mega inflação. Vejam que grandes homens são um perigo também. O grande Raúl Alfonsín teve de largar o governo, porque dentro da crise total era preciso que o Presidente eleito assumisse. Não é isso o que está acontecendo hoje? O Sr. Barack Obama, nas últimas horas, já deu 3 declarações oficiais – já tem plaquinha – e ainda não terminou dezembro. Não sei se o Bush sai antes. Portanto, estamos de fato, mesmo com o fator Volker, outro que não vai poder fazer milagre... O único milagre que ele fez foi colocar a taxa de juros na lua, o que pode vir a acontecer se houver um ataque especulativo contra o dólar. E os bonds longs é que vão denotar isso. Ontem caíram. Claro, o primeiro efeito é vamos correr para lá. Mas correr para lá? Aí vem a parte positiva sobre a qual devemos começar a pensar. Já mostrei o vale de lágrimas. Inclusive o Luís Paulo está mais atualizado que eu, porque aqui ainda está no penúltimo número, e ontem, se não me engano, a turma mais atualizada colocou lá 38. Então, o que era apenas uma seta indicativa virou realidade.

O mundo crescerá quanto? Não crescerá nada. Ou nada ou nada vezes nada. Óbvio que vamos ter que administrar isso. Coloco aqui o Brasil com 2,5%, que é parecido com os seus 2%. Mas um cenário de crash, que acho mais realista do que o cenário benigno, aí o Brasil cresce 1,5%.

Eu, particularmente, sou voto vencido nesses prognósticos. Acho que o Brasil estará mais próximo de zero. Dá para administrar porque nós estamos diante de uma situação tal qual eu descrevi.

Os riscos do Brasil são de origem externa e, portanto, sempre vêm por uma forte desvalorização cambial. Sem querer polemizar, também desconfio que o prognóstico, que era meu até trasanteontem, de 2, 2 e 10 para o dólar, tendo em vista a rápida e gravíssima deterioração, mostrada por ele mesmo, Luís Paulo, só não rodou o modelo, porque os preços dos produtos

de exportação estão caindo fragorosamente, e nós não cuidamos. Esse foi o grande equívoco nosso em relação à política econômica. Mais uma vez compramos a idéia de que somos meros produtores de commodities, que podemos comprar um ryder e ir para a praia de Maricá, que ninguém precisa trabalhar porque a soja vale 14 dólares, porque o petróleo está em 150 e vai valer 200 e mais não sei o quê, o que se traduz, obviamente, na idéia de que não precisamos de indústrias e de outras coisas. Precisamos. E quando o mundo voltar para o normal, se não estivermos preparados – aliás, diante de uma situação em que o mundo inteiro não quer comprar e, o pior, todos querem vender – realmente não me culpem se estivermos falando de dólar a 2,50, 2,60, e algumas situações do nosso modelo rodam também com 3 reais.

Portanto, Luís Paulo, vejo isso como o grande senão de tudo, que, apesar de estarmos hoje muito bem protegidos, pode causar uma desconfiança no real. Aí, curiosamente, tampouco é subindo juros que se resolve o problema. A fórmula do Meirelles funciona bem num país que está querendo correr, e o hiperconservador cavaleiro fica segurando a rédea. Mas não mais. Agora a sobrecarga de juros seria a paralisia da produção.

Portanto, o controle do regime monetário se dá pela estabilidade jus institucional que temos – China não tem –, solidez fiscal, que está próxima de acontecer, grande mérito da administração Lula, muito mais conservadora que a administração FHC, mesmo no segundo mandato. Estamos próximos dessa solidez fiscal. E acho que é função do Parlamento brasileiro estimular a contenção de gastos, porque temos o discurso da crise, sem prejudicar a parcela dos investimentos, exatamente para manter a dinâmica do crescimento e a projeção supranacional do Brasil.

De que se trata essa crise? Ela tem essa parte dramática para os Estados Unidos e para a Europa – pela primeira vez dizemos que, graças a Deus, não sou do Norte, eu sou do Sul – e, ao mesmo tempo, tem o que mais deveria nos interessar estrategicamente, o pós crise, quando temos a perda da hegemonia da moeda norte-americana e uma espécie de pré-candidatura não às Olimpíadas.

das ou à próxima Copa do Mundo. Isso é o de menos, embora seja importante. É uma olimpíada sobre que regimes monetários serão confiáveis no séc. XXI. E o nosso real, por incrível que pareça, é um dos poucos que se pode habilitar a tal. E é função do Parlamento brasileiro tudo fazer, tudo aprovar na direção do fortalecimento do regime monetário que se instituiu em 1994, pacificadamente com o belíssimo trabalho que um do Brasil político fez e que o lado oposto do Brasil continuou e aperfeiçoou. Portanto, é o Brasil pacificado em torno de um regime monetário. Isso é o que nos interessa. Vai vender automóvel? Meu prognóstico é que adianta muito pouco além de nada esse negócio de toma um dinheirinho aqui, toma um dinheiro lá.

O Brasil e os brasileiros comprarão mais se eles confiarem na moeda. Os brasileiros que vêem Ana Maria Braga, Jornal Nacional, Faustão etc. e tal já sabem que a viola está em cacos. Não adianta o Presidente Lula dizer: “Consumam”, porque eles pouparão, e são espertos em fazê-lo. Devem fazê-lo, como diz o Luís Paulo.

Agora, à medida que eles perceberem que o Brasil não é uma área imune, pelo contrário, e Brasília fazer uma avaliação correta da crise, sem desespero, porque não há motivo para tal, e começar a tirar oportunidades da crise, aí os brasileiros vão crescer no pedaço. Vamos passar um 2009 difícil, mas com possibilidades à frente.

Eventualmente, portanto, para preparar esse regime monetário existem 2 alternativas – poderíamos discutir muito sobre isso, mas eu vou ler rapidamente. A estratégia de hoje continua sendo a defensiva, a toada de sempre, a ladainha, principalmente com uma política de juros defensiva, de juros altos, expansão fiscal, gasto corrente. Às vezes, ali, do Palácio do Planalto, surgem essas idéias. Esta semana fizeram uma reunião para combinar como gastar. Estavam fazendo uma reunião ao contrário de tudo isso. E, finalmente, gastar. Eles não estão gastando. Reservas para segurar o câmbio, o que também não deveriam, como também mencionou o Luís Paulo.

A estratégia proativa é o contrário disso tudo: redefinir e conter despesa pública, fazer uma reforma tributária arrojada, o que

significa dizer repudiar a atual reforma tributária, me desculpem, não sei o que vocês acham disso.

Eu, como brasileiro, digo: por favor, não gastem tempo e tinta com essa coisinha, com essa bobagem. Eu não ia dizer bobagem, com o maior respeito. Mas não faz nada, não faz nada. Se não estiver a altura dos brasileiros de 20, 30 anos que esperam deste Parlamento idéias arrojadas, idéias de fato e que estejam compatíveis com o Brasil, que vai se tornar um dos líderes de bloco mundial, que é muito mais do que fazer reunião com 3 ou 4 bricks, que tem responsabilidade regional e supra-regional extraordinária, se não estiver a altura disso, melhor, como o Clinton, ir cuidar de algum estagiário, de alguma estagiária.

Então, a estratégia proativa começaria anunciando, para ainda este ano, déficit nominal zero. Isso ajudaria bastante o real e tudo que irá acontecer em seguida. E o Governo ia dizer: como farei isso? Não cortarei gastos. Aí vão dizer: milagre. Não, ficarei 10% mais produtivo. Cada médico, cada professor, cada homem da limpeza, cada funcionário da Câmara, ou do Senado terá que fazer uma conta de qual era a sua produtividade em 1º de janeiro e entregar 10% a mais, com o mesmo salário, ao fim de 365 dias. Um milagre, seria uma coisa extraordinária. É possível? O Presidente Lula tem carisma para desenvolver uma meta como essa? Claro que tem. Anunciar uma redução da carga tributária até 2020. Certíssimo, porque aí você joga no ponto futuro. Não vai desestruturar a arrecadação hoje, mas lenta, gradual e seguramente colocar como primeiro artigo da reforma tributária a diminuição dessa carga.

Caso contrário, não se estará fazendo nada; combinar com a Fundação Getúlio Vargas para acabar com o IGP. Coisas simples. Falo sempre com Carlos Ivan: aproveitem o dia 20 de dezembro, aniversário da FGV, e façam o sepultamento do Índice Geral de Preços, um índice contracíclico. Aumento da poupança previdenciária. Falar de poupança e não de gasto, porque gastar todo mundo sabe. O que não sabemos e tem de ser treinado é poupar, para chegar a uma taxa de investimento de 25% do PIB e crescer 6% ao ano, mesmo que o crescimento venha a ser zero em 2009.

Este é o desafio do Presidente Lula, e me desculpem o erro de concordância lá no finalzinho, de um Brasil – e aqui copio descaradamente a conclusão do Luís Paulo – “que tem tudo para sair vencedor dessa imensa crise”. Vencedor, que tem maturidade demográfica; que acaba de ocupar economicamente seu território nessa década, em que chegamos à nossa fronteira; que tem de ocupar um espaço político regional, e o está fazendo. Mesmo que os vizinhos fiquem um pouco bravos, tem que enquadrar cada um deles diante de uma missão, que é nossa da região, de nosotros, inclusive de uma parte da África, onde a China está chegando e já começa a competir, numa área que, cultural e etnicamente, é parte da nossa missão cultural. E avaliar que o Brasil, depois dessa crise, terá de assumir uma posição, e nisso o Presidente Lula está muito certo, em relação aos biocombustíveis etc. Não vamos fazer contas de curto prazo. Os termos de troca a favor de energia, se ela se tornará mais cara, tudo isso são coisas que teremos de fazer na crise para sermos um dos líderes, ou co-líderes, desses blocos que se formarão.

Os países já estão ou formados em blocos ou estarão formando blocos até 2050. A que bloco pertence o Brasil, pergunto eu? A que bloco pertence? É líder ou não desse bloco? Quais são as propostas que traz para ser um líder desse bloco? Tem ele uma estrutura tributária compatível para ser líder de bloco? É o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – uma entidade compatível com o reger um sistema de impostos no século XXI? Se não é, pega a caneta e elimina, com coragem, e haverá maneiras de fazer isso mais simplificadaamente.

Estou otimista e tenho certeza, como classificador de risco, de que o Brasil ainda se tornará verdadeiramente um *investment grade*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Hauly) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Hauly) – Eu não poderia concordar mais com os 2 expositores depois de tudo que venho defendendo nesta Casa nos últimos anos, especialmente em relação a esse elenco final a que V.Sa. se referiu, proporcionando a

nós e ao País, e que pode ser fornecido de graça para o Governo, de graça...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – É só copiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Hauly) – Só copiar. Eu tenho falado em déficit nominal zero e para o pessoal aqui parece que é grego.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Com orçamento equilibrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Hauly) – Deve ser grego, não é? Déficit nominal, se nós temos superávit primário? Eu disse: isso é uma enganação que inventaram no Brasil, dizer que se tem um superávit primário. Quando fecha o balanço, como é na velha partida dobrada de Luca Pacioli: com receita e despesa, empatou, é zero; o empate nominal, que é real.

Passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rocha Loures, autor do requerimento. Parabenizo S.Exa. pela iniciativa. A Comissão de Finanças e Tributação sente-se honrada com esse debate que irá proporcionar novas discussões na Casa. Na semana passada, foi realizada no Senado uma exposição desse nível; hoje, cabe à Câmara dos Deputados realizar este debate, engrandecido evidentemente com a participação destes 2 expositores: os professores Luís Paulo Rosenberg e Paulo Rabello de Castro.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Rodrigo Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROCHA LOURES – Obrigado, Presidente Hauly.

Cumprimento, com alegria e gratidão, os Prof. Luís Paulo Rosenberg e Paulo Rabello de Castro, que oficializam e contribuem com suas exposições, enriquecendo o acervo desta Casa. Como disse o Presidente Pedro Eugênio antes de V.Exa., Deputado Hauly, elas serão objeto de publicação desta Comissão. Tendo sido gravadas, solicitarei à TV Câmara que sejam divulgadas de todas as maneiras possíveis até a próxima semana a fim de que toda sociedade tome conhecimento das reflexões apresentadas aqui.

Boa parte das minhas questões virá após o registro que pretendo fazer em relação aos Deputados catarinenses membros desta Comissão que, imediatamente, a primeira coisa que fizeram,

aqueles que ainda estavam aqui, foi retornar ao Estado de Santa Catarina. Destaco os Deputados Paulo Bornhausen, Vignatti, Carlito Merss, Fernando Coruja e outros tantos membros desta Comissão que para lá foram para prestar apoio num momento de crise também, esta climática, que se abateu sobre Santa Catarina.

No plenário ao lado acontece reunião do Orçamento, que está em vias de finalização. Na semana passada, o Ministério do Planejamento revisou seus parâmetros em relação à arrecadação para o ano que vem, à taxa de câmbio, às projeções econômicas e demais variantes que compõem sua avaliação em relação ao crescimento do PIB que, segundo dados retirados nesta manhã do site da Câmara, registra a previsão de crescimento de 4,5%.

Como nas apresentações aqui há coincidência de percepções, 2,5% na visão do Prof. Paulo Rabello de Castro e 2% na visão do Prof. Luís Paulo Rosenberg, em primeiro lugar eu gostaria de ouvir dos senhores um pequeno comentário sobre o impacto orçamentário de acordo com o que já foi apresentado. É evidente que a matéria é complexa, mas acho que vale a pena calcular o que vai acontecer com a arrecadação e com o desempenho da capacidade de resposta do Estado brasileiro por conta dessa alteração de ciclo – vínhamos numa direção e agora a tendência é outra.

Gostaria de fazer outra reflexão. De certa maneira, parece que ainda estamos prisioneiros dos modelos mentais que nos trouxeram até aqui. Cito até o exemplo da Câmara dos Deputados e, de certa maneira, do Congresso Nacional. Há 2, 3 semanas ainda havia comoção no que dizia respeito à crise e, logo após o segundo turno das eleições, o assunto foi objeto de exame quando da votação das Medidas Provisórias 442 e 443, de certa maneira um resíduo da crise na Casa. Porém, aparentemente – e gostaria de ouvir se há uma explicação para isso, talvez tenha a ver com modelos mentais –, a sensação que se tem é que a crise, de certa maneira, é um assunto que tem pouca participação neste momento no Congresso Nacional, uma das razões pelas quais promovemos este seminário, e haverá sequência.

Portanto, gostaria de ouvir uma opinião sobre os modelos mentais.

Antes do início da reunião, conversava com o Prof. Luís Paulo Rosenberg, que citou uma metáfora interessante e precisa: quando se cai do vigésimo andar em direção ao solo, a sensação ao longo do décimo andar é de alguma movimentação, uma brisa, mas não há desconforto equivalente ao momento da queda. Pergunto então a que distância estamos de um efeito mais severo da crise.

Na minha opinião, parece que a crise financeira se ampliou e hoje é uma crise econômica. Portanto, ampliou sua presença e, com isso, seu impacto.

Quero falar ainda a respeito da rede social. Tanto o Prof. Luís Paulo Rosenberg quanto o Prof. Paulo Rabello de Castro, de maneira diferente, falaram sobre as pessoas comuns – o Seu João, padeiro, a Dona Maria, costureira, o cidadão comum típico brasileiro – que vão sofrer todos os efeitos e muito provavelmente não vão saber de onde eles vêm. Há grande preocupação de vários Parlamentares com o tipo de prevenção ou precaução que poderá ser construída ao longo dos próximos meses com o intuito de ampliar, se for o caso, essa rede social de proteção, seja em relação ao emprego ou àqueles que eventualmente vão sofrer os efeitos da crise sem a capacidade de resposta.

Em relação aos juros, estive ontem aqui o Presidente Henrique Meirelles, num evento muito prestigiado. S.Exa. também falou sobre as despesas. Inclusive disse em matéria do jornal Valor Econômico que, na sua ótica, é realmente importante fazer um trabalho para reduzir as despesas do Governo Federal e manter ou ampliar o investimento. Parece ser uma receita comum, há consenso de boa parte dos economistas em relação a reduzir as despesas, e não sei por qual mecanismo isso é possível ser feito na prática, e a tentativa de manter os investimentos.

Também foi dito aqui, utilizando exemplos norte-americanos, sobre a gestão da crise. Uma gestão aparvalhada ou fantasiosa, quase cênica – e essa foi uma lembrança do Prof. Paulo Rabello de Castro em relação ao Greenspan; uma construção teatral, quase cínica; um arranjo, um concerto, uma combinação, um acordo para sustentar as aparências. Agora, a crise é saudável porque desnuda essas partes e faz com que a realidade se mostre como é, e aí tende para o equilíbrio. Não sei até que ponto isso

acontece no Brasil, mas a crise tem a vantagem de revelar os contornos reais das situações, porque ela se impõe pelos seus contornos verdadeiros.

Em linhas gerais, sem entrar muito no aspecto técnico – até tenho aqui os principais parâmetros e projeções do Orçamento para o ano, e é simbólico, porque estamos falando disso agora, neste mesmo instante, na sala ao lado, antes de ser levado ao plenário; está sendo votado o Orçamento, o que acho muito importante.

Quais as oportunidades do Brasil no que diz respeito à crise? Partindo da premissa, usando a metáfora citada pelo Prof. Paulo Rabello de Castro, que o Juquinha, que não pegou catapora por alguma razão tem lá um metabolismo, uma genética que o qualifica de maneira oportuna para o momento, quais oportunidades podemos vislumbrar para que realmente saíamos dessa crise mais fortes e numa condição político-administrativa e econômica de liderança e não de aprisionamento?

Em relação ao desenho do sistema financeiro, muito tem sido dito sobre qual seria essa nova ordem. Não sei se já existem exemplos, se podemos nos apoiar em alguma realidade do passado, em algum exercício do passado na tentativa de tapar os buracos do passado, abertos por incompetência, irresponsabilidade, má gestão, especulação ou por qualquer razão que seja. Mas esse processo da desalavancagem provavelmente vai gerar, além da regulação do mercado, um redesenho, e não sei se já existe em algum lugar uma leitura ou, talvez, uma área que possamos estudar, nos apoiar; se já existe alguma vacina, algum anticorpo disponível dentro das correntes econômicas.

Quase todos os dias tenho procurado colecionar notícias de jornais para ver se elas fazem sentido numa mesma edição, e não fazem, continuam não fazendo. Esse foi um experimento que me auto impus. Hoje, por exemplo, o jornal Valor Econômico traz uma notícia de capa dizendo que a China reduz a sua taxa de juros; na página 3, uma matéria sobre o setor de saneamento, e o pessoal de lá diz que não há crise; há ainda outras informações dos governadores sobre reforma tributária, ou seja, opiniões extremamente diversas. Imaginando que alguém descesse no planeta Brasil hoje e, munido de um exemplar de qualquer

jornal brasileiro, procurasse tirar uma opinião do que está acontecendo, o grau de confusão seria muito grande.

Então, queria perguntar se, na opinião dos senhores, nós vamos em algum momento estar todos de acordo com relação ao que está acontecendo, porque me parece que a bruma, a névoa, o desencontro ainda é muito grande e isso não ajuda para que nós possamos, na lembrança do Prof. Paulo Rabello de Castro, como legisladores e fiscais da República, agir não vou dizer de maneira unânime – porque aqui poucas vezes conseguimos ter unanimidade; esta é a Casa do contraditório –, mas com a grande maioria convergindo para uma posição comum.

Há também muita conversa nos corredores da Casa, aqui e no Senado, com relação ao grande momento de impacto, qual seria o momento de impacto para o Brasil. Fala-se muito que no terceiro trimestre, no segundo semestre do ano que vem, a desaceleração do ciclo econômico brasileiro ficaria muito mais exposta. Se fosse possível, também queria ouvir o comentário dos senhores a esse respeito.

Queria agradecer também a presença do Governador Rigotto, que esteve aqui conosco e está acompanhando reuniões referentes à reforma tributária, e também fazer uma justificativa, a pedido de outros Parlamentares, principalmente do Nordeste brasileiro. Está havendo uma reunião dos Governadores do Nordeste com o Ministro da Fazenda, e alguns Parlamentares estão acompanhando esses Governadores.

Este debate é fundamental, e eu, pessoalmente, que sou um otimista realista, estou profundamente interessado, como o Presidente Pedro Eugênio está, em dar a nossa colaboração, da Comissão de Finanças, para justamente criar essa vacina possível, usando o mesmo princípio que usamos na Frente Parlamentar Ambientalista, da precaução com relação aos efeitos do aquecimento global, para fazer do Brasil mais forte, sabendo que ele participa desse movimento global nas suas extremidades – e aí tratamos o Brasil como central e o resto do mundo como extremidades.

Agradeço muito pela presença aos senhores, que nos enriquece, nos enobrece. Os senhores nos honram com sua presença.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo também a V.Exa. por ter dado oportunidade e apoio para este encontro. Sei que V.Exa. pretende conduzir novos encontros, porque está tão preocupado ou mais do que eu com a crise econômica e seus efeitos, principalmente para os mais pobres, que não sabem de onde virá a pressão, nem quão forte ela será.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado, Deputado Rocha Loures, autor do requerimento que nos está propiciando este encontro tão importante.

Vamos ouvir os demais inscritos para dar, então, oportunidade para que os comentários dos nossos painelistas sejam abrangentes e se refiram a todas as intervenções.

Vou passar a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Muito obrigado, Sr. Presidente Pedro Eugênio. Mais uma vez parablenho esta Comissão, o Deputado Rodrigo Rocha Loures pela iniciativa de termos a presença de 2 tão ilustres convidados, expositores com larga experiência na academia e também no mundo empresarial, no mundo econômico brasileiro.

Sras. e Srs. Parlamentares, estou especialmente satisfeito pela sequência desta semana, que já vem há 2 ou 3 semanas, quando participei, em São Paulo, de reunião na FIESP com o Conselho Superior de Economia e ouvi a exposição do Prof. Belluzzo. Ouvimos também empresários. Estavam lá o Deputado Carlito Merss, outros Parlamentares. Depois, novamente o Prof. Belluzzo esteve no Senado, semana passada. Também semana passada ouvimos e vimos a exposição de representante do Tesouro Nacional; esta semana, a exposição do Presidente do Banco Central – ontem, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal; e ouvimos ontem de manhã, aqui na Comissão de Finanças, a Secretária da Receita Federal, com todos os indicadores positivos do ponto de vista da atual política econômica do Governo Lula, que é a política do Plano Real, que vai para o seu quarto mandato.

Este é o quarto Governo do Plano Real, da estabilidade econômica, da prudência, da responsabilidade – dentro dos parâmetros, evidentemente, deste Governo. Na minha maneira de

pensar, deveria ser mais rigoroso, mais eficiente, com reformas profundas, com ajustes das contas públicas realmente para obter superávit nominal, para obter poupança, para, com essa poupança, fazer investimento público, que não existe de forma direta pelo Poder Público Federal, pelos estaduais e municipais.

Hoje a capacidade de investimento do Estado brasileiro é mínima perto do tamanho da arrecadação que nós temos. Nós temos uma gigantesca arrecadação, de Primeiro Mundo, e uma capacidade de investimento de quinto mundo, porque nós não temos poupança, não temos nem superávit nominal. Continuamos gastando 3% do PIB a mais do que arrecadamos. O que o Governo brasileiro arrecada, 36, 37, acaba gastando 40% do PIB, e o que sobra é para a população.

O que é pior dentro dessa avaliação – e quero aqui também concordar com o nosso companheiro Paulo Rabello de Castro – é a má qualidade da reforma tributária. Ela não leva a lugar nenhum. Ela não vai produzir crescimento, ela não produz diminuição da carga, ela não produz distribuição de renda; ela é um rearranjo que não leva a lugar nenhum.

Espero que as autoridades do Governo Lula, do Congresso Nacional, que defende o Governo, com a participação das oposições, revejam esse projeto em função dos debates que estão sendo acentuados nessas últimas 2, 3 semanas, porque aqui é a ilha da fantasia. O que traz luz para a ilha da fantasia é o Parlamento, que traz as idéias, as palavras dos que são convidados a expor suas idéias, quando nós vamos e voltamos do interior do Brasil para a Capital Federal. Aqui nós trazemos luzes, porque as autoridades estabelecidas dos 3 Poderes em Brasília não têm vasos comunicantes, a não ser os relatórios frios, que vão retratar um outro Brasil que está aqui no relatório da Receita Federal e do Banco Central – e a crise não chegou ainda aos relatórios.

A crise está lá no mundo real, lá na produção agrícola. Quando o produtor precisa de 40 mil reais, se ele vai ao Banco do Brasil, o banco lhe dá os 40 mil, mas quer que ele fique com 20 mil reais depositados. Ora, o que ele vai fazer com 20 mil reais em garantia depositados no banco, se ele precisa de 40 mil reais para produzir?

No mundo real, os bancos privados não estão dando capital de giro para as cooperativas do Paraná. Dá aquele efeito que o Prof. Rosenberg coloca: daqui a pouco ninguém mais empresta para ninguém. Está estabelecida uma crise por interpretação, muito bem colocado. Vão acreditar que não há crise?

Até aqui nós pagamos caro. São 14 anos e 10 meses do Plano Real, da estabilidade econômica. O Brasil foi o país que pagou mais caro no mundo para ajustar suas contas. Nenhum país do mundo pagou tanto; nenhum povo se sacrificou tanto em tributos, em juros, em má prestação de serviço público, que é de baixa qualidade. Temos estradas ruins, portos ruins, aeroportos ruins, com uma carga tributária gigantesca. Então, nós pagamos caro para ter essa estabilidade econômica que temos. Ela é o bem mais precioso que nós temos depois da democracia – primeiro a democracia, a conquista política; segundo, a estabilidade econômica. É caríssimo. Isso vale para nós, que já fomos Governo, para os atuais que são Governo e para todos aqueles que pretendem ser Governo no Brasil. Então, nós pagamos caro.

Agora, o que temos que fazer? Completar o ciclo, ajustar as contas. Eu disse ontem ao Presidente Arlindo Chinaglia – eu fiz um discurso, ele não prestou atenção, e eu lhe pedi um minuto da sua atenção, porque eu estava propondo um pacto, um plano de ação entre o Governo, o Congresso e a sociedade. Falei: “Presidente Arlindo Chinaglia, eu estou propondo que esses projetos que aumentam despesas e que diminuem receita sejam contidos até que a crise se resolva.” Aí ele parou, eu terminei de falar. Foi 1 minuto, porque eu falei 3 minutos, ele não prestou atenção; por 1 minuto, ele prestou atenção. Aí fui ao pé da orelha e ele disse: “você tem razão”. Mas de ter razão à ação é que nós não vemos nenhuma atitude, pois o que é preciso é uma atitude concreta de entendimento.

Para o projeto de reforma tributária vamos retomar isso numa nova perspectiva. Vamos olhar os sistemas tributários das maiores nações do mundo e vamos copiar porque, com certeza, vai ficar 100 vezes melhor do que a que temos aqui.

O sistema tributário brasileiro – e aqui é para o Deputado Ivan Valente – é o sistema mais capitalista selvagem das galáxias. Não

tem sistema que tome mais dinheiro dos pobres do que o brasileiro. Não tem nada mais neoliberal, desumano e anticristão. No Brasil, o trabalhador que ganha até mil reais paga até 48% de carga, enquanto o da categoria A e B paga 26%. Esse é um grande problema para os trabalhistas, que se dizem socialistas, que estão no Governo e de todos aqueles que defendem o socialismo.

A carga tributária de quem ganha mil reais não poderia passar de 10% da carga, o que daria uma grande capacidade de poder de consumo às massas trabalhadoras e faria a movimentação da economia interna. Com isso nós teríamos o fortalecimento das pequenas e microempresas, do cooperativismo. As microempresas significam 20% do PIB nacional. Poderíamos ativar e fortalecer mais a legislação das pequenas e microempresas com a neutralização total da carga tributária e estimular o consumo das massas trabalhadoras, porque o grande mercado que se abre é o interno.

Nós temos que nos concentrar em fortalecer a economia interna, diminuir um pouco a riqueza dos muito ricos que estão cada vez mais ricos neste País. Eu vejo a acomodação da bolsa de valores e sou patrocinador das 2 últimas leis das S.A. no Brasil. Da primeira eu fui relator e fui autor da última, que acabou criando o novo mercado. As empresas estão saudáveis, produzem lucro maior do que qualquer outra empresa do mundo. As empresas multinacionais produzem no Brasil os lucros maiores do mundo; até ajudam no balanço das suas empresas na matriz. Então, nós temos é que nos preocupar no sentido de que o mercado acionário se acomode dentro de um patamar que não mais vai ser aquilo que era. Ele vai acabar se acomodando, os preços das ações vão se acomodar, mas nós temos que fortalecer, Deputado Pedro Eugênio, a pequena e a microempresa e o cooperativismo para fortalecer e solidificar nossa economia, o ajuste fiscal, na linha que o Sr. Paulo Rabello de Castro propõe, para poder produzir poupança, um acordo de produtividade.

O Presidente Lula tem condição política e carisma para isso, mas evidentemente ele precisa ouvir. É hora de o Presidente sentar com as oposições e discutir tudo isso para fazer o processo de ajustamento da economia brasileira.

Eu quero dizer que estou realmente extremamente satisfeito com este debate. Este, sim, é o verdadeiro debate que nós queremos estabelecer para poder fazer mudança de paradigma da economia brasileira. É a oportunidade que surge. Como diz o Paulo, é a hora de valorizar o real, é a hora de valorizar as nossas coisas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado Deputado Hauly.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Quero parabenizar o Deputado Rocha Loures e agradecer o convite que S.Exa. me fez em plenário para vir a esta Comissão. Eu não sou membro desta Comissão, mas da Comissão de Educação da Câmara, mas ontem eu fiz um discurso de 30 minutos sobre a crise e havia poucos Deputados no plenário. A Câmara costuma debater muito o varejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – V.Exa. tem apenas 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – ... e não o atacado.

É bom porque tem pouca gente. A única coisa boa de ter pouca gente é poder dialogar mais com os expositores e interlocutores que, de fato, são pessoas de reconhecida capacidade dentro desse campo de pensamento.

Ouvindo o Deputado Rocha Loures e a parábola do Prof. Rosenberg sobre o sujeito caído, eu me lembrei de um texto do Lenine, chamado “A catástrofe iminente e os meios de a conjurar”, só que é da época fatídica da Revolução Russa.

Eu acho que ainda não foi percebida a profundidade dessa crise. Concordarmos sobre isso. Eu acho que a gravidade e a profundidade da crise ainda não foram aquinhoadas no seu impacto internacional e nacional. E, digo mais, é difícil analisar a profundidade da crise, porque o sistema criou tal mecanismo que não é capaz de avaliar a situação dos bancos internacionais. E é por isso que, às vezes, o Governo americano toma uma medida e o Gordon Brown toma outra, e eles voltam atrás. Isso ocorre porque eles não sabem se socorrem ou não socorrem. Eles mesmos

criaram um mecanismo com tal irresponsabilidade, parece-me, e não se fala disso.

Nós temos de falar de mudança de modelo, nós temos de discutir o papel do Estado. Não podemos simplesmente ficar discutindo qual será o impacto da crise, se ela vai durar um ou dois anos. Não basta isso. Como pode haver um mínimo de racionalidade? O capitalismo não é racional, na minha opinião. Eu estou do lado de lá, então eu vou analisar a crise do ponto de vista do trabalho, e não do capital, embora eu vá analisar o impacto do capital.

Eu quero dizer que numa economia – os professores sabem melhor do que eu – em que o PIB americano é de 14 trilhões de dólares, mais ou menos, e o PIB mundial está em torno de 60 trilhões de dólares, fala-se que a economia de papel e de títulos criados uns sobre os outros, uma economia complexa de derivativos, etc., está em torno de 600 trilhões de dólares! É isso o que eu tenho lido. É muito mais do que isso, é uma alavancagem que não tem lógica, não tem correspondência com o mundo real.

A outra coisa é que se ganha dinheiro em cima disso, tanto que a crise chega na economia real por aí também. Menciono a situação da Sadia, da Votorantin, da Aracruz, entre outras, com seus derivativos. Desconfio que foi estimulada pelo Banco Central do Brasil a especulação com o dólar futuro. Eles foram estimulados: “O dólar está baixo, vocês precisam ganhar de alguma maneira. Especulem com o dólar futuro.” Agora chegou a hora da verdade.

O problema principal é o seguinte: como é que um país... Não caberia a cada brasileiro questionar isso? Não está na hora de contestar? A crise nasceu nos Estados Unidos, ela tem maior profundidade lá, ela se espalhou pelo mundo todo porque é financeira, interligada; mas, por incrível que pareça, a moeda americana se valoriza. Como é que os senhores explicam esse mecanismo para um simples mortal? É lógico que os economistas sabem o que é Breton Woods, sabem que não há crise cambial para americano porque americano roda dinheiro. E nós ficamos olhando e falando: “Sim, senhor, corremos para o título do Tesouro americano.” Os europeus, os japoneses, os chineses e os árabes, detentores de petróleo, fazem a mesma coisa. Então, como é que os americanos,

que podem ter um déficit público de 1 trilhão de dólares e podem ter uma dívida pública de 10 trilhões, vêm-nos ensinar a fazer arrocho fiscal no Brasil? E ninguém contesta isso? É essa a questão, professores. Como vamos aceitar o modelo americano, se eles dizem: “Façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”? Está tudo errado! Nós não podemos continuar enganando o povo.

Observem o que eu disse no plenário, são dois pontos. O Presidente Lula liberou 4 bilhões para as montadoras, a fim de que peguem crédito, e mandou o povo comprar mais carros, para que a produção se mantivesse. O Governador Serra, seu chapa de São Paulo, fez a mesma coisa. Foram mais 4 bilhões. São 8 bilhões! No dia seguinte sai a notícia nos jornais: “Remessa de lucros das montadoras brasileiras é de 4,8 bilhões de dólares”, ou seja, 11,5 bilhões de reais. Como é que os senhores explicam isso para o povo? “Comprem carro por quatrocentos reais em seis ou oito anos, consumam!” Mas com dinheiro de onde? Público. Ora, isso é insano, não é possível!

O Professor Rosenberg desenhou as curvas a partir da realidade, e todas elas são terríveis. Todas apontam subidas e descidas, cada uma com suas características, que são catastróficas. Nós sabemos que o Brasil é um país dependente, totalmente interligado ao sistema. Quero até fazer uma pergunta aos professores, que são muito bem informados – embora, Professor Rabello, até a agência de risco tenha falido nos Estados Unidos, fiquei sabendo. Eram aquelas que davam as notas. O negócio está feio!

O problema é o seguinte: como nós apontamos saídas que ataquem as vulnerabilidades da economia brasileira? Essa é a principal pergunta a que quero chegar.

Quando o Deputado Luiz Carlos Hauly fala que queremos déficit nominal zero, que é a proposta do professor, tudo bem, mas quanto se gasta de juros? Quanto se consome de juros? Fala-se em reforma tributária, em se reduzir a carga, com o que concordo. Concordo integralmente com V.Exa. que a proposta atual... É o imposto sobre consumo. Não se taxa a propriedade, a renda, neste País. É preciso outra reforma tributária. Acho isso também, concordo com V.Exa. Mesmo que se arrecade e arrecade, se se derivam centenas de bilhões de reais para pagar juros da dívida

e não se tem um mecanismo de renegociação, se se aceita passivamente isso, porque isso desestabiliza o mercado... Então, isso não pode ocorrer.

A taxa de juros no Brasil foi a única que não caiu no mundo todo. Todos os países derrubaram a taxa de juros, aqui não. Por quê? Porque rigorosamente o modelo do Meirelles e do Banco Central é este: o capital rentista. O equilíbrio do sistema está em cima do capital financeiro, só que a crise está chegando à economia real, está chegando pesada!

Peço perdão pelo tempo e quero finalizar dizendo que, apesar de tudo – e vários economistas, como o Marcio Pochmann, o Reinaldo Gonçalves, o Ricardo Carneiro, o Beluzzo, que foi citado, podem ser chamados, juntamente com os professores, até para se comparar –, acho que está na hora de se tomarem outras medidas, considerando-se a vulnerabilidade da economia brasileira, essa lógica das commodities – e concordo com o Professor Paulo Rabello –, que era aquela alegria do agronegócio, que “vai durar para sempre”. Nós reprimarizamos o País. Não há exportação de valor agregado. Todo mundo bate palmas, o Banco do Brasil financia. Agora chegou a hora da verdade. Da onde vai sair dinheiro? Não vai!

Há o problema dos juros e da dívida pública. Tenho uma proposta de CPI da dívida pública, para se analisar, fazer auditoria da dívida pública. “Mas isso é blasfêmia.” Não é blasfêmia! Controlar fluxos de capitais é possível. Controlar câmbio é possível. Os senhores sabem por quê? Isto foi uma tirada: isso é soberania nacional! Os países podem adotar políticas econômicas diferenciadas para se defenderem de determinadas medidas. Podem, não sei se vão fazê-lo, mas podem. Têm de ser analisadas essas propostas.

Quero agradecer aos professores. Perdi minha viagem a São Paulo, mas fiquei satisfeito com o debate. Agradeço mais uma vez ao Deputado Rodrigo Rocha Loures. É um prazer ouvi-los. Discordo de muitas questões, nem tenho tempo de abordá-las, mas quero defender um ponto de vista um pouco diferente. Acho que há outras saídas. Quem é que vai pagar a conta da crise ao final das contas? São os trabalhadores, é o povo brasileiro; assim

como os americanos lá, mas de outra forma. Nós somos periféricos, somos do Terceiro Mundo.

Temos de aproveitar as oportunidades que se abrem para sair quebrando nossas vulnerabilidades, baseadas em várias questões, que não tive infelizmente tempo de abordar aqui, até para a resposta dos nossos debatedores. As vulnerabilidades são muito graves, mas não se resolvem senão com muita ousadia. Digo que não o faremos com receitas que o Henrique Meirelles trouxe do Banco de Boston.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Com a palavra o Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI – Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade, uma vez que não sou desta Comissão. Sou da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. E lá também temos tido essa preocupação com a crise financeira mundial, que hoje está vindo para o setor produtivo e de consumo e, conseqüentemente, está afetando todo mundo.

Quero fazer algumas seguintes perguntas, sendo bem prático. O Deputado Ivan Valente tocou no assunto da remessa de dinheiro para o exterior. Sabe-se que no ano passado, a remessa cresceu 170%, numa situação aparentemente até especulativa. Como construir uma barreira para que isso não aconteça nesse sistema?

Em segundo lugar, temos certeza de que essa crise surgiu lá fora. Não se trata de uma crise interna. Como ficou bem demonstrado pelo Banco Central, a crise não é nossa. A metáfora que o senhor citou, a da catapora, para mim foi exemplar – sou médico, neurocirurgião. A ausência do Estado, completamente, foi a causa principal da crise, no meu entender.

E eu fui um crítico dos nossos juros e principalmente do custo que estava havendo com a manutenção e o crescimento da reserva financeira que estávamos fazendo, em todas as vezes que o Ministro Meirelles esteve aqui. Agora fui obrigado a reconhecer, pela exposição que S.Exa. fez para nós, pela crise, que S.Exa. estava certo, porque nossa dívida pública hoje está no valor mais baixo em que já esteve, próximo de 98, época do Itamar. Aliás,

corrijo o Deputado Luiz Carlos Hauly: o Plano Real tem 5 mandatos, então.

Portanto, houve um ganho tremendo para o Brasil. Nossa dívida nunca esteve tão baixa em relação ao nosso PIB, e o próprio juro que estamos pagando... Fui falar para S.Exa. que estávamos pagando juros demais, mas S.Exa. mostrou que estava caindo percentualmente o que se paga de juros. Nominalmente está aumentando, mas percentualmente está caindo.

Fiquei mais intrigado ainda porque sou um defensor da reforma tributária há muito tempo. Se eu pudesse, implantaria o imposto único e outras coisas que são inevitáveis.

Ouvi o Presidente Lula conversando com aquele conselho que S.Exa. montou com 100 empresários e dizendo que reforma tributária, no entendimento de S.Exa., era sempre muito boa, e todos tinham uma boa. Mas sempre a de S.Exa. era a boa, em prejuízo da do outro, porque não havia um consenso. E estamos ouvindo nesta Câmara dois discursos. Ouvi nosso amigo Deputado Luiz Carlos Hauly falando, mas o discurso da Oposição é que a crise está muito grave e que temos de tomar várias providências. Acho que a crise, até este momento, só foi vantajosa para o Brasil, só trouxe lucro. Diminui a dívida interna, etc., o que até deveria ser mais divulgado. Se não tivesse havido a crise, eu continuaria achando que o Banco Central estava errado. Com a crise, ele mostrou que estava certo, no meu entendimento. Mostraram-se os dados ontem.

Contudo, o que vamos fazer daqui para frente. Eu acho que essa é a pergunta.

Na reforma tributária, acho que há alguns avanços. Estou com uma cartilhazinha que a CNI fez defendendo o seguinte: a desoneração dos investimentos, por meio do cronograma de redução do prazo de utilização dos créditos do ICMS e do IVA-F sobre os bens de capital; a desoneração das exportações, que é o recolhimento do ICMS para o Estado de destino; a possibilidade de transferência a terceiros de saldos credores do ICMS e do IVA-F, após implantação do sped; a desoneração da folha de salários; o cronograma de redução da contribuição patronal ao INSS; a extinção do salário-educação; a simplificação, como a redução do número de tributos; a

unificação da legislação do ICMS; a não-cumulatividade; o fim do regime cumulativo do PIS e COFINS; o uso de crédito sobre bens de uso e consumo do IVA-F; as garantias aos contribuintes; a criação do Código de Defesa do Contribuinte; a permissão para transação tributária; prazo máximo para pronunciamento quanto ao aproveitamento de crédito tributário após a implantação do *spread*.

Esses são avanços. Contudo, se cada um tem a sua reforma e se ela pode não sair este ano, pela discussão que há no Parlamento de que ela não pode sair este ano e de que devemos discuti-la no ano que vem, em fevereiro – este foi o discurso que fez hoje o Líder do PMDB –, acho que estamos perdendo. Poderíamos ter, agora, um pequeno avanço, durante essa janela política que pode ocorrer, em vez de querermos mais. Nós já não conseguimos o mínimo que já está proposto, e o Relator tem dito que está aberto a sugestões, a discussões.

Era isso o que tinha a dizer. Não sei se me fiz entender.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Muito obrigado, Deputado Dr. Ubiali.

Com a intervenção do Deputado Dr. Ubiali, nós concluímos as intervenções dos inscritos.

Estou um pouco tentado a entrar na discussão, mas considero que o horário já está bastante avançado e seria importante termos um tempo para os nossos ilustres convidados, que nos brindaram com intervenções oportunas e da melhor qualidade.

A Comissão de Finanças e Tributação, tendo recebido vários requerimentos de audiência pública, entendeu não chamá-las de audiências públicas isoladas, mas denominá-las como parte do primeiro ciclo de discussão sobre a crise e seus efeitos no Brasil. Entendemos que somente um ciclo de debates – eram três ou quatro – não será suficiente. Teremos que fazer outros ciclos de acompanhamento dos efeitos da crise sobre a nossa economia.

Passo a palavra, pela ordem de intervenção, ao Professor Luís Paulo Rosenberg, para as suas considerações sobre as intervenções e também para as suas intervenções finais.

O SR. LUÍS PAULO ROSENBERG – Eu queria agradecer as questões formuladas, todas elas extremamente pertinentes. Vou responder na ordem.

Primeiro, quanto à colocação de como fica a situação, se a nossa projeção é 2%, e o Orçamento está sendo feito com 4,5%, eu acho muito sério esse assunto. Eu acredito que uma projeção orçamentária envolve dois universos. O primeiro é o universo de hipóteses exógenas, aquilo que nada tem a ver com o Orçamento mas que condiciona diretamente o número a que se vai chegar. Ninguém no Brasil tem melhores condições de projetar receitas do que a Receita. Contudo, quanto aos parâmetros do mundo com que ela é alimentada, acho que se trata de uma decisão política que é tomada. Trabalhar com o Orçamento de 4,5% é certeza de que vamos ter problemas orçamentários no ano que vem, porque não dá 4,5% de jeito algum. Não quer pegar o nosso 2%, quer fazer com 3%? Quer, talvez, num ano de crise, trabalhar com intervalo, num cenário com 1% e 3%, para poder voltar, numa análise de sensibilidade? Só não faça com 4,5%, porque isso é “correr para o abraço”: O prejuízo vem, com certeza.

Quanto ao descaso em relação à crise – houve um momento de mobilização e depois se relaxou –, se os senhores olharem para a curva do Paulo, que analisou os dados, verificarão que estamos na fase da negação: “Se é tão grande, se é tão inevitável, é melhor negar do que perder o sono.” Eu acho que o Congresso não poderia entrar nessa, por isso eu acho importante... Reparem a diferença de minhas origens e trajetórias profissionais com as do Paulo. Eu sou filho de cassado, líder do Partido Comunista; tive o privilégio de votar no Deputado Ivan Valente ao longo da vida, e chego aqui e tenho um discurso igual ao do economista do Democratas. Isso é muito grave entre economistas, não acontece toda vez! Realmente isso tem a ver com a inexorabilidade do cenário que se apresenta. Portanto, acho que os senhores deveriam realmente assumir que será um Brasil indesejável o que nós teremos no próximo ano.

Quanto à rede social, acho que há consenso. Agora, da extrema direita à extrema esquerda, pelo menos isso vamos fazer. Sou totalmente contrário a essas redes empresariais. O Executivo

brincando de Deus e jogando raios e benções em cima do sistema produtivo não faz o menor sentido. Contudo, facilitada a agilidade do ajuste, para que ele venha o mais rápido possível, que se recolham as vítimas debilitadas e se dê o apoio. Eu acho que isso deveria ser um item do Orçamento de 2009 extremamente robusto.

Quanto à questão de juros e despesas – e esse ponto tangencia a questão da reforma –, como alguém pode ser contra uma reforma que faz coisas boas? No fundo, esse é ponto abordado por V.Exa. Desde que não se ache que se está fazendo uma reforma, nada tenho contra as coisas boas. Como paulista, eu fico perplexo ao ver representantes da Bahia, de Mato Grosso, de Goiás, do Ceará, Estados que estão usando o instrumento político e econômico da concessão de estímulos para atrair na indústria, caindo na conversa da guerra fiscal. Se não há guerra, São Paulo vai continuar sendo o maior, e o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Não é possível que não haja a guerra. Assim como existe guerra entre empresas, tem que existir, sim, guerra entre Estados, para que as suas vocações sejam amplificadas e possam libertar-se da pobreza. Olhem a história de Goiás e de Mato Grosso! Que coisa bonita se construiu! E isso ocorreu exatamente porque chegou uma hora em que o Governador disse: “Em vez de fazer uma fonte luminosa, a prioridade do meu governo é atrair a indústria XPTO com um mínimo de subsídio, com transparência, tudo isso.” Não quero acobertar os desvios que possam haver nesse sistema, mas nunca se deve tirar da mão de Estados emergentes o poder de direcionar o seu crescimento.

O crime capital da reforma é o seguinte. Meus amigos, não há possibilidade de se ter um país dinâmico, um país que cresça como uma China, como uma Índia, com 40% de carga tributária. E como vocês disseram bem, trata-se de uma carga tributária que não retorna sob a forma de eliminação de pontos de estrangulamentos da infra-estrutura, sob a forma de um padrão de educação superior inédito. Nada! É funcionário público, é aposentadoria, são juros. Isso não gera riqueza. É um imperativo da necessidade de crescimento a diminuição da carga tributária.

Para mim, reforma tributária aqui no Congresso é o seguinte: “Nós vamos diminuir a carga tributária, não importa se será à vista, a prazo, com déficit zero. A nossa filosofia é a seguinte: eu vou diminuir a carga, eu vou voltar a ser o que é um país emergente, alguma coisa perto de 20%. E agora vamos ver como eu faço isso, como mexo no gasto, etc.” Ou se faz isso ou, então, é engodo. Chamem do que quiserem. Eu gosto de “diminuição de impostos”, eu gosto de “simplificação”. Contudo, que o fulcro de uma reforma tributária, num momento como este, seja a União propondo medidas radicais no imposto do Estado, então eu não entendo mais nada! Está funcionando há mais de trinta ou quarenta anos. É Federação isso aqui? A União deveria propor medidas a seus impostos e deixar o nosso ICMS, que está funcionando de alguma forma, com aprendizado, com amadurecimento. Lembrem-se do nosso querido Osires, da Receita Federal, que dizia que imposto bom é imposto velho. Ele tinha toda a razão. Por isso, digo que, se é para mexer num negócio desses, que se faça isso de uma vez por todas.

Portanto, quanto à questão dos juros, eu acho que os senhores não vão encontrar interlocutores aqui. Nós dois achamos que é excessivo, que sempre foi excessivo, que há excesso de cautela. Contudo, há erros errados e erros certos. Erro errado é quando a motivação já é errada; por exemplo, uma reforma tributária que não diminui a carga.

O que o Banco Central está dizendo para nós – e, como crítico dele, acho importante que isto seja dito, pois o Meirelles não é um espelho do que o Banco de Boston gostaria que se fizesse – é o seguinte: “Vocês aprenderam o que o povo brasileiro sofreu com a inflação? Vocês viram algum jeito pior do que a inflação para punir o povo brasileiro? Não? Aprenderam, depois de 30 anos, em que vocês defendiam tudo de errado porque achavam que não é mais importante crescimento do que inflação? Muito bem, eu quero dizer aos senhores que ainda não nos livramos desse mal, porque quarenta anos de amancebamento com essa tal de inflação geram distorções neurológicas de DNA. Todo cuidado é pouco! Cachorro que sentiu o gosto de sangue? Abata-o, porque ele vai comer o dono!

Esse tipo de preocupação existe no Banco Central. E ele diz o seguinte: “Eu sei que eu vou ser condenado no futuro, eu sei que modelos econométricos vão provar que eu cobrei mais juros do que eu devia, mas, pelo amor de Deus, é a taxa de sacrifício que vocês vão pagar para jamais permitir que a classe baixa seja tão penalizada quanto foi.”

Eu sou economista, eu tenho modelos econométricos, eu me sinto seguro quando digo “baixem esses juros, porque estão excessivos”, mas eu entendo o que ele está falando. Eu sou muito mais leniente com ele como, vamos dizer, colocação filosófica do que meramente descartá-lo como um “chicagão” da vida, um alienado, um estrangeiro que só quer defender o capital, e não o trabalho. Acho que um pacto – e isto foi mencionado aqui –, que conseguimos estabelecer no Brasil, que permeia a continuidade de Fernando Henrique e Lula, é exatamente este: “Caramba, como pudemos ser tão imbecis, o último país do mundo a se livrar de inflação?!” Portanto, os excessos cometidos no evitar esse mal, eu os combato, mas guardo certa tolerância e simpatia.

Quanto ao questionamento do Deputado Rodrigo Rocha Loures – “Como fazemos para o País sair forte?” –, digo que ele não vai sair forte, não. Vai sair fraco, vai sair mais fraco do que hoje. Haverá condições de sustentação do crescimento? Lamento, mas puxa de novo a transparência do Paulinho e implementa. Ou nós vamos para a transformação de energia gasta em pagamento de impostos para a geração de oportunidades de emprego, ou nós não vamos sair dessa.

Quando se fala em redução de impostos – e, é claro, acompanhada por redução de gastos, e falou-se em redução de juros, até o Meirelles vem nessa – lembro-me muito de pesquisa que vi há mais ou menos 10 anos numa grande emissora de TV, uma das coisas mais geniais que já vi. Ela procurou descobrir aquilo em que o brasileiro é melhor do que os outros. Em primeiro lugar, o que apareceu foi o óbvio: em qualquer coisa que tenha a ver com a mobilidade dos pés, nós somos melhores do que os outros. Correr, jogar futebol, fugir da polícia. O brasileiro pedala como ninguém. Em segundo lugar, nós temos uma vocação para comércio que é absolutamente inusitada no mundo. Citou-se o

exemplo do cidadão que comercializava tênis na favela. Ele estava com todos os tênis amarrados, pendurados. Batia na porta do estudante e perguntava: “Quer comprar tênis?” Vinha a resposta: “Não, não preciso de tênis.” Então, uma nova pergunta: “Quer vender?” Isto é comércio! Comércio não é comprar barato e vender caro, é abrir *spread*. Opera-se nas duas pontas. E isso é uma vocação!

Os senhores não sabem o patrimônio que é isso. Por quê? Porque, Deputado, quando falamos em mudança de modelo, entendendo isso como uma necessidade de contínuo aperfeiçoamento, mas não posso voltar para um modelo de intervenção estatal, de propriedade coletiva dos bens e capital como havia, porque não foi a bomba do capitalismo que destruiu a União Soviética, foi a ira dos russos, dando-se conta de que não é mais possível querer crescer sem ser pelo incentivo da iniciativa individual, da tomada de riscos, da ousadia, da liberdade de fazer da vida o que se achar mais correto. Daí a se concluir que nós temos de criar um sistema que beneficie a grande empresa e proteja os bancos dos riscos da sua má gestão vai uma distância enorme!

O que eu estou dizendo é que, para nós brasileiros, um modelo, vamos dizer, italiano tropicalizado, em que se criam as condições para cada um tenha a sua empresa de um, dois, três funcionários; em que se faça com que cada profissional possa se estabelecer; em que, portanto, não haja essa dificuldade de abrir e fechar empresa. Que ele não pode ter de pagar os encargos que a gente tem de pagar. E, principalmente, não tem de pagar impostos como se paga aqui!

Esse é um caminho absolutamente de mudança de modelo, de regeneração de criatividade. E eu posso garantir que o que nós vamos ver pela frente é realmente uma terceira via. É algo que só no Brasil pode nascer.

No mesmo país que faz esse caldeamento de ideologias, cultura, música é de onde pode nascer um modelo em que a livre iniciativa serve para fazer o pequeno crescer e explodir. E nós estamos tapando, abafando, temendo a liberação dessa força construtiva.

A pergunta de 6 milhões de dólares, do Rodrigo, quando vai ser o pior. Se eu soubesse onde está o fundo do poço, eu poderia dizer. Então, aqui, eu vou ter a honestidade de dizer: respondo não com o meu PhD, mas com a minha intuição feminina. É a única coisa que eu tenho para dizer.

Acho que é muita desalavancagem a ser feita. O que eu chamo de desalavancagem? Essa nova compatibilização entre níveis de patrimônios reais e quanto se pode emprestar. Enquanto você não chega a isso, o que está fazendo? Trabalho de cirurgião. É faca, é faca. Corta, corta. Fecha, diminui. Desalavanca. Isso gera desemprego, isso gera sofrimento, isso gera Bolsa em baixa. Muita gente viu que as ações da Bolsa cresceram numa semana 17%, acabou a crise. Esquece, não tem perspectiva boa nenhuma. Eu acho que a gente, no Brasil, vai passar por isso até, sei lá, junho. Para mim, esse é o tempo. E aí, depois, haverá um período de estabilização no fundo do poço e aí volta.

Meu cenário é 2009. E quando o Paulo acena com essa possibilidade de que vários dos nossos cenários dão crescimento zero, dão mesmo. Mas o mundo tem de estar um pouco pior do que hoje, que pode chegar lá. Quando se fala em 2, já se está sendo bastante conservador.

Considero importantíssimo ser frisado um aspecto levantado pelo Paulo. Nós, economistas, mesmo quando desenhamos cenários ruins, preferimos não comentar muito, porque Deus costuma escutar, achar uma boa idéia e logo depois acontece. Mas, notem, o que estamos mostrando é que, se fizeram loucuras e que em função disso, nós estamos passando por um processo recessivo, que esse processo tem uma forte característica financeira, que a economia é algo suficientemente robusto para sobreviver a isso. Agora, ele lembrou do seguinte: se tudo isso estivesse acontecendo e nós estivéssemos falando da economia americana, na situação em que ela se encontrava no fim do Governo Clinton, é sobre isso que nós falamos.

O que nós não podemos nos esquecer é de que nós estamos no fim do Governo Bush, quando o déficit é colossal e as contradições se agravam a cada dia.

Cito um exemplo. Quando alguém diz aqui: como é que pode haver uma valorização da moeda do País, que é o epicentro de toda a problemática? É fácil de entender. É porque, neste momento, todos os americanos, detentores de ativos no mundo inteiro, estão liquidando esses ativos e remetendo aos Estados Unidos.

Geralmente uma crise é assim: Coréia pipoca, isso gera um medo coletivo e eles tiram o dinheiro do Brasil, tiram o dinheiro da Argentina, tiram... Aqui não. Aqui eles afundaram e eles precisam chamar de volta o dinheiro, com lágrimas nos olhos às vezes.

Imagine se largar um título do Governo brasileiro, que está rendendo 12%, 14% de juros! Então, ao se fazer esse movimento emergencial transitório, não há escolha. Há de se comprar dólar para remeter aos Estados Unidos. Isso valoriza o dólar em detrimento das nossas moedas.

Só que, quando passar 2009, passar 2010, e você olhar em volta, o que você vai ver? Economia brasileira melhor do que as outras. Quanto melhor depende de quão próximo a gente vai ficar da receita do Paulo. Economia européia devastada e economia americana totalmente desbalanceada, muito pior do que ela se encontra neste péssimo em que está. Se nessa hora alguém parar e perguntar por que é que estamos aqui falando alemão, que diabos estamos fazendo comprando papel do Tesouro Americano, surgirá uma nova ordem, abrupta, e nós vamos ter saudades da crise de hoje.

De qualquer forma – isso eu posso lhe garantir, Deputado –, acabou o País Estados Unidos tal como nós o conhecíamos. Não existe mais. Aquele monolitismo de poder econômico, financeiro, político e militar não tem mais como sobreviver. Por quê? Porque, se ele sobreviver, será pela transferência patrimonial de um pedaço enorme.

Acho que não há nada mais emblemático no que estamos falando do que a reunião de um mês e pouco atrás do Grupo dos 20, quando estivemos sentados com los hermanos, os árabes e os pretos. O Presidente George Bush jamais tomou conhecimento do Grupo dos 20. O tempo todo, sorriso de orelha a orelha. Esta

nova ordem internacional é absolutamente inexorável, em decorrência de tudo o que foi feito até agora.

Eu diria que não há nada de vantajoso na crise. Posso lhes mostrar que a nossa dívida em dólar caiu e me regozijar dizendo que isso foi bom. Mas a nossa renda per capita em dólar caiu 30% – o povo brasileiro está mais pobre, foi uma desgraça. Quer dizer, quando chove canivete, não procure bálsamo para se aliviar. Ou seja atingido por um canivete pequeno – para usar uma metáfora – ou vá para baixo de um abrigo, porque não há nada de bom acontecendo. O que temos, isto sim, é uma política que só nos fez crescer mais do que o Haiti, e num período em que o mundo explodia. Acumulamos reservas, e essas reservas nesta hora nos servem. Mas dizer que isso é sagacidade, que isso é previsibilidade etc. é a mesma coisa que dizer que o relógio está certo 2 vezes por dia quando ele está parado; então, pelo menos alguma coisa ele sabe. Não é nada disso. A política de combate à inflação foi extremamente conservadora e tem como subprodutos a redução do crescimento e o aumento das reservas. Tem uma hora que isso é bom.

Espero ter trazido, com muita sinceridade e com muita transparência, alguma luz sobre este tema. Fica a tarja preta de sempre do economista: é claro que, se nós soubéssemos, estaríamos especulando na bolsa e não conversando aqui com os senhores. Enfim, acho que é o melhor uso possível do nosso instrumental alertar para a gravidade do que vem aí e para as possibilidades de o Brasil minorar esse sofrimento e, principalmente, fugir de slogan. Numa hora como esta, a tentação é grande – tem um pouco disto na reforma tributária –, é aquela história de, uma noite em Londrina, uma noite daquelas de neblina em que mal se enxerga um palmo diante do nariz, está um cidadão caminhando pela calçada e vê no meio da calçada, bem vestido, um bebum como só os britânicos conseguem ser, agachado no chão, procurando alguma coisa. Solidário, o cidadão pára e pergunta: “Qual que é o problema?” “Perdi minha chave. Vinha com ela brincando na mão, caiu.” O outro se abaixa, procura, procura, procura. “Mas foi bem aqui que ela caiu?” “Não, foi mais para lá.” “Então o que é que você está fazendo aqui?” “Aqui tem um lampião, lá não

tem nada. Pelo menos eu procuro na luz.” Ou seja, não é uma técnica recomendável estimular consumo, estimular setores. Não é por aí. Existe a crise, vamos tratá-la, vamos enfrentá-la. Estamos preparados para sair dela? A única característica comum a todas as crises é que elas todas acabaram um dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Muito obrigado, Prof. Luís Paulo Rosenberg, por sua participação no nosso encontro.

Vamos passar a palavra ao Prof. Paulo Rabello de Castro, para seus comentários às intervenções dos Srs. Deputados e suas considerações finais.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu até começo pelo fim, com as considerações finais, que são um agradecimento pela oportunidade que o senhor, como Presidente, e o Deputado Rodrigo Rocha Loures me proporcionaram, um agradecimento pela oportunidade desta troca, que só tem um defeito: como ajustada a um tempo limitado, os ilustres Parlamentares se manifestaram uma única vez; então, não se tratou de fato o diálogo que seria ótimo com pessoas tão ilustres, brasileiros tão bem preparados, e que só há a vantagem apontada pelo Deputado Ivan Valente, o fato de não sermos muitos. Então, podermos nos olhar nos olhos, o que também é muito importante. Eu lamento muito; é o único defeito destas reuniões: um fala, o outro fala, e acabou-se. Eu gostaria de falar um pouquinho só e ouvi-los mais. E o que foi apresentado como pauta é outra injustiça, porque é outra palestra que eu não farei. Vou tentar me ajustar. A única vantagem nessa injustiça toda é eu ter ao meu lado o Luís Paulo Rosenberg, o que também é uma chatice, porque concordamos em 99,9%, parece ouro puro.

Portanto, já fazendo minhas as considerações que ele fez sobre as mesmas perguntas, nem vou retornar a elas, mas simplesmente repassar alguns tópicos que ele bondosamente deixou para um democrata, que, eu diria, só fui no sonho deles mesmos. Mas, como tinham problemas de personalidade, haja vista que até trocaram de nome, eu, como bom classificador de risco, já desconfiando de que eles não sabiam bem se iam para lá ou para cá, resolvi simplesmente ajudar, como sempre ajudei, desde que

requerido, a ilustres Parlamentares do PSDB – faço menção a apenas um, o Deputado Eduardo Mascarenhas, com quem tivemos um estreitíssimo relacionamento no PSDB, pela sua qualidade moral etc. –, outros tantos do PTB, outros tantos do PP, muitos, ou pelo menos alguns muitos, do PT. Para lembrar apenas um dos muito chegados ao nosso trabalho, o Deputado Paulo Delgado, que lamentavelmente acho que neste momento não compartilha de uma cadeira no Parlamento. Lembro que nós, por do Instituto Atlântico, procuramos durante a última década e meia e antes disso em outras oportunidades montar ao lado da sociedade civil um aparato capaz de auxiliar o Parlamento brasileiro na sua missão de buscar caminhos, conscientes, como lembrava o Luís Paulo, de que estamos num momento de grande virada, o mundo, e isso já vem desde os anos 80, a demografia brasileira em particular, como eu mencionei muito rapidamente, a nossa geografia econômica e, finalmente, esse nosso psíquico social que nos remete a uma posição singularmente positiva, primeiro pela maneira extraordinariamente benigna com que fizemos a nossa transição política – exemplo hoje reconhecido no mundo, apesar dessas pequenas rugas que até nos lembram de quão bem feito foi esse trabalho –, e também, eu diria agora, por esse aprendizado econômico.

Concluo dizendo que os senhores aqui estão de parabéns. Muita gente critica o Congresso e alguns até levantam a hipótese de ele estar cada vez pior. Eu, como já estou ficando bem velho, posso dizer que já passei por esta Comissão mais do que algumas vezes, uma delas substituindo nosso saudoso Mário Henrique Simonsen, numa daquelas discussões sobre de haver ou não a reforma tributária – vejam que a gente é velho de guerra neste assunto, entre outros.

Eu diria que este Congresso – isto não é um direto puxa-saquismo aos aqui presentes – está ficando cada vez melhor, não cada vez pior. Ele está ficando cada vez mais representativo. É claro que o Brasil é um mosaico, e nesse sentido acho que ele está mais bem representado. Nós tivemos Deputados talvez mais luminares, numa certa proporção, Deputados que encantavam platéias até por sua oratória. Isso foi coisa do século XIX. Hoje

acho que aqui há uma plêiade de Deputados – obviamente, por extensão, de Senadores – que fazem seu dever de casa de representar, como disse muito bem o Haully, o Brasil real, o Brasil que vem de fora para Brasília, que é realmente uma ilha de fantasias transientes, diria assim, porque ela tem a capacidade de reinterpretá-las e ir caminhando.

Vamos às perguntas. Começo pelo Loures, para ter disciplina e dizer que o ciclo da crise no Brasil é esse citado pelo Luís Paulo. Só acrescento que acho que não será em junho. Talvez concorde com ele, porque falou que será em junho. Não disse de que ano. Acho que está mais para junho de 2010. E por quê? Porque o Brasil, pela vantagem que tem de estar na rabeira da crise, e nesse contraditório esta inclusive diante de uma estrela nova – aquela que já morreu, mas a gente já vê o brilho dela. Deve ter sido engraçadíssima a apresentação da Secretária da Receita Federal mostrando tudo que até aqui está vindo de bem. Só que acabou. É o bem morto. Por quê? Porque é exatamente o que se chama tecnicamente do momento de mudança ou *turning point*, como se diz em inglês, o *turning around*, ou seja lá o que for, que tem esse significado de uma mudança radical da direção, do vetor. Portanto, o Orçamento de 2009, tantas vezes mencionado, deveria contemplar antes de mais nada... quem sabe, numa colaboração desta Comissão com a outra. Por exemplo, olha, lá, ouvimos, na porta ao lado, que este Orçamento de 2009 deveria refletir, antes de mais nada, um novo cenário.

E onde erram as pessoas? Aí, faço uma ponte para uma das muitas coisas interessantes que o Deputado Ivan Valente pontuou. Onde as pessoas não percebem a gravidade e profundidade desta crise? Além desse pacto que existe de negação, porque se ganha muito dinheiro quando se engana muita gente ou poucos enganam muitos, ela também existe no mundo moderno por uma perda do sentido de estratégia e planejamento. Aí, quem diria, o democrata falando. Isso está mais para socialista. Nada disso. É porque uma das maiores bobagens que o trágico neoliberalismo tupiniquim introduziu, junto à estabilização, que não é neoliberal, mas simplesmente puro bom senso, que foi o Plano Real de 1994, é que veio junto, embalado... não vou ficar citando

porque são colegas respeitáveis, alguns deles pelos quais tenho muito carinho. Erraram muito ao reempacotar a crítica à inflação com a crítica ao planejamento. Houve um momento, inclusive, em que se chegou a ridicularizar a atividade do planejamento indicativo como associada ao excessivo gasto. Isso é uma bobagem! Realmente ela escapou, porque jogamos fora a criança com o banho. Trocamos inclusive o nome, o que sociologicamente é muito sintomático, do Ministério, a que o Deputado se referiu como Ministério do Planejamento, corretamente. Mas não é mais. Ele é do Orçamento e da Gestão de Brasília em relação a Brasília mesma. Não se planeja o Brasil. Nisso, não faço uma crítica ao Deputado Paulo Bernardo, que, para mim, foi uma grata surpresa, um homem sério, talentoso, etc. e tal. Inclusive acho que S.Exa. está certo da missão que lhe foi confiada, que é o planejamento de como o Brasil oficial se via o Brasil produtivo. É um pouco isso, falando em português claro.

Como vamos arrancar o dinheiro da moçada e como vamos redistribuir entre nós? O planejamento do Brasil ficou lá nos anos 70, foi o finalzinho do que se fez, com todos os excessos que podem ter sido cometidos, que é cada Governo ter a obrigação de dizer qual seu programa, a razão de ter sido eleito, é para cá que vou. E, se o cenário mudar, recondicionar-me-ei, mas vou entregar o produto prometido tal qual. Hoje, a redescoberta do crescimento é por *default*, não é Luís Paulo? Já que não tem inflação, então, vamos até pensar que pode ser, dizem os economistas, que não possamos mais crescer. Não! Aliás, o título do último plano que deixei inconcluso para os tais democratas era “Compromissos com o Crescimento”. Mas não era porque se tratava de um plano para um partido político, é que não se pode ter compromisso com a estabilidade. Estabilidade é obrigação. Estabilidade é cozinha da casa. E aí da casa que não tem uma boa ou um bom – acho mais moderno e politicamente correto – cozinheiro. São os homens que vão cada vez mais para casa.

O compromisso final é com o crescimento. Sempre foi. E não só quando nos ameaçamos de estar em estado recessivo.

Portanto, a crise é gravíssima; ela nos chama, no entanto, para coisas como crescer, rediscutir profundamente o modelo

financeiro, com uma vantagem extraordinária. Como não existe, por enquanto, impacto inflacionário mais profundo, caem por terra as desculpas, sempre reiteradas do Banco Central, de ficar correndo atrás da tal meta de inflação. Deixem o Sr. Meirelles em paz, mas a grande verdade é que a taxa de juros pode e deve cair.

E aí, já respondendo à pergunta do Hauly, que se centrou na questão da capacidade do investimento público. Deputado, temos aí uma chance extraordinária. É necessário que a turma do outro lado da porta faça as contas de quanto espaço se abre com a sobrecarga financeira anual, pela rolagem estressada com os juros excessivamente elevados, que jamais contestamos – porque há aí um incesto declarado, incesto esse que é praticado entre a Avenida Paulista e a Faria Lima, com o sentido de que as pessoas vão daqui para lá e, depois, abram portas de boutiques financeiras e bancos, etc. Não há nenhuma crítica; todo mundo tem que levar leite para casa. Só que alguns levam mais do que leite.

Não importa. Não sei se sou a favor da auditoria. Até porque, se auditar, é melhor cercar o Brasil, pelo menos o Brasil oficial. Então, eu acho que é anistia e mudança. Acho que temos de mudar profundamente. Deputado Hauly, abrem-se aí, para começar, uns 30 bilhões reais de capacidade de investimento só com a redução da taxa de juros em 2009, se essa taxa convergir para uma faixa de 10% a 11%.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Prometo lhes enviar, Deputado Ivan Valente, para consubstanciar seu argumento. Muitas vezes faltam os números. Coloquei no plano de 1998 dos tais democratas. Quem diria, mas é preciso deixar que a verdade flua. O então PFL apresentou ao então Presidente Fernando Henrique – que, aliás, não o usou para grandes coisas, estava no meio de uma crise –, na passagem do primeiro para o segundo mandato, uma crítica terrível ao chamado capitalismo financeiro que estava então implantado. É só pegar os documentos do que foi enviado por Jorge Bornhausen. Lá estavam, com todos os gráficos preparados, apontando para o principal problema da estabilização, então, que era a sobrecarga financeira e o erro – O Deputado Hauly sabe muito bem disso. Por vários motivos,

continua-se com essa mesma estratégia defensiva. Estamos há 15 anos fazendo isso. Prometo mandar à Comissão, mas, em especial, Deputado, ao seu e-mail, o cálculo da sobrecarga financeira, que dá o extraordinário valor de quase 600 bilhões de reais na dívida líquida de 1.300.

Então, estamos entre 40% e 50% da atual dívida como pura borbulha, rolagem de rolagem. Ou seja, houve uma passividade financeira como se o juro não fosse pago por ninguém. Nesse ponto, direita, esquerda, centro, todas as pessoas que não estão envolvidas nesse incesto financeiro necessariamente são críticas desse processo.

Ao mesmo tempo, apontam-na – vejo pouca gente que se lembra disso – como uma grande oportunidade de equilibrar o Orçamento sem nenhum sacrifício de gasto. A proposta que fazemos aqui é rever todos os gastos sob a ótica da racionalidade. E tudo o que o Governo puder fazer aumenta a produtividade. Fazer mais com menos. Isso na etapa do gasto corrente. Dar uma meia trava final nessa questão dos juros. Temos agora toda a boa desculpa para fazê-lo. Vai-se abrir um espaço muito grande para o chamado investimento público compensatório, que é o início de um processo desse Plano de Metas que gostaríamos de ver implementado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Eu só gostaria de fazer um aparte. Os incestos financeiros financiam campanhas, inclusive para Presidente da República.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – É possível. Para Presidentes, eu diria.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Exatamente, é no plural. Está aí a continuidade. O inexpressivo é o valor, mas não a intenção. Essa é a questão.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Eu gostaria de nem entrar nesse aspecto porque nós temos que ter muita paciência com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Deputado Haully, vamos voltar ao Regimento.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Eu fico feliz de ter suscitado algo, mas volto ao Deputado Rodrigo Loures para dizer que

na rede social, olha o imenso tamanho da crise. O efeito final dessa crise – aliás, para os senhores deve ser deliciosa a conversa –, se for mais para 2010 vai dar uma medonha embolada de carta, do ponto de vista do vosso planejamento político-partidário. Vai ser muito interessante acompanhar essa questão. É extraordinariamente complexo também o problema das candidaturas, etc., mas muito poderoso do ponto de vista do Brasil, por um motivo, vai suscitar uma discussão mais forte e mais sincera sobre novas agendas para 2011. Os candidatos à Presidência da República não vão poder nos enganar no atacado, talvez somente no varejo. Eles vão ter que nos apresentar coisas que realmente sensibilizem mais do que simplesmente a assistência que foi feita.

E falando de assistência, que áreas poderão estar mais vulneráveis quando nos aproximarmos do centro da crise? Uma delas, apontada pelo Luís Paulo, é o agronegócio. A agricultura, de alto a baixo, e como já mencionado pelo Deputado Haully, mais uma vez vai estar de língua de fora, pior do que na fase do Grito de Ipiranga. A propósito, o então Governador Rigotto e o Governador Blairo Maggi me convidaram para estar com o Presidente Lula. E eram tantos Governadores que somente eu falei. Por acaso, fomos lá tentar renegociar a crise anterior. Vejo a próxima como pior. Amanhã estarei em Cuiabá fazendo uma apresentação por iniciativa do Prefeito Wilson Santos, que, antecipando-se, está fazendo um workshop muito interessante sobre Cuiabá e a crise, ou seja, antecipando todo o processo de crise, querendo saber como é, convidando Deputados, empresários e Senadores para discutir.

Eu acho que tudo isso nos deixa muito otimista, pois significa dizer que o Poder Público no Brasil está mudando para melhor rapidamente, em todos os campos e em todos os partidos. Portanto, o agronegócio vai precisar de novas idéias. Eu acho que o agronegócio tem que ser reenquadrado. Deveria haver um pacto aqui no Parlamento – e sei que com isso talvez nem consiga falar em Cuiabá – de se negar a qualquer outra repactuação de dívidas, “re, re, re”, renegociação. Isso só faz mal para a agricultura brasileira e para a sua modernização. Isso não vai para as mãos certas, jamais. A primeira vez que eu disse isso foi em 1977, quando,

pela Fundação Getúlio Vargas, aponte os defeitos do crédito rural subsidiado. Eles ficaram tão impactados que até hoje me chamam para falar. Eu sou supostamente um especialista no agronegócio.

O agronegócio no Brasil tem que parar com essa mania, que agora é de banqueiro americano, de se usar o chamado risco moral, achar que no final sempre vão salvar o setor, o que é um sério problema. Os que tomam risco têm que acreditar que quebrarão se tomarem maus riscos; do contrário não há setor público nem Erário que dê conta da história. Portanto, ajudar o setor do agronegócio teria que ser com uma oportunidade de, por exemplo, transformar o agronegócio em pessoa jurídica. É uma vergonha essa história de pessoa física de 50, 100 milhões de dólares. Essa turma tem que se organizar em companhias, ainda que sejam companhias individuais. Por quê? Para, no momento em que o sujeito tiver balanço, começar a enxergar que está cometendo erros. É o que chamo de pioramento do meio rural. É preciso transformar o meio rural em pessoa jurídica, porque o que eles têm é negócio e não é mais a família moradora. Em suma, o agronegócio está mal organizado de alto a baixo. E aproveitar a próxima crise para fazer uma barba, cabelo e bigode no agronegócio.

Obras públicas, sim, porque vai haver desemprego localizado. É o momento de acelerarmos algumas obras do PAC que sejam mais empregadoras de mão-de-obra. Acho também que, na área do treinamento e do retreinamento, seria importante. Uma das vantagens da recessão é que torna o custo do tempo mais barato. É o momento de as pessoas, em vez de dizerem “você vai para casa”, dizerem “agora você vai estudar”. Parece que recentemente se tomou uma medida, no Poder Executivo, para oferecer treinamento àqueles que estão no seguro-desemprego. Lamentavelmente aprovou-se, recentemente, uma lei de estágio que, digo como empresário, é uma calamidade. A propósito de não precarizar o setor trabalhista, contingenciou-se a área que é mais desempregada, que é a área dos jovens. É preciso repensar isso também, urgentemente. É preciso dar alguns passos sintomáticos no sentido de destravar a legislação trabalhista. Por exemplo, na medida em que uma indústria automobilística ainda queira manter empregos, é preciso, eventualmente, estabelecer uma

normalização de hora extra, dar alguns incentivos inteligentes nessa direção.

E, finalmente, a área do recolhimento compulsório. O Brasil precisa de uma reforma financeira completa. Não há coisa mais “dinossáurica” do que um sistema financeiro do alto juro e do pouco empréstimo.

Quanto ao nosso recolhimento compulsório, que agora o Meirelles disse que está liberando, ele tem que liberar isso e muito mais. Releiam o art. 10 da Lei nº 4.595, que prevê o uso do recolhimento compulsório para áreas específicas de desenvolvimento e segmentos específicos. Está na lei e pode ser usado para contingenciar a acomodação do Brasil na crise.

E por falar em contingenciar, uma última idéia prática. Acho que no Orçamento de 2009 deveria haver uma rubrica de contingência para a crise. Eu, se fosse, por exemplo, o Executivo negociando com o Legislativo, neste momento solicitaria aos Parlamentares que estabelecessem pelo menos 10% da receita do próximo ano contingenciada. Se ela se materializar, bem.

Deputado Rodrigo, V.Exa. perguntava o que vai acontecer com a receita. Ela vem de ponta-cabeça, relativamente ao muito que se arrecadou.

Com isso, acho que já fiz um repasse quase completo. Apenas lembro uma das coisas muito interessantes a que o Deputado Ivan Valente se referia. S.Exa. falou sobre a alavancagem de papéis.

Deputado Ivan Valente, vou lhe mandar umas informações a esse respeito. Embora não haja tempo para argumentação, eu diria que o problema não está na alavancagem; é da natureza do capitalismo, na parte financeira, inventar instrumentos. Cada vez que eu vendo para o Luís Paulo um papel, e ele me vende, aquilo ali já vira 2 operações. Nós não devemos ter medo, assim como um cirurgião não deve ter medo de termos milhões de bactérias no corpo. É fruto da nossa ignorância. Às vezes – corrijam-me – são elas que nos salvam, porque elas estão brigando. Quando elas se tornam disfuncionais, como os tais credit default swaps, que ninguém sabia onde estavam, e de repente apareceram – só eles são cerca de 60 trilhões –, aí a coisa complica, porque estava fora do balanço dos bancos.

Eu lhe dou como contra-exemplo uma coisa muito curiosa, porque sei que com o brilho da sua inteligência vai ficar para reflexão. Por que até agora, meses e meses passados, nós não temos notícia nenhuma de que uma bolsa quebrou? Nas bolsas é que se realizam as operações mais alavancadas. Por que não quebrou na bolsa, e estão todos quebrando fora da bolsa? Porque na bolsa tudo é feito com transparência; comprados e/ou vendidos, todos já sabem quais são as regras do jogo, as margens de garantia vão sendo gradualmente requeridas. O problema não está tanto no volume dos papéis negociados ou no fato de ser um múltiplo, mas na idéia de transparência, na idéia de uma negociação que realmente seja organizada e que tenha – mais uma vez planejamento – um planejamento das chamadas piores situações possíveis, para que as margens de garantia sejam compatíveis. Nada disso foi feito no tal mercado que quebrou.

O senhor perguntava – e, de certa forma, com isso, o Dr. Ubiali também fica atendido nos comentários muito interessantes que fez sobre remessa de lucros e dívida pública – acerca da nossa vulnerabilidade principal. Ela se dá no setor externo. A sua preocupação como cirurgião é a de que é por ali que o cliente pode sangrar até a morte, operando-o. Esse é o grande problema do risco cirúrgico, o desgraçado começa a sangrar. E é exatamente pelo setor externo. A nossa vulnerabilidade é e será sempre a nossa capacidade de pagar, que ainda, como eu disse, não é investment grade. E, portanto, há uma grande discussão na defesa do real: se defendemos com controles quantitativos, ou se defendemos deixando a porta da liberdade aberta, mas com incentivos e punições para quem não vai de acordo com o riscado.

Ao Deputado Ubiali eu diria uma das coisas o mercado já fez em relação à remessa de lucros: se o câmbio está em 2,30 reais e se, eventualmente, for para 2,50 reais, vai ficar bem mais caro remeter qualquer coisa. E é racional que tenham remetido a 1,60, 1,70 real, porque estávamos, de certa forma, vendendo maior quantidade de dólares por real, e agora você tem que comprar cada dólar por mais reais. Há uma redução.

Enfim, qual é a nossa vulnerabilidade principal nessa crise? Primeiro, é não acreditarmos nela, na sua extensão e gravidade,

motivo pelo qual o título da minha palestra era Extensão e Gravidade da Crise Global, e, por isso, não nos chafurdarmos, mas perdermos a imensa oportunidade que está pela frente.

Vou repetir: curiosamente, a entrada dessa nova década – porque já estamos praticamente lá na seguinte – embaralhou as cartas mundiais.

O Brasil investiu na região, investiu em relação a G-20. Lembra o Luís Paulo: quem diria o Presidente Lula sentado ao lado do Bush! – não por ser o Presidente Lula. Evidentemente é preciso dar um crédito pessoal ao Presidente Lula pelo carisma, pela sua capacidade de estar presente e de se impor nas reuniões, mas, à parte os seus talentos pessoais, é preciso reconhecer que estão dando cartaz ao Brasil, para o que nós podemos vir a ser, e o mundo inteiro está de olho no Brasil.

Temos que acreditar nessa nossa capacidade de trabalhar – e aí faço não uma repetição da minha receita, mas da sua – o Brasil pequeno, o Brasil anônimo, o Brasil do empresário de 1, 2 empregados, a desoneração generalizada, esse pacto em favor da produtividade, do estudo, do trabalho. Distribuí, junto com o meu livro, um santinho, o Santo Expedito, para marcador, o Santo das causas desesperadas. Acho que em último caso teremos de apelar, mesmo aqueles não têm muita fé, e rezar.

E, falando em Santo Expedito e intervenções divinas, quero dizer: “que coisa maravilhosa, livraram-nos do pré-sal!” Eu já estava pronto para comprar um Rider, eu ia me mandar para Maricá ou um lugar como esse. Eu não ia ficar falando aqui na Câmara coisa nenhuma! Eu ia era esperar o meu “checão” classe A que o Presidente Lula ia me mandar, porque nós íamos virar província petrolífera. Coisa maravilhosa, íamos gastar tudo por conta! Maravilha!

Tive que aposentar todos esses planos. Estamos condenados a trabalhar, a aumentar a produtividade, a botar o nosso talento para fora – coisa maravilhosa, papai do céu! –, e o pré-sal guardadinho para os nossos filhos e netos, o que ainda vai ser extremamente útil depois de trabalharmos, e trabalharmos, e trabalharmos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Queremos agradecer ao professor Paulo Rabello de Castro, ao Professor Luís Paulo Rosenberg, a todos os presentes, ao nosso Deputado Rocha Loures, que tomou a iniciativa desta reunião.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – E aos Deputados que não pediram direito de réplica, porque não dá mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Exatamente. Inclusive a V.Exa., que deixou de viajar, mas que na realidade não perdeu, ganhou, participando deste encontro.

A título de conclusão, se os senhores me permitirem, gostaria de falar por apenas 1 minuto, e serei bastante rigoroso no tempo. Na realidade, não cumprimos nenhuma das limitações regimentais de tempo, para deixar o debate fluir à vontade, o que acho muito bom.

O professor Rosenberg fala em 2%; o FMI, em 3%; e o Meirelles ontem chegou falando em 4%. E todos concordam que a crise impacta fortemente sobre o Brasil, mas em que extensão? Que há um ponto de inflexão, ninguém duvida. Em que extensão essa inflexão vai apontar, de fato, para a economia brasileira é o que estamos, neste primeiro ciclo de debates, investigando, trazendo técnicos, políticos, porque políticos não são apenas aqueles que têm mandato, são todos aqueles que na sociedade militam, para podermos agregar informações e enriquecer os dados da Comissão.

Diria que estamos próximos da hora do juízo final, como se estivéssemos, na crise, tendo a oportunidade de fazer um grande acerto de contas. Isso pairou nesta reunião como algo que, ao final, é positivo. Estamos tendo a oportunidade de encontrar uma série de erros do passado, e o fato de esses erros se acumularem através de diversos governos nos dá também a oportunidade de não fazer desse acerto de contas um acerto de contas político, do ponto de vista eleitoral, do ponto de vista do curto prazo, mas que seja um acerto de contas com a nossa história de muitas vezes negligenciar as nossas responsabilidades para com a sociedade brasileira.

Está aí a questão dos juros. A discussão da independência do Banco Central está sendo colocada em outro patamar. Temos a questão do sistema financeiro, do planejamento, de aproveitarmos o PAC, que, mesmo na ausência de um planejamento reestruturado, como

todos nós gostaríamos que existisse, representou um avanço, sistematizou uma estratégia de investimento público em uma direção correta, de retirar gargalos que aumentam a produtividade. E aqui se fala em acelerar o programa de aceleração de investimentos, de forma também consensuada de combate aos efeitos da crise, já que os investimentos públicos acarretam o fortalecimento e a indução de investimentos privados.

Nesta Comissão queremos sistematizar esses desafios, Deputado Hauly. Vamos ter a presença da Ministra Dilma Rousseff, que irá trazer a sua opinião sobre o PAC, como o PAC se coloca como instrumento para alavancar a economia. Teremos mais duas audiências públicas, para encerrar esse ciclo e fazermos um balanço.

Nobres Deputados e caros amigos que são da Comissão e os que nos visitam, a Comissão de Finanças e Tributação tem uma responsabilidade muito grande de fazer este debate e mantê-lo em um nível de elemento provedor de saídas, de luzes, para apontar caminhos para atravessarmos este momento que o mundo enfrenta de tantas dificuldades, de modo que no Brasil não tenhamos impactos tão desastrosos como certamente haverá em outros países.

Com isso, quero mais uma vez agradecer aos nossos convidados, aos nossos colegas Parlamentares que aqui estiveram, e abraçar o Deputado Rocha Loures pela iniciativa.

Está encerrada a presente reunião.

SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA: IMPACTO DA CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL NAS OBRAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC – 03/12/08



Ministra Dilma Rousseff e Deputado Pedro Eugênio

A seguir, apresentam-se as gravações transcritas da segunda Audiência Pública, elaborada pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ), na qual estão incluídas as exposições dos convidados e o debate dos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Viação e Transportes, de Fiscalização Financeira e Controle, da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento Urbano, dando prosseguimento ao 1º Ciclo de Debates da Crise Financeira Mundial e o seu Impacto no Brasil.

Convido para tomar assento à mesa a Exma. Sra. Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, nossa convidada de hoje.

Cumprimento os Presidentes da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Deputado Jilmar Tatto; da Comissão de Viação e Transportes, Deputado Carlos Alberto Leréia; da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Dr. Pinotti; da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, Deputada Janete Capiberibe; da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputada Angela Amin, ao tempo em que os convido, ou seus representantes, vice-presidentes, a tomarem assento à mesa.

Esclareço aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito que falem ao microfone, identificando-se ao iniciar suas interpelações.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: a Ministra disporá de 40 minutos, podendo o prazo ser prorrogado por mais 20 minutos por deliberação do Plenário, só sendo permitidos apartes durante a prorrogação. Somente após a exposição da convidada passaremos ao debate. Serão autorizadas as inscrições com os seguintes critérios de preferência: autores dos requerimentos, membros das Comissões e, havendo tempo, outros Parlamentares.

Vamos abrir as inscrições à medida que sejam iniciadas as interpelações pelos autores dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, esta é uma reunião conjunta de várias Comissões. Quais são elas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Pois não. Já tivemos oportunidade de informar, mas o faremos de novo, com prazer.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Viação e Transportes; de Fiscalização Financeira e Controle; da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e de Desenvolvimento Urbano.

Solicito à Deputada Maria Helena, 1ª Vice-Presidente da Comissão da Amazônia, que tome assento à mesa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, a Comissão de Minas e Energia não participa desta reunião conjunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Segundo o que tenho à mão, não está participando desta audiência conjunta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Mas estaria, até porque tinha uma audiência pública similar e, salvo engano, foi feito o pedido para fazer em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – A Comissão não aceitou o horário. Portanto, não está participando desta reunião, infelizmente.

Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Gostaria de fazer uma sugestão, visto que inúmeras Comissões participam da mesma audiência pública. Que cada Comissão abra uma lista de inscrição para inscrição de seus membros e V.Exa., que coordena essa reunião, obviamente após a fala dos autores dos requerimentos, chame de forma intercalada os Deputados que se inscreveram.

O Sr. Presidente ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Ouvi a proposta de V.Exa. e tenho dúvidas sobre a operacionalidade desse procedimento. V.Exa. sugere que haja intercalação das Comissões?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Exatamente. Cada membro se inscreve na lista da Comissão a que pertence e os oradores são chamados de forma intercalada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Indago à Secretaria se podemos operacionalizar dessa forma?

Se não há objeção à proposta da Deputada Vanessa Grazziotin, podemos delegar aos Presidentes de cada Comissão que façam as inscrições. Caberá à Presidência da Mesa desta reunião fazer a chamada dos inscritos pela ordem.

Todos já conhecemos os procedimentos, como o tempo a que tem direito cada orador. Independente dessas questões regimentais, gostaria de acordar com o Plenário um horário final para a reunião. São 10h30min ...

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Gostaria de concluir, Deputado Silvio Costa.

São 10h30min. A Sra. Ministra terá 40 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, os autores dos requerimentos farão as suas interpelações e a Sra. Ministra voltará a falar. Depois, abriremos a palavra ao Plenário.

Neste segundo momento, deveremos ter em mente que o término da sessão deverá se dar em torno das 13 horas. Acho o horário perfeitamente razoável. Gostaria de contar com o apoio do Plenário, a fim de melhor administrar a concessão da palavra aos inscritos, porque haverá momento em que a chamada será suspensão para que o horário final da reunião se dê às 13 horas.

Não havendo quem discorde desta proposição, considero-a acatada.

Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA – Sr. Presidente, gostaria que me inscrevesse, já que V.Exa. é o Presidente da Comissão a que pertencço.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Também já pedi a minha inscrição.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Deputado Virgílio Guimarães solicita sua inscrição, pela Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Estão anotados os nomes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Vanderlei Macris, pela Comissão de Transporte.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI – Deputado Carlos Zarattini, pela Comissão de Viação e Transportes.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROCHA LOURES – Sr. Presidente, Rodrigo Rocha Loures.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Os autores terão a prerrogativa de primeiro fazerem sua interpelação.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROCHA LOURES – Não é inscrição, Sr. Presidente, é questão de ordem. Concordo com V.Exa. em relação ao limite de horário, 13 horas, para o término da reunião.

Quero apenas pedir a V.Exa. que seja rigoroso no cumprimento do Regimento em relação ao tempo destinado aos Parlamentares, porque somos muitos e muitas são as Comissões.

Pedimos e, naturalmente, damos a V.Exa. o poder de ser rigoroso nesse aspecto, para que todos possam usar a palavra e ter o privilégio de ouvir a Sra. Ministra Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Seremos rigorosos.

Vamos iniciar o nosso ...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES – Sr. Presidente, Deputado Pedro Eugênio, Deputado José Guimarães, pela Comissão do Desenvolvimento Econômico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI – Deputado Carlos Zarattini, pela Comissão de Viação e Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Pois não.

As inscrições estão sendo anotadas pela secretária.

Antes de conceder a palavra à Sr. Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, expresso a S.Exa. o agradecimento não apenas dos integrantes da Comissão de Finanças e Tributação, mas de todas as Comissões, em nome das quais falo neste momento, por seu pronto atendimento aos requerimentos.

É importante a vinda de V.Exa. a esta Comissão. Todos sabem que passamos por uma crise internacional de peso que afeta também o Brasil, mas entendemos que, não obstante os efeitos que com certeza se farão sentir, e alguns já se fazem sentir, sobre a economia brasileira, esse segmento encontra-se numa posição de força, de entrar na crise em condições extremamente diferenciadas do ponto de vista positivo em relação aos países centrais onde a crise se originou.

A partir dessa constatação, já que os investimentos são um dos antídotos importantes contra os efeitos nocivos da crise, talvez o mais importante deles, neste momento o PAC toma relevância. Ter o PAC como elemento central das políticas governamentais de desenvolvimento, de crescimento, e agora, nessa conjuntura, de combate à crise, é algo absolutamente estratégico.

Daí a relevância de tê-la aqui conosco, daí a importância atribuída a sua presença expressa por este Plenário e por todos os requerimentos de audiência pública de praticamente todas as Comissões que tenham alguma interface com a questão econômica aqui nesta Casa. Daí por que recebemos V.Exa. com tanto prazer, por contar com a sua palavra e com as suas informações a respeito do desenvolvimento do Programa que V.Exa. dirige.

Com a palavra a Ministra Dilma Rousseff.

Ministra Dilma Rousseff – Cumprimento o Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Dr. Pinotti, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, a Deputada Maria Helena, 1ª Vice-Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, o Deputado Jilmar Tato, representante da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; o Deputado Hugo Leal, autor do Requerimento e representante da Comissão de Viação e Transportes; a Deputada Ângela Amin, representante da Comissão de Desenvolvimento Urbano e todos os integrantes das comissões aqui representadas, Senhoras e Senhores.

Primeiramente, quero dizer que pedimos para a Secretaria da Câmara encaminhar, a cada um dos Senhores, o balanço do PAC, de janeiro a setembro, já discutido e divulgado para a imprensa em outubro.

Hoje, o meu objetivo aqui é discutir a crise originada nos Estados Unidos. Estou aberta a pergunta, a qualquer outro esclarecimento, ou até a fazer outra exposição sobre a crise, caso necessário, o seu impacto sobre o Brasil e as principais ações do governo.

Pretendo usar apenas os meus quarenta minutos, embora geralmente seja impossível fazer apresentações do PAC nesse tempo.

Fiz uma síntese dos impactos da crise financeira, mas tenho também uma apresentação sobre o PAC, detalhada, mais longa.

A crise internacional produziu reflexos negativos em todo o mundo e se desenvolve sem previsão de quanto tempo deve perdurar e quanto deve se aprofundar. Além disso, é uma crise mais grave do que a de 29, mais grave que as crises dos anos 90. Geralmente as crises anteriores eram gestadas em países emergentes e

avaliadas em bilhões de dólares. Essa crise dá-se no epicentro da Economia internacional e é de trilhões de dólares.

O Brasil encontra a crise mundial com produto, emprego, renda e investimento em expansão, após mais de 25 anos de baixo crescimento e estagnação.

Estamos, portanto numa posição diferente porque, pela primeira vez, enfrentamos uma crise em situação de crescimento da produção, da renda e com investimento em expansão. Por isso, dadas essas condições, a tese do governo é enfrentar a crise e aproveitar as oportunidades decorrentes dela.

O governo admite a crise, mas reconhece que as condições para enfrentá-la se caracterizam por uma situação completamente diferente das anteriores. Não me refiro às economias desenvolvidas, mas ao próprio Brasil em momentos anteriores.

No plano internacional há uma violenta queima de riqueza, queima de ativos financeiros. Tanto riqueza das famílias, no caso, moradia, cartão de crédito, até financiamento de bolsas de estudos. Tudo derreteu, literalmente, nos países desenvolvidos, notadamente nos Estados Unidos, bem como a riqueza de aplicadores financeiros, com perdas bastante significativas.

Cálculos, tanto da *Bloomberg* quanto do *Financial Times* mostram que até início de outubro, os aplicadores em bolsa teriam tido uma perda de trinta trilhões de dólares, em termos de renda financeira. Além disso, tanto os Estados Unidos quanto o Japão e os países da União Européia apresentam sinais de recessão, com duas características marcantes: queda no emprego e acentuado movimento em direção a uma profunda deflação.

Além disso, a tempestade financeira se amainou no sentido de não ter havido quebradeira de bancos. Tudo indica que não se repetirá o que aconteceu com o *Lehman Brothers*, que faliu, mas há um pesado choque de crédito e um crédito escasso e caro também. Obviamente, mais caro no Brasil do que em outros países. Aqui, a *Libor* de três meses já chegou a 4,5% e está em torno de dois por cento. Isso provocou uma crise do receituário neoliberal e das ideologias de Estado mínimo, com o mercado desregulado e completamente em xeque nas economias desenvolvidas, além de intervenções que não se imaginavam,

tanto do ponto de vista de socorro a empresas, quanto do uso de recursos fiscais para sua capitalização, ampliação da liquidez e pacotes fiscais explícitos.

Há grande incerteza quanto ao futuro. A incerteza é um fator objetivo da crise. É um elemento de expectativa, denominado pelos economistas, efeito manada — que tende a aprofundar a crise. Ou seja, a fuga para a segurança, por meio do aumento de poupança, é uma tendência e também numa manifestação típica do efeito manada desses momentos. Todos buscam uma tendência. O que não era uma tendência forte, pela reação dos agentes econômicos, vira uma tendência forte.

Os governos em geral, vêm adotando dois tipos de ação diante da crise: uma, é a recapitalização dos bancos para ampliar a liquidez; outra, medidas específicas para sustentar investimento, no caso, os pacotes da China e da União Européia.

A *Bloomberg* mostrou a destruição dessa riqueza de trinta trilhões de dólares, até outubro. Além disso, em termos de intervenções governamentais em países selecionados, o montante de recursos públicos para a recapitalização dos bancos foi de U\$ 595 bilhões, segundo dados do *Financial Times*.

O impacto sobre os países emergentes é menor. É muito mais desaceleração do que recessão, principalmente nos chamados emergentes dinâmicos. Em países da Europa Oriental, há crises mais profundas, muito mais fortes. Nos países Brasil, Rússia, Índia e China – BRIC há uma tendência à desaceleração e não à recessão.

A crise se manifesta, em primeiro lugar, com uma brutal redução do crédito externo, contaminando as economias locais, com uma elevação concomitante do custo financeiro; depois, há uma saída de capitais, tanto no que se refere a bolsas, quanto no que se refere a investimentos e a remessas de lucros. Há, também, um processo de desvalorização cambial, com a fuga para os títulos do Tesouro americano, acentuando a valorização do dólar. Por fim, há uma deterioração das balanças em contas correntes. Ao mesmo tempo, sabemos que esses mecanismos em andamento nesses países não vêm provocando recessão mas, muito mais, uma desaceleração.

Os principais impactos da crise sobre o Brasil:

O impacto é menor no Brasil, mesmo em relação a outros países emergentes. Nesses, a crise começa já no início deste ano. Nós sentiremos a crise de forma pesada a partir da metade de setembro, intensificando-se em outubro. Hoje, o Brasil está mais preparado. Não estou dizendo mais preparado em relação a países desenvolvidos; está mais bem preparado do que esteve quando de outras crises nos anos 90, crises na Ásia, na Rússia, no México, na Argentina e até a operação do *Long Term Capital Management*.

O Brasil está mais preparado porque rompeu com um antigo círculo vicioso. Qual era esse círculo? Quando ocorria uma crise, o governo brasileiro, extremamente frágil, era obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional. E como se dava isso? Como os fundamentos macroeconômicos brasileiros, geralmente, eram frágeis, havia um déficit mortal em conta corrente, uma situação fiscal bastante desequilibrada e uma parte da dívida interna indexada em dólar, com denominação cambial. Além disso, havia baixo nível de reservas, tentava-se sustentar a taxa de câmbio, mas as reservas se derretiam com a especulação financeira. Uma crise externa tornava-se crise cambial e contaminava o orçamento público e a dívida interna do País. Uma grave crise externa virava uma crise fiscal, por causa da dívida indexada em dólar. O Brasil ampliava o déficit em conta corrente, porque a carência de capital, de reservas internacionais, era algo violentíssimo. O Brasil quebrava, literalmente. O governo brasileiro, em vez de ser parte da solução, era parte do problema. Esse era o dado principal: o governo perdia os instrumentos de políticas monetária e fiscal.

Além disso, quando ocorriam esses fatos, o Brasil, para obter reservas, socorria-se do Fundo Monetário que, por sua vez, exigia redução do investimento e do consumo. Além dessa exigência, inviabilizava o cenário e a perspectiva de futuro, na medida em que havia cortes, em alguns momentos: na área de infra-estrutura, 22%; na área de transporte, em alguns casos — são dados de apenas dois anos — chegaram a trinta por cento.

Alguma coisa acontece quando, sistematicamente, não se investe em infraestrutura. No caso da energia, a crise surgiu, tanto por falta de investimento em transmissão, quanto em geração. Há, também, obras que representam um grande custo. É o caso de obra iniciada, mas em seguida, paralisada. Há custos presentes e futuros para o País, porque na hora da retomada não há essa obra. Além disso, inviabilizam-se projetos de investimentos e programas de desenvolvimento econômico. A crise tendia a comprometer o presente e o futuro, pois não apenas produzia um processo recessivo, mas tornava difícil a recuperação rápida do País, com taxas maiores de investimento.

O pessoal do Banco Central fez esses dois gráficos que mostram os processos de propagação da crise de confiança na Economia brasileira. No passado o choque externo a confiança e depreciava o câmbio; pressionava a dívida pública, sobre o PIB. Entrava-se naquele círculo, a dívida pública cambial fica explosiva tanto do ponto de vista externo, porque nós éramos devedores líquidos, quanto do ponto de vista interno, porque se deterioravam as contas públicas.

Hoje, a situação é diferente, somos credores líquidos, em dólar. É isso que explica, por exemplo, a queda do índice que mede a relação dívida/PIB.

Ali está o ex-Ministro Palocci, o responsável por essa construção mais sólida da Economia brasileira.

Quero destacar que o setor público não tem, hoje, a fragilidade do passado e isso não é apenas um desejo do governo, mas um fato constatado por indicadores econômicos.

Portanto, a primeira conclusão é a de que o Brasil está mais preparado para enfrentar crises. O governo, agora, é parte da solução, uma vez que o próprio modelo de crescimento econômico que elegemos – desenvolvimento com distribuição de renda – nos permitirá, juntamente com políticas macroeconômicas que adotamos, mais robustez para enfrentar a crise. Em primeiro lugar, porque não quebramos e, como não quebramos, teremos a possibilidade de usar as políticas monetária e fiscal, bem como de manter o nível dos investimentos. Essa possibilidade de os instrumentos de política econômica não se neutralizarem é crucial para o enfrentamento da crise.

O que temos afirmado é que o governo, hoje, tem maior capacidade para enfrentar a crise, na medida em que mantém a possibilidade de se expandir o crédito, de ter política fiscal e de sustentar o investimento. Por quê? Porque temos uma situação fiscal melhor, uma dívida pública menor; temos menor vulnerabilidade externa, com elevadas reservas em dólar; temos uma política de controle da inflação e também um sistema financeiro com bons fundamentos.

Algumas características que poderiam ser consideradas problemas no setor financeiro, hoje são altamente vantajosas para enfrentar a crise. Quais são? Temos menor alavancagem e baixo índice de inadimplência *vis-à-vis* com os países desenvolvidos. Essa comparação é muito importante, porque os países desenvolvidos tiveram problemas seriíssimos de inadimplência; tiveram problemas de quebra, de não honrar contratos econômicos. Os cinco maiores bancos de investimento quebraram.

Além disso, temos bancos públicos fortes, que representam 34% do crédito, o que nos permite fazer, de forma mais acelerada, uma recomposição do fechamento do mercado de capitais externo, do financiamento de *trade*, do financiamento bancário internacional. Enfim, é possível diminuir os efeitos da crise, ainda que não de forma perfeita.

Temos, também, depósitos compulsórios elevados. Tínhamos, talvez, um dos maiores percentuais de depósito compulsório, lembrando que depósito compulsório é o recurso depositado pelos bancos no Banco Central.

Hoje, podemos dizer que temos grande robustez no que se refere à situação fiscal. Por qualquer critério que se use, temos, hoje, um dos menores déficits nominais de PIB da nossa história – 1,10% gf – e, ao mesmo tempo, um superávit fiscal bastante significativo.

A crise ocorre num momento, portanto, em que não há desequilíbrio fiscal dentro do governo. Um indicador fundamental é a relação dívida líquida sobre o PIB, que, no nosso caso, é de 36,6%. Um dos motivos disso é sermos credores em dólar. Na medida em que somos credores em dólar, a variação cambial tende a reduzir a situação, eu diria, bastante razoável.

O outro gráfico demonstra que nós, mesmo depois de um momento de maior dificuldade em termos da volatilidade do mercado de câmbio nos últimos tempos, ainda saímos com um alto nível de reservas – US\$ 205,7 bilhões – acrescidos dos trinta bilhões de dólares que o FED, sem impor condições – o que não seria aceito – colocou à disposição do Banco Central do Brasil, para uso, em caso de necessidade de liquidez.

Além disso, temos uma perspectiva de inflação sob controle e um quadro internacional não apenas de deflação em *commodities*, mas de deflação também no que se refere a preços de produtos industrializados no mundo, tanto no setor de energia como no de alimentos. E as *commodities* estão caindo, como está caindo, também, o preço dos produtos industrializados nos países centrais. Essa deflação torna bastante complicado o quadro daqueles países, o que é ruim. Nesse tipo de situação, quando a dívida está elevada, a deflação se mantém e as receitas diminuem, porque os preços caem. Com isso, a possibilidade de reciclar a dívida também se restringe.

Outra questão importante a destacar é o baixo grau de alavancagem da Economia dos bancos brasileiros. O nível da Basiléia é de dois por doze por cento; o do Bacen estava em onze por cento. Mas os bancos brasileiros, hoje, têm um nível de alavancagem de somente 6,5 vezes. Fazendo uma comparação, o grau de alavancagem do *Lehman Brothers* era de 35 vezes.

A fonte dessa tabela, que é do Banco Central do Brasil, mostra um nível baixo de inadimplência no que se refere ao crédito livre no País. Nós não temos um nível elevado de inadimplência. Além disso, havia depósitos compulsórios elevados. Isso foi muito bom porque todos os países, quando trataram de recapitalizar os bancos e de ampliar a liquidez, tiveram de usar recursos do Tesouro. Com isso, o que fizeram? Aumentaram o déficit público. Todos os déficits públicos dos países centrais, hoje, estão em processos de ampliação explosiva. Ocorre que, no caso do Brasil, usamos os recursos dos próprios bancos, depositados no Banco Central, e não precisamos usar recursos do Tesouro, o que se mostrou não apenas importante do ponto de vista de expansão do crédito, mas também do ponto de vista de diminuir seu efeito. Ou seja, o efeito fiscal é zero.

A segunda parte dessa exposição refere-se a “Por que o Brasil está mais preparado para enfrentar a crise?” Isso se dá porque temos, hoje, uma economia dinâmica.

Cresceram o investimento, o emprego, a renda, com o início da expansão do mercado interno brasileiro. Nós, um país de 190 milhões de pessoas, estávamos, crescentemente, conseguindo introduzir mais consumidores nesse mercado. A maior força de qualquer país, hoje, no mundo é o seu mercado. Um país continental como o nosso, com o mercado de 190 milhões de brasileiros, tem um centro de gravidade muito forte. Isso é uma grande contribuição dentro de uma Economia globalizada. Estávamos — e estamos — com esse elevado potencial em processo de expansão.

Por outro lado, também tínhamos diversificado os mercados para os quais exportamos. Mudamos a relação de exportação do Brasil, aumentando a participação dos países em desenvolvimento, que têm processos de restrição menores do que os países desenvolvidos.

O Programa de Aceleração do Crescimento está em curso, o que não implica termos que produzir um pacote, ou um conjunto apressado de medidas. Esse programa está em andamento. Logo, trata-se de mantê-lo.

Temos uma perspectiva fantástica para o futuro. É um imenso desconhecimento do mercado de petróleo achar que o petróleo se manterá na faixa dos U\$ 40,00. Daqui a alguns meses haverá, claramente, a grande possibilidade de esse mercado de petróleo ter reservas e ser exportador e, não, importador. Isso coloca o Brasil numa posição significativa na retomada de crescimento. Daí a importância dessa reserva de petróleo e gás descoberta no pré-sal.

Há, também, os programas sociais que, além de criar uma rede protetora, define uma variável que é importante em qualquer país: o consumo. Garante, também, uma sustentação do consumo, porque demanda é investimento mais consumo. Isso é muito importante.

Vínhamos crescendo a uma taxa significativa do PIB. Estamos esperando uma desaceleração. O grande esforço do governo é,

com essa desaceleração, conseguir suavizar a sua curva para baixo, permitindo uma retomada na sequência. Já esperávamos essa redução. Temos certeza de que o Brasil tem todas as condições para contra-arrestar certas tendências que existem e serão expressas no início do ano que vem. E o esforço do governo, no que se refere ao crédito e à manutenção do nível dos investimentos do PAC, se dá, justamente, para contrabalançar esses efeitos.

Outro fator muito importante é a sustentação do crescimento da formação bruta de capital fixo ou, pelo menos, um grande esforço para manter esse nível da formação bruta de capital fixo.

A próxima tabela mostra a mudança na participação dos países no fluxo de comércio, de 2002 para cá. No nosso caso, houve mudança. Nós, os países em desenvolvimento, aumentamos de 38% para cinquenta por cento.

O terceiro item é o mercado de massa que temos de cultivar. Esse mercado de massa se deve ao crescimento da capacidade de consumo da população. Esse crescimento da capacidade de consumo se deu pela expansão do emprego e da renda; pelos aumentos reais do salário-mínimo; pelo controle da inflação que garantiu esses ganhos reais; por uma revolução no crédito, que aumenta o crédito consignado e o crédito livre de forma bastante significativa; pela implantação de programas sociais — como foi o caso do Bolsa Família, do Território da Cidadania, do Luz Para Todos — o que muda, também, as condições de renda da população mais pobre do País e; pelo crescimento de uma nova classe média, um fenômeno importante que temos de preservar.

As próximas tabelas ilustram o fato de o emprego formal ter chegado a 2,148 milhões de ofertas.

Houve elevação real do salário-mínimo, além de grande expansão do crédito. Sua restrição é um fator de extrema preocupação. Por isso, o governo tomou essas medidas. Há redução no índice de desigualdade.

Qual é a atitude do governo frente à crise? Tomamos algumas medidas de forma bastante tempestiva, tanto para garantir liquidez em moeda estrangeira, como — na sequência vamos ver — em reais.

Em moeda estrangeira, quero destacar três medidas de financiamento em exportação e uma de garantia de liquidez em dólar: os leilões com recompra; as garantias em *global bonds*, títulos globais; as garantias para a antecipação de contrato de câmbio e para a antecipação de contrato de exportação e; as vendas de dólar à vista. O total disso chegou a U\$ 17, 9 bilhões até 21 de novembro. Além disso, houve *swaps*, trocas com outros bancos centrais, medidas para garantir a liquidez de derivativos cambiais no mercado, devido à especulação com derivativos, que levou a algumas perdas bastante elevadas.

No mercado de reais, diminuímos os compulsórios, ampliando a liquidez. Nós sabemos que há um problema sério no mercado de crédito brasileiro: nem tudo chega ao seu destinatário final. O governo, o Banco Central e o Ministro da Fazenda, estão fazendo um grande esforço para alterar essa situação. Sabemos, também, que há elevação bastante significativa do custo financeiro.

Há uma provisão de liquidez para bancos pequenos e médios e o aprimoramento do mecanismo de redesconto, que é um mecanismo pelo qual o Banco Central atua como prestador de última instância. É um papel típico do Banco Central ser prestador de última instância.

No que se refere à agricultura, tomamos medidas específicas em alguns setores, pela sensibilidade que os setores agrícolas têm no que se refere ao choque de crédito. Então, no que se refere à agricultura, o nosso grande problema era assegurar a produção e a safra. A primeira medida foi nessa área: são dezessete bilhões de reais sob várias formas. O segundo processo, que se dará a partir de agora, quando ocorrer a comercialização da safra, é a sustentação do preço mínimo e a aquisição de produtos, pagando-se as diferenças, como se faz na política de preços mínimos.

No que se refere ao investimento e à produção, o BNDES continua mantendo a meta de noventa bilhões de reais. Já mantivemos a TJLP em 6,25%; ampliamos o Fundo de Marinha Mercante para garantir que a indústria naval tivesse suporte de expansão, em torno de dez bilhões de reais; ampliamos a segunda fase do Revitaliza para quatro bilhões de reais; colocamos capital de giro para empresas em torno de dez bilhões de reais e; fizemos o repasse de cinco bilhões de reais do Banco Mundial ao BNDES.

Além disso, os financiamentos da construção civil destinaram três bilhões de reais para a Caixa Econômica Federal. Uma coisa que se deve destacar é a ampliação do limite de financiamento para material de construção civil, de sete para R\$ 25.000,00, uma vez que, na indústria de fornecedores de produtos da construção civil, esse setor da pequena compra é extremamente importante na sustentação do crescimento. Houve, também, ampliação da linha de financiamento imobiliário.

No que se refere ao setor automobilístico, colocamos, via Banco do Brasil, quatro bilhões de reais para os bancos das montadoras. A pequena e a média empresas tiveram mais cinco bilhões de reais de capital de giro, também via Banco do Brasil.

Houve o fortalecimento dos bancos públicos, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, com a autorização para atuarem como alternativa de financiamento, podendo, ainda, comprar carteira de bancos pequenos e médios e a criação da Caixa Banco de Investimentos, permitindo que a Caixa assegurasse o investimento.

Por isso, a meta da Fazenda – que o Ministro Guido sempre aponta – é tentar fazer a desaceleração ser a menor possível.

Como fica a política de investimentos anticíclica? Aí nós entramos no PAC. Sabemos que uma política anticíclica de política monetária é uma política de expansão do crédito, em termos de avaliar o impacto. Nós tomamos a primeira medida. Agora temos de avaliá-la, porque o acesso ao crédito externo secou de uma forma quase integral, para não dizer integral. Isso significa que temos de recompor esses mecanismos. O Banco Central e o Ministério da Fazenda estudam mecanismos de ampliação do crédito e de garantia de chegada aos seus usuários finais, bem como a de redução do custo financeiro.

No que se refere à política fiscal, mantêm-se os investimentos no PAC, no pré-sal e nos programas sociais, tanto no que se refere à parte de investimento — como é o caso do Bolsa Família, que é eminentemente de consumo — quanto no corte de gastos do custeio, o corte daqueles gastos que, sempre que revisitados, se mostram passíveis de corte.

Além disso, é importante que tenhamos clareza de que, hoje, medidas anticíclicas são a regra e, não, a exceção. Os Estados Unidos têm uma política – apesar de o Presidente Obama não a ter assumido – de manter 2,5 milhões de empregos até 2011. Essa é a meta. A revista *The Economist* desta semana noticia que o governo dos Estados Unidos fará um pacote com valor entre quinhentos e setecentos bilhões de dólares na área de manutenção de investimento e de infraestrutura. No que se refere, por exemplo, à China e à União Européia, já falamos. E o Brasil tem os instrumentos para assegurar uma política de investimentos e programas sociais em andamento.

Em relação ao PAC, começamos um processo de atualização de seus valores, que tem dois motivos: primeiro, o PAC foi elaborado em 22 de janeiro de 2007, com preços de 2006, com orçamentos em projetos básicos e não em projetos executivos. Então, houve modificação de valores. Nesse caso, dados os projetos existentes, houve também ampliação, em alguns casos, no âmbito dos projetos. Esse foi o primeiro fator.

Há o segundo fator: ao longo desse processo, de 22 de janeiro de 2007 até hoje, incorporamos novos projetos, a exemplo do Tramo Sul, da Ferrovia Norte-Sul, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, na Bahia; do trem de alta velocidade, do financiamento das linhas de metrô, enfim, de um conjunto de projetos.

O PAC tem, desde o seu lançamento, dois momentos: de 2007 a 2010, com o investimento de 503,9 bilhões de reais e; pós-2010, com 189 bilhões de reais. Em novembro de 2008, com todas as avaliações, passamos para 636,2 bilhões de reais e, na projeção pós-2010, para mais 474,8 bilhões de reais.

A que se deve isso? A próxima tabela mostra os valores classificados por tipo de investimento: rodovia, ferrovia, hidrovias, aeroporto, geração de energia elétrica, transmissão; um levantamento de toda a área. E vemos, então, que houve aumento. De onde vêm esses valores? Na atualização nos valores do PAC, por fonte, ocorre aumento de sete por cento no Orçamento Fiscal e na Seguridade; nas estatais, aumento de 56%; no financiamento, dezesseis por cento; na contrapartida de Estados e municípios, aumento de quatro por cento e; aumento de dezessete por cento

no setor privado. Há um aumento muito grande no que se refere às estatais, devido a alguns projetos de que participam, com sociedade de propósitos específicos. Por exemplo, as estatais participam de projetos de transmissão, de geração, de petróleo e gás que são, geralmente, projetos mais caros.

Haverá também, no que se refere à logística, variação na logística de energia, nas áreas social e urbana. Nessa área, temos um grande aumento no financiamento federal, que se deve ao aumento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, que foi crescendo além da meta, desde 2007 e, agora, em 2008, também. O financiamento cresceu bastante além da meta.

Quais são as principais obras novas? Na concessão de rodovias, a BR-040 e a BR-116 que ainda não tinha sido licitada e o será agora. Esse investimento entrará no cronograma de obras acertadas pelo concessionário, com a ANTT, apesar de, na licitação, já estar prevista no cronograma. Por isso foi aí incluída. Também estão em processo de concessão a BR-381, do entroncamento com a MG-020 até Governador Valadares; as rodovias nas divisas: Rio de Janeiro/Espírito Santo e Espírito Santo/Bahia; o trecho Navegantes, até a divisa Santa Catarina/Rio Grande do Sul; a duplicação do Contorno de Recife; a construção de cinco pontes estaiadas na BR-364; a construção de ferrovias, tanto o trecho sul da Norte/Sul, como o trem de alta velocidade com a integração Oeste/Leste; os projetos de construção de seis ferrovias; a hidrovía do Tocantins; o porto de Vitória, em que nós acrescentamos a ampliação e a recuperação do cais comercial; o Porto de Vila do Conde, com ampliação do píer e construção do terminal de uso múltiplo.

Na geração de energia elétrica, estão os 98 empreendimentos das últimas licitações, que abrangem tanto as linhas térmicas quanto as de transmissão de energia elétrica, todas as linhas de transmissão e as interligações. Aí está demonstrado, em termos de investimento, quanto é a participação das empresas públicas, pelo seu percentual, separado do investimento das empresas privadas. Isso também vale para as usinas hidrelétricas licitadas.

Nas principais obras de petróleo e gás, há dezesseis ações incluídas: o teste de longa duração de Tupi; o piloto de Tupi; as plataformas P59, P60 e P62; as 28 sondas que nós definimos e;

os dez bilhões de reais do Fundo Nacional de Marinha Mercante para viabilizar o financiamento dos estaleiros e das sondas. Além disso, há as oito unidades de produção, as unidades flutuantes de produção, armazenamento e transbordo, as chamadas FPSOs.

No setor de gás natural, há a unidade de tratamento de Caraguatatuba; no de transportes de derivados, o Plano de Dutos de São Paulo e o Plano de Ampliação do Sistema Logístico de São Paulo; no de refino, a Premium I e a II, a Rio Grande do Norte/Guamaré e o Estaleiro Rio Grande, com 440 milhões. O Estaleiro Rio Grande é aquele feito no Sul, que já está quase no final, com a WTorres Engenharia. Nós também não tínhamos incluído seu valor final porque, na época, era apenas um projeto básico.

Além disso, no transporte urbano, há a expansão da Linha 2 do Metrô de São Paulo — o valor é maior, é de uns três bilhões de reais, mas nós entramos com 1,9 bilhão de reais e; a Linha 1 do Metrô do Rio de Janeiro, para a qual entramos com 478 bilhões de reais.

O Programa Água para Todos, do setor de recursos hídricos, não constou do PAC inicial e foi integrado por volta de setembro do ano passado. Agora, está sendo acrescentado.

O sistema adutor do Seridó também não tinha sido incluído.

O financiamento em habitação é aquilo de que falei: o SBPE e a poupança. Há um acréscimo de 60,2 bilhões de reais. Nesse caso, temos ultrapassado, sistematicamente, todos os anos, todas as metas que colocamos.

Há acréscimo, no Programa Luz para Todos, de 3,9 bilhões de reais. Nós chegamos a 1,9 milhão de ligações. Em fevereiro, chegaremos a dois milhões de ligações. E o que vai acontecer?

Quando criamos o Luz para Todos, não tínhamos estatísticas e usamos dados fornecidos pelo IBGE. De acordo com aqueles dados, havia a necessidade de se fazerem dois milhões de ligações, abrangendo dez milhões de pessoas no campo e dois milhões nas cidades. Era mais ou menos esse o cálculo, estou-me lembrando. Em dezembro, chegaremos a 1,9 e, em fevereiro, a dois milhões de ligações. Nesse processo de fazer ligações, descobrimos mais um milhão e cento e poucas mil. Então, vamos acabar essa fase e começar outra.

Em alguns Estados vamos abrir um processo de chamada pública dizendo: são tantos meses para se apresentar, ao fim dos quais nós concluímos o programa. A partir daí, as distribuidoras de cada Estado serão obrigadas a fazer as ligações sem custo para o consumidor. Então, nós esgotamos o estoque. Em outros Estados, isso não será possível, pelas dificuldades de fazer o chamado último consumidor, que geralmente é o mais difícil.

Execução orçamentária do PAC:

O que é investimento em Sociedade de Propósito Específico? Nenhum investimento em transmissão, em geração das empresas – e alguns da Petrobras também – é feito pela Petrobras ou pela Eletrobrás, ou seus sistemas. Constitui-se outra sociedade em parceria com empresas privadas: uma parte é privada, outra é pública.

É isso que não está computado. Faço esse esclarecimento porque o acompanhamento começou a ser feito agora – e será feito à parte – e acrescentado aqui, mas não está concluído. Não é a Casa Civil que faz; são os órgãos de controle do Planejamento e da Fazenda.

O que é interessante é a tendência. Há, inequivocamente, uma tendência de crescimento nos últimos tempos.

No que se refere ao percentual do PIB, destaco que não há investimento em sociedade de propósito específico, o que distorce o dado; há um total de 2,59% do PIB em termos de investimento e 79% do investimento, atualmente, são em infraestrutura, para nós.

No que se refere à execução orçamentária, quero lembrar que, da forma como se dá hoje, anualmente, no caso do investimento, há uma pequena incompatibilidade entre o investimento e o prazo do orçamento. O investimento em orçamento teria que ser plurianual e, não, anual. Por isso é que há bastante restos a pagar, antecipando qualquer constatação, porque ‘restos a pagar’ é a forma pela qual se carrega um investimento de um ano para o outro. Não há investimento em um ano. Seria soberba achar que se vai conseguir fazer investimento em um ano.

Há, atualmente, uma dotação de 17,9%: já empenhados, 11,1%; pagos, somando-se os dois, os restos a pagar e o pago

este ano, 9,5% pagos este ano. O que interessa ver, também, é o comparativo do valor pago em novembro de 2007, com novembro de 2008. São o amarelo e o verde, 86% maior, porque o PAC acelerou. Se se comparar com dezembro de 2007, mesmo assim é trinta por cento maior. Nós sabemos que, até o final do ano, acelera-se o pagamento de empenhos e o próprio empenho.

No que se refere às estatais, com essa imprecisão, pois nem todas as SPEs estão incluídas, há o seguinte: em 2007, foram realizados 66% do previsto; até agosto deste ano, já está em 70% do previsto. A mesma coisa em petróleo e gás: em 2007, realizados 74% do previsto; até agosto, nós já estamos em 59%. Portanto, no final, estamos estimando um pouco menos do que o dobro disso.

Programas sociais: igual a investimento mais consumo. Quando é garantia de renda, é consumo. Os indicadores: aí temos uma tabela feita pelo Ipea no conceito de gasto social federal. Tem o valor anual e o número-índice e mostra crescimento contínuo dos programas sociais considerando — excluindo pessoal, essas coisas todas — o que é que gasto de investimento e consumo.

No que se refere aos programas sociais da União, a execução orçamentária também é crescente, com um grande volume liquidado até agora, com um empenhado também bastante significativo e um aumento entre 24, 25, 26 e 30.

O pré-sal, como todos sabem, é esta camada que está abaixo da camada branca. Acima da camada branca tem os reservatórios do pós-sal. O que aconteceu com os nossos reservatórios do pré-sal?

Eu tenho certeza de que o Gabrielli, ou alguém da Petrobrás, já esteve aqui explicando exaustivamente que a camada de sal funcionou como um selo e permitiu um petróleo de altíssima qualidade no pré-sal. Enquanto o nosso pós-sal é da baixa qualidade, ou seja, tem um baixo teor, é petróleo pesado, com baixo API, de 13, 15, 16, na Bacia de Campos, no pré-sal há um petróleo leve e de alto nível de API, em torno de 30 graus API.

Esses são os dados que a Petrobrás informou à ANP, sobre alguns poços descobertos; de Tupi, passando por Caramba, Júpiter, Carioca, etc. até o Parque das Baleias. Ali em cima está o mínimo e o máximo. O mínimo é 11,5 bilhões de barris equivalentes; o máximo é 15, 5 bilhões de barris equivalentes, considerando-se o mínimo e o

máximo que a Petrobras comunica à ANP. Isso significa que, hoje, temos reservas comunicadas à ANP que equivalem, aproximadamente, ao que nós temos de reserva descoberta no pós-sal.

É isso o que permite afirmar, com certa força, que o Brasil deixará de ser importador e passará a ser exportador de petróleo. Um país que pode ser exportador de petróleo tem uma grande alavanca, uma grande diferença em relação a qualquer outro país, principalmente quando se considera que a economia mundial será retomada, a partir dessa queima brutal de riquezas a que estão procedendo. Os ciclos econômicos são assim: queima-se, primeiramente, muita riqueza e, depois, se vai necessitar da riqueza real e o petróleo é uma delas.

Nós não somos um país com a maldição do petróleo. Ou seja, nós não somos um país exportador de apenas um produto; nós não somos um país sem indústria; nós não somos um país sem a maior agricultura de alimentos. Somos um país que tem, mesmo sem o pré-sal, uma imensa força. O que nós estamos dizendo sobre o pré-sal é o seguinte: por que não pode ser postergado, da forma como muitos pensam? O pré-sal é um instrumento fundamental para posicionar o Brasil nessa retomada da Economia.

Os testes de longa duração de Tupi estão integralmente mantidos, o que vai tirar trinta mil barris, sobretudo, o sistema-piloto de Tupi, que se chama piloto, mas é uma unidade que produz como os grandes postos da Bacia de Campos ou de Santos e vai produzir cem mil barris, o que é bastante significativo. E mais: a 30 graus API, portanto um petróleo bastante leve.

Qual é o grande problema da relação do pré-sal com a Economia brasileira? O investimento inicial. No pré-sal, independentemente de crise, o investimento se dá por etapas. Essas etapas contemplam dois tipos de investimento: um investimento na produção do pré-sal para se tirar o óleo e o gás, porque tem gás ali, há quatro milhões de metros cúbicos/dia de gás. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

São milhões de metros cúbicos/dia. Só para se ter uma idéia, acho que não temos um poço único produzindo tanto no Brasil. Aliás, tem um no Espírito Santo. Mas é 1/6 do que importamos da Bolívia.

O importante é que o investimento do pré-sal não se destina apenas à extração do óleo. Desde que definimos que haveria um programa de mobilização da indústria do petróleo e gás para produzir no Brasil o que fosse possível produzir, com grande esforço; desde que o Presidente da República determinou que as plataformas não fossem importadas, mas produzidas, aqui, com maior conteúdo nacional, reestruturamos a indústria naval, não somente em termos de estaleiro, mas também em termos de absorção de tecnologia.

O pré-sal coloca dois desafios: um é o investimento em exploração, prospecção e produção de petróleo e gás. O grande desafio é a indústria correspondente a esse pré-sal para sustentar um crescimento dentro do Brasil e acabar com a maldição do óleo, a chamada maldição do óleo, de países pobres, desindustrializados e com baixo nível de apropriação da receita petrolífera. É isso o que caracteriza a chamada maldição: baixa apropriação da receita petrolífera, desindustrialização do país, dependência somente da venda de petróleo e, além disso, um nível de geração de riqueza e renda menor do que poderia ser.

Nosso grande desafio, no caso do petróleo, para o Brasil e para a Petrobras, é a produção de equipamentos no País. Então, há algumas questões que se colocam: como realizar licitação para contratar sondas, barcos de apoio e ancoradores, condicionada à construção no Brasil.

Para ser ter uma idéia, nós chamamos toda a cadeia produtiva dessa área e perguntamos: vocês têm condições de fazer até 2012 — isso bem antes da crise — quantas sondas? Eram quarenta sondas e não havia condição de entregar doze sondas; tinham condições de entregar 28 sondas. Por quê? Porque tinham de ter um tempo de incorporação da produção, ou seja, tempo para colocar a produção aqui dentro. Essa é uma questão fundamental: fazer construir aqui, porque é isso que gera emprego, é isso que gera renda e é isso que gera uma indústria naval forte.

Além disso, estabelecer contrato de longo prazo com os prestadores de serviço. Deve haver um horizonte de prestação de serviços, para permitir que o prestador de serviço nacional se equipe e forneça o serviço, o que é algo extremamente caro na

indústria de petróleo e gás, além de ser área dominada por poucas empresas. Isso implica fazer parcerias ou, inclusive, trazer para o Brasil algumas dessas empresas.

Suporte à expansão da capacidade instalada de fornecedores brasileiros; participação da engenharia nacional nos projetos, ou seja, projeto que não é feito pela engenharia nacional não tem a cara do Brasil, do setor industrial brasileiro.

Aumento dos recursos do Fundo da Marinha Mercante. O que já foi feito:

- constituição de um fundo garantidor da construção naval para dar suporte ao financiamento do *equity* dos investidores nacionais.

Na verdade, o esquema é simples de entender: a demanda atual é, em parte, suprida pela indústria nacional e importamos outra parte. A parte do meio é a nova, vai surgir com o pré-sal. Para atender, vamos precisar estimular novos entrantes nacionais; estimular a associação entre companhias nacionais e internacionais; estimular a instalação de empresas internacionais no Brasil; ampliar a capacidade produtiva no Brasil de setores altamente competitivos e; desenvolver a concorrência em setores de média competição.

Nesse ponto, cabe um esclarecimento, pois muito me perguntam: vai haver interesse externo? Para algumas coisas, haverá investimento externo. Vou dar o exemplo do trem de alta velocidade. Todos os grandes investidores japoneses, coreanos e europeus não só estão interessados como querem fazer parcerias tecnológicas e financiamento. Então, temos de perceber que haverá uma relação diferenciada entre o setor produtivo e o setor financeiro. Necessariamente, certos tipos de projeto atrairão interesse de alguns segmentos; outros não atrairão interesse. Mas temos de ter, sempre, a capacidade de perceber que é possível, para além da crise, todo mundo fazer o cálculo econômico do que significa a retomada.

Finalizando, acho que há vários programas convergentes no caso do Brasil. Um é o PAC, outro é o PDP, do Ministro Miguel Jorge com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho; a ação na área de ciência e tecnologia, o Plano de Desenvolvimento da

Educação e; o Plano Tecnológico na área da saúde. Poderia citar outros, mas são todos investimentos e projetos importantes que estamos mantendo.

Concluo dizendo o seguinte: o PAC, o pré-sal e os programas sociais têm uma característica anticíclica; sustentam um patamar elevado de investimentos público e privado porque também priorizam o investimento.

Hoje, priorizamos o investimento. Há um sinal do governo para todas as suas entidades — empresas públicas, bancos, autarquias e União — e dá suporte ao setor privado por meio da demanda; o governo organiza a demanda para o setor privado dando garantias. Assim, se há uma demanda, deve ser atendida porque será remunerada. Então, constrói-se uma demanda, tanto de investimento quanto de consumo e se tende a assegurar o crédito de longo prazo. Isso significa que os efeitos do PAC aparecem no curto, no médio e no longo prazos. A segunda questão é o pré-sal que, sobretudo, garante uma posição estratégica do Brasil na área de energia. Em terceiro lugar, estão os programas sociais, que garantem uma rede de proteção aos mais pobres e sustentam o consumo. Todos aumentam a confiança da sociedade.

E há um ponto central: a questão de emprego e renda. Temos, também, que ampliar as oportunidades no momento pós-crise. Acho que o grande desafio, que é o grande ponto de convergência entre a lógica privada, a lógica do cidadão e a lógica pública, é o emprego. Essa é uma questão central para nosso País, porque o emprego é a sustentação da atividade econômica, a sustentação do mercado interno e a sustentação também da distribuição de renda.

Esse é o esforço do governo, pois sabemos que haverá uma inflexão. A discussão do tamanho da inflexão fica a cargo de cada um de nós, mas o papel do governo é lutar, sistematicamente, pela menor inflexão possível usando todos os instrumentos à disposição.

O que pretendia esclarecer a Vossas Excelências é o porquê de não termos precisado cortar investimento, nem consumo expandido com os programas sociais e vamos cortar custeio. Mas não temos de cortar. E todo mundo pergunta: por que não? Não

tem que cortar porque a situação econômica do governo é diferente, por razões técnicas e objetivas. Não tem que cortar porque nós não temos uma crise embutida no orçamento fiscal do Brasil e temos margem para fazer políticas anticíclicas, sejam monetárias, sejam fiscais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Muito obrigado, Ministra, pelas palavras de V.Exa.

Vamos ouvir rapidamente, para suas saudações iniciais, os demais Presidentes de Comissões aqui presentes. Assim, concedo a palavra à Deputada Maria Helena, em seguida, ao Deputado Dr. Pinotti e, depois, ouviremos os autores dos requerimentos. Registro ainda a presença da Deputada Ângela Amin, que se juntou a nós da Mesa e também se manifestará.

Com a palavra a Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome da nossa Presidenta, Janete Capiberibe, quero agradecer à Ministra por vir à Câmara Federal conversar com os Deputados das 4 Comissões que propuseram esta audiência pública. Quero dizer da importância de estarmos com a Ministra, externando nossas expectativas e nossa atenção com relação a este momento econômico, diante da necessidade da efetiva execução de importantes obras do Plano de Aceleração do Crescimento.

A Amazônia tem uma grande expectativa com o PAC. Há muito tempo estamos lutando por medidas duradouras e efetivas que tirem nossa região da situação em que se encontra, mas o que percebemos até agora é a dificuldade de os recursos chegarem às obras na região amazônica.

Sra. Ministra, constatamos como exemplo que, no Orçamento da União de 2008, a Região Sudeste recebeu recursos de 851 milhões de reais, enquanto a Região Norte, que abrange 9 Estados da Federação, recebeu apenas 531 milhões. Precisamos, realmente, de um PAC efetivo para que possamos levar a bom termo também o Plano Amazônia Sustentável e, sem dúvida, de recursos não só para as obras de infra-estrutura, que são extremamente importantes, mas também para nossa sonhada regularização

fundiária, com investimentos efetivos nas áreas de pesquisa e de ciência e tecnologia.

Enfim, Sra. Ministra, pedimos que o governo priorize nossa região implementando ações que a retirem dessa situação e transformem nossas expectativas em mudanças reais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado, Deputada Maria Helena.

Concedo a palavra à Deputada Angela Amin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

A SRA. DEPUTADA ANGELA AMIN – Sra. Ministra, quero cumprimentá-la e justificar meu atraso por conta de compromisso agendado anteriormente. Mas foco minha pergunta em dois aspectos.

Primeiro, como Presidenta da Comissão de Desenvolvimento Urbano, trago a preocupação com a falta de investimentos reais na área de transporte coletivo, que é de responsabilidade do PAC. Hoje não temos uma política nacional de investimentos na área de transporte coletivo e temos um montante de trabalhadores excluídos da possibilidade de acesso ao transporte coletivo.

Há muitos anos que a Frente Nacional de Prefeitos discute a acessibilidade, e nós ainda não conseguimos avançar na possibilidade de termos a qualidade e a acessibilidade dentro da visão de uma política nacional.

Segundo, não poderia me furtar, como Parlamentar de Santa Catarina, a fazer um convite à Sra. Ministra, que tem uma influência muito grande no governo federal, para que visite e sinta de perto a situação pela qual passa o nosso Estado.

Nessa noite, o volume de chuvas que abateu a região já afetada pela enchente foi muito grande. Há necessidade de termos um plano não só de emergência, mas de investimentos para a reconstrução, para minimizar a situação das famílias que estão instaladas principalmente no Vale do Itajaí, investimentos em obras que há muito tempo estão previstas para aquela região. A bancada de Santa Catarina espera a previsão de recursos não só neste momento de emergência, mas para obras estruturantes naquela região.

Que o manifesto desta Parlamentar para o Presidente, feito na última segunda-feira, possa ser acatado, e que S.Exa., como líder sindical, possa liderar o pacto da não-demissão, feito em 1983, sob a liderança do governo do Estado, do Presidente da FIESC e dos Presidentes da Federação do Comércio e Federação da Agricultura, e que nenhum trabalhador venha a ser demitido sem justa causa durante esse período de reconstrução dos municípios afetados pelas enchentes.

Fazemos esse apelo em nome das lideranças do Estado de Santa Catarina, que, sem dúvida, vivem um momento singular. Hoje são mais de 120 mortos, e nós temos certeza de que esse número deve aumentar.

Agradecemos a oportunidade desta audiência em que pudemos discutir o ponto primordial do transporte coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado, Deputada Angela Amin. Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Pinotti.

O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI – Sr. Presidente, Ministra Dilma Rousseff, em primeiro lugar, quero cumprimentá-la pela sua disponibilidade. Esse diálogo com o Parlamento é fundamental para o amadurecimento da nossa Democracia adolescente.

Em segundo lugar, queremos, também, cumprimentar o governo de V.Exa. por ter criado novas estruturas para a nossa economia que nos permitem enfrentar essa crise de uma maneira diferente do que enfrentaríamos sem essas novas estruturas.

Sua exposição para mim foi uma aula. Eu me senti num banco de universidade ouvindo uma dissertação de doutoramento. Foi clara, completa, demonstrou conhecimento, os *slides* foram muito bem escolhidos. Devo dizer que não tenho nenhuma dúvida sobre a questão nuclear que V.Exa. nos informou, nem sobre o conteúdo nem sobre as estratégias que estão sendo propostas para implementar esse conteúdo.

Mas não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade que, a meu ver, é impar no Parlamento, para fazer 2 rápidas reflexões e ouvir sua resposta. A primeira delas é uma certa dificuldade que tenho de entender um projeto como esse ao lado de juros e

impostos altos. Acho que são coisas divergentes e que poderiam ter uma solução diferente.

Hoje, ao vir de avião para Brasília, vi nos jornais fotografia do Presidente junto de V.Exa., em Recife, e, na matéria, o Presidente a dizer, claramente, que é inconformado com os juros brasileiros. Fiquei muito contente ao ler essa opinião do Presidente, mas também tive uma certa perplexidade de entender a posição do Presidente como observador e não como atuante no processo.

A questão dos impostos também me preocupa *vis-à-vis* o PAC.

A segunda reflexão, talvez um pouco mais complexa, mas será absolutamente curta, diz respeito aos meus 50 anos de observação das políticas públicas brasileiras, especialmente em educação e em saúde. E neste último ano, em que presidi a Comissão de Fiscalização e Controle — e tenho o Tribunal de Contas da União como órgão auxiliar competentíssimo, que analisa esses processos de maneira perfeita —, tive a oportunidade de ver dados sobre as minhas dúvidas.

A conclusão a que cheguei, Ministra, é que precisaríamos, além do PAC que V.Exa. está propondo, de um PAC de gestão no nosso País. Usando rapidamente alguns poucos exemplos na saúde, fico inconformado de ver que depois de 10 anos da Lei 9.656 a Agência Nacional de Saúde não consegue ainda recolher o ressarcimento dos planos de saúde, que tiram do SUS de 2 a 3 bilhões por ano.

Fico também inconformado de verificar que dobrou o número de mortes e a incidência de câncer de mama no País e que apenas 20% da capacidade instalada dos mamógrafos brasileiros públicos são usados. Fico inconformado de ver que se gastam 4 bilhões por ano no Programa Médico de Família e que o programa é quase igual àquele que foi muito bem aplicado em Cuba há 50 anos, esquecendo que o País é um continente e que se passaram 50 anos, e que a Medicina mudou completamente. Não sou contra esse programa, mas ele precisa mudar radicalmente por gestão. A prova está aí: organizações internacionais mostraram que somos o terceiro país em mortalidade infantil no mundo, apesar de tudo, apesar do crescimento do emprego de recursos, como demonstrou muito bem V.Exa. aqui.

Fico nesses exemplos. Teria 30 para mostrar a V.Exa., mas termino fazendo uma observação, talvez um pouco filosófica. Marx dizia que as crises do capitalismo apontam para o seu fim. Talvez ele não tenha acertado, mas como era filósofo, sociólogo e intervencionista, nunca deixou de criticar os filósofos do século XIX, que eram só filósofos e não interviam. Ele talvez não tenha tido tempo de ver que a revolução dele não deu certo, mas a reforma dele deu certo. O socialismo europeu deriva disso.

Vi, num dos poucos *slides* em que aparece alguma coisa contra o neoliberalismo, uma última frase, que as bases do neoliberalismo foram de certa forma deslocadas com essa crise. Pergunto se não seria um bom momento de também mudarmos as bases, aproveitando para fazer uma reforma no processo político brasileiro nessa situação.

Quero cumprimentá-la mais uma vez, Ministra, pelo seu trabalho e particularmente pela sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Vamos passar aos autores dos requerimentos.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja, para fazer suas considerações.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, Srs. Presidentes das outras Comissões, Ministra Dilma, quero cumprimentá-la pela exposição.

A Ministra fez um diagnóstico a respeito da crise internacional, afirmou que o Brasil está mais preparado, com o que concordamos, do que em outros momentos. Também falou sobre os investimentos do PAC, mas acho que faltou falar um pouco sobre a situação que vamos ter, realmente, em 2009 e em 2010.

O PAC é o Programa de Aceleração do Crescimento. Dizia ao Deputado Hugo Leal, aqui ao lado, que talvez tivéssemos que mudar o nome agora, porque ele passou a ser um programa de impedimento da queda. Claramente, diante da situação internacional, não temos mais um programa de aceleração de crescimento nesse sistema. Temos um programa, como a Ministra afirma, que pode impedir uma queda do PIB, uma política, do ponto de vista anticíclico, pela qual o PAC pode ajudar na crise.

Quero fazer alguns questionamentos.

Primeiro, quanto aos investimentos do PAC, uma parcela importante são os investimentos das estatais.

Desses, o investimento mais importante é o da Petrobras, que fez, recentemente, um empréstimo de 2 bilhões na Caixa Econômica Federal, chegando ao limite máximo permitido pelo Acordo da Basiléia de empréstimos que uma mesma empresa pode pegar da Caixa, e um empréstimo no Banco do Brasil de aproximadamente 700 milhões. A Ministra mesmo explicou que seriam recursos para pagar tributos. Não é uma polêmica. Temos que debater essa questão ainda, que está em aberto, mas houve acusações, inclusive da Oposição. A Oposição está querendo dizer que a Petrobras está em crise. Não sei se está em crise, mas é evidente que não é uma coisa usual. Esse empréstimo é uma coisa inusual, e a própria Petrobras e os analistas anunciam que haverá dificuldade de investimentos em petroquímica e outros em 2009 e 2010. É provável, pelo que vemos, que a Petrobras não consiga investir o mesmo tanto que estava previsto.

Há também uma parcela importante de investimentos do PAC proveniente da iniciativa privada. Concorro que o Governo, agora, é parte da solução. O governo está melhor situado, mas a iniciativa privada vai ter inúmeras dificuldades nos anos vindouros. Não nos parece que possa haver investimento da mesma forma que se investiu até agora.

Por mais que o governo seja parte da solução, há um aceno de que a receita pública vai cair. Ela já sinalizou agora em outubro, e todas as previsões são de que a receita pública vai cair no ano de 2009, porque, se há um crescimento menor, a receita pública cai. Estamos, inclusive, discutindo essa questão no orçamento. Se a receita pública vai cair, Ministra, e o superávit primário está mantido aí — inclusive o governo insiste em colocar meio por cento do superávit primário no Fundo Soberano —, vamos ter menos recurso público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Deputado, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não eram 10 minutos, pelo Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – São 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Pelo Regimento, são 10 minutos, mas vou limitar.

A última pergunta, gostaria que a Ministra pudesse responder objetivamente.

A Ministra disse que vai continuar investindo no PAC, que não haverá cortes na área social. Mas se o bolo é menor, é preciso conter gastos, e S.Exa. fala em conter gastos de custeio. O governo não sinaliza nesse sentido na questão de pessoal, porque ainda ontem foi aprovada a Medida Provisória que destina mais 20 bilhões. Onde serão cortados os gastos de custeio? Porque é claro que cortar xerox, viagem não será suficiente. Essa é a pergunta que ninguém responde.

Lá nos Estados Unidos houve uma discussão, num debate presidencial, e nem Obama nem McCain respondiam em que iriam cortar. Vai cortar na área de custeios, mas em que exatamente para compensar a queda do PIB ou a queda das receitas? Sabemos que quando há um crescimento econômico de 1%, a receita pública cresce muito mais como regra geral. Ela cresceu nos últimos 3 anos quase 70%. Quando cai 1%, a receita também cai mais. Então, vai cair. Em que o governo vai cortar? Se não vai cortar na área do Deputado Dr. Pinotti, se não vai cortar nos programas sociais, se não vai cortar no PAC, em que o governo vai cortar? Não pode ser “custeios” de forma genérica, porque dessa forma não vai conseguir.

Então, como é que o governo vai conseguir manter os investimentos no PAC? E acho que temos que mudar o nome, porque não é mais Programa de Aceleração do Crescimento, mas sim de impedimento da queda. É um PIQ.

Eu sou da tese anticíclica. Sou do PPS, e a nossa tese é que temos que investir agora, exatamente numa visão anticíclica, que o Ministro Mantega defende, que V.Exa. e os senhores defendem. Somos dessa tese. Mas em que vai cortar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado, Deputado Fernando Coruja. V.Exa. me perdoe. A Mesa errou. São 10 minutos, de fato.

Mas vamos fazer um esforço para reduzir o tempo, pois temos 15 inscritos. Quanto mais rápida for a intervenção de cada um dos senhores, melhor para todos. Deputado Hugo Leal.

(Não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Regimentalmente, conforme o § 2º do art. 221, são 10 minutos para os autores de requerimento e 5 minutos para os demais inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Exato. Está aí o erro da Mesa, que interpretou que eram 5 minutos para todos, mas de fato são 10.

Deputado Hugo Leal.

(Não identificado) – Sr. Presidente, V.Exa. poderia fazer a leitura de quem são os inscritos, para que possamos nos organizar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Distribuindo um por cada Comissão, Deputados Duarte Nogueira, Virgílio Guimarães, Vanessa Grazziotin, José Guimarães, Carlos Zarattini, Júlio Cesar, João Oliveira, Vanderlei Macris, Silvio Costa, Antonio Palocci, Pepe Vargas, Alfredo Kaefer, Félix Mendonça, Luiz Carlos Hauly e Paulo Maluf.

O Deputado Hugo Leal está com a palavra. Vamos fazer as correções, se por acaso houve alguma falha. A Secretaria vai corrigir.

Por favor, Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Obrigado, Sr. Presidente. Isso mostra, Ministra, respeitosamente, exatamente a ansiedade de todos nós, Parlamentares, das 6 Comissões aqui reunidas, para ouvir V.Exa., que detém as principais informações sobre investimentos.

V.Exa. teve oportunidade de apresentar a questão da crise, e também já tivemos oportunidade de ouvir o Ministro Mantega e o Ministro Henrique Meirelles na Comissão Mista de Orçamento, e o Ministro Mantega em mais 2 outras oportunidades.

Todos estamos preocupados com a crise, e isso perpassa por todo o conjunto de governo e Oposição. Mas o que mais nos preocupa, e por isso este auditório, se tivesse mais espaço, teria mais Deputados, é a questão dos investimentos. Preocupa-nos a todos. A crise em si, os argumentos financeiros e econômicos, as ações tangenciam, aprofundam a questão da avaliação da política macroeconômica do País, a política monetária do País, mas todos estão preocupados aqui com o que vai acontecer, cada um no seu ambiente, no seu quintal, nas suas áreas.

Então, Ministra, fico feliz com a presença de V.Exa. nesta Casa. Gostaria que pudéssemos ter dividido em 2 ou 3 Comissões por vez, no máximo, porque em 6 Comissões não vamos conseguir ouvir todos os Parlamentares. Acho que a ansiedade de todos nós, minha particularmente, é exatamente nesse sentido. A nossa maior preocupação não são as políticas que serão introduzidas no País, com relação ao equilíbrio econômico-financeiro — as ações já estão sendo realizadas —, mas sim o que vai acontecer.

E aí passo a ser cirúrgico nessa relação. O que aconteceu, em números absolutos e percentuais, em relação aos investimentos do PAC em 2007 e em 2008? Houve redução desse investimento? Houve uma estimativa menor? Houve retração do que tinha sido gerado na expectativa de 2008 em relação a 2007, principalmente no que se refere a pagamentos? V.Exa. mostrou, numa transparência, e eu procurei entender, mas apenas queria fazer um comparativo desses 2 anos.

Eu teria várias indagações, mas em respeito aos colegas, vou fazer apenas 4.

Eu represento o Estado do Rio de Janeiro, e não poderia deixar de falar, obviamente, daquele Estado na sua complexidade com relação à sua inter-regionalidade.

Primeiramente, o caso do aeroporto do Galeão. Na página 92 do relatório apresentado, o aeroporto do Galeão aparece apenas com investimentos numa pista e investimentos para taxiamento nas outras pistas. No relatório anterior, havia previsão de estabelecer novos investimentos nos seus terminais de passageiros, que não estão mais contemplados neste relatório, neste quinto balanço. O que aconteceu em relação ao aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro? Novos investimentos foram retraídos ou está em passo uma possibilidade de concessão ou qualquer outra situação? Como seria isso? O que se tem com relação ao aeroporto do Galeão, que foi propagado no início como *hub* importantíssimo para a Região Sudeste e hoje o seu terminal de passageiros ainda continua numa situação totalmente deplorável?

Com relação às obras do PAC do Rio de Janeiro, quais são os impedimentos com relação ao Arco Rodoviário? O que está

faltando? Gostaria de saber se o tamanho efetivo é realmente o adequado. Aqui está como adequado, mas na realidade, pelo que estamos assistindo lá, não é essa a forma adequada.

Apenas para correção, na página 65 do relatório consta a repetição, 2 vezes, do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro. Consta o Arco Rodoviário do trecho da BR-101 e do trecho da BR-493. Estão repetidos os 2 quadros. É só um erro de impressão, a título de informação com relação ao relatório.

Outro item é relativo ao Trem de Alta Velocidade, ao qual V.Exa. se referiu. Está previsto aqui um estudo de demanda no dia 29 de dezembro de 2008. Qual o modelo, quais as ações preparatórias? Há previsão de um edital para o leilão para o segundo semestre de 2009. Isso é uma realidade? Em que ponto está o Trem de Alta Velocidade?

E a quarta questão — vou encerrar por aqui — é sobre a Petrobras. Obviamente que essa pergunta poderia ser dirigida ao Sérgio Gabrielli, mas a faço a V.Exa. exatamente porque V.Exa. nos deu essas informações. O que é real e o que é ilusão no que se refere aos empréstimos da Petrobras? O que efetivamente vai ocasionar a retração dos investimentos da Petrobras? E uma preocupação — V.Exa. já me respondeu —, quanto ao piloto de produção de Tupi e o teste de longa duração de Tupi. Pelo o que V.Exa. manifestou, não vão sofrer nenhum tipo de retração, porque são os maiores investimentos. Só para o projeto piloto de produção de Tupi, que é a perspectiva do pré-sal, são investimentos de 600 bilhões de reais, que se propagam para o pré-sal. Isso não vai sofrer retração. Permanecem os investimentos da Petrobras, em vista das últimas ocorrências.

Quanto ao COMPERJ, também no Estado do Rio de Janeiro, estamos apenas com 7% das obras, e está indicada como adequada. Essa adequação permanece? E a perspectiva para 2009? Haverá alguma retração nos complexos petroquímicos?

Essas são as perguntas que me cabiam fazer como representante da Comissão de Viação e Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Vamos ouvir a Ministra, pois já foram 5 intervenções. Logo após ouviremos os demais autores de requerimentos e passaremos à lista de inscritos.

Ministra, por favor.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – No que se refere ao Amazonas, o investimento de 531 milhões que foi considerado, não dá conta da complexidade que tem a atuação do governo federal lá.

Darei como exemplo apenas um investimento. A Urucu—Coari—Manaus, um gasoduto que levou quase dez anos para ser feito, foi planejado, se não me engano, em 1998 e foi sendo postergado. É um gasoduto de grande complexidade, fundamental para o Amazonas, porque é um Estado que integra região isolada em termos de sistema elétrico. O Estado do Amazonas é o maior consumidor de *diesel* elétrico do Brasil inteiro. Lá se produz energia usando o *diesel*, que é caríssimo e muito poluente.

O que acontecia? Havia uma reserva imensa de gás na Bacia do Urucu — dizem que há outras — que está sendo agora explorada. Vejam que coisa interessante: um dos Estados com maior reserva de gás não tem acesso ao gás!

Um dos grandes esforços do governo foi fazer um significativo investimento de oito bilhões de reais no período até 2010. São quatro bilhões e quinhentos milhões de reais, porque esse gasoduto está atrasado. Deveria estar pronto. E por que não está? Porque uma grande grua desapareceu, foi, simplesmente, engolida pela areia, quando a Petrobras, junto com as empresas privadas que o estavam fazendo, iniciou a instalação do gasoduto. A tecnologia para fazer o gasoduto ali teve que ser contornada.

O gasoduto Urucu—Coari—Manaus, cuja obra está quase no final, é apenas uma das obras, uma das maiores em infra-estrutura do Norte do País, que tem uma grande qualidade: não só permitirá que haja ali uma forma de energia limpa, mas permitirá, também, que uma região que precisa ter um nível de desenvolvimento sustentável, tenha um elemento essencial para certo tipo de indústria de baixo impacto poluidor, porque pode usar o gás natural.

Dou o gasoduto como exemplo porque a obra está acontecendo agora. Estivemos lá com o Presidente, fazendo o último furo direcional, que precisou ser quase subaquático, um gasoduto enterrado. Nós estivemos lá, se não me engano, em agosto. O gasoduto deve ficar pronto na próxima janela hidrológica que houver para conclusão.

Foi empregado ali um volume de dinheiro imenso, que se justifica apenas porque existe a avaliação, por parte da Petrobras, de que ali há gás, o que será fundamental para o Estado do Amazonas em termos de desenvolvimento sustentável.

Uma outra grande iniciativa na área de energia é a interligação Tucuruí—Macapá—Manaus, porque tornará a energia no Estado um problema com uma solução muito mais robusta. Quando cheguei ao Ministério de Minas e Energia e o Governador Eduardo Braga chegou ao governo, havia um problema seriíssimo: o abastecimento da cidade de Manaus, que continuará a ser um problema enquanto não houver uma interligação com o sistema elétrico nacional. Essa obra foi licitada e está no valor de 3,4 bilhões de reais. Há, portanto, duas obras de grande impacto para o futuro do Estado, que não são os quinhentos milhões.

Além disso, ficamos surpresos, em Manaus, quando fizemos o PAC Habitação e Saneamento, com o seguinte fato: a cidade é cercada de água por todos os lados e a população de Manaus não tinha água para beber. A água não era tratada. Fizemos, então, uma parceria com o município e com o Estado. O município faria a obra emergencial, para que pessoal não tivesse que ficar esperando a obra estruturante para tomar água tratada; com o Estado, fizemos uma parceria para uma solução estrutural.

Para essas duas obras, contratamos investimentos de cerca de 259 milhões, para a urbanização de palafitas; para investimentos em saneamento, foram 605,2 milhões. O processo de liberação de recurso, por parte do governo federal, foi feito contra obra feita. Nós vamos lá, medimos e liberamos, procedimento que é o tradicional.

Portanto, eu acho que há ali um grande nível de investimento, que não pode ser esse dos 531 milhões. Além de investimentos, há um esforço imenso, por parte do Ministro Alfredo Nascimento, para a construção da BR-319.

Eu gostaria de destacar isso, porque acho que houve uma obra significativa tanto no que se refere a habitação, saneamento, urbanização de favelas, quanto no que se refere a saneamento, a água tratada.

Compartilho da preocupação da Deputada Ângela Amin diante do dramático evento ocorrido no Estado de Santa Catarina.

Não estive no Estado naquele momento, mas a Casa Civil participou da estruturação da Medida Provisória dos dois bilhões de reais e da sua viabilização. E mais, acho que houve, agora, um decreto do governo federal que atende àquilo de que V.Exa. está, com muita razão, falando. Como são dois bilhões de reais e como não vão ser usados dois bilhões de reais nas medidas emergenciais – pode ser um pouco menos, ou pode ser que uma medida emergencial seja mais bem feita se for mais estruturante — o decreto publicado ontem flexibiliza o repasse de recursos para a Defesa Civil recuperar a infraestrutura. Se eu não me engano, há R\$ 760 milhões só para a Defesa Civil.

Eu tenho essa grande preocupação com Santa Catarina e o Presidente Lula determinou que não faltassem recursos, nem suporte do governo federal para o Estado. E nós não fizemos só a liberação dos dois bilhões; foi criado um grupo de trabalho coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional. Ontem foi feita uma reunião de balanço, para saber se as medidas tomadas estão sendo efetivas porque, no caso de uma catástrofe dessas — V.Exa. tem toda a razão — o acompanhamento tem que ser diuturno. É preciso verificar se, de fato, o dinheiro está chegando.

É preciso verificar, por exemplo, a liberação dos recursos de saúde pública. Um dos grandes problemas que me relataram ontem, por telefone, foi o da leptospirose, que talvez seja a grande ameaça de saúde pública que pode haver lá. Já há vários casos. Foram destruídos postos de saúde. É preciso recompor tudo, tem de haver uma ação emergencial.

Portanto, acho que esse esforço comum do governo do Estado, do governo federal e da sociedade civil naquela região é o único jeito de fazermos frente a esse desastre de proporções gigantescas. Não acho que essa seja uma questão que resolva esse problema, mas, paralelamente a esses dois bilhões, temos um conjunto de investimentos.

O que o PAC fez de mais importante foi resolver o problema da ligação Desterro/Palhoça, porque eu me lembro — acho até que V.Exa. era Prefeita naquela época, por volta de 2004 — que houve uma série de cortes de luz na cidade de Florianópolis porque, na ligação entre a subestação de Desterro e Palhoça, não havia linha alternativa, nem suporte. Agora, há uma situação ro-

busta para o fornecimento de energia à cidade, que saiu de uma situação de fragilidade imensa. Não sei se vão manter o convite, mas fui convidada para a inauguração na segunda-feira, dia 22.

Além disso, acho que vamos ter de recuperar toda a BR-101. Estávamos, na BR-101, sem a Serra dos Cavalos, o Morro do Formigão e a Lagoa do Maruí, tínhamos uma previsão de terminar todas as obras de duplicação ainda no final de 2009.

O Ministro Alfredo Nascimento disse-me que conseguiu fazer os desvios, mas disse, ainda, que é preciso esperar um pouco mais para que se realize a avaliação, inclusive estrutural, do que será necessário fazer. Nós mantivemos todas essas obras, além das perdas que vamos ter de recuperar.

Quero destacar, também, o problema da destruição do Porto de Itajaí, para cuja recuperação o governo federal destinou 350 milhões.

Deputada, além disso, acho que Santa Catarina está entre os Estados em que vamos conseguir cumprir a meta de universalização do acesso à energia. Quanto ao que ficar, Santa Catarina vai entrar naquela na chamada pública, para os prefeitos ajudarem, para a sociedade ajudar. Nós vamos fazer até tal data, a partir daí vai para a distribuidora, porque zeramos o estoque.

Eu queria destacar, também, a parceria com Estados e municípios. Em Florianópolis, há a urbanização do Maciço do Morro da Cruz. Em Itajaí, agora, vamos ter que rever tudo isso, porque tudo foi destruído, zerado. Vamos ter que retomar. Não sei como ficaram Camboriú, São José e os outros empreendimentos. Na verdade, vamos ter que refazer o PAC Santa Catarina, no que se refere a saneamento e habitação.

No que se refere à fala do Deputado Dr. Pinotti sobre política de transporte coletivo, essa é uma boa pergunta. Não se trata, rigorosamente falando, de obra do PAC, Deputado, posto que a questão do transporte urbano é do Estado. O governo federal assumiu obras de transporte urbano de metrô que não estavam concluídas e as está concluindo. Em nenhum momento, fizemos uma política de mobilidade urbana, que é a construção de metrô, de VLTs, ou de corredores de ônibus, enfim, de mobilidade urbana stricto sensu.

Agora, o Presidente Lula deu autorização para fazermos um levantamento da política de mobilidade urbana no que se refere aos recursos para a Copa do Mundo de 2014. Não vamos assumir a função dos Estados e dos municípios, mas daremos suporte à mobilidade urbana, fazendo que haja um legado para as cidades em que haverá jogos da copa do mundo. Vamos fazer uma política de investimento para dar suporte de infraestrutura, mas não temos, dentro do PAC, uma previsão para investimento em mobilidade urbana, porque estaríamos substituindo os governos estaduais. Podemos ser, no máximo, complementares.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEF – De tarifa, como? De transporte urbano?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEF – Mas essa é uma outra questão. Essa é uma questão que o governo federal até hoje...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEF – Não é que fuja! O montante de recursos será pago por quem? Por alguém será pago. Será o consumidor, seja na forma de imposto, seja na forma de tarifa. É uma discussão que implica atribuir ao consumidor um determinado ônus.

Acredito que vamos ter, nos próximos meses, inexoravelmente, mantida a tendência do preço do petróleo e uma modificação na relação, porque a política da Petrobras é de não-volatilidade, seja para cima, seja para baixo. Vai haver, acredito, a partir do momento em que se estabilizar o preço, uma acomodação para baixo. Essa é a tendência do mercado.

Porém, quanto a essa questão das tarifas, Deputada, de fato, não tenho como responder a V.Exa. hoje, porque esse item não integra os projetos do governo no curto prazo.

Quanto ao que disse o Deputado Dr. Pinotti, a conjuntura macroeconômica, de fato, está-se alterando no mundo. Nós tínhamos, como um dos principais problemas, até agosto, a inflação. Concordo com V.Exa., que isso tende a modificar o cenário

e a modificar as políticas macroeconômicas. Mas o governo é bastante cauteloso no que se refere a mudanças muito bruscas.

Concordamos com que a expansão do crédito deva ser acompanhada de uma redução de seu custo financeiro, até porque a tendência no mundo é de deflação. Mesmo que nós tenhamos uma barriga inflacionária no que se refere ao câmbio, isso será extremamente contrabalançado pela queda das *commodities* e pela redução do preço, que se chama o *core* das inflações dos países centrais.

Portanto, acredito, Deputado, que o governo, nesse caso, esteja avaliando, porque, por exemplo, no que se refere à redução de impostos — e concordo que redução de impostos é cíclica — o Ministro Guido fez o primeiro movimento quando ampliou os dias de pagamento. Daqui para frente, avaliaremos, também, a política de impostos. Não posso adiantar para V.Exa. como ficará.

Hoje, o governo tem, mesmo com uma hipótese de queda de arrecadação, margem de manobra, porque estamos fazendo um dos maiores superávits primários, com uma situação, eu diria, muito positiva, que é a redução da relação dívida pública sobre PIB. Nessa relação dívida pública sobre PIB, não posso considerar, apenas, a queda da arrecadação, mas também a relação dívida líquida sobre PIB, porque não vamos, agora, mudar os indicadores. Não vamos falar: *“Bom, vocês chegaram a 36,6% e esse indicador não importa mais”*. Esse indicador é um dos cruciais para a robustez fiscal, em qualquer lugar do mundo. Portanto, 36,6% permitem, ao governo, em outra conjuntura, uma margem fiscal maior.

O que estou falando é que nós estamos, mais ainda, na fase de uma mudança conjuntural. Acho que a relação entre o setor produtivo e o setor financeiro, inexoravelmente, terá de ser repensada. Não é o Brasil que vai fazer isso; os países desenvolvidos farão isso, por uma questão de sobrevivência. Terá de haver novas regras.

O Ministro Delfim Netto, que é muito correto e, eu diria, preciso, fala o seguinte: *“Isso é assim, mas nunca se esqueçam de que uma economia capitalista é cíclica”*. Nós vamos, daqui a pouco, presenciar uma retomada. E, numa retomada, certas relações mudam também.

Porém, o nosso problema, hoje, é que nós estamos na fase baixa do ciclo. E, na fase baixa do ciclo, com robustez fiscal igual à que nós temos e com política monetária consistente como a nossa, temos margem de manobra.

Concordo com V.Exa. quando diz que existe margem de manobra estrutural, na qual teremos de mexer, mais dia, menos dia. Não posso adiantar para V.Exa., porque essa discussão não está concluída no governo. Na crise, temos que ter cabeça fria e cautela.

Deputado, concordo com V.Exa., também, quanto ao parque de gestão. Há um grande desafio para o Brasil nos próximos anos. Nós estamos saindo de um processo e uma das consequências daquele círculo vicioso era a destruição da gestão pública. Quando se entrava no círculo virtuoso, destruíam-se a gestão pública.

Outro dia, em uma conversa, disseram-me que, no início da década de 80, havia projetos de rodovias, projeto executivos estocados no Geipot. (Havia o Geipot). A crise faz uma coisa terrível, Deputado, que nós, do PAC, enfrentamos todos os dias: a dificuldade de haver projeto pronto, com projeto executivo finalizado. Isso ocorre na União, em todos os Estados e nos municípios. É por isso que choque de gestão não resolve problema de gestão no Brasil. O problema de gestão no Brasil é processo. O que é processo? É gestão de processo e, não, impacto. Gestão de processo significa que se deva garantir a continuidade daquela linha. Não é possível que acreditemos que sem bons projetos executivos conseguiremos fazer bons projetos de licitação.

Muitas vezes, os governos, ao longo dos tempos, tiveram que improvisar. Nós recebemos um grau de projeto extremamente baixo. Quem terá ânimo de fazer projeto, se a crise corrói, corta investimento e consumo? A retomada é difícil porque destruímos instrumentos de gestão.

O setor elétrico, Deputado, foi recomposto com a IPE. Ainda se levam cinco anos, no mínimo, para se fazerem projeto de inventário do rio e o estudo de viabilidades técnica e econômica. Depois, fazem-se os projetos básico, executivo e o básico ambiental. Essa é a legislação no Brasil. Somente após

tudo isso é que se pode licitar. Nesse ínterim, quanto maior sua qualidade, mais garantia de que não haverá problema em nenhuma instância.

Portanto, o problema de gestão no Brasil é processual, porque gerir não é cortar gastos; gerir é saber gastar da melhor maneira possível o que se tem. Se os Senhores me perguntarem se o Brasil tem um nível elevado de gestão, falarei que não. Por que não? Porque estamos saindo de um longo período de não-investimento. Precisaremos ter uma máquina profissionalizada e competente; aí se faz investimento. Hoje, aplicamos o que o Presidente, brincando, chama de toyotismo, em contraposição à linha fordista, de montagem, que é o fato de que conseguimos superar alguns gargalos porque administramos e gerimos em tempo real.

Mas V.Exa. tem toda a razão: quanto mais crescermos, quanto mais desencadearmos investimentos, mais precisaremos ter. Darei o exemplo do trem de alta velocidade, Deputado. É impossível construir, no Brasil, um trem de alta velocidade, decente, para os interesses do País, sem se criar um instituto ferroviário. Sem instituto ferroviário, não haverá quem receba tecnologia dos institutos das diferentes empresas. O que faria o instituto ferroviário? Unir-se ao setor privado, que receberá a tecnologia, para produzirem os dois, juntos, tecnologia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Sim, isso é transferência de tecnologia, mas é preciso que haja o instituto. Não custa criar o instituto, sob o ponto de vista sistêmico, para tratar da questão das ferrovias. Vão-se aprimorando os sistemas. Muitas vezes, Deputado, tivemos de trocar o pneu do carro com o carro andando. No PAC, trocamos uma porção de pneus com o carro andando porque, se não os trocássemos, o País teria problemas sérios.

Então, não é que achemos que tudo está perfeito; não achamos. Pelo contrário, quem faz essa gestão tem plena consciência da dimensão do que falta. Porém, ganhamos muitas coisas; a parceria com os Estados é uma e, com os municípios, é outra.

Queria agora aproveitar e já unir com a resposta para o Deputado Fernando Coruja. Deputado, tudo o que queremos saber é qual a situação que teremos em 2009 e 2010. Asseguro a V.Exa. que, a meu ver, uma questão muito importante é termos instrumentos para fazer a gestão da crise: temos instrumentos fiscais; temos uma margem de superávit primário e de déficit nominal de fazer inveja a Margareth Thatcher. Por quê? Porque somos um país em desenvolvimento. Pensar que a Itália tem uma dívida líquida sobre o PIB igual a 104% e não faz esse nível de esforço fiscal que fazemos, é entender que, hoje, o Brasil pode, de forma prudente, primeiramente, ter a certeza de que o PAC é algo que tenderá a ser a maior medida que melhora o Orçamento do Brasil. O PAC é esforço de um país que está tirando o pé da estagnação. O PAC é o esforço de aceleração do crescimento, sim. Não podemos perder de vista o que o PAC significou, que foi colocar investimentos na ordem do dia e tornar legítimo investir no Brasil.

Um país como o nosso não tem de diminuir o PAC; tem de fazer um esforço para aumentá-lo. Como é que se faz esse esforço? Tornando a máquina pública mais eficiente.

Perguntam o seguinte: “*Cortar o quê?*” Sempre que se revisita o custeio, o chamado “custeio”, acha-se o que cortar, como xerox, viagem, gasto com a estrutura operacional que se pode tornar mais eficiente. Todas as empresas acham e o governo também pode achar. Quem faz gestão sabe que é só revisitar que acha.

O Dr. Gerdau disse para mim, no que se refere à sua política de qualidade, que isso aumenta a sua rentabilidade e que toda vez que ele revisita os custos, encontra o que se pode melhorar.

Então, podemos fazer isso com a máquina e o Ministro Paulo Bernardo está muito comprometido no que se refere a melhorar a eficiência do gasto público, melhorando também a eficiência dos seus indicadores. Acredito que o esforço do Brasil é para melhorar a sua situação fiscal e, cada vez que melhorar a sua situação fiscal, aumentará o grau da sua capacidade de investir. Isso não vai acontecer de hoje para amanhã; não vai acontecer de 2008 para 2009. Não achamos que somos, sozinhos, solução. Somos parte da solução, porque não oneramos o setor privado como se onerava antes; agregávamos, aos percalços do setor privado, a quebra do Estado.

Hoje, o que podemos fazer? Podemos ter uma atitude mais pró-ativa quanto ao setor privado. Por isso, o governo interveio, colocando dinheiro na construção civil, na automobilística. Por isso, o governo tem de zelar para que esse dinheiro chegue, tem de zelar para que o impacto inicial, o susto inicial, a incerteza inicial não resultem em custos exorbitantes. Os Estados Unidos estão zelando por isso e nós também temos de zelar.

Então, Deputado, o que é completamente diferente e nos dá um ponto de partida distinto é a maneira como nos aproximamos dessa crise. Nós nos aproximamos dessa crise sem estar manietados pelo Fundo Monetário Internacional, pela quebraadeira fiscal do governo e pelo balanço de pagamentos, quando tínhamos de fazer da necessidade a virtude. Quem quer fazer da necessidade a virtude? Eu preciso de reserva. Eu entendo, por exemplo, quem precisou de reserva. Aí, não tem saída e desanda a vender patrimônio. Não precisamos fazer isso. Acumulamos 205 bilhões de reservas, que não são uma panacéia. São um pequeno instrumento em nosso conjunto de instrumentos. Agora, Deputado, sei o que significa ter soberania para decidir a política macroeconômica; soberania para definir a política de investimento. E é isso que o Brasil tem. Soberania. E soberania para estabelecer relações que antes não conseguia. Nós não conseguíamos trinta bilhões. Nem tocamos nos trinta bilhões que o FED colocou à nossa disposição. Nem falamos nisso, porque não é mais tão importante. Para se conseguirem trinta bilhões do Fundo Monetário se tinha que suar a camiseta. Nós conseguimos e os deixamos lá, sem custo nenhum e sem a imposição de condições porque não iríamos aceitar se assim fosse.

V.Exa. junte isso ao PAC em andamento. Há problemas no PAC? O PAC dá problema todos os dias. Todo o santo dia há um problema no programa, porque a licitação é autorizada com um projeto básico, mas é o projeto executivo que será executado. Há uma discrepância. Há problema porque no Brasil havia — isso também é um problema de gestão — um sistema de preços, um Sinapi, preço de referência que muitas vezes não é usado. Então, há interrupções.

Aproveito e já entro na questão levantada pelo Deputado Hugo Leal. Por exemplo, como é nossa forma de avaliação? Avaliamos diferentemente do TCU, que pega o meu cronograma inicial e observa o que há de discrepante entre esse cronograma inicial e o novo. Eu não olho isso. Olho o seguinte: de acordo com o último cronograma, aquele que foi possível ser feito, todos os problemas foram resolvidos? Há ainda problema? Esse cronograma será, ou não, atrasado? Em nossa avaliação, superamos o licenciamento, superamos o projeto executivo. Enfim, o que superamos?

Os recursos do TPS do Galeão são de 280 milhões. A reforma do TPS 1 do Galeão está em andamento. O contrato para reforma geral está sendo assinado. As obras do TPS 2 foram iniciadas no dia 3 de novembro de 2008. Se houver concessão, as obras poderão ser realizadas, ou computadas as suas realizações para o vencedor do leilão. O aeroporto foi incluído no Programa Nacional de Desestatização. A sua licitação está sendo avaliada pelo Ministro Nelson Jobim.

Quanto ao Arco Rodoviário, V.Exa. tem toda a razão. Há três fichas e não duas, porque são dois os trechos do Arco.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – A 101 e a 493.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – O Luiz Fernando de Souza Pezão nos informou, recentemente, que houve um problema de terraplenagem após as chuvas, em março, mas as obras serão aceleradas. Em dezembro, serão iniciadas oito obras.

Deputado, 7% do Comperj são investimento bastante significativo. A Petrobras manterá os dois investimentos: o do Comperj e o de Abreu e Lima, refinaria do Nordeste.

Segundo a Petrobras, a construção das duas unidades premium não se dará neste ano, no ano que vem, ou em 2010. Se não me engano, uma premium está prevista para 2014 e a outra para 2016 e implicam, necessariamente, o uso dos recursos. Uma parte dos recursos para o pré-sal, porque serão para exportação e, não, para consumo interno. Então, a urgência diz respeito também ao cronograma de exploração do pré-sal, por isso sempre foram demonstradas, em todas as nossas exposições, para a metade da década. Mais para perto de 2020 do que para perto de 2010.

(Não identificado) – Não, não. Só mais uma questão, Sr. Presidente....

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Falarei, depois, sobre o TAV.

(Não identificado) – O TAV é Rio-São Paulo. É interesse macro.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Então, eu falarei do TAV, eu a considero uma das obras mais importantes e mais estruturantes do País. Ligará Campinas, São Paulo e Rio.

(Não identificado) – E os aeroportos?

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Os aeroportos incluídos.

Notadamente, Deputado, os dois aeroportos, tanto o Galeão quanto Viracopos, têm todas as condições. Mas o grande *hubbing* é o Viracopos, pela sua capacidade de expansão. O Galeão será também um *hubbing* diferenciado. Não igual ao deles. Acreditamos que o Galeão terá uma dimensão imensa de passageiros. Mudará a porta de entrada do Brasil. Não será, basicamente, somente São Paulo, como hoje. Mas isso não implica nenhum desprestígio para Viracopos que, pelo contrário, suportará a necessidade de expansão.

O trem de alta velocidade tem dois aspectos: o primeiro é a sua construção em si, pelo que representa para as duas maiores cidades do País, com maior adensamento populacional e o que representará de solução urbana, porque permitirá um deslocamento de população, assim como aconteceu no Japão e em outras cidades do mundo que têm trem de alta velocidade. Em segundo, contratamos, por meio do BNDES, uma empresa chamada Halcrow, que foi, por sua vez, contratada por intermédio do BID. Então é um trio: BID, BNDES e Halcrow.

Tivemos uma relação bastante, diria, dura com a referida empresa, visando a duas coisas: a qualidade do projeto e o tempo do projeto. Ao se criar um projeto dessa envergadura, várias coisas vão aparecendo. Não consideramos e rejeitamos o estudo de demanda realizado, Deputado. Exigimos que o complementassem. Além disso, temos tido, também, o cuidado de reduzir custos advindos da falta de elementos do projeto. Por exemplo, se não

houver um levantamento geológico do trecho, a insegurança geológica será acrescida ao valor. Vai ser considerada no preço. Então, a pedido do BNDES e do BID, demos a eles mais três meses de prazo, a fim de nos fornecerem todos os dados, para levarmos a público todos os elementos.

Não tenho como antecipar a V.Exa. como será, qual o trecho, ou qual o estudo de demanda, porque não está concluído. Mas posso dizer a V.Exa. que há um lado da questão bastante avançado, que é o da transferência de tecnologia. Via Mdic e BNDES, fizemos o levantamento de todas as empresas brasileiras capazes de receber a tecnologia e, juntamente ao Ministério de Ciência e Tecnologia, olhamos a criação de uma rede de especialistas em ferroviária e do Instituto Ferroviário do Brasil, para nos assegurar a transferência.

Essa transferência permite, Deputado, que tenhamos um horizonte para além do trem de alta velocidade São Paulo/Rio, para que se incluam outros trechos como possibilidade, dependendo da demanda. Permite, também, que o Brasil trabalhe alternativas para a mobilidade urbana, não somente para essa questão, mas a solução ferroviária liga metrô, trens leves e pode resolver, também, problemas de relações com regiões metropolitanas densamente povoadas.

Sobre a Petrobras, é um caso que acho estarrecedor, pelo seguinte: é, inequivocamente, a maior empresa brasileira; é uma empresa que tem um dos maiores caixas do Brasil; é uma empresa que tem uma operação que fornece petróleo e gás para o Brasil e é, hoje, reconhecida internacionalmente como um exemplo de governança.

O que acontece? De repente, há um choque externo no que se refere a crédito, cortam-se todas as linhas de crédito do Brasil e disso não se salvou nem a Petrobras que sempre tinha *rating* maior, soberano, maior que o do Brasil. Sempre teve *rating* maior que o do Brasil. A empresa, então, não tem acesso a crédito e recorre a crédito interno. Isso num momento de nítida, pública e notória restrição da liquidez mundial. A imprensa sabe, o governo sabe, o Congresso sabe, a sociedade brasileira sabe e há uma surpresa imensa pelo fato de a Petrobras recorrer a capital de giro de curto prazo. Por que não recorreu aos bancos privados?

Quem está interessado em saber, pergunte aos bancos privados sobre a taxa que cobram. A Petrobras agiu como uma empresa que preserva os seus interesses e buscou as melhores condições possíveis para tomar um empréstimo. Agora, me digam: a Petrobras é risco para a Caixa Econômica Federal? Pelo contrário, houve época em que a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES, tudo o que queriam da vida era emprestar para a Petrobras, porque não há empresa no Brasil com maior garantia. E não somos nós que dizemos isso; é a avaliação internacional.

A minha surpresa é muito grande quando se trata de não entender isso. Por exemplo, com a Petrobras a operação é uma linha de crédito, capital de juros/pessoa jurídica, pois a empresa é pessoa jurídica de até 2,02 bilhões; o *rating* é AA; a sua garantia é seu aval corporativo; a taxa de juros é 104 do CDI; o prazo é de 180 dias; a operação é destinada ao pagamento de imposto de renda, porque a Petrobras teve um lucro contábil derivado da variação cambial.

Então, pergunto aos Senhores: a Petrobras teria que ser afastada da Caixa? Acho que o Ministro Paulo Bernardo tem razão quando diz que o estarecedor seria o inverso, ou seja, que a Petrobras estivesse emprestando à Caixa. A Petrobras tem uma relação com o setor financeiro... Eu lhe asseguro que a primeira abertura de linha externa que houver será da Petrobras. Por que submeter uma empresa com essa característica, com essa respeitabilidade, a esse estresse? Eu não sei. Para jogar suspeita? Não vejo sentido nisso. Acho que é atirar no próprio pé. Concorro com o fato de haver divergências, mas há certos níveis de divergência sem fundamento técnico. Essa, por exemplo, não tem fundamento técnico. Há um fato; quem ignora a inexistência de crédito internacional? O CIT estava quase quebrando. Ou seja, há um problema de uma magnitude no mercado internacional ao qual não podemos expor a Petrobras. Não é correto expor a Petrobras a uma situação dessas.

Concorro com o Ministro Paulo Bernardo; acharia estranho se a Petrobras emprestasse à Caixa. Aí, sim, estaríamos fazendo uma inversão de papéis. Agora, a Caixa emprestar à Petrobras e a Petrobras não querer procurar o melhor *rating*, a melhor taxa de

crédito, é normal, pois dá garantias, é solvente. Qual é o problema? “Ah, não, estamos concorrendo com recursos para outros setores!” Não estamos. Não é por falta de recursos que há algum problema no Brasil. Ainda temos 195 bilhões de compulsórios; não é por isso. Então, por que não emprestar?

Não é possível levantar uma coisa dessas, ou seja, que a Petrobras esteja quebrando. Isso não é possível.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Vamos evitar, Deputada, por favor.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – O preço do barril pode cair, mas a Petrobras – é bom dizer isso – não trabalha com o barril U\$ 40,00, não trabalha com o barril a U\$ 60,00 não trabalha com o barril a U\$ 65,00. Os projetos da Petrobras passam no comitê de negócios apenas com o barril a U\$ 35,00 e, antes disso, há processos com o barril a U\$ 18,00.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Ainda há os inscritos como autores de requerimento.

Deputado Miguel Corrêa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA – Sr. Presidente, Sra. Ministra Dilma Rousseff, fui requerente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e quero saudar o Presidente Pedro Eugênio, que está conduzindo os trabalhos, a Ministra Dilma Rousseff e dar início à exposição.

Ministra, neste século XXI e nessas últimas eleições por que passou a América, elegemos um negro, um índio, um bispo, 2 mulheres e todos trazem uma expectativa importante em relação aos novos modelos de gestão econômica, em especial porque sabemos que alguns pressupostos econômicos dessas grandes economias que hoje sofrem essa crise já estão ultrapassados e exigem a necessidade importante de nova avaliação sobre como estabelecer essas políticas.

Este governo fez uma grande opção no início de investir fortemente nas políticas sociais, de trabalhar a distribuição de renda e de fortalecer uma classe social e econômica que não tinha destaque e não participava da economia do Brasil como mercado consumidor.

V.Exa. tem coordenado, Ministra, nos últimos tempos, o maior programa de investimentos deste País, que é o PAC, junto à sua equipe, com extrema modernidade, investindo nos setores de necessidade do País através do Programa de Aceleração do Crescimento.

O que assegurou o nosso crescimento — é importante frisar — foi a criação de uma nova classe econômica no País, que trouxe mais de vinte milhões de consumidores num mercado forte que tem dado uma sustentação importante para a economia.

Ministra, com relação a esse programa de aceleração, feito para pautar o avanço da economia e para crescer o poder econômico do País, percebemos que hoje existe algo semelhante numa escala grande nesses países desenvolvidos para remediar a crise numa alta escala de investimento, mais ou menos no nosso mesmo modelo. A grande diferença é que trouxemos esse modelo de investimento num período em que não havia uma recessão econômica e trazendo como prioridade a questão do crescimento do País, e não como esses outros países. Hoje tem de haver um investimento para socorrer essa grande explosão da crise econômica no mundo.

Em consequência disso, na nossa avaliação, o nosso maior patrimônio hoje é o emprego, essa categoria nova de consumidores que foi criada. E aí, bem rapidamente, queria trazer a minha pergunta: V.Exa. passou rapidamente sobre isso — e acho que essa é uma questão que aflige a todos nós, pois tenho certeza absoluta de que, a partir dessas políticas que têm sido criadas e implementadas pelo governo e que trouxeram a essa nova classe média consumidora a possibilidade consumir, também aumentou a chance de emprego ao trabalhador. Eu queria falar sobre isso mais diretamente, a partir, é óbvio, desses investimentos, mas há outras ações mais diretas para a proteção do emprego.

Estou ansioso para entender um pouco melhor as políticas desse Governo, do nosso Governo, para a proteção do emprego — o que significa proteger a nossa economia e a musculatura que ela tem tido a partir desses investimentos e prioridades.

Era essa a pergunta que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Agradeço ao Deputado Miguel Corrêa a contribuição.

Tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta, como autor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Sra. Ministra e dizer da importância de sua presença nesta Casa hoje, nesta audiência pública que reúne 6 Comissões.

Acredito, Sra. Ministra, que sua presença é altamente esclarecedora. Tenho certeza de que, se tivéssemos a oportunidade de ter audiências como esta com mais frequência, muitas coisas não mais seriam ditas.

Achei muito importante o esclarecimento que V.Exa. fez sobre a questão da Petrobras, porque, de fato, temos assistido, nos últimos dias, a todo tipo de ilação. É como se uma operação absolutamente normal de uma empresa que teve que pagar valor maior de imposto de renda, porque teve um lucro maior do que o esperado por causa de uma variação cambial — e certamente haveria uma fila de bancos privados interessados em fazer-lhe empréstimos — e optou por fazer um negócio como empresa do próprio Governo, com juro mais adequado, fosse algum tipo de conduta que pudesse ser reprovada.

Levantou-se até mesmo uma suspeita sobre a situação da saúde financeira da Petrobras, o que chega a ser risível frente às informações e dados que V.Exa. nos traz.

Portanto, a presença de V.Exa. hoje é muito importante também para esclarecer a situação real da nossa capacidade de investimento para 2009 e a determinação e a disposição do governo em agir dessa forma chamada anticíclica, no sentido de que o Estado possa ser um indutor importante da manutenção desses investimentos.

Sra. Ministra, cabe-nos fazer um registro sobre como essa crise tem sido capaz de alterar paradigmas, conceitos e mesmo visões ideológicas, porque hoje vemos setores que até pouco tempo atrás eram críticos ferozes da participação do Estado na economia fazendo fila para pedir a participação dos Governos, o socorro, de maneira correta, neste momento de crise.

Há uma única questão, Sra. Ministra, que eu gostaria de levantar, até mesmo para aproveitar sua presença. Até que ponto essa volatilidade do preço do petróleo interfere na nossa capacidade de investimento na questão do pré-sal? Tenho escutado também, em várias oportunidades, a informação de que os investimentos que pensamos em função da questão do pré-sal estariam comprometidos por essa queda do preço do barril do petróleo, que passou de U\$ 140 dólares para menos de 50 dólares.

Por último, Sra. Ministra, até que ponto esse ponto irá esse ajuste que haverá em termos de mercado? Li esses dias que, mesmo que a gente saiba que a Petrobras acabou não transferindo para o consumidor essa variação do preço do barril de petróleo e absorveu esse custo, hoje estamos operando no mercado mundial com um preço que acaba sendo superior ao de outras refinarias e acaba oscilando, de maneira mais direta, em razão dessa variação do preço do petróleo.

A até que ponto, no momento em que houver esse ajuste, também não será a oportunidade, Ministra, de o governo retomar determinados temas, como o que foi aqui tratado pela Deputada Ângela Amin, Deputados Carlos Zarattini e Carlito Merss? Refiro-me a essa questão do transporte coletivo, que demandaria uma participação real do Governo, numa política, Ministra, que chegamos a discutir há 2 anos — e o próprio Presidente manifestou interesse em ver esse debate avançar.

Não seria esse o momento de redefinição do patamar do preço do combustível, para nós o aproveitarmos não para uma mudança geral da política do combustível no País, mas para tratar determinados temas, em especial do transporte coletivo e da produção primária.

É uma questão que eu coloco até para que se possa refletir a respeito dela num futuro próximo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado Deputado Paulo Pimenta. Com a palavra Deputado Zezéu Ribeiro, como autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO – Companheiro Pedro Eugênio, quero felicitá-lo pela iniciativa tomada nesta Comissão de ter congregado tantas Comissões em torno do debate dos efeitos da crise sobre o PAC.

Parabenizo a Ministra pela exposição e, particularmente, pelas respostas.

Como bem falou o Deputado Paulo Pimenta, gostaria de ressaltar como é fácil desmistificar uma marola em cima dessa questão da Petrobras e CEF. Quando não se tem o que combater, fica-se inventando.

Esse requerimento foi sugerido na Comissão de Desenvolvimento Urbano para discutir um pouco a questão da habitação e do saneamento. Temos no PAC um vetor importante, que é a questão da habitação e saneamento, o qual entendemos que traz de resultado imediato uma melhoria sensível na condição de vida, de saúde, de bem-estar da população como um todo. E também esse setor ativa cadeias produtivas extremamente diversificadas e ricas, que vão desde o uso do mais simples material ao material mais sofisticado; desde do uso intensivo de mão-de-obra mais desqualificada e que precisa ser qualificada até aquela que exige capacitação tecnológica mais avançada.

Então, permitir o investimento na habitação e no saneamento são as bases para um desenvolvimento de longo prazo, anticíclico, estruturante, permanente para a sociedade brasileira. E isso é importantíssimo na superação dessa crise, inclusive ajudando, como disse Marcelo, na criação de uma nova classe média.

Parece-me importante, quando a gente trabalha e recupera o papel do Estado na sociedade, do Estado na economia, que a gente veja que é preciso que o Estado dê, na sua intervenção, um corte de classe, um corte regional. E aí precisamos trabalhar isso. Quer dizer, para cada política pública devemos imaginar quem são os efetivos beneficiários dessa política e como tratamos nas diversas políticas públicas desigualmente os desiguais. Porque tratar uniformemente os desiguais é manter as disparidades.

O desafio colocado para todos nós é um tratamento diferenciado. Tanto no plano do atendimento à maioria dos despossuídos da sociedade, quanto no atendimento às regiões mais debilitadas em nosso território nacional. E aqui quero pegar a parceria da Amazônia e do Nordeste, em particular, onde a situação é mais grave.

Então, nesse âmbito da preocupação com a questão das políticas no plano das cidades, como podemos fazer para que esses investimentos em habitação — refiro-me ao percentual de habitação de interesse social — sejam cada vez maiores e mais significativos. Temos investimentos importantes no âmbito da habitação, o déficit é enorme e a gente carece de políticas que incentivem mais a habitação de interesse social.

Uma outra questão que gostaria de levantar, a qual teve a provocação salutar do Deputado Fernando Coruja — pena que S.Exa. não esteja presente —, é sobre como faremos para nos afastar da pregação do “Estado mínimo”, exatamente porque o Deputado falou em redução do déficit público E eu perguntei ao Deputado, quando propôs esse Estado mínimo, como S.Exa. tinha votado ontem, quando previmos aumento da massa salarial dos servidores públicos.

Fazer o discurso fácil é muito bom, mas ontem conseguimos unanimidade nesta Casa para o aumento salarial dos servidores públicos de carreira de Estado. É importante observarmos que aqueles que defendem o Estado mínimo estavam votando, ontem, pelo incremento salarial para a massa dos servidores públicos.

Quer dizer, é preciso fazermos um discurso que não seja só o de desconstituir as questões, mas que seja um discurso efetivo, de contribuição, mesmo na Oposição, para a elevação do padrão de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Agradeço ao Deputado Zezéu Ribeiro a contribuição.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO – Sr. Presidente, há uma outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Rapidamente, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO – Trata-se da variável do superávit primário nessa questão. Quer dizer, o quanto podemos trabalhar no sentido de reduzir o superávit primário, revertendo essa diminuição em investimentos públicos para garantir o emprego e o desenvolvimento nacional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, como Líder.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Ministra, congratulo-me com V.Exa. pela presença nesta múltipla Comissão neste momento marcante da vida do País.

Não tivemos crise tão forte como ocorreu nesses últimos 6 anos. É uma crise que vem de fora e atinge brutalmente o Brasil. Com todas as nossas deficiências, vimos mantendo a estabilidade econômica, nesses últimos 14 anos, e conseguimos atravessar bem todos os períodos. Neste momento não se trata de fazer uma discussão sobre Estado mínimo e Estado máximo, sobre a necessidade da Petrobras de 1 bilhão ou de 2 bilhões, mas se trata de discutir a governabilidade da economia brasileira.

Quero deixar bem claro que V.Exa. demonstra com números a condução do PAC, mas todos nós — V.Exa., eu e todos que estamos aqui — sabemos da baixa capacidade de investimento do Governo, de todos os Governos. Hoje não temos executado nem meio ponto percentual do PIB de investimento por parte do Governo, conforme os números dos relatórios que tenho aqui. Se o governo federal tem 17,5% de arrecadação, deveria investir o equivalente a 3,5% do PIB — só o governo federal —, mas não investe.

Essa é uma discussão que também não é para agora, pois é uma discussão estrutural que temos que fazer no Brasil sobre a baixa capacidade de investimento. Isso ocorre porque não temos poupança, porque nos apegamos ao superávit primário, quando, na verdade, o superávit verdadeiro é o nominal. Na aferição da arrecadação e da despesa, se os gastos foram maiores, haverá déficit. Inventou-se o superávit primário, que acaba enganando a todos nós com essa história.

O superávit primário, na verdade, é uma invenção da economia internacional para dizer que há um limite a mais para gasto. Quando se apura, no final do ano, a entidade Governo, nos 3 níveis, gasta mais do que se arrecada ano após ano. Além disso, não investe ou investe pouco, absorvendo grande quantidade da riqueza da Nação, do povo brasileiro.

Estamos consumidos em despesas públicas e não em investimento. Esse é o cerne da discussão — que também não é para agora, pois há um problema maior que pode derrubar toda a economia brasileira, há um problema superveniente. Houve todo um esforço que fizemos para alcançar a estabilidade, gastamos bilhões com o pagamento de juros elevados.

A minha proposta é bem direta. Sinto que, se alguém da Oposição fala alguma coisa, o governo fica na defensiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Um minuto, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Não há que haver defensiva, o que tem que haver é um entendimento, um pacto federativo. O governo federal tem que chamar imediatamente os Governadores e os Prefeitos das grandes cidades e fazer um pacto federativo sobre a crise.

Ministra, a receita aferida no mês passado se refere a setembro. A receita que vai ser aferida em dezembro se refere a outubro. Há portanto uma defasagem de 60 dias entre a receita e a despesa. Esse é o equívoco que temos entre o mundo real e o mundo financeiro da arrecadação.

O que podemos fazer? Um pacto federativo de governabilidade, de diminuição de gastos, um pacto entre os Três Poderes — e o Parlamento tem de participar desse pacto, desse entendimento entre o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, em função de contenção das despesas, em virtude da diminuição de receitas.

A hora é de tomada de decisões, de formação de um gabinete de crise, de emergência, que envolveria tanto o Parlamento quanto o Poder Executivo e o Judiciário. Depois é que vamos buscar, também, a participação da sociedade civil organizada.

Dessa forma, concluindo o meu pensamento e o entendimento sobre a gravidade da crise, devo dizer que poderemos em breve ter 5% a menos de arrecadação. E o que podemos fazer? E se houve 10% a menos de arrecadação frente à crise? Dessa forma, vamos fazer igual a Santa Catarina, sair correndo atrás do prejuízo.

Então, temos condições neste momento, Oposição e Governo, de sentar à Mesa para a governabilidade.

Quantas dezenas de projetos há aqui que implicam aumento de despesa e que poderiam ser resolvidos num entendimento entre Oposição e Governo, que poderiam se sentar à mesa e dizer: isso aqui fica na prateleira esperando um bom tempo. Quando der novamente céu de brigadeiro, vamos retomar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Deputado, peço que conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Por último, se V.Exa. ainda não conhece meu projeto de reforma tributária, gostaria de um dia poder apresentá-lo a V.Exa., pelo menos para conhecimento e ciência.

Digo que, ao contrário do que se imaginava, as nossas colocações são construtivas, positivas, de oposição responsável, que é o que fazemos aqui no Congresso Nacional em todos esses anos do governo Lula, no primeiro e segundo mandato. Queremos o melhor para o Brasil. E o melhor para o Brasil, neste momento, é o entendimento entre Oposição e o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Tem a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero rapidamente fazer algumas observações. Em seguida, promover algumas indagações usando o meu tempo regimental de 5 minutos.

A Ministra Dilma Rousseff, na sua primeira apresentação, colocou que essa crise internacional é a mais grave do que a de 1929, mais grave do que a do ano de 1990.

No entanto, indago à Ministra, tendo em vista de que essa é uma manifestação clara da gravidade da crise pelo Governo. É uma crise que, de fato, se comparada com a de 1929, que durou 10 anos e teve o seu ápice em 1933, deve ser tratada com a devida proporção.

Quando é que o governo percebeu que essa crise era mais grave do que a de 1929, tendo em vista que as palavras “gripe-zinha”, “marolinha”, antecederam esse posicionamento do governo até então?

A segunda questão. Quero aqui concordar com a Ministra na questão da Petrobras. As grandes empresas de todo o mundo, incluindo a Petrobras, a Vale do Rio Doce, sempre precisaram para seus investimentos de capital de giro de 60% a 80% dos seus recursos nas fontes de financiamento. Como todas as fontes de financiamento ficaram fechadas em função da crise, tivemos de recorrer aos bancos públicos. Isso está acontecendo também com a agricultura, porque os financiadores, a exemplo de Cargill e Bunge, deixaram os nosso agricultores sem as linhas de financiamento, e o Banco do Brasil e os bancos oficiais estão sendo mais solicitados. Daí o nosso apelo para que o governo fique bastante atento para que, dentro do esforço e da capacidade do setor público em promover essas linhas de financiamentos, possamos fazê-las.

A outra questão diz respeito à taxa de crescimento. Na segunda-feira retrasada o governo fez uma reunião ministerial. A equipe técnica dos Ministérios da área econômica ofereceu aos Ministros o crescimento de 2,9% a 3,2%. O Ministro Paulo Bernardo adotou 3,5%, e o Presidente arredondou para 4%. Foi o que compreendemos pelas notícias que chegaram aos jornais.

Sabemos que o debate sobre a questão do gasto público não se dá sobre a questão do Estado mínimo e do Estado máximo, mas é a questão do Estado necessário. Nós queremos saber onde é possível cortar gastos públicos na atividade-meio para que esses cortes possam garantir os investimentos lá na ponta, na atividade-fim. E o PAC é um dos principais componentes para que isso possa ser preservado.

Concordo que a política de garantia de preços mínimos para a próxima safra deva ser feita imediatamente, não só para a comercialização da próxima safra, com os créditos pertinentes, mas sobretudo para a “safrinha”, para que o Brasil aproveite as janelas de oportunidades que vão abrir para a nossa agricultura quando os países do resto do mundo precisarem de alimentos, a partir do começo do ano que vem.

Ministra, a iniciativa privada e a Petrobras compõem mais de 90% dos investimentos do PAC. Com a crise econômica, falta de liquidez, falta de investimentos e a queda do preço de petróleo de 140 dólares para 50 dólares, qual vai ser o impacto

aferido ou afetado dos seus estudos ou do seu planejamento no comprometimento do cumprimento do PAC naquilo que já foi apresentado?

Outra coisa: o SIAF traz dados de anteontem, 1º de dezembro, em que a dotação atualizada para o PAC, Orçamento Fiscal e Seguridade Social, é de 17 bilhões 981 milhões. No entanto, os empenhos emitidos foram de apenas 61%, ou seja, de 11 bilhões 111 milhões. Mais ainda: as despesas liquidadas, o que corresponde efetivamente à realização das medições das obras e dos projetos que efetivamente se realizaram, é da ordem de 15,3%, ou seja, de apenas 2 bilhões, 757 milhões. Na nossa opinião, a velocidade do PAC está muito aquém daquilo que seria o razoável para a gestão de um programa tão importante num momento de crise como estamos atravessando. E esses são dados do SIAF de 48 horas atrás.

Por fim, na questão de uma das mais importantes obras do PAC, que diz respeito às duas hidroelétricas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, o governo atua de uma maneira muito instável no que diz respeito a Jirau, porque ela permitiu que o vencedor do certame, a Suez, pudesse descaracterizar o objeto do que foi licitado ao permitir que distasse 10 quilômetros o nicho escolhido, que foi o eixo de Jirau. Assim, abriu-se a possibilidade de se construir no “Caldeirão do Inferno”, criando uma instabilidade jurídica e ao mesmo tempo sugerindo um gravíssima quebra de contrato.

O inventário desse rio foi feito no ano de 2002, ainda no final do governo do Presidente Fernando Henrique, pela iniciativa privada. Portanto, os estudos já estavam devidamente disponíveis para a iniciativa privada e para o Governo, segundo as nossas informações.

Muito obrigado pela tolerância, Presidente; muito obrigado, Ministra, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Primeiro, quero cumprimentar a Ministra pela segurança na apresentação, pelos dados trazidos, porque às vezes vemos uma apresentação muito boa na forma, mas com conteúdo extremamente precário, o que não foi o que aconteceu hoje.

Um dia desses li num jornal — até fiz uma referência na tribuna — a imprensa criticar duramente o ritmo de andamento das obras do PAC. Dizia-se que mais de 80% das obras já estavam efetivadas. Isso foi motivo de uma grande crítica.

Se analisarmos historicamente tudo o que se fez no País até hoje, conseguir-se um percentual de execução, Ministra, superior a 80%, eu considero um grau excelente.

Quero só relembrar o exemplo que a Ministra Dilma deu a respeito do gasoduto Coari-Manaus, que é uma obra, talvez, das mais desafiadoras, onde o homem nunca pisou. E, apesar do atraso, e é um atraso justificado, a obra será inaugurada no ano que vem. Infelizmente já poderia ter sido inaugurada, se não fosse o ex-Presidente da República tentar, por inúmeras vezes, inviabilizar uma obra tão importante, inclusive querendo dar concessão para uma empresa americana para explorar aquele gás por 50 anos. Então, isso é uma grande vitória, não uma vitória do Amazonas, mas é uma vitória do País.

E hoje nós temos lá a Petrobras também desenvolvendo tecnologia de construção de gasoduto na maior floresta tropical do planeta sem que o impacto ambiental possa nos prejudicar ou ao meio ambiente.

Ministra, quero me somar às preocupações do Deputado Zezéu Ribeiro, e o faço por meio de uma sugestão. Cada balanço do PAC divulgado vem de forma didática, de maneira que todas as pessoas possam compreender e ver claramente o que vem sendo feito no País, não só para o desenvolvimento, mas também para gerar melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Sinto falta, Ministra, desde o começo, do recorte regional. Outro fato importante deste governo foi a recuperação da política de desenvolvimento regional, que nem engavetada estava, mas morta, completamente.

A SUDAM, por uma série de problemas operacionais, chegou a ser extinta no governo anterior. Isso mostra a preocupação que ele tinha com o desenvolvimento regional. Então, essa visibilidade e esse recorte para a Região Nordeste, para a Amazônia, são fundamentais, para que não fiquemos nesse discurso que V.Exa. ouviu aqui: *“Por que o Sudeste tem 500 bilhões, 800 bilhões e a*

Amazônia só 500?" Há muito mais do que isso. Então, esse recorte é muito importante, até para que possamos dar continuidade ao que está correto e procurarmos recuperar o que esteja, de outra forma, debilitado. Essa é a primeira sugestão.

Não gastarei meu tempo falando sobre a importância e as dificuldades da Amazônia, Sra. Ministra, porque V.Exa. conhece tão bem quanto nós, porque vai muito àquela terra. É uma região de muitas possibilidades e muitas soluções. Obviamente, muito sensível. Mas temos avançado muito, principalmente neste Governo.

O segundo questionamento. V.Exa. falou das medidas anticrise, que vão desde medidas a serem adotadas pelo próprio Governo, pelo Poder Público, a reivindicações que vêm sendo atendidas pelo setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Um minuto, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – V.Exa. falou do setor automobilístico, de pequenas e microempresas, agricultura, construção civil, agora vamos falar de duas rodas, Ministra. Obviamente, também tenho que puxar a brasa para a minha sardinha, pois sou do pólo industrial de Manaus.

Hoje o setor de duas rodas, V.Exa. sabe disso, tem importância, peso muito grande na produção do pólo industrial de Manaus. Só lá, no processo produtivo, são mais de 100 mil empregos, entre diretos e indiretos. Sem falar na cadeia de comércio nacional: são mais de 3 mil pontos. Mais de 2 milhões de motocicletas sendo produzidas no Brasil.

Então, das várias reivindicações elencadas pelo setor, uma delas, parece, já foi anunciada e será atendida, é a diminuição do IOF. Há outra, Ministra, que considero fundamental: a abertura de crédito.

Tal qual está sendo feita com a construção civil e com o setor automobilístico, o setor de duas rodas necessita, Ministro Palocci, disso também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Estou concluindo, Presidente.

Por quê? Porque fora o transporte coletivo, o transporte do povo, hoje, é motocicleta. Muitos trabalhadores se mantêm assim. Então, é uma reivindicação, que não acho esdrúxula, de abertura em torno de 1 bilhão de reais de crédito para o setor. Eu gostaria de ouvi-la a respeito disso, Sra. Ministra.

Por fim, sobre o novo marco regulatório do petróleo, entrando no pré-sal. Veja V.Exa. que nenhuma crise fará com que o governo e a Petrobras parem o início da produção do pré-sal. Mas é urgente o novo marco. O modelo de concessão que está aí não interessa ao País. Então, qual é a perspectiva? Como vamos trabalhar para mudar e entrar no sistema de partilha, adotado pela maioria dos grandes países produtores de petróleo?

Cumprimento V.Exa. pela exposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Ministra Dilma.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Sr. Presidente, vou começar respondendo ao Deputado Miguel Corrêa.

O que tentei explicar na exposição é que todas essas medidas que o governo tomou têm, por objetivo, segurar o emprego no curto prazo, porque irrigar capital de giro é dar oxigênio para as empresas respirarem. Quando se reduz o crédito, corta-se o oxigênio das empresas. Por que fizemos um grande esforço na área de agricultura? Porque se olharmos o Caged de 2007, por exemplo, há uma queda a partir de – se não me engano – outubro, no nível de emprego na agricultura, que dura até o final de dezembro, início de janeiro. Mesmo quando não há crise, essa é uma variação sazonal do emprego. Então, junto com a crise, tivemos o cuidado em destinar, também, esse volume para irrigar capital para esse setor.

O mesmo ocorre com o nível de emprego da construção civil e a indústria de transformação, que caíram nesse final de ano.

Essas medidas têm duas características: uma é impedir que a falta de crédito faça com que esse processo seja mais agudo; outra, é permitir que essas empresas não tenham uma sinalização,

no futuro, de corte tão duro como poderiam ter. Vamos dizer que é em curto prazo com relação às medidas específicas da indústria automobilística.

Aproveito para dizer à Deputada Vanessa Grazziotin que, no que se refere à indústria de duas rodas, às motocicletas, o Ministério da Fazenda estava estudando uma medida específica, não sei se vai sair agora, ou se a já tinham acertado com o BNDES. Haverá, sim, uma medida específica.

Além disso, todo o nosso esforço com o PAC visa a manter o nível de investimento, porque só com demanda se consegue manter o nível do emprego. Demanda é investimento e consumo. Obviamente que se podem ter outros mecanismos como, por exemplo, aumentar o seguro-desemprego.

Qual é o nosso grande esforço? É no caso da construção civil. O saneamento e a habitação são obras que no Brasil, do Oiapoque ao Chuí, sustentam o nível de investimento e de emprego na construção civil.

Antes da crise, tínhamos um problema sério até de formação de mão-de-obra. Estava faltando mão-de-obra. Agora, o que nós podemos fazer é assegurar que os programas de investimento do PAC, e também os que não são do PAC, como o pré-sal, mantenham o seu cronograma. Mais do que isso, seriam outras medidas que, inclusive, começaram a ocorrer, como a redução de impostos. Há redução de impostos, hoje, tanto pelo governo federal como pelos governos estaduais.

E é interessante já falar sobre pacto pelo corte de gastos. Acho que dificilmente, hoje, se sustenta um pacto pelo corte de gastos. Pode-se sustentar um pacto federativo pela eficiência e com expansão do investimento.

Ontem, na reunião dos prefeitos do Nordeste, estavam presentes vários governadores do Nordeste, além de dois do Sudeste, o Paulo Hartung e o de Minas Gerais. Todos eles defenderam a política de investimento, de se manter a política de investimento deles. Até porque, quando se compara como estão os Estados hoje e como estavam os Estados nas crises anteriores, vê-se uma grande melhoria em sua situação financeira. A maioria dos Estados fez seu ajuste, está com capacidade de investimentos e vai mantê-los.

Isso não significa que não seja possível se revisitar o custeio, porque sempre que isso acontece, acha-se o quê cortar. Outra coisa: tem de haver esse fato. Não é possível acharmos que o custeio seja inflexível, esse mau custeio ou essa perda de controle que ocorre em empresas e no governo.

Volto a lembrar a fala do Gerdau, quando dizia que a cada vez que revisitava os custos operacionais, conseguia aumentar a sua margem de rentabilidade, porque os tornava mais eficientes.

O que não vejo é como fazer um pacto, hoje, dentro do modelo anterior, do modelo “corta todos os investimentos, corta todo o consumo”, que era antes a regra. É isso que não tem consistência. Eu não estou dizendo que alguém vá deixar de ter cautela. Todo mundo terá cautela na avaliação. Avaliação do que fazer, fazer as coisas prioritárias, aquelas que têm implicação estruturante, buscar a maior eficiência possível. Mas a situação não é de corte de investimentos do modelo anterior. Havia queda líquida de investimento em infraestrutura de algo em torno de 25%. Em transporte havia trinta por cento de corte. Não é que se selecionava, que se melhorava o gasto, mas se procurava cortar, na carne, os investimentos. É queda líquida, é não haver investimento.

Então, o que estou tentando dizer é que esse imenso esforço feito pelo governo serviu para algo: para que tivéssemos uma margem, hoje, de reação à crise, que obviamente tem que ser, como disse, com cabeça fria e pé no chão. Ninguém pode ser precipitado.

Disse ao Deputado Dr. Pinotti que só se podem avaliar certas questões à medida que o tempo passar, senão, é precipitação.

No que se refere à volatilidade do preço do petróleo, o governo, desde o início, optou por não ter uma política do preço do petróleo que se caracterizasse por uma flutuação absurda do mercado internacional, que seria repassado diretamente para o consumidor, seja para cima, seja para baixo. Isso não foi feito ao longo de anos ou de períodos anuais.

Há um critério para se escolherem os investimentos da Petrobras que é o seguinte: varia com a decisão do investimento ao longo do tempo. Houve momentos, desde 2003, em que o indicador

foi dezoito dólares o barril, o *branch*, como o fator que eles chamavam de robustez. Tudo que fosse acima de U\$18,00 o barril podia e tinha condições de ser realizado. Houve, então, uma avaliação e, hoje, o valor da Petrobras está em U\$ 35,00 o barril. Ou seja, esse é o fator máximo, não significa que todos os investimentos da Petrobras estejam valorizados a U\$35,00. Significa que há investimentos médios na área de exploração e produção que estão a U\$ 25,00 a U\$ 23,00 dólares, a U\$ 22,00. Há gradações diferentes, porém, o limite dos investimentos está em U\$ 35,00.

A Petrobras, nesse caso e neste momento, tudo indica que haverá um período grande — período grande no setor petróleo é um ano — em que haverá tendência de queda no preço do *branch*, haverá ações dos governos da Opep e dos da não – Opep no sentido de segurar um pouco porque, para eles, a queda do preço do petróleo significa perda de orçamento fiscal, já que o orçamento fiscal deles é baseado em petróleo.

Então, haverá essa mistura, mas é garantido um período de baixa. Nesse período de baixa, quem quiser fazer uma predição pode fazer. Mas não há, mesmo nas grandes consultoras — quem tiver condição de fazer previsão ganha muito dinheiro — como anteciper qual vai ser o preço do petróleo. É uma temeridade fazer isso. Então, relativamente a essa flutuação, o governo está esperando para ver como as coisas ficam para fazer um ajuste para baixo, ou para ver como vai proceder no que se refere aos preços dos derivados. Mas uma coisa é clara: não há margem, hoje, para se fazer nenhuma política de subsídio ao *diesel*. Não estamos no momento macroeconômico adequado para se propor subsídio ao *diesel*. O que se pode ter é essa tendência de ajuste para baixo, o que, inclusive, alivia a pressão que vinha de quando estava a R\$147,00 o barril.

Respondi, então, ao Deputado Paulo Pimenta.

Respondendo ao Deputado Zezéu Ribeiro, sobre habitação e saneamento, podemos dizer que temos uma política de habitação e saneamento voltada para o atendimento das necessidades mais urgentes, pelos anos a fio em que não se investiu em habitação de interesse social, nem em habitação em área de risco, nem em água tratada e esgotamento sanitário na proporção devida. Então, temos um passivo.

O governo fez esforço no sentido de colocar 104 bilhões de reais em investimento nessa área. E, quando falamos em habitação, estamos tratando de urbanização de favelas e de áreas de risco, como palafitas ou áreas próximas a aeroportos; por exemplo, Vila Dique, no Rio Grande do Sul.

Esse esforço não significa que um programa de habitação se esgote nisso, porque um programa de habitação é demanda por moradias. E a demanda por moradias tem um déficit na faixa de até cinco salários-mínimos muito significativo.

Outra política pós-PAC será uma política de financiamento de habitação popular. O Brasil tem carência imensa nesse setor. Na outra ponta, nas faixas de renda média e alta, o sistema brasileiro de poupança e empréstimo tem segurado e suprido a demanda e tem havido ampliação acelerada desses recursos.

O grande desafio, num segundo momento, vai ser a destinação de recursos para essa camada de renda de até cinco salários-mínimos, que tem um problema de sustentabilidade, para fazer face ao pagamento do financiamento. Então terá de haver uma participação do governo e dos Estados para assegurar esse programa de moradia.

No que se refere ao que o Deputado Luiz Carlos Hauly levantou, concordo no sentido de que temos que buscar os 3,5% do PIB. Estamos chegando perto. Sem os dados do investimento em sociedades de propósitos específicos, a soma de investimentos das estatais com investimentos do governo federal, hoje, atinge valor que, eu diria, poderia ser melhor, mas já é bastante significativo, tendo em vista o que foi. Se não me engano, hoje estamos em 2,59% do PIB, investimento somado das estatais mais. Isso, sem as sociedades de propósitos específicos. Então, nós nos aproximamos de uma forma crescente disso. Viemos de patamares muito baixos. E 79% desses investimentos são em infraestrutura.

Quero destacar que isso mostra toda a carência do governo. E a questão da governabilidade é aquilo que eu disse: o que acontecia antes? Comprometiam-se as condições de retomada. Governabilidade comprometendo o seu futuro é muito complicado.

Não é possível se repetir o modelo do corte puro e simples, como sendo, hoje, a panacéia para os nossos males. A panacéia

para os nossos males não é corte; é seleção de gastos que não deverão ser feitos. Por exemplo, custeio. Investimento é uma política de sustentação do crescimento.

O PAC, por definição, não tem obras desnecessárias. Se V. Exas se lembrarem de quando lançamos o PAC, verão que cruzamos o PAC com condições de consistência macroeconômica, tanto redução da dívida líquida sobre PIB quanto uma política de garantia da governabilidade.

Não acho, Deputado — pelo menos não é essa a visão do governo — que tenhamos de fazer um pacto federativo de corte de gastos. Concordo com V.Exa. no sentido de que haja um pacto federativo que abranja uma seleção de gastos de custeios que não devam ser feitos, uma nova volta a isso, sobretudo um pacto federativo com medidas anticíclicas.

Por isso, cumprimento os governadores de Minas e de São Paulo por terem reduzido o ICMS. É uma medida anticíclica, que não era tomada antes porque, antes, além de irmos ao Fundo Monetário Internacional, dávamos uma paulada — a palavra é “paulada” — com os impostos. Nós elevamos os impostos de forma bestial em cada uma das crises anteriores a 2003, porque o governo tinha falido e tinha de recompor seu orçamento. Para tanto, aumentava o imposto de renda, aumentava PIS/Cofins, aumentava tudo. Essa situação não é necessária no Brasil.

Sobre isso concordo com o Dr. Pinotti. Vamos reavaliar o custeio — e faremos isso com cuidado, sem precipitação — para ver o que dá para reduzir, como também vamos examinar de forma bastante clara como se comportará a arrecadação. Temos de trabalhar para que a arrecadação não sofra uma queda muito grande, o que só ocorrerá se cair muito o nível do investimento, do emprego. Aí ocorrerá uma queda. A arrecadação está diretamente vinculada ao nível de atividade: quanto maior o nível de atividade, maior a arrecadação.

Eu acho que, agora, qualquer mudança, qualquer medida possível tem de ser prudente e bastante fria. Vou lembrar, novamente, que os governadores falaram, de forma unânime, sobre uma política de sustentação do investimento, estando presentes todos os governadores do Nordeste e os de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sra. Ministra, gostaria de dizer que propus enfrentarmos a crise juntos, governo e Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Por favor, Deputado, não vamos fazer debate. Temos muitos inscritos.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Nós achamos isso muito correto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Esse é o cerne da questão. Ninguém propôs cortar investimentos. A interpretação foi equivocada. V.Exa. insistiu duas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Deputado, nós não vamos permitir, apesar de termos sido hoje bastante...

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Se foi isso que V.Exa. propôs, então eu me equivoquei. O governo aceitará tranquilamente sua proposta, desde que facilite também os investimentos no País e que seja também em prol da manutenção do nível de atividade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sim, 100% investimento.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Perfeito, Deputado, perfeito. E tenho todo o interesse, também, em ter acesso à proposta de reforma tributária de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI – É raro o Deputado Hauly propor entendimentos aqui na Casa. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Não é, não. Nós fizemos juntos a Lei Geral. Lembre-se disso. Fizemos juntos, e ela é um sucesso.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Deputado, eu entendi errado o que V.Exa. disse. Retiro o que falei e aceito o entendimento imediatamente, porque tenho certeza de que isso é bom para o País.

O Deputado Duarte Nogueira levantou questão sobre a crise de 1929/1933. Há uma diferença entre aquela crise e a atual. Na crise de 1929/1933, não houve nenhuma intervenção do governo e durou até a Segunda Guerra Mundial, Deputado, porque não houve providência tempestiva de nenhum dos países

envolvidos, especialmente dos Estados Unidos, no que se refere à política anticíclica. A política anticíclica foi desenhada com os gastos da Segunda Guerra, sobretudo no pós-Segunda Guerra — refiro-me à teoria — como uma reação à sustentação do emprego e da renda.

Isso não significa que estamos reproduzindo 1929 nem 1933, tampouco a política de Bretton Woods. O governo desde logo percebeu que essa crise é diferente das outras. Nós dissemos que essa crise depende de nós e do grau de avaliação que tivermos, porque temos instrumentos – que não são pouca coisa – absolutamente estratégicos. O fato de o País não ter quebrado e permanecer capaz de fazer política de crédito, política monetária, política fiscal de sustentação do investimento, em que pese essa crise ser mais violenta do que as dos anos 90, muito mais violenta, e a reação e a situação do País serem bem melhores, pode permitir que tenhamos uma desaceleração menor.

O que estamos dizendo, Deputado, é que aquela quebradeira de antes não acontece hoje. Temos todas as condições para impedir isso. Obviamente, isso implica também aquilo que Roosevelt dizia: *“Eu só tenho medo de ter medo”*.

Numa crise há dois componentes: o medo e a situação real. O medo é a propagação da situação real num nível maior do que a crise mesma ensinaria se fôssemos todos racionais. Como não somos todos racionais, em que pese todas as teorias a respeito, a própria teoria econômica criou o comportamento de manada, a profecia autorrealizável e, sobretudo, o estudo das situações de pânico.

O que não é possível aceitar é que façamos uma avaliação do Brasil de hoje baseados no passado. Hoje, temos melhores condições. Não estamos falando, de jeito nenhum, que não existe a crise, só estamos dizendo que vamos fazer um esforço conjunto para enfrentar essa situação, porque há uma luz no fim do túnel. Temos um País mais forte hoje. Temos uma política macroeconômica consolidada. Mais uma vez lembro o Deputado Antônio Palocci. Hoje temos uma política de investimentos em andamento.

Todos os governadores, sem diferença partidária, fizeram, de uma forma ou de outra, seu dever de casa. Fizeram seus ajustes, conseguiram criar políticas de investimentos, estão-se propondo a investir. É radicalmente diferente de antes. Antes, tínhamos medo do nível de comprometimento sobre as finanças públicas decorrentes dos déficits estaduais, o que não é a realidade hoje.

O que levanto é que essa questão de tentar repetir, para a situação atual, o padrão de crise dos anos 90 não é correto e pode levar a conseqüências que não são necessárias. O esforço do Presidente Lula é para evitar que isso ocorra.

A discussão do Estado mínimo sempre foi incorreta, um problema falso. Nenhum país, seriamente, pode acreditar que vive sem mercado, ou sem Estado. O que essa crise coloca em xeque é o problema da regulação dos mercados. Por exemplo, a revista *The Economist* atribui à ideologia do Estado mínimo ao fato de o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não ter socorrido o Lehman Brothers. Não sou eu quem diz isso, é a revista *The Economist*, que atribui a esse fato as vacilações no início da crise na política de salvar só ativos podres. E é essa questão que temos que ter clara. Não é possível, hoje, pensar que a relação do Estado com o mercado seja simplória como: “Tirem o Estado dos mercados e eles funcionarão melhor”. E tampouco é: “Coloquem o Estado nos mercados e eles terão garantido seu funcionamento”. Não, nem uma coisa nem outra. Mas existe uma relação fundamental do Estado com os mercados, Deputado. E essa crise, definitivamente, deixou isso claro.

Acho que essa crise colocou a discussão sobre a relação entre o setor produtivo e o setor financeiro; entre o Estado e os mercados. E uma coisa deve ser dita: houve uma ação concertada dos governos dos países desenvolvidos, no sentido de minorar essa crise – não interessa quem sejam – com a capitalização de bancos, ampliação de liquidez e se dará em pacotes fiscais pesados. Dificilmente, os Estados Unidos fugirão de um pacote de quinhentos bilhões ou setecentos bilhões de dólares, como disse também a revista *The Economist*. Se isso não for feito, haverá aprofundamento da crise.

A presença do Estado, dos governos dos diferentes países, nesta crise, mostrou-se uma presença virtuosa. As conseqüências seriam muito piores para o mundo todo. E a ação concertada se mostrou muito correta.

Eu queria dizer, Deputado, que Jirau e Santo Antônio tinham um nível de estudo bastante incompleto. Eles levaram dois anos e meio aprontando o estudo para poder levar a lei-lão. Furnas, junto com a Odebrecht. Na época, discutiu-se muito se fazer Santo Antônio e Jirau, ou Belo Monte. Resolveu-se fazer os dois, tanto é que, se não me engano, só em final de 2005, início de 2006, o estudo sobre Santo Antônio e Jirau foi entregue. Não tenho lembrança da data exata. Mas não havia os estudos necessários.

Ademais, Deputado, nós mudamos a lei. Antes se podia licitar uma hidrelétrica sem licença ambiental, sem projeto avaliado. O projeto ficava numa prateleira e não era desenvolvido, porque o órgão ambiental não deixava. Isso foi rompido com o modelo do setor elétrico que levou à necessidade de estudos ambientais sérios antes do investimento também. Sem isso não se faz licitação. Nós recebemos um conjunto de usinas que não tinham o licenciamento ambiental, então não adiantava.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Por favor, Deputado, não vamos fazer debates. Há muitos inscritos.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Eu não concordo, Deputado. Eu acho que o que ocorre, tanto em Santo Antônio como em Jirau, são os benefícios da competição, responsáveis por tarifas menores para os consumidores. Quando asseguramos que grandes consórcios brasileiros possam entrar numa disputa, e um preço de referência, o *megawatt* baixa de R\$130,00 e R\$ 140,00, para R\$ 78,00 e R\$71,00. Acho que foi um ótimo resultado.

O que a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel está fazendo é outra coisa que sempre fez, Deputado. É bom o Senhor levantar isso. A Aneel sempre autoriza. É bom olhar os termos do edital. Autoriza-se a mudança do eixo da barragem, tudo aquilo que implicar manutenção do nível de energia gerado e, além da manutenção do nível de energia gerado, a diminuição do custo.

O custo, com a mudança daquele local anterior, pelos informes da Aneel, a agência reguladora e do Dr. Kelman, pelo menos, implica redução de um bilhão de reais em custo. Então, eu acho que foi uma decisão bastante acertada, tanto do Ibama quanto da Aneel.

A Deputada Vanessa Grazziotin referiu-se à questão das motocicletas, sobre o que eu já falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Vamos ouvir o Deputado Carlos Alberto Leréia, depois os Deputados José Guimarães, Carlos Zarattini e Júlio Cesar.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – E acabou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Não.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Não?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA – Rapidamente, quero fazer duas observações. Antes, porém, cumprimento o Deputado Pedro Eugênio, os demais Presidentes aqui presentes e a Ministra Dilma Rousseff.

Ministra, quero apenas fazer duas observações. Esses dias recebi, como muitos recebem em casa e nos gabinetes, encartes que acompanham as revistas de circulação nacional. E há uma publicidade do governo a respeito dos aeroportos do Centro-Oeste, noticiando que o aeroporto de Goiânia está em andamento, o que não é verdade. É uma obra do PAC, mas aquela obra está há 3 anos paralisada. Eu sei que o problema é com o TCU. Mas eu, alguns Parlamentares e o Governador do Estado já estivemos no Tribunal de Contas da União, e a questão é a licitação. Inclusive, ouvi um membro do TCU dizer que há fraude naquela licitação, superfaturamento e que o caminho é cancelar e fazer uma outra licitação. Eu não sei qual foi a defesa que o governo apresentou, mas eu gostaria de fazer uma sugestão, porque essa situação está prejudicando a região. Goiânia talvez seja, das Capitais brasileiras, a que tem o pior terminal de passageiros do Brasil. A obra está paralisada, e V.Exa. sabe a importância que a sua continuidade tem para a Capital e para o nosso Estado. Eu queria fazer essa cobrança.

E quero fazer também uma observação em relação a Jirau, sobre a qual o Deputado Duarte, que é do meu partido, o PSDB,

também fez uma cobrança. Eu conheço o projeto e posso adiantar que ali, por sorte, há uma ilha abaixo do projeto original. E essa ilha vai fazer com que não seja necessário desviar o Rio Madeira, evitando-se o custo para desviar um rio como o Madeira. Então, o custo dessa hidrelétrica ficará mais baixo em 1 bilhão de dólares. Portanto, eu quero cumprimentá-la.

E um outro dado importante. Sou Presidente da Comissão de Viação e Transportes. Fazendo nesse local, no futuro vamos ganhar a navegabilidade do rio naturalmente. Então, acho que essa discussão é tão pequena que seria bom que alguém do governo viesse aqui explicar aos demais Parlamentares que tenham dúvida. Eu acho que a solução encontrada é a melhor possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zezéu Ribeiro) – Obrigado, Deputado Carlos Alberto Leréia.

Tem a palavra o Deputado José Guimarães, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES – Sr. Presidente, Sra. Ministra, fiz questão de ficar até o final — já são 14h —, e muitos de nós ficamos, não só para acompanhar a exposição que V.Exa. fez para as 5 Comissões, mas, principalmente, no meu caso, para apresentar duas questões que considero importantes.

Esses dias, Ministra, estávamos num debate na Comissão Mista de Orçamento com o Tribunal de Contas da União, ocasião em que avaliávamos as obras do País inteiro fiscalizadas pelo TCU. Estou fazendo esse intróito porque tem a ver com o que vou dizer sobre o PAC. E o técnico da Tribunal de Contas da União ressaltava nesse debate na CMO que, das quase 200 obras analisadas pelo TCU, no País inteiro, principalmente nas áreas de logística e energética, apenas 13%...

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Treze obras.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES – Apenas 13 obras, Ministro Palocci, apontavam algum indício de irregularidade. Por que eu estou dizendo isso? Porque é preciso ressaltar a eficiência da gestão desse programa. E o próprio TCU falava sobre o esforço que o governo vem fazendo para regularizar a situação dessas obras que estão eventualmente paradas, em razão do prejuízo enorme que causam ao País.

Agregado a isso, Ministra, é importante dizer nesta audiência pública que, mesmo a Deputada Vanessa Grazziotin tendo cobrado esse corte regional que o governo vem desenvolvendo, é absolutamente importante ressaltarmos aqui aqueles investimentos que estão sendo feitos de forma regionalizada. Aliás, esse é o elemento fundamental do PAC, ou seja, a regionalização dos investimentos. Basta vermos no Nordeste a obra de interligação de bacias.

Hoje, quem for à região de Petrolina, em Pernambuco, e de Cabrobó, no Ceará, verá que há mais de 1.200 pessoas trabalhando, e a previsão até fevereiro é para mais 5 mil pessoas. É a maior obra hídrica que o Nordeste brasileiro vai ter, num processo de celeridade enorme.

Estou ressaltando isso, Ministra, para mostrar, dentro do que V.Exa. expôs aqui, que o PAC não é, como alguns dizem, uma mera propaganda institucional, como tenho escutado, mas é principalmente planejamento dos investimentos, porque o governo teve a capacidade política de agregar investimentos públicos do OGU, de estatais e da iniciativa privada, para pensar o planejamento estratégico do País.

Quero terminar fazendo uma pergunta a V.Exa. Em que pese a riqueza da exposição, não foi ressaltada uma questão que me parece o governo vem tratando com muito carinho e que tem dado resultado: os investimentos que têm sido feitos na indústria naval.

De 2003 para cá, o governo tem feito investimentos principalmente nessa área, mas de forma diferente. Hoje, o governo contrata as plataformas no Brasil, num processo de descentralização fundamental para um setor importantíssimo da recuperação da nossa indústria naval. Quero perguntar a V.Exa. se essa política vai continuar, se há algum risco de interdição de tudo aquilo que vem sendo feito para recuperação da indústria naval brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zezéu Ribeiro) – Obrigado, Deputado Guimarães.

Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI – Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero cumprimentar a Ministra pela exposição e cumprimentar o governo também pelo fato de estar implementando uma política perante a crise, que não é a medida simplista de fazer esses cortes de que tanto fala a Oposição. E na hora em que é necessário discutir isso com mais profundidade, ela vota por mais aumentos e reajustes de salários dos funcionários públicos, o que é justo. Mas vemos 2 comportamentos.

Quero me referir principalmente à questão que V.Exa. falou em relação ao potencial do mercado interno, que consideramos fundamental no combate à crise, até mesmo pela redução provável que já sentimos das exportações — ou seja, a importância de ter um mercado interno cada vez mais dinâmico, cada vez mais amplo. Nesse sentido, quero me referir a algumas questões.

Primeiro, gostaria de saber de V.Exa. como vai caminhando o financiamento à moradia, pois, como todos sabemos, a construção civil é um importante gerador de empregos. Como está caminhando o crédito da poupança para a construção civil? Segundo informações, haveria 42 milhões de reais para financiamento de moradia através da poupança.

A segunda questão é com relação à tributação sobre serviços essenciais à população, como água, energia elétrica e transporte público. Inclusive, a Deputada Angela Amin e os Deputados Miguel e Paulo Pimenta já se referiram a isso. Gostaria de saber sobre a possibilidade de redução dos tributos sobre esses serviços essenciais, pois, havendo redução, poderíamos ter uma folga maior no orçamento das famílias de baixa renda. Conseqüentemente, haveria aumento de consumo e, por decorrência, geração de mais empregos e de mais renda.

Também gostaria de saber se há estudos em relação ao Imposto de Renda, que me parece um tributo importante, que recai principalmente sobre a classe média e, havendo redução, poderia ser um elemento que proporcionaria condições de aumentar o consumo no mercado interno. Acho que são elementos importantes.

Gostaria de dizer que, no caso do transporte público, é fundamental haver redução de tarifas. Que não seja simplesmente

redução de tributos, mas, conseqüentemente, redução de tarifas, dentro da idéia que muito se falou aqui de PAC da mobilidade, tratado inclusive com o Ministro das Cidades, que, por várias vezes, veio a esta Casa discutir essa questão. Acho que só é possível haver redução de impostos caso haja concomitantemente a redução de tarifas.

Por fim, quero lembrar da Empresa de Correios e Telégrafos, setor do qual muito pouco se fala. Temos visto todas essas medidas do governo em relação à indústria, à logística, à produção, à energia elétrica, ao petróleo, mas temos tido pouca atenção em relação aos Correios.

Os Correios são uma importante empresa de logística. Nós aqui nesta Casa aprovamos uma medida provisória em relação à rede de franqueados dos Correios, e até este momento não houve o decreto regulamentador.

Parece-me importante que se preste mais atenção à necessidade de que os Correios sejam de fato uma empresa muito forte no País, até para garantir a integração nacional em áreas como a Amazônia. Ela tem que ser uma empresa que tenha força. E me parece que, ao longo desses últimos anos, nós temos encontrado algumas dificuldades.

É necessário, no meu modo de ver, do ponto de vista do desenvolvimento nacional, reforçar os investimentos e a melhoria na gestão da Empresa de Correios e Telégrafos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sra. Ministra, na última vez que V.Exa. esteve nesta Casa eu pedi que viesse todo mês. Sei que é impossível, mas eu queria que V.Exa. viesse pelo menos a cada semestre, porque as informações que V.Exa. nos trouxe são uma tese de mestrado, como disse o Deputado Pinotti — ou de doutorado mesmo —, em relação ao Brasil.

Tenho uma preocupação muito grande com esta crise, principalmente porque eu sou nordestino. Quando a crise se acen-tua, quem mais paga a conta é quem é mais fraco, o povo do Nordeste.

Aqui se alardeia que o Nordeste tem crescido. Eu tenho aqui estudo do IBGE que mostra que, em 1985, o PIB *per capita* no Nordeste era 47% do PIB *per capita* do Brasil; aliás, 48%. O último ano aferido pelo IBGE foi 2006: continua 48%. Vejam os investimentos do Nordeste — tirei hoje do *site* do BNDES. O BNDES já aplicou no Nordeste até 14% e caiu para 8%. O Presidente do BNDES esteve aqui no ano passado, em agosto, e eu fiz essa reclamação. Era 6%, no ano anterior, e ele disse que chegaria a 15%. Bom, no ano passado chegou a 9%; aliás, a 8,2%. Até outubro de 2008 estava em 8,71%. Estou com os dados do BNDES e do IBGE — repito. Em relação ao pré-sal, Sra. Ministra, li ontem no avião da TAM, na revista *Mundo Corporativo*, artigo intitulado *O caminho do pré-sal*. Vou entregá-lo a V.Exa., embora eu ache que V.Exa. já sabe todos. Esse artigo é assinado por Eugênio Melloni.

De acordo com a estimativa preliminar da Petrobras, as reservas brasileiras poderão chegar a uma faixa entre 70 bilhões e 107 bilhões de barris de petróleo. E diz mais, que essa reserva vale 9 trilhões de dólares, o que equivale a 7 vezes o nosso PIB atual. Diz ainda a matéria que os investimentos em petróleo, em 1998, eram 3%, e aumentou para 10%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Deputado, um minuto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Virgem Maria! Então, passo para os meus questionamentos.

Mas são 5 minutos, Presidente. Agora que eu estou com 3 minutos.

Redução das desigualdades regionais do País. É verdade que o IDH do Nordeste cresceu, o índice GINI também, mas a renda *per capita* continua a mesma. Quem diz isso é o IBGE.

Em relação ao pré-sal, eu pergunto: existe condição de investir esses 600 bilhões de dólares?

Em relação ao Nordeste, uma das principais obras é a Transnordestina. Aqui no relatório do PAC está tudo em ação preparatória. E lembro que já está sendo concluído o segundo ano dos 4 do PAC.

Os royalties...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Mas está aqui como ação preparatória.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Só se foi um pequeno trecho. Ela fala a obra total...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Vamos evitar as conversas paralelas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Em relação aos *royalties* do petróleo, que é um dos grandes privilégios deste País, apresentei a Emenda nº 3 à reforma tributária, que prevê a distribuição do que couber ao Estado pelo FPE, que realmente contribui para diminuir as desigualdades regionais em nosso País, e, em relação aos Municípios, pelo FPM.

Por último, eu queria falar sobre as reservas do Brasil. Eu estive com o Presidente do Banco Central na semana passada, e ele disse que 145 bilhões de dólares estão aplicados no Tesouro americano e 12 bilhões de dólares, no Tesouro europeu, nos países da Europa. Isso foi o que disse o Presidente do Banco Central. E vejo nos Estados Unidos a movimentação para socorrer o país da crise com 2 trilhões de dólares, neste governo, já projetando para o próximo.

Fico meio preocupado com o Brasil ter tanto dinheiro num Tesouro, embora seja o maior do mundo, quando precisamos de tantos recursos para investimento em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Finalmente, Sra. Ministra, eu queria saber a opinião de V.Exa. a respeito da reforma tributária e em que ela contribuirá para diminuir as desigualdades sociais e regionais do nosso País.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI – Precisaria marcar uma nova visita da Ministra para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Tem a palavra o Deputado João Oliveira.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA – Sra. Ministra, eu vou direto ao assunto, porque o tempo já é exíguo.

Para o Estado do Tocantins, o Programa de Aceleração do Crescimento prevê investimento total de 18,5 milhões de reais, até 2010. E esse investimento está dividido em empreendimentos energéticos, de logística, obras de caráter social e urbano. Como esse planejamento foi ordenado antes da grave crise financeira que estamos atravessando, eu gostaria de saber se haverá planejamento sobre a aplicação desses recursos e se eles poderão sofrer cortes.

A segunda pergunta: a Ferrovia Norte-Sul é a obra mais importante do Programa de Aceleração do Crescimento para o Estado do Tocantins, conseqüentemente, para a Região Norte e para o Brasil. Em relação ao programa de execução, que está previsto até 2010, o aporte de recursos é de 1 bilhão, 102 milhões de reais. Quero saber se esses recursos estão garantidos com essa crise.

Terceiro: o Programa Luz para Todos, que também está contemplado no PAC, tem como estratégia a universalização do acesso à energia elétrica até o ano de 2010. Diante da necessidade de reordenar esse planejamento, questiono V.Exa. se essa meta terá condições de ser alcançada.

Para encerrar, eu gostaria de enfatizar a reforma tributária. Qual é a preocupação de V.Exa. no tocante à educação no Brasil? Parece-me que haverá alguns prejuízos. Eu gostaria que V.Exa. dissertasse a respeito desse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Tem a palavra o Deputado Antonio Palocci.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI – Sr. Presidente, pelo adiantado da hora, e também porque a Ministra abordou muito bem os temas tratados, vou abster-me de fazer considerações e dar apenas as boas-vindas à Ministra, pedindo a S.Exa. que atenda a solicitação do Deputado Júlio Cesar de vir todo mês a esta Casa, porque, nela, sempre irá encontrar muito apoio, inclusive dos colegas da Oposição que sabem da importância do seu trabalho para o Brasil, do seu compromisso com o País e de todo o empenho que tem tido para colocar o PAC, hoje o principal programa de investimento do Governo, em níveis elevados.

Para enfrentar os efeitos da crise econômica, o seu trabalho redobrou de importância — e sabemos dos detalhes do trabalho que V.Exa. realiza em cada uma das obras que acompanha e da dificuldade que é fazer investimento. É difícil fazer investimento.

Então, dou apenas boas-vindas a V.Exa. a esta Comissão e endosso o pedido de que volte todo mês à Casa, porque aqui terá muito apoio, inclusive de membros da Oposição que se somam ao esforço de fazer um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zezéu Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezada Ministra, em primeiro lugar, quero agradecer a V.Exa. a presença e as relevantes informações que nos trouxe, para podermos pensar melhor o desenvolvimento do nosso País.

Quero apenas fazer um breve comentário.

Vejo que, seguidas vezes, nesta Casa, alguns Parlamentares vaticinam sempre que vamos entrar em momento muito sério ou numa crise muito grande.

No início deste ano, por exemplo, começamos uma discussão segundo a qual o País entraria num apagão, que haveria problemas no setor energético, que para o crescimento que o Brasil vinha tendo os investimentos em energia eram insuficientes etc. Bom. Tivemos um crescimento de 6%, no primeiro semestre, e não houve apagão.

Então, essas questões são importantes para a reflexão de quem sempre faz algum juízo sobre um futuro muito escuro, digamos assim.

Quero também parabenizar o governo pela decisão, diria, não só de preservar os investimentos do PAC, mas, inclusive, segundo vimos, de ampliá-los — estavam previstos 503 bilhões e, se não me engano, passou para 632 bilhões, com as atualizações dos valores — e de preservar os investimentos nos programas sociais do Governo.

Aliás, se fosse possível, sugeriria a ampliação de investimentos na área social para distribuição de renda. Essa seria uma medida anticrise, na medida em que os investimentos sociais que ampliam a renda da nossa população podem melhorar o consumo e o mercado interno.

E, para concluir de forma, vamos dizer, descontraída — lamentando que não mais esteja presente o Deputado Fernando Coruja, que fez aquela brincadeira de palavras, chamando o PAC de PIC, ou Programa de Impedimento da Queda do Crescimento Econômico —, resalto que é bom que o governo mantenha os investimentos na infra-estrutura para poder pagar o PAC e, na área social, para o povo não pagar o pato. Essa é uma questão fundamental.

V.Exa. está de parabéns pela manifestação, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zezéu Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Neudo Campos.

O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS – Ministra Dilma, o governo buscou, de forma acertada, transferir recursos para os bancos. E bilhões foram transferidos pelo Banco Central, pelo Governo, de um modo geral. No entanto, esses recursos não chegaram ao consumidor.

A pergunta que fica é a seguinte: o que o governo fará? O governo vai aguardar determinado tempo para que esse crédito se concretize, ou o governo vai, digamos, usar da sua força para pressionar os bancos a oferecer, o mais rápido possível, esse crédito ao consumidor, para fazer alguma coisa, ou ambas as alternativas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zezéu Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer, último inscrito.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Sra. Ministra, V.Exa. fez uma abordagem não só sobre o PAC, mas também sobre a situação econômica. V.Exa. abordou — e depois repetiu para o colega Deputado — o problema que foi a desregulação da fiscalização. V.Exa. abordou também o Estado mínimo.

Sou defensor da livre iniciativa, sou um liberal convicto. E tenho percebido que os arautos de socialismo dos que pregam o contrário do liberalismo têm se aproveitado dessa situação, porque na verdade o próprio Estado mínimo prevê o Estado ideal, prevê uma diferença muito grande entre desregulação e fiscalização.

O que aconteceu? Principalmente nos Estados Unidos o Estado deixou de cumprir a sua função de fiscalizador. O FED americano e a SEC, que é a CVM daqui, deixaram gigantes bancos extrapolarem toda sua alavancagem. Quer dizer, é função do Estado, sim, continuar a fazer essa fiscalização.

A China, por exemplo, teve um crescimento médio de 10% nos últimos anos, e todos os analistas dizem que isso se deve em grande parte à desregulação. Mas isso não impede que se faça a fiscalização, que é dever de Estado.

Outro dia, o Presidente Henrique Meirelles esteve aqui e também falou a respeito da nossa dívida líquida. Disse S.Exa. que, descontado da reserva, temos uma dívida líquida sobre o PIB de 36% ou algo assim. Entendo que seja um jogo contábil, porque se pegarmos o total da dívida, o total do passivo do Estado, do Tesouro, descontar a reserva, multiplicado hoje por um dólar alto, a dívida é sim trazida para baixo. Mas, se amanhã o dólar cair, a dívida sobe novamente. Então, é um jogo contábil.

A reserva externa — e, aí, quero entrar na mesma história do Deputado Júlio Cesar — não é uma reserva líquida como alguns países têm, sobras líquidas. Nossa reserva nos custa um valor muito alto. Nós pagamos hoje Taxa SELIC de 13,75%, se não me engano, e ela está aplicada no Tesouro americano com Libor mais alguma coisa. Quanto custa esse diferencial hoje?

Então, temos de desmistificar isso um pouco. Temos esse recurso lá fora.

Agora, vou referir-me à crise e até à continuidade do PAC. Entendo que o governo — e aí devemos somar o Parlamento — tem de ter um plano para a crise. O que fizemos até agora? Até fizemos o dever de casa. O Banco Central acudiu aqui e acolá, liberou alguma coisa do compulsório, que, infelizmente, não chegou na ponta, porque deu meia volta, o governo capitalizou os bancos, e eles aplicaram em títulos públicos. Então, não aconteceu nada de novo. Eles pegaram o dinheiro da reserva, a custo zero, e aplicaram em títulos do Tesouro. Quer dizer, a medida não atingiu o objetivo. Os bancos têm dinheiro, não querem emprestar porque temem o risco e não querem fazer a exposição.

Entendo que devemos ter um pacote hoje, um plano para amenizar os efeitos da crise, e não apenas para abreviar aquilo que aconteceu, a falta de liquidez. Não é a falta de liquidez hoje a preocupação. Temos de oxigenar a economia. Sugeriria, inclusive, ao Banco Central — e digo a V.Exa. que é integrante do governo — algumas ações que entendo importantíssimas.

Primeiro, temos de reduzir a carga tributária, principalmente nos produtos de consumo, fazer com que gire a economia; redução de imposto de renda para a classe média, para o trabalho. Isso é dinheiro que vai fomentar a nossa economia.

Postergamos o recolhimento dos impostos em apenas 5 dias. Ora, a contribuição para a Previdência Social é recolhida no 5º dia útil, junto com a folha de pagamento. Teríamos de ter mais folga. E, aí, os Estados também postergariam mais os impostos.

Indago: por que ainda temos ainda 190 bilhões de reais em depósito compulsório? Vamos girar esse recurso na economia. Por que ter 205 bilhões de dólares de reserva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Vamos repatriar esse recurso para oxigenar fantasticamente a economia. São algumas idéias. E acredito que o governo hoje deveria postergar, levar a discussão da reforma tributária pelo menos para 2009, porque a crise nos colocou numa situação que comparo ao automóvel: terminamos um asfalto, uma estrada bonita, mas, lá na frente, acabou a estrada, e a que há está toda cheia de buracos e de lama. Temos de olhar o retrovisor. A realidade hoje não tem nada a ver com aquilo que era há 60 ou 90 dias.

Não deixo apenas críticas, mas também sugestões efetivas, porque o governo tem de fazer esse plano e, se tomar algumas providências importantes, principalmente no que tange ao crédito, vai incentivar e deixar otimista a economia.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE – Eminentíssimo Presidente, na qualidade de Vice-Líder da Minoria, peço a palavra por 2 minutos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – É regimental. Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Otavio Leite, pedindo, entretanto, sua compreensão acerca da necessidade de ser breve, dado o adiantado da hora, por favor.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE – Perfeito, Sr. Presidente. Quero apenas cumprimentar a Ministra e fazer duas observações muito breves.

Ministra, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, o PAC é muito festejado — 600 milhões, sem dúvida, são um avanço —, mas não há, naquela região, qualquer centavo destinado pelo PAC para o soerguimento das indústrias e empresas que ali existiram. É lógico que a infra-estrutura urbana há de qualificar melhor a vida dos cidadãos, mas o que liberta é a oportunidade de desenvolvimento econômico, e não há um centavo no PAC para a recuperação de um sem-número de galpões abandonados naquela região. Acho isso da maior relevância.

Em segundo lugar, faço uma sugestão também. Trata-se de medida que nada custaria ao governo e que certamente combateria esse déficit na nossa balança de pagamentos — leia-se: conta turismo. No ano passado, os estrangeiros gastaram no Brasil 5 bilhões, e os brasileiros gastaram no exterior 10 bilhões. Déficit: 5 bilhões.

Há uma medida breve que nada custa ao País e que poderia em muito ajudar a vinda de americanos. Os americanos formam um mercado potencial de 65 milhões de consumidores de produtos turísticos, mas apenas 1% deles vem ao Brasil. Portanto, a idéia é flexibilizar o visto para a entrada de americanos. A Comissão de Turismo está discutindo esta matéria, e há projetos de Deputados da base e da Oposição convergindo para o mesmo objetivo.

Quero, então, pedir a V.Exa. que, na condição de Ministra-Chefe da Casa Civil, proporcionasse um encontro nosso, de todo esse grupo de Deputados, com o Governo, para que se decidisse em definitivo se o governo quer adotar essa medida ou não, porque ela certamente ajudará a combater esse déficit. Isso será importantíssimo porque aquece a nossa economia, mais pessoas virão ao País consumir.

São as duas sugestões que deixo.

Agradeço ao Presidente, desculpando-me por chegar aos 45 do segundo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado, Deputado Otavio Leite. Com V.Exa. tivemos a última intervenção.

Não há mais inscritos.

Antes de conceder a palavra à Ministra para suas considerações finais, gostaríamos, mais uma vez, em nome de todos os membros de todas as Comissões que conjuntamente realizam esta audiência pública, de agradecer a S.Exa. não só a presença, mas também o empenho e a disposição de responder as questões. Agradecemos a S.Exa. sobretudo por nos ter trazido informações detalhadas sobre o tema em debate e por nos proporcionar estar aqui hoje muito mais seguros e tranquilos quanto à capacidade do governo Lula e, em particular, do programa dirigido por S.Exa., que pode ser um fator importante da manutenção e do desenvolvimento do crescimento do País, apesar da crise internacional.

Por conta da tarefa de coordenar esta reunião, não pude apresentar a V.Exa. as reflexões que gostaria de fazer sobre o assunto. Então, vou apenas lembrar e registrar um ponto que imaginei propor aqui. Refiro-me à sugestão de que o governo pensasse na realização de um PAC II — e tivemos a informação de que já existe um PAC II em andamento. Já há um conjunto de ações que praticamente representam o dobro daquelas inicialmente propostas.

Portanto, o governo avançou ao elaborar e agregar projetos àqueles originalmente apresentados no PAC. Entretanto, talvez não fosse demais carimbarmos o PAC II, porque acaba passando a idéia de que é o mesmo PAC que continua em andamento, quando, na realidade, já temos um conjunto de ações que, por si só, poderiam ser apresentadas à sociedade como uma segunda rodada do Programa de Aceleração do Crescimento.

Não poderia também deixar de registrar, Ministra, duas questões que aqui apareceram de forma recorrente como objeto da preocupação de diversos Parlamentares, às quais gostaria de me agregar: a questão da urbanização, ora agregada à mobilidade urbana, ora agregada à questão das áreas de risco.

No Estado de Pernambuco, temos um programa extraordinário chamado Viva o Morro, que é gerido pelo governo do Estado em articulação, convênio e cooperação com as Prefeituras da Região Metropolitana, cujo ponto mais alto é a capacidade de fazer a gestão das intervenções nas áreas de risco do ponto de vista integrado não apenas da habitação, mas também do saneamento, da macro e da microdrenagem e da educação à população que ocupa aquelas áreas.

Portanto, sugiro a discussão sobre novos aspectos de inserção do PAC na vida das pessoas, por meio de ações como essas aqui citadas — melhoria da estruturação das vias de transporte público de passageiros e defesa das áreas de risco. Mais uma vez, de forma dramática, situações comuns viram manchetes e muitos nos constroem, porque, embora estejam acontecendo devido a fatores climáticos, pedem, cada vez mais, a intervenção do Poder Público.

Registro essas questões e passo a palavra a V.Exa. para as suas considerações finais.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Vou começar respondendo às perguntas dos deputados Carlos Alberto Leréia e José Guimarães.

De fato, o Deputado José Guimarães tem razão. Na avaliação do TCU, das obras fiscalizadas do PAC, treze foram citadas como tendo algum tipo de irregularidade. Dessas treze, numa discussão com o TCU e num processo de esclarecimento, retiramos seis, restando, portanto, sete obras. Dessas sete, uma delas será julgada até o dia 10 de dezembro e as restantes estão sendo objeto de discussão intensa entre nós e o TCU, para ver o que é possível equacionar e quais obras requerem nova licitação.

O TCU foi muito correto quando decidiu não mais suspender obra sem que haja uma grave justificativa, pois suspensão de obra é algo extremamente complicado. Ao se suspender uma obra, o custo da retomada pode vir a ser maior do que o motivo que levou à suspensão. A preferência tem sido exigir recolhimento cautelar.

Temos ainda grandes problemas na área de aeroportos. Dois aeroportos foram retirados dos problemas. Restaram três. E esses aeroportos que restaram estão sendo objeto de negociação com o TCU.

Em alguns casos, o TCU mandou que fosse feita uma retenção cautelar. Se quem está fazendo a obra não concordar com essa retenção cautelar, está criado o impasse. A obra para porque, nesse caso, o TCU manda suspender. Aí, discute-se e se começa a ver se é possível fazer nova licitação apenas de uma parte, mantendo-se a outra. É esse procedimento que está em andamento em cada uma das obras.

É, de fato, um trabalho bastante exaustivo e implica também aprimoramento de parte a parte. É, porém, muito significativo que, de todas as obras licitadas, haja tão poucas pendências. E são obras, algumas delas, bastante complexas, volumosas e de grande repercussão.

A outra questão diz respeito a uma pergunta sobre Jirau. Eu agradeço ao Deputado Leréia pelo que disse a respeito de Jirau, que é a mais pura verdade. Foi uma situação em que, para o Brasil, foi melhor a saída apresentada do ponto de vista das informações técnicas dadas pelo Ibama e também pela Aneel.

A pergunta do Deputado Guimarães foi sobre a indústria naval. De fato, nós viemos de um esforço de reconstruir a indústria naval no Brasil. Desde a decisão do Presidente, logo depois assumiu, nós passamos a ter uma política de mobilização da indústria de petróleo e gás que levou à construção de várias plataformas no Brasil e à recomposição de alguns estaleiros tanto no Nordeste como nas Regiões Sul e Sudeste.

Esses estaleiros são uma plataforma interna para que, do ponto de vista dos investimentos do pré-sal, tenhamos uma base local para colocar uma demanda imensa por navios. Para vocês terem uma idéia, é algo como 146 navios e 28 sondas. Há estaleiros, hoje, que têm condições de produzir os navios de armazenagem e produção, em linha, quase como se fosse uma linha de montagem. Acredito que seja essa uma das grandes contribuições do governo do Presidente Lula, no que se refere a uma política de investimentos internos, que não seja substituição de importações, mas se trata de ter uma indústria internacionalmente competitiva.

No que se refere à redução das tarifas, eu queria mais uma vez dizer que isso não está na pauta do governo. Levarei essa preocu-

pação, que foi externada por vários deputados, ao governo. No que se refere a imposto de renda e a tarifas de energia, transporte e água, também levarei ao governo. Isso responde ao Deputado Carlos Zarattini, sobre a MP da regulamentação dos franqueados.

Quanto ao que disse Deputado Júlio César, queria destacar que nós, no PAC, definimos que, junto com a redistribuição de renda, uma coisa era fundamental se atingir via programa, qual seja a redução das desigualdades regionais.

Na questão das desigualdades regionais, há um peso muito grande — existe uma preocupação do Presidente com relação a isso — no caso do Nordeste e do Norte. No caso específico do Nordeste, sabemos que onde se coloca infraestrutura as oportunidades se ampliam. É por isso que ao se olhar o Nordeste, vamos ver o seguinte: temos algumas obras relevantes: primeiramente, a Ferrovia Transnordestina; em segundo lugar, a interligação de bacias; em terceiro, o Gasene, o gasoduto do Nordeste, são quase mil quilômetros, novecentos e poucos quilômetros. O Gasene é o grande gasoduto da integração no Brasil e tem uma importância similar ao que teve o da Bolívia/Brasil, porque liga todo o mercado consumidor do Sudeste ao mercado do Nordeste.

No Brasil, a coisa mais importante em transmissão é interligação de sistema, porque o País tem quatro sistemas: um sistema Nordeste, um sistema Norte, um sistema Sudeste — pode-se colocar o Centro-Oeste junto, porque tem o mesmo regime — e o sistema Sul. Quanto mais se interligam esses sistemas, mais eficientes a produção e o consumo de energia no Brasil.

O Nordeste tinha um problema seriíssimo, porque esgotou todas as suas fontes de energia, que são fontes de carga, às quais chamamos carga de base que tem o seguinte problema: ou é térmica ou é hidrelétrica no Brasil; eólica é complementar, biomassa também é complementar, ou nuclear. Então, uma das questões fundamentais é a ligação para que o Nordeste não fique sem luz e isso foi feito por meio do terceiro circuito da linha Norte/Sul e de interligações transversais no Nordeste também.

Além disso, Deputado, há hidrelétricas – são as últimas no Nordeste, com aproveitamento – que estão sendo feitas. Acredito que a ampliação e a duplicação da Rodovia 101 criam, também,

uma forma de escoamento do Nordeste muito importante, assim como a Transnordestina, com os dois portos.

Então, houve uma preocupação do governo com a descentralização dos investimentos em infraestrutura. Queria lembrar a importância que o Presidente deu a duas outras obras. Uma é a Refinaria Abreu Lima, a que chamamos Refinaria Nordeste, depois de não se investir em refinaria, no Brasil, por mais de quinze anos. A outra obra, que acho que também será importante, é a Premium, que está localizada no Ceará. Dos dois terminais de regaseificação, um está no Nordeste.

Houve uma preocupação do governo de, de fato, mudar a relação de infraestrutura. Acho que uma das obras mais importantes do ponto de vista do abastecimento humano é a interligação de bacias. O Água para Todos, sendo feito pelo Ministério da Integração, do Ministro Geddel e, com relação a todo o projeto, nós tivemos uma preocupação grande com os recursos de saneamento e habitação, o que dá uma importância muito grande ao Nordeste.

Ontem, na reunião dos governadores do Nordeste, o governo federal fez um balanço sobre grandes mudanças verificadas na Região. Por exemplo, a renda do trabalho cresceu 23%; pela primeira vez o total de habitações ligadas à rede elétrica se igualou à taxa nacional, por conta também do Luz para Todos; a Região é líder nacional no consumo varejista, no uso do cartão de crédito; é a maior elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, comparando-se 2007 com 2005.

Ao mesmo tempo em que constatamos todos esses avanços, por exemplo, mais de seis milhões de nordestinos incorporados ao mercado de consumo de massa, o próprio Bolsa Família, que teve uma importância muito grande no Nordeste, junto ao PAC, com os 80 bilhões que estamos colocando no programa, nós reconhecemos algumas coisas que são muito importantes e que requerem uma ação concertada, não só do governo federal, mas também do governo dos Estados e dos municípios. Quais são? Uma ação na área de mortalidade infantil, Deputado, que nós achamos fundamental para a redução da mortalidade infantil do Nordeste, que era de 27,2 óbitos por nascidos vivos, para os níveis similares ao do resto do País.

Também na área da educação, os dados apontam que o analfabetismo no Nordeste é maior; há de haver uma ação concertada nesse nível. O governo se dispõe a colocar os recursos necessários e os governadores chegaram, inclusive, a propor algo como cinquenta a cinquenta: para cada um real do governo federal, um dos Estados. É preciso modificar radicalmente essa situação.

Outra questão é o problema da agricultura familiar, um elemento de suporte do desenvolvimento em todas as Regiões, para se diminuir a pressão sobre as cidades médias no que se refere à ida do campo para a cidade. O Nordeste tem 45% da população economicamente ativa, mas responde por apenas quatorze por cento da produção agrícola. É necessária uma mudança nessa vocação, também por ação conjunta. Não acreditamos, Deputado, que sem essa parceria — e acho que houve essa receptividade grande dos governadores do Nordeste que, aliás, são de alta qualidade — nós consigamos fazer, a partir de agora, uma grande operação.

Outra questão fundamental no Nordeste é o registro civil. É um dos locais com menor nível de registros civis. No primeiro ano de vida, no Nordeste, 22,1% das crianças não são registradas. A média nacional é de 12,7. Então, nós vamos propor a repactuação de uma estratégia com os governadores para acelerar a redução das desigualdades do Norte e do Nordeste. Essa reunião foi com o Nordeste; vamos fazê-la com o Norte também.

Qual é a repactuação? Um compromisso entre o governo federal e os governos dos Estados, para a melhoria desses indicadores, por intermédio de um conjunto de ações. Prioridade para o rural; agricultura familiar e educação no segmento rural; fortalecer a indução ao desenvolvimento de cidades-pólos, da forma como estamos fazendo com os Territórios de Cidadania; manter e acelerar a execução dos investimentos do PAC.

Houve uma decisão, tomada entre nós, de que faremos, ao longo do mês de janeiro, uma discussão com todos os governadores — das nossas equipes com as deles — para ver o que está parado, por que motivo está parado, o que a burocracia está atrasando, para ver o que é possível fazer de cooperação; para ver como é que se podem acelerar os encaminhamentos; para apoiar

a qualificação da gestão municipal, a elaboração de projetos, as compras governamentais, o planejamento e os processos internos; para garantir as metas de ampliação da oferta de crédito à produção no Nordeste pelo BNDES, pelo BNB, pelo Banco do Brasil e pela Caixa e; para acelerar a implementação do Simples. Apenas nove por cento dos municípios regulamentaram a lei para micro, pequenas e médias empresas.

Nós vamos fazer reuniões também com os governadores do Norte e com os do Nordeste, já temos uma pauta. E é importante destacar que teremos reuniões em dezembro. Fizemos essa reunião com o Fórum de Governadores do Nordeste. Vamos fazer, agora, com a Amazônia Legal sobre a regularização fundiária. Em janeiro, nós teremos reuniões com os governadores do Norte e do Nordeste. Em janeiro e fevereiro, teremos revisão dos compromissos e pactos já existentes, a redefinição de metas e estratégias. De 10 a 11 de fevereiro, haverá um encontro do governo federal com os novos prefeitos dessas duas regiões — e também haverá com as outras regiões — porque queremos fazer um pacto com os prefeitos com o objetivo de trabalhar pela redução das desigualdades, mas também pela redução do desmatamento nos 36 municípios da Amazônia Legal, onde sabemos que há problemas.

Então, Deputado, é apostar numa coisa que o governo fez, e acho que foi muito bom para os três lados: municípios, Estados e governo federal. É saber que sem essa parceria federativa as coisas não andam. No final de fevereiro, anunciaremos os novos compromissos e estratégias. Enquanto isso, mesmo que essas reuniões aconteçam paralelamente, por exemplo, vamos acelerar o PAC, em pareceria com esses governos, da mesma forma que fizemos, por exemplo, com o Governador Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro. Nós sempre fazemos reuniões periódicas com alguns governadores e agora vamos estender, de forma sistêmica, o que aprendemos, fazendo essas reuniões específicas. Espero ter respondido a V.Exa.

Deputado, os seiscentos bilhões de dólares em investimentos são para explorar o pré-sal de hoje até 2020. Ninguém pode achar que vamos pegar seiscentos bilhões de dólares e gastar hoje. Essa é a demanda do pré-sal, uma riqueza muito importante. Nem a

Petrobras tem inteira noção de quais seriam os recursos necessários para explorar todo o pré-sal, até porque se está em processo de exploração da bacia do pré-sal. A empresa não sabe o tamanho de toda a bacia. Essa é uma coisa. Em segundo lugar, Deputado, ninguém, em momento nenhum, nem de maior *boom* econômico, tem condição de fazer exploração desses poços no ritmo em que as pessoas pensam que se pode fazer. Nesses seiscentos bilhões de dólares estão incluídos todo o investimento da Petrobras, mais o investimento das empresas privadas produtoras de navios, donas de estaleiros, produtoras de sondas, as empresas fornecedoras de bens, equipamentos e serviços.

Então, Deputado, é muito difícil realizar uma prospecção apenas fazendo cenários. Além disso, é mais complexo do que simplesmente se diz.

Eu já falei da Transnordestina.

Tenho o maior prazer de falar sobre isso em outro momento. Não é a minha área de especialidade, mas não vou me furtar a discutir a reforma tributária. Agora, acho que há pessoas mais capazes do que eu, dentro do Ministério da Fazenda, que são as que estão lidando com isso. Não vou aqui, como diriam lá, no Rio Grande do Sul, me alçar de pato a ganso e querer discutir reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Palocci) – Nós estamos querendo o seu o.k. para começar a fazer andar o projeto. *(Risos.)*

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Está bom, Palocci. Você tem todo o meu o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Palocci) – Vamos fazer um PAC na reforma tributária.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Eu só acredito no seguinte. É uma coisa fundamental e digo isso por razões gerais. Não sei direito como está a negociação, porque a acompanho, porém mais distante. Agora, eu sei perfeitamente que é fundamental. A posição do governo, e tenho convicção disso, é a de que se trata de uma das reformas fundamentais para o País, para acabarmos com esse cipoal. Obviamente, vai implicar negociação. Ninguém é ingênuo de pensar que nós vamos conseguir isso sem esforço,

mas acho que o tema está em muito boas mãos, está nas mãos, entre outros, de um grande negociador, que é o Ministro Palocci. Eu conheço bem a sua capacidade de construir o consenso.

(Não identificado) – Ministra, só faltou falar na renda do Nordeste, que não cresce de jeito nenhum.

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Só há um jeito, Deputado, a primeira parte é a descentralização de infraestrutura. Se V.Exa. tiver uma infraestrutura de energia, de gás, de refinaria, fará crescer a renda do Nordeste.

No que se refere ao Tocantins, não estamos pretendendo cortar nada do Estado. Pelo contrário, vamos manter bastante, até porque há obras muito importantes no Tocantins. Uma das obras de que mais temos orgulho no governo é a Ferrovia Norte/Sul. O trecho norte, o que mais diretamente impacta o Tocantins, ficará pronto ainda no nosso governo. O trecho sul vai ser iniciado no nosso governo, mas nós não daremos conta de terminá-lo. Teremos uma ferrovia que cortará o Brasil de norte a sul, porque o trecho sul chega até São Paulo. Sairá daquela ponta do País, lá em cima, no Maranhão, passará pelo Tocantins, chegará a Goiás e, de Goiás, entrará em São Paulo, cortando o Brasil e, de forma muito importante, introduzindo um modal dessa significação.

Ao Deputado João Oliveira, que me perguntou, posso garantir que está mantido.

Deixe-me procurar o resto, agora.

Agradeço as palavras ao Deputado Pepe Vargas. Estamos-nos esforçando para manter os nossos investimentos, com a avaliação circunstanciada do tamanho da crise e de seus efeitos.

Eu queria dizer ao Deputado Neudo Campos que, de fato, liberamos quase cem bilhões de compulsório e o governo – tanto o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, como o presidente do Banco do Brasil – está fazendo um esforço diuturno para assegurar que esses recursos cheguem, preocupados também com todas as questões relativas ao fato de que, quando há um choque de crédito, há aumento do custo financeiro via aumento do *spread*. Eles também estão preocupados com isso.

Os bancos públicos já iniciaram um processo de redução e esperamos que o crédito seja recomposto o mais rápido possível. Já

há um processo de recomposição, a bem da verdade, mas acontece que a restrição externa foi muito forte e não conseguimos ainda recuperar, com o crédito interno, tudo o que foi cortado externamente. Mas estamos em processo, Deputado.

Deputado Alfredo Kaefer, se houvésssemos entrado nessa questão de que a reserva é cara, hoje estaríamos muito mal das pernas, pois não disporíamos dos duzentos e pouco bilhões de dólares que temos para enfrentar este momento. Obviamente, essa é uma questão estratégica do governo, pois o governo se preparou. E acho que isso foi importante.

É interessante destacar, Deputado, que não foi apenas o governo brasileiro. Todos aqueles que passaram pelas crises dos anos 80 e que aprenderam, acumularam reservas. As reservas são muito parecidas; a reserva chinesa — a pequena quantia de um trilhão e seiscentos bilhões de dólares — é, na sua grande maioria, de títulos do Tesouro. Uma parte da reserva deve estar em euros, outra parte sabe-se que está em título do Tesouro americano. Há uma grande cumplicidade hoje entre as economias do mundo. A relação da China com os Estados Unidos se dá via financiamento de poupança, mas se dava também via exportação de bens de consumo, de bens em geral, mais baratos, o que foi um grande fator de deflação no mundo.

O que estou falando a V.Exa. é que a nossa opção é manter reservas e uma gestão bastante sóbria.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MINISTRA DILMA ROUSSEFF – Deputado, posso até levar essa sugestão de V.Exa., com o maior prazer, como vou levar a questão da redução do imposto de renda, da Previdência Social, etc. Levo a solução, mas não tenho como responder a V.Exa. neste momento.

O Deputado Otavio Leite falou sobre o Complexo do Alemão. Deputado, estamos fazendo imenso esforço para investir no Complexo do Alemão e para executar todas as obras, com tudo o que acompanhamos nos jornais e sabendo das dificuldades. No que se refere aos galpões, tenho em minha lembrança que em Manguinhos usamos as áreas de antigos galpões, alguns demolidos, para construir prédios e áreas de lazer. Não sei como será

feito — não tenho aqui comigo o projeto do Complexo do Alemão — mas não temos recursos ilimitados e os recursos de que dispomos são para garantir que haja ali uma presença do Estado, como teleférico, saneamento integrado e habitação.

Nesse sentido, consideramos que estamos fazendo um grande esforço. No que se refere à geração de empregos, são importantes aquelas obras que estão sendo realizadas na Baixada, tanto no que se refere à siderúrgica do Grupo *ThyssenKrupp*, quanto ao Comperj e a todas as obras que estão gerando emprego e renda.

Aproveito a oportunidade para agradecer, imensamente, a V.Exas. pela atenção. Tenho aqui, para deixar registrado, toda a apresentação do PAC, feita para a imprensa, atualizada até novembro deste ano. Essa apresentação leva mais ou menos quarenta minutos. É uma comprovação das obras por meio de fotografias. Nós não usamos mais a comprovação sem fotografias. O PAC está sendo todo coberto por uma prova material de que está em andamento. Nós não negamos que tenhamos problemas no PAC. Pelo contrário, entendemos que, pelo fato de fazermos uma gestão em tempo real, sistemática e diuturna e garantirmos o monitoramento, nós podemos dizer que é possível sustentar um nível de investimento com o programa. Por quê? Porque muitas pessoas, até da iniciativa privada, dizem o seguinte: “Bota o meu projeto no PAC”. Por quê? Porque o PAC tem acompanhamento de luxo dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, da Casa Civil e da própria área. Com os seus ministros e técnicos, fazemos o acompanhamento do TCU, do Ministério do Meio Ambiente. Nós fazemos todo o acompanhamento do projeto básico, do projeto executivo, da data de conclusão, do nível de risco de não sair, e fazemos também a gestão judicial dos projetos.

Portanto, é um processo pelo qual nós respondemos na Casa Civil. Respondemos também pelo compromisso do governo com os programas sociais e pela manutenção desses programas sociais. Analisamos também todos os pleitos. Ajudamos os Ministérios da Fazenda e do Planejamento a tratarem dos pleitos da construção civil e de todos os setores que chegaram até nós no que se refere a situações-limite no curto prazo.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, para mim é um grande prazer ter vindo aqui. A meu ver, sempre é o momento de sugestões e das indagações que levo daqui. Aquelas questões das quais falei que trataríamos aqui não são formais, ou seja, não se trata de uma questão de educação. É nossa obrigação considerar as sugestões dos Srs. Deputados e ver o que é possível fazer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Temos a ata a aprovar. Por sugestão do Deputado Antonio Palocci, dispenso a leitura da ata.

Em discussão a ata para possíveis correções. (*Pausa.*)

Não havendo que quem queira apresentar correções, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Agradeço à Sra. Ministra Dilma Rousseff a presença e os esclarecimentos aqui prestados. Agradeço aos Srs. Parlamentares e aos demais presentes de todas as Comissões a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes, porém, convocando os senhores membros da Comissão de Finanças e Tributação para reunião deliberativa ordinária, que se realizará às 10h, amanhã, dia 4 de dezembro, neste Plenário.

Declaro encerrada a presente reunião.

**TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA: CRISE DO SISTEMA
FINANCEIRO INTERNACIONAL NO QUE CONCERNE
ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS N^{os} 442 E 443, DE 2008
– 11/12/08**



Renaut Michel Barreto e Silva, Deputados Jilmar Tatto e Pedro Eugênio, Mário Rubens de Mello Neto e Tony Volpon

A seguir, apresentam-se as gravações transcritas da terceira Audiência Pública, elaborada pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ), na qual estão incluídas as exposições dos convidados e o debate dos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública conjunta, dando continuidade ao 1º Ciclo de Debates sobre a Crise Financeira Mundial e seus Impactos no Brasil.

Esta audiência pública é conjunta da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, presididas, respectivamente, por mim e pelo Deputado Jilmar Tatto, que também se encontra à mesa. Vamos compartilhar a direção deste encontro.

Informo que esta audiência pública é resultado da aprovação do Requerimento nº 144, de autoria do Deputado Fernando Coruja,

na Comissão de Finanças e Tributação, e do Requerimento nº 194, de autoria do Deputado Dr. Ubiali, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Convido para tomarem assento à mesa os Srs. Renaut Michel Barreto e Silva, Diretor Substituto da Diretoria de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; o Sr. Mário Rubens de Mello Neto, Coordenador da Diretoria de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e o Sr. Tony Volpon, Economista-Chefe da CM Capital Markets.

Esclareço aos senhores que a reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem ao microfone, identificando-se ao iniciar suas interpelações.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, adotaremos os critérios de praxe quanto à distribuição do tempo. Os senhores expositores terão o prazo de 20 minutos, prorrogável a juízo das Comissões. Após as exposições, passaremos aos debates. Os autores dos requerimentos terão 10 minutos para sua interpelação, podendo haver réplicas e tréplicas. Serão autorizadas inscrições, de acordo com os seguintes critérios de preferência: autores do requerimento, membros da Comissão e, havendo tempo, outros Parlamentares.

Antes de conceder a palavra ao primeiro expositor, eu gostaria de lembrar que, no que diz respeito à Comissão de Finanças e Tributação, este encontro se insere no âmbito do 1º Ciclo de Debates sobre a Crise Financeira Mundial e seus Impactos no Brasil.

Esta é a terceira reunião que fazemos. Realizamos uma primeira reunião com os Srs. Luís Paulo Rosemberg e Paulo Rabello de Castro. Naquele momento, tivemos a oportunidade de ouvir a opinião dos 2 economistas a respeito da crise e suas consequências no Brasil. Na sequência, recebemos aqui a Ministra Dilma Rousseff, que falou sobre o eventual impacto da conjuntura internacional no PAC e garantiu a posição do Governo de manter intocável o programa de investimentos, até como instrumento de incentivo ao crescimento e, nesta conjuntura, de combate aos efeitos da crise.

Tenho certeza de que este encontro será importante para agregarmos mais informações no âmbito das Comissões que o patrocinam. E, sendo gravada a reunião, seu conteúdo será disponibilizado

para um público mais amplo como insumo importante para a tomada de decisões e a compreensão da atual conjuntura.

Passo a palavra ao colega Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, o Deputado Jilmar Tatto, para que S.Exa., como Presidente e Coordenador desta reunião, faça suas considerações iniciais antes de ouvirmos nossos convidados.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO – Eu gostaria de saudar nossos convidados, Dr. Renaut, Dr. Mário e Dr. Tony, e os Deputados presentes.

Este debate em que conheceremos a visão do IPEA é de fundamental importância para termos uma idéia de para onde caminha o Brasil, de para onde caminha o mundo. Estou certo de que aqui serão apresentados dados consistentes por essa instituição séria que é o IPEA.

Tive a oportunidade de ouvir recentemente uma palestra do Presidente do IPEA, Dr. Márcio Pochmann. Depois dessa palestra, percebemos quão é importante que o Brasil, que o Congresso, particularmente a Câmara dos Deputados, saibam para onde o Brasil caminha e que rumos devemos tomar neste processo. Uma coisa que me chamou a atenção foi o fato de que, à época da crise de 1929, o Brasil saiu de um processo agrícola e passou para um processo de industrialização, Deputado Virgílio Guimarães, e na 2ª Guerra, principalmente graças a uma ação de Getúlio Vargas, o Brasil deu um salto de qualidade. Talvez nesta crise, maior que a de 1929, consigamos dar outro salto de qualidade, que faça do Brasil uma potência, tanto do ponto de vista da economia quanto do ponto de vista da distribuição de renda.

Vamos ao debate, sem mais delongas. Parabenizo as 2 Comissões, em especial os Deputados que apresentaram o requerimento para um debate tão importante como este.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Passo a palavra, para suas considerações iniciais, ao Sr. Renaut Michel Barreto e Silva, do IPEA.

O SR. RENAUT MICHEL BARRETO E SILVA – Muito bom dia, Deputados. Evidentemente, não posso iniciar minha exposição sem antes agradecer ao Deputado Pedro Eugênio e ao Deputado

Jilmar Tatto a oportunidade. É de absoluta relevância este debate. Mais especificamente os economistas, mas de um modo geral toda a sociedade brasileira está envolvida nesta discussão de como enfrentar os dilemas de um processo de crise que certamente vai refletir – já está refletindo – na economia do Brasil, nas nossas vidas.

Acho que eu preparei uma apresentação muito longa. Vou tentar reduzi-la.

Para organizar a nossa reflexão, eu diria que vou tentar responder a 2 grandes perguntas. A primeira delas é mais especificamente voltada à economia do Brasil: estaria o Brasil, a partir de 2006, entrando naquilo que se pode chamar de um novo regime de acumulação, marcado por taxas de crescimento econômico mais importantes do que aquelas que vigoraram nos últimos 20 anos? Isto é, estaríamos entrando num círculo virtuoso de crescimento sustentado, vale dizer, com evidentes conseqüências positivas sobre distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida da população?

Segunda pergunta: em que medida a crise financeira está impactando a economia do Brasil? Ou seja, à luz da primeira resposta, será que a crise vai afetar um possível novo regime de crescimento? E, se há esse risco, o que devemos fazer para evitar que a crise impeça esse novo regime de crescimento?

Eu diria que as 2 perguntas estão conectadas. A primeira: estaríamos num novo regime de crescimento? A segunda: a crise afeta esse regime? E, se afeta, o que fazer para impedir que isso aconteça?

Minha exposição está mais articulada na expectativa de responder essas 2 perguntas.

(Segue-se exibição de imagens. P. 397)

Eu dividi a exposição em partes. A primeira diz respeito ao nível de atividade, de investimento e de ocupação. Aí está um gráfico que elaboramos no IPEA, a barra azul mostra o que chamamos de economia de formação bruta de capital fixo, ou seja, a relação entre o nível de investimento e o produto da economia. Esse é um indicador muito importante, porque ele mostra quanto de investimento está sendo gerado na economia, quanto

a economia está se preparando para que um ciclo de crescimento seja sustentado. Evidentemente, quanto maior for a relação entre investimento e PIB, melhor para a economia.

No período que ficou conhecido como o do “milagre econômico”, entre 1968 e 1973, esse número estava na casa de 25% do PIB, um número muito importante. Não estamos em 25% ainda, mas o que estou mostrando naquele gráfico, na barra laranja, o crescimento da produção, é que já há algum tempo o nível de investimento vem crescendo quase 3 vezes mais do que o próprio produto.

O número que saiu esta semana também é muito importante. Fora a comparação com um crescimento da produção entre 6 e 8, novamente, a taxa de investimento está próxima de 20% do PIB.

Dá para perceber que são 3 momentos distintos. As barrinhas mostram 3 momentos distintos. Os 2 primeiros eram fases da nossa macroeconomia que chamávamos de stop and go, em que, na verdade, havia certa volatilidade entre nível de investimento e produção.

A partir de 2006, o último ciclo, pode-se perceber que há certa coerência entre crescimento da barra azul, o investimento, e crescimento da barra laranja, a produção. Começo a tentar convencer os senhores de que realmente a economia brasileira estaria entrando num ciclo sustentável de crescimento, diferentemente das fases anteriores, em que havia, na verdade, movimentos às vezes opostos do investimento e da produção. No último ciclo, há um movimento coerente entre crescimento da produção e crescimento do investimento, sendo o crescimento do investimento bem mais importante do que o da produção, apontando para um cenário futuro em que a oferta da economia está se preparando para receber pressões de consumo e de demanda sem que isso crie qualquer disfunção macroeconômica.

Então, eu tento convencer os senhores de que, conforme esse gráfico, marcadamente no último estágio, a economia do Brasil dá claros sinais de entrada numa fase mais robusta de crescimento econômico.

Vejam nesse gráfico que são as mesmas curvas. E aí, para marcar mais ainda, percebam que – como dizemos em economia – a

boca do jacaré abre. A linha vermelha é investimento, e a linha azul é produção. Repito, é só para marcar a posição de que realmente era um momento – espero que continue sendo – muito auspicioso, em que a economia brasileira estaria entrando num ciclo virtuoso de crescimento sustentado como há muito não se via neste País. A prova disso é aquela coerência entre taxa de investimento da economia e taxa de crescimento da produção.

O gráfico que infelizmente não está aparecendo é um que tenta provar a importância do crescimento para a melhoria do mercado de trabalho. Também após muito tempo, o Brasil vem convivendo com números muito bons no que se refere a nível de ocupação, com taxas nunca antes encontradas nesta nova metodologia do IBGE, o que mostra que a resposta mais importante para a questão da melhoria do mercado de trabalho é o País entrar num ciclo virtuoso de crescimento.

Eu acho esse dado importante, Deputados, porque por muito tempo houve certa discussão sobre como melhorar o desempenho do mercado de trabalho. Discutia-se muito que era importante mexer nos direitos do trabalhador, mexer em benefícios, porque isso iria garantir mais empregos, iria – entre aspas – “favorecer a contratação”. Os números que eu trouxe mostram que recentemente o que o mercado provou é que melhorar o mercado de trabalho não diz respeito a discutir o mercado de trabalho. Melhorar o mercado de trabalho diz respeito a um país que cresce. Crescimento econômico é a melhor resposta para melhorar o mercado de trabalho.

Então, mais uma vez, coerência: taxa de investimento crescendo de forma sustentada, crescimento econômico da produção de forma sustentada e reflexos positivos do mercado de trabalho, que, depois de muito tempo, começa a conviver com taxas cadentes de desocupação. Parece-me que polemiza um pouco com aquela tese de mexer em direitos. Cito melhora importante e significativa especificamente quanto a trabalhadores com carteira assinada. Ou seja, o crescimento melhora o mercado de trabalho. Dados recentes do Brasil mostram que, especificamente no que se refere a mercado de trabalho, o que melhora é mercado com carteira, é emprego bom, é emprego com direitos. Isso coloca em xeque

aquela tese de que a melhoria do desempenho do mercado de trabalho pressupunha uma discussão sobre o mercado de trabalho.

Eu queria discutir isso. No fundo, o que os dados estão mostrando é que basta o País entrar num ciclo virtuoso de crescimento que o mercado de trabalho melhora em seu lado formal, no bom emprego, que é aquele que todo mundo quer.

Inflação. Marcadamente no primeiro semestre deste ano, o Brasil viveu uma retomada talvez importante do processo inflacionário. Aí apareceu todo um debate sobre como enfrentar esse problema. Evidentemente, quando se discute inflação, é bom ter em mente que sempre estamos discutindo aquilo que é contrapartida da inflação, que é se os mecanismos de combate à inflação não podem abortar o que se chama economia real, que é o crescimento do emprego das pessoas.

O que identificamos lá no IPEA – temos divulgado isso nas nossas Cartas de Conjuntura – é que a inflação no primeiro semestre de 2008 estava muito fortemente explicada pelo item alimentos. Conseguimos separar os itens que compõem a inflação, desagregando o de alimentos, e percebemos claramente que a inflação estava muito puxada por esse item. Inclusive, quando ela começa a cair um pouco, no começo do segundo semestre de 2008, vê-se também que a curva de alimentos cai.

Ficamos um pouco preocupados, porque apareceu um debate muito sério sobre como enfrentar esse tipo de inflação, especialmente essa inflação de alimentos. No modelo usado pelo Brasil, que é o modelo de metas de inflação, o instrumento preferencial de enfrentamento da inflação como um todo é sempre a política monetária, e o Banco Central, coerente com esse modelo, utilizou-se da política monetária para enfrentar esse repique inflacionário. Só ficamos na dúvida se realmente a política monetária seria o melhor instrumento para enfrentar uma inflação marcadamente de alimentos.

Queríamos discutir um pouco isso. O gráfico tenta mostrar isso para os senhores. De qualquer maneira, essa foi a decisão do Banco Central. Evidentemente, quando o Banco Central utiliza política monetária para enfrentar a inflação, sempre aparece a interrogação sobre o efeito dessa política monetária sobre os

bons indicadores de crescimento e emprego. Eu respeito muito os técnicos do Banco Central, e a decisão foi a de elevar os juros, e evidentemente, em alguma medida, isso tem algum impacto sobre investimento e crescimento e emprego.

Então, acho que organizei a cabeça dos senhores. Discutimos primeiro o que chamamos de economia real: investimento, produção, emprego. Discutimos a questão da inflação e as decisões que o Brasil tomou antes mesmo da crise para enfrentar aquele repique inflacionário.

Tentamos mostrar a evolução do crédito. Essa imagem mostra uma situação em que parece que há uma mudança da carteira de crédito, que está se dirigindo mais para pessoa jurídica do que para pessoa física. Mas os dados últimos não mostraram nada de muito importante.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A letra está muito pequena. Não está dando para ler. Qual é o intervalo temporal?

O SR. RENAUT MICHEL BARRETO E SILVA – É sempre o mesmo, Deputado. O último período é sempre a partir de 2006.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pela última linha lá, qual é a data?

O SR. RENAUT MICHEL BARRETO E SILVA – Já é 2008.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É mensal?

O SR. RENAUT MICHEL BARRETO E SILVA – É mensal.

Vamos falar mais de crédito ao final. Os últimos elementos mostram que não há grande problema em crédito ainda no Brasil.

Existem outros 2 elementos na nossa apresentação, que são o comportamento da dívida pública e o setor externo.

Em relação à dívida pública, Deputados, o Brasil vai muito bem, obrigado. O Brasil tem convivido com números, em relação ao famoso déficit nominal, que inclui a conta juros, muito próximos de zero. Por muito tempo, economistas defenderam que o Brasil devia ter déficit nominal zero. Repito, os números últimos são muito próximos a isso, 0,5, 0,6 de déficit nominal. O Brasil está atingindo superávit primário elevadíssimo. O que torna complexa um pouco o desempenho fiscal é a conta juros.

Mas, dado esse elevadíssimo superávit primário, o Brasil quase está alcançando déficit nominal zero.

Então, não há motivo para se desconfiar da sustentabilidade, do comportamento fiscal do Brasil. Desse ponto de vista, não há motivo algum para ocorrer fuga de capitais, saída de dólares do País, por conta de alguma incerteza acerca desse agregado macroeconômico.

Os números do desempenho fiscal são excelentes no Brasil, e tudo leva a crer que não teremos problemas, marcadamente em 2008.

O quarto e último elemento que trouxemos refere-se ao setor externo, a balança de pagamentos. Esse realmente tem algum problema. O Brasil – o IPEA este ano já fez a revisão – tem convivido com os chamados déficits em conta corrente de forma bastante elevada. Temos estudado isso. Tem sido pressionado pela conta de lucros e dividendos. Traduzo para os senhores. Evidentemente, são empresas que estão aqui no Brasil, multinacionais, e enviam dinheiro para fora a fim de zerar a posição que perderam lá fora. É claro que o saldo comercial também está caindo, mas continua positivo. Essa saída de recursos tem que estar sendo olhada com muita atenção pelo Governo. Apesar do dado confortável de saldo de reserva – o Brasil tem algo em torno de 200 bilhões de dólares de reservas –, ele deve olhar essa conta de saída de capitais, para evitar que isso se reflita em qualquer pressão mais importante na taxa de câmbio.

Por que é importante se preocupar com pressão na taxa de câmbio? A preocupação não é com o número em si da taxa de câmbio, mas com sua volatilidade. O problema, Deputados, é que, se o câmbio sobe muito, as empresas que são obrigadas a importar para produzir aqui no Brasil vão importar mais caro; se vão importar mais caro, os seus custos aumentam; se os seus custos aumentam, em alguma medida vão tentar transferir essa pressão de custo para preço. O nome disso é inflação. Não queremos isso.

A preocupação com a taxa de câmbio não diz respeito a ela em si, diz respeito às nossas vidas. No fundo, se a inflação pressiona, isso pode ter reflexo na taxa de juros, no investimento, no emprego e na vida das pessoas.

Então, o setor externo exige um olhar mais carinhoso, em relação aos 4 elementos que analisamos.

Organizo nossa exposição e tento responder à primeira pergunta. Levando em conta os dados de investimento, de crescimento e de mercado de trabalho, ousa afirmar aos senhores que o Brasil está entrando em novo círculo virtuoso de crescimento, está preparando a economia para que nos próximos 10 anos conviva com taxas expressivas e importantes de crescimento, algo que não acontece há 20 anos, vale lembrar. Há 20 anos que o Brasil vem patinando, crescendo em média 2% ao ano, o que é muito pouco para uma economia com tantas demandas e tantos problemas quanto a nossa. Estamos entrando num círculo virtuoso, e é importante identificar sempre os gargalos e problemas, para evitar que esse círculo virtuoso seja abortado.

Essa é a primeira resposta que queria dar aos senhores.

A segunda diz respeito à crise. Nós, no IPEA, queremos deixar claro que entendemos que é bastante diferente a situação da crise, como ela se manifesta nas economias desenvolvidas e como ela vem se manifestando nas economias emergentes, marcadamente no Brasil. É um estágio bastante difícil. Nas outras crises dos anos 2000, o Brasil era protagonista; hoje, estamos como coadjuvantes, ainda bem. Temos que ter cuidado ao analisar os efeitos da crise, porque ela tem reflexos muito diferenciados no que diz respeito às economias emergentes, particularmente em relação à economia brasileira.

Desse ponto de vista, confirma-se a hipótese de que o Brasil está entrando num círculo virtuoso de crescimento. É importante que essa crise, se ela vai chegar, em alguma medida, seja minimizada, para impedir que, mais uma vez, o Brasil viva no stop and go: começa a crescer, e pára, começa a crescer, e pára.

Se a minha hipótese está correta, se estamos num círculo virtuoso, é importante que, reconhecendo a crise, impeçamos que ela chegue na macroeconomia do Brasil. Eu acho que é papel de todos os Governos evitar que a crise financeira chegue à economia real, à produção e ao emprego das pessoas. No mundo inteiro está sendo assim. No Brasil não deve ser diferente.

Por óbvio, nenhum macroeconomista do mundo pode ser irresponsável relativamente à inflação. Nenhum. A inflação é um mal que todos devem evitar. Mas me parece importante dar-lhe uma ponderação equilibrada. Hoje, para a economia do Brasil, se minha resposta está correta, se estivermos num círculo virtuoso, é importante ponderar a preocupação com a inflação e a preocupação com a preservação do círculo virtuoso que estamos entrando. Como já afirmei, acho que a preocupação de todos os Governos é evitar que a crise financeira chegue à economia real. O mundo rico está fazendo isso. Eu acho que é nosso dever de casa também – repito, sempre ponderando o problema inflacionário – impedir que a crise financeira aborte o crescimento e o emprego das pessoas.

Desse ponto de vista, eu acho que há 2 movimentos que são importantes e que me parece que têm sido feitos pelo Governo. Falo mais especificamente das Medidas Provisórias nºs 442 e 443, que dizem respeito ao setor financeiro e às atividades mais articuladas com preocupação com consumo e investimento. Os senhores devem tê-las lido, elas têm 2 preocupações. A primeira é a de impedir o que se chama de crise de liquidez. É preciso que a economia seja alimentada com crédito, para evitar que a crise financeira chegue à economia real. A Medida Provisória nº 442 vai claramente nessa direção, tentando inundar a economia com crédito. Nesse aspecto, o papel dos bancos públicos tem sido fundamental. A tese é que, em situações de incerteza, de instabilidade, é importante que o próprio Governo assuma o papel de garantir liquidez ao mercado de crédito para que ele não seja abortado e, sim, alimentado para manter a economia num ritmo que impeça que a crise financeira chegue à economia real. A 442 tem esse caráter.

A Medida Provisória nº 443, que permite a aquisição de bancos pelos bancos públicos, tem uma dimensão mais estruturante. O que quero dizer com isso? Na verdade, um dos riscos que ocorre quando há uma crise com as dimensões da atual é o que chamamos de crise sistêmica, ou seja, uma crise que pode começar em bancos pequenos, chegar aos bancos grandes, contaminar todo o mercado de crédito, levando a economia quase sempre a

uma depressão. Então, quando os economistas pensam em medidas do tipo possibilidade de aquisição, atuação do Estado, eles estão menos preocupados com a questão de quem vai comprar o que e mais preocupados em evitar que haja esse efeito dominó.

Então, a Medida Provisória nº 443, ao permitir a possibilidade de aquisição de bancos pelos bancos públicos, no fundo está mirando esta idéia global: para evitar o que ocorreu no Japão nos anos 90, para evitar o que ocorreu na Finlândia, é importante evitar que a quebra de um banco pequeno possa contaminar os bancos grandes, inclusive gerando no sistema financeiro uma crise sistêmica que empurra a economia para a depressão.

Repito: parece-me que o Governo está menos preocupado com a questão específica de quem compra algo e mais preocupado em blindar o mercado financeiro de um risco de efeito dominó, nocivo para todo mundo, independentemente do segmento ao qual esteja articulado.

A MP nº 442 é uma medida mais específica de liquidez. A MP nº 443 é uma medida mais de blindagem do sistema financeiro para evitar uma crise sistêmica, repito, que é a pior, seja de que lado esteja o analista.

Sob esse ponto de vista, acho que as medidas do Governo estão coerentes, inclusive, com as medidas globais no sentido de impedir que a crise financeira chegue na economia real. O Governo vem se mexendo nesse sentido, movimentando-se de forma muito coerente, com o quadro geral que estamos vivendo.

Por outro lado, o que se deve fazer para que a crise financeira não chegue na economia real? Não ouvi o que a Ministra Dilma disse, mas ela deve ter dito... Entendo que, para garantir a manutenção do ritmo que a nossa economia vinha tendo quanto ao crescimento, 3 movimentos são importantes, Deputados.

Primeiro: garantir e, até para ser coerente com o termo, acelerar os recursos de investimentos do PAC. É muito importante apoiar, incentivar e assegurar esses recursos. Na verdade, é aquilo que chamamos em economia de investimentos que geram empregos com elevada propensão marginal a consumir. Desculpem-me o apelido e o palavrão. O que quer dizer isso? É que os recursos investidos em PAC geralmente são de infra-estrutura,

que empregam mão-de-obra de baixa qualidade, mas em grande quantidade. O trabalhador gasta tudo o que ganha. Ele compra. Se ele compra, a pessoa vai querer investir, produzir, crescer. Vai comprar mais e vender mais. É um círculo virtuoso. Os recursos usados no PAC são de trabalho intensivo. Geram muito emprego, dinamizam muito a economia. Para impedir a contaminação da crise financeira na economia real, é fundamental incentivar, estimular e apoiar o Programa de Aceleração do Crescimento como um instrumento fundamental para garantir a manutenção do ritmo de crescimento.

Em segundo lugar, é preciso manter e ampliar aquilo que tem sido um exemplo de sucesso para o mundo, que são as políticas sociais brasileiras. O processo de integração social que o Brasil vem vivendo nos últimos anos se deve, em muito, às políticas pró-ativas de caráter social. Isso também é muito importante, porque são recursos que se destinam basicamente ao consumo, assegurando o círculo virtuoso do crescimento. O segundo movimento importante é cobrar do Governo a manutenção e, quiçá, a ampliação das políticas sociais como instrumento fundamental para garantir a manutenção na trajetória de crescimento, como sendo o principal foco para impedir que a crise chegue na economia real. Ao lado do PAC, manter e ampliar as políticas sociais são movimentos absolutamente fundamentais para que o Brasil, repito, permaneça naquilo que chamei de círculo virtuoso.

Em terceiro lugar – é um outro dado que trouxe e que depois posso disponibilizar para os senhores –, o Brasil vem convivendo com uma importante recuperação do poder de compra do salário mínimo, que, nos últimos anos, tem crescido acima da inflação. Essa política tem sido fundamental para melhorar, é óbvio, o desempenho de equidade, de distribuição, e é um instrumento fundamental de manutenção do círculo virtuoso. Como terceiro movimento, quero defender a idéia de que o Governo deve preservar a política de aumento real do mínimo como um instrumento fundamental, repito, para melhorar a equidade e para garantir fôlego e crescimento de consumo que assegure o tal círculo virtuoso de crescimento. Como terceiro movimento da economia, como uma injeção na veia, é importante defender

e preservar, de acordo com meu ponto de vista, as políticas de aumento real do mínimo. Com esses 2 movimentos, se a minha primeira resposta está correta, o Brasil está entrando no novo círculo virtuoso. A crise financeira pode impactar, mas ela pode ser limitada, se conseguirmos que haja coerência entre ponderação de inflação e crescimento.

Parece-me que esses 4 movimentos – os dois primeiros são emblemáticos nas MPs n^{os} 442 e 443, quais sejam, crédito e blindagem, para evitar uma crise sistêmica; e, no que se refere à economia real, incentivar o PAC, promover políticas sociais ativas e preservar a política de aumento real do mínimo – são instrumentos que podem e devem ser implementados. Essa é a resposta objetiva que temos de dar para impedir, assim como qualquer Governo responsável, que a crise financeira chegue na vida das pessoas.

Para finalizar, afirmo que estou otimista com responsabilidade, mas entendo que os movimentos têm sido dados na direção do que acabo de expor. Na realidade, estou aguardando os números, mas com boas expectativas de que, apesar dos efeitos que chegarão, em alguma medida, na economia real, o Brasil pode sair da crise muito menos chamuscado do que saiu de outras. E, diria eu, de forma muito mais rápida do que as economias desenvolvidas sairão. É claro que a crise, em alguma medida, vai afetar a economia real do Brasil, mas poderemos conviver, nos próximos anos, com uma taxa um pouco menor de crescimento – nada que se possa comparar com o debacle que está acontecendo no Primeiro Mundo.

Quero deixar aqui um recado otimista, responsável. Estou absolutamente aberto às perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Agradeço ao caro Renaut Michel B. Silva, que expôs, num primeiro momento, as suas posições sobre o assunto que estamos debatendo.

Na seqüência, ouviremos o Sr. Mário Rubens de Mello Neto, Coordenador de Macroeconomia do IPEA. Antes, porém, peço ao Deputado Félix Mendonça que assuma a Presidência e conduza,

por algum tempo, os trabalhos. S.Exa. é Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

Com a palavra o Sr. Mário Rubens de Mello Neto.

O SR. MÁRIO RUBENS DE MELLO NETO – Bom dia, Srs. Deputados. Agradeço aos Deputados Pedro Eugênio e Jilmar Tatto o convite.

Faço minhas as palavras do Prof. Michel, com quem concordo plenamente. Quero apenas complementar a análise dele em relação a crédito para depois falar mais a respeito das MPs n°s 442 e 443.

(Segue-se exibição de imagens. p. 427)

Quero destacar esse gráfico.

Primeiro, abordo um ponto fundamental. A mudança do padrão de crescimento no Brasil se deve muito à mudança nas expectativas dos empresários. O término desse processo todo de stop and go, ou seja, de crescimento e estagnação ou crescimento e estagnação por um processo de crescimento contínuo, deve-se à mudança dos empresários. Isso é fundamental para manter os processos de crescimento econômico.

Esse gráfico mostra claramente isso. A linha em vermelho são os créditos para pessoa jurídica. A linha em azul são os créditos para pessoas físicas. A linha em verde são os créditos direcionados, ou seja, do BNDES e da Caixa Econômica Federal.

Fizemos um exercício – desculpem-me pela econometria; só vou dar o resultado para os senhores – em cima de toda a série mais longa de crédito, nos últimos 6 anos, no Brasil. O crédito para a pessoa física precede o crédito para a pessoa jurídica em 3 meses. O que isso quer dizer? A FIESP e nós, economistas, temos discutido o assunto em várias oportunidades. A demanda precede a oferta. Não há motivo para gerar investimento, por parte do empresário, se ele não vislumbrar crédito ou demanda. Ou seja, a geração de crédito para pessoa física melhorou muito as expectativas dos empresários e aumentou a demanda por investimento. O próprio aumento de crédito pelo BNDES, ou seja, das concessões de crédito pelo BNDES, ocorre muito em função das expectativas dos empresários em querer mais crédito, mais investimento, dada a mudança desse padrão de crescimento.

É interessante notar, primeiramente, voltando à Medida Provisória nº 442, à mudança em relação aos compulsórios para colocar mais liquidez no sistema... Nós vimos, a partir desse gráfico, que essas medidas tiveram sucesso. Ou seja, o crédito para pessoa jurídica, em outubro, apesar de ter tido uma estagnação no início do referido mês, cresceu em relação ao PIB. Tanto é que o crédito total em relação ao PIB pulou de 39,7%, em setembro, para 40,2%, em outubro. O que quer dizer isso? Que as linhas de financiamento ou de funding das empresas estavam garantidas. O crescimento foi pequeno no mês de outubro, mas houve crescimento, decorrente das medidas adotadas em conjunto pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda.

Em relação à pessoa física, quero destacar um ponto, a linha azul. Como os senhores podem ver, desde janeiro de 2008 já existe um arrefecimento. Isso quer dizer que as concessões são menores mês a mês. Não que não tenha havido crescimento de crédito para pessoa física. Houve um arrefecimento.

Quero destacar um ponto que, às vezes, fica um pouco confuso. A maior parcela de crédito para pessoa física é para a compra de veículos. Destaco uma especificidade da economia brasileira, social mesmo. Como economistas, nós temos de analisar muito também o lado social.

No ano passado, houve uma série de concessões de crédito para veículos, devido ao crescimento econômico, ao fato de as pessoas terem mais emprego e, mais ainda, poderem comprar carro.

Insisto em que as pessoas de classe média mais baixa não compram carro pensando na taxa de juros. Compram carro pensando na mensalidade que será paga por mês. Então, não interessa se estão pagando em 60 meses, em 70 meses. O que interessa é que estão pagando 300 reais, 400 reais por mês pelo carro. Então, o sujeito que financiou, o que seria normal num processo de financiamento para pessoa física... Houve uma grande quantidade de financiamento. Dois milhões de carros foram financiados. Não estou dizendo que toda essa parcela tenha utilizado financiamento longo, mas grande parte sim. Pela sazonalidade do processo, a pessoa não troca de carro no ano seguinte. Então,

é normal que tenha havido arrefecimento das concessões de crédito, devido a essa especificidade da economia brasileira.

Destaco fundamentalmente outro ponto interessantíssimo, que começamos a ver em outubro: mudança do crédito direcionado, ou seja, do crédito concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal, que sai de uma média histórica, nos últimos 5 anos, de 10% do total do crédito e passa para quase 12%. Insisto: não por vontade do BNDES de dar crédito, mas por vontade do empresariado de tomar crédito.

Vamos discutir agora a Medida Provisória nº 443. Acho que a MP nº 442 funcionou. Antes, quero insistir num ponto. De maneira alguma toda essa redução do compulsório pelo Banco Central deve ser analisada somente para resolver um problema do sistema financeiro. Pelo contrário, é muito bem pensada. Primeiro, porque nós não temos problema de solvência no mercado financeiro brasileiro. Nosso problema é de liquidez. Nossas carteiras de crédito – eu vou mostrar-lhes os dados – são de excelente qualidade. Então, o problema de liquidez pode durar muito tempo e tornar-se um problema de solvência. Como o Michel explicou, isso pode levar a uma crise sistêmica. E vai resolver por quê? Não é nenhuma medida emergencial. Já que o problema é de liquidez, isso tem de ser feito. Se as carteiras são boas, vamos dar liquidez ao mercado.

Quero mostrar a composição dos ativos dos bancos – tocando na MP nº 443 agora –, antes da compra do Nossa Caixa pelo Banco do Brasil.

Quando o Itaú comprou o Unibanco, tornou-se o maior banco em ativos do País, com o Banco do Brasil em segundo lugar. E o BRADESCO, que ocupava a segunda posição, passou para a terceira. Ficou assim a composição dos ativos antes da compra do Nossa Caixa pelo Banco do Brasil.

É interessante notar que a composição do Itaú, Banco do Brasil, BRADESCO, Santander, Caixa Econômica, HSBC e Nossa Caixa correspondia a 95% de todos os ativos das instituições financeiras. Com a compra do Nossa Caixa, o Banco do Brasil aumenta a participação, de 20% para 22%. O Banco do Brasil, o Nossa Caixa e a Caixa Econômica detêm 34% do mercado, contra 25% do Itaú.

A MP nº 443 tem uma intenção específica: colocar liquidez no mercado e evitar um problema normal. Ora, Srs. Deputados, não vamos colocar isso aqui como sendo um problema da economia brasileira ou de particularidades da economia brasileira. Dei o exemplo dos veículos ou dos carros.

É importante dizer que, dentro do mercado financeiro, as instituições estão interessadas em oportunidades. Ou seja, por causa desse problema de liquidez com as instituições menores, os bancos maiores, devido à qualidade das carteiras de crédito, viram que há possibilidade de operações bastante atraentes. Ou seja, instituições maiores poderiam segurar um pouco a liquidez para conseguir comprar carteiras de crédito de excelente qualidade a preços mais atrativos.

A MP nº 443 entra para resolver esse problema, colocando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica para atuar no mercado e tentar coibir esse movimento. Apesar de atrativo para as grandes instituições, esse movimento pode transformar uma crise de liquidez em uma crise de solvência. Para evitar esse processo e também para não diminuir o valor dos ativos dessas carteiras, o Banco Central, junto com o Ministério da Fazenda, coloca em voga a MP nº 443 para tentar diminuir esse movimento e liberar mais crédito. Ou seja, se os grandes bancos estavam segurando dinheiro no interbancário para tentar conseguir carteiras de crédito a preços mais atrativos, o Banco do Brasil e a Caixa entram no mercado e podem comprar essas carteiras antes que o orçamento de liquidez diminua. Claro que isso demora um certo tempo.

Isso aqui é só para mostrar o grau de concentração também. Podemos ver o total de crédito dos grandes bancos, ou seja, de 5 bancos, corresponde a 741 bilhões. Dos bancos só 45 bilhões. Participação, 95% dos ativos, como eu havia dito.

A questão de crédito, como eu disse, teve sucesso. Houve uma mudança muito pequena para a pessoa física. Para a pessoa física, praticamente não houve alteração alguma do crédito, de setembro para outubro.

Em relação ao financiamento por modalidade do PIB, vale a pena destacar como nosso crédito ainda é incipiente. O nosso fi-

nanciamento imobiliário para pessoa física corresponde somente a 0,11% do PIB.

É interessante destacar mais um ponto. Dizem que nosso crédito está crescendo muito – 40% do PIB. O crédito, na Malásia, é de 105% do PIB; no Chile, de 90% do PIB; na Índia, de 70% do PIB; no México, de 80% do PIB.

Independentemente de não ter mudado o crédito, as taxas aumentaram bastante. Para a pessoa jurídica, todas as modalidades aumentaram muito. Hot money, desconto para duplicata, nota promissória, capital de giro, conta-garantia, tudo teve aumento expressivo. No crédito para a pessoa física esse aumento não foi tão expressivo.

Os *spreads* aumentaram muito para a pessoa física. Aqui está a média no ano: de janeiro a agosto, 14,3% para pessoa jurídica e 35,7% para pessoa física; em outubro, 17,5% para pessoa jurídica e 39,7% para pessoa física.

É interessante destacar que a carteira de crédito é de excelente qualidade. Ou seja, a inadimplência não tem variação alguma de pessoa física e de pessoa jurídica. Até cai um pouco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça) – Tem a palavra o Sr. Tony Volpon, Economista-Chefe da CM Capital Markets.

O SR. TONY VOLPON – Bom dia. Quero agradecer aos Deputados Pedro Eugênio, Jilmar Tatto, Fernando Coruja o convite. Cumprimento os demais Deputados, os presentes e, obviamente, meus colegas Michel e Mário.

Pulando para a conclusão, discordo radicalmente da tese do meu colega Michel de que a economia brasileira entrou num ciclo de investimento sustentável. Tentarei mostrar nesta exposição que a mera constatação de que o crescimento do investimento, nos últimos anos, foi maior do que o PIB não demonstra que isso tenha colocado a economia brasileira numa rota de crescimento sustentável. Tentarei mostrar o que está por trás desses fatos. Dessa maneira, teremos um diagnóstico mais preciso do que está acontecendo com a economia brasileira.

Vou procurar seguir um roteiro com os senhores. Tentarei fazer um diagnóstico da economia brasileira na era Lula, nos últimos anos. Certamente, se entendermos o que aconteceu com a economia nesse período, será muito mais fácil entender como essa crise financeira que veio do exterior vai afetar a economia brasileira, quais as perspectivas de crescimento para os próximos anos e o que o Governo deve fazer, em termos de políticas econômicas, a curto, médio e longo prazos.

Começo com uma constatação muito importante. Realmente é inegável que houve crescimento econômico no Brasil. Acho que o Michel acertou ao dizer isso. A média de crescimento, entre 2001 e 2004, era em torno de 2,4%. De 2005 para cá, a média é de 4,25%. Obviamente, eu parei esse gráfico no segundo trimestre de 2008. Com esses novos dados do PIB, que recebemos recentemente, essa média vai de fato aumentar. Se olharmos para essa série mais para trás, veremos que, na verdade, desde os anos 80, a economia brasileira vem crescendo a taxas muito medíocres, muito voláteis – com menos volatilidade nos anos 90. Mas a média sempre foi bastante medíocre e certamente muito aquém daquilo que seria necessário para o desenvolvimento econômico e social do País. Então, alguma coisa certamente aconteceu por volta de 2004. A taxa de crescimento subiu, sustentou-se em níveis mais elevados. Vamos tentar entender por que isso aconteceu.

Está aí simplesmente a constatação da média calculada durante esses períodos. A questão é: por que isso aconteceu? O que mudou na economia brasileira para fazer o crescimento subir de 2,4% para 4,25%?

Para responder essa indagação, eu proponho um *tot experiment*, como dizem os americanos. Vamos voltar no tempo, vamos voltar ao início do Governo Lula ou ao final do segundo mandato de Fernando Henrique e fazer a seguinte pergunta: quais eram as perspectivas para a economia brasileira em 2000/2002? Se verificarmos os dados, veremos que, na verdade, olhando para a frente, as perspectivas eram muito ruins.

Coletei alguns dados. Peguei 2001 e 2002 porque, como os senhores devem estar lembrados, em 2002, até em função de um medo irracional do mercado financeiro com a possibilidade de

eleição de Lula, houve o que acredito ser um ataque especulativo sobre o próprio processo eleitoral brasileiro e forte depreciação do câmbio. Então, peguei final de 2000 e final de 2002 para tentar ter uma média entre esses períodos. Mas o que podemos constatar, olhando os dados de PIB, inflação, taxa de juros, risco-país e expectativa de crescimento para o ano seguinte, é que há um quadro muito sombrio. Na verdade, o PIB brasileiro, naquela época, estava crescendo a taxas medíocres -1.3%, em 2001; 2.6%, em 2002 -, a inflação estava alta, as taxas de juros estavam altas, o risco-país estava alto e a expectativa de crescimento coletado pelo Banco Central junto ao mercado financeiro, tanto para 2002 quanto para 2003, era bastante baixa. Quer dizer, o quadro que se desenhava naquele momento era o da continuidade do crescimento medíocre que vimos nos anos 80, nos anos 90. De fato, todo mundo se lembra de que, quando o Governo Lula tomou posse, o que houve, a meu ver – podemos discutir isso –, foi o aprofundamento do mesmo modelo econômico herdado, pelo menos do ponto de vista da macroeconomia. Outras coisas mudaram. Mas, certamente, do ponto de vista macroeconômico, simplesmente houve aprofundamento do modelo econômico, que já naquela época estava gerando resultados bastante medíocres para a economia brasileira.

Mas, como podemos ver nesse gráfico, alguma coisa estava começando naquele período de 2001/2002. Na época, eu já estava no mercado financeiro. Era uma coisa que não estava no radar de quase ninguém. Foi o início do maior ciclo de alta no preço das commodities das matérias-primas, desde 1970.

Eu coloquei esse gráfico... Na verdade, começa em 1967. Coloquei-o em (ininteligível) para vermos que cada movimento de alta ou de baixa representa um movimento igual, independentemente da base de comparação.

Podemos constatar que houve forte aumento por volta dos anos 70, como os senhores devem lembrar. A crise do petróleo foi parte disso. Passamos basicamente 30 anos sem grandes mudanças de tendências. Pode-se ver que essa média que eu calculei entre 1973 e 2001 não muda muito. Os preços sobem e caem, sobem e caem, mas ficam no mesmo patamar. No final de 2001, na

verdade, em setembro de 2001, junto com os ataques das Torres Gêmeas, em Nova Iorque, não por acaso, talvez, houve o início de uma alta que, do seu ponto mínimo até o seu pico, foi de igual tamanho ao que aconteceu nos anos 70.

Eu me pergunto, para tentar entender o que aconteceu depois do início desse processo, quais os efeitos sobre a economia brasileira do maior boom de commodities em 40 anos.

Vou querer responder essa pergunta em 2 partes: como esse boom gerou efeitos de renda e de patrimônio e afetou a oferta de demanda agregada; como esse mesmo boom afetou as contas externas e, com isso, afetou, ou afeta, a oferta agregada. Vamos dividir isso em dois. São efeitos distintos e vão ser importantes para fazermos um diagnóstico da crise atual.

Vamos começar com a oferta agregada.

Em economês – vamos tentar simplificar isso –, oferta agregada é simplesmente a soma de salários, de lucros e de movimentação do mercado de crédito, que possibilita o consumo e o investimento.

Vamos colocar uma coisa que considero intuitiva para todo mundo. Ficamos com esse economês, mas é mais ou menos por aí.

Minha pergunta é: quem ganhou com o boom? Quem se beneficiou com o choque que veio do exterior, positivo para a economia brasileira? Primeiro foram os donos desses recursos. Alguém é dono dos recursos de mineração e de agropecuária. Isso gera 2 efeitos distintos: um é o efeito de renda, que é a coisa mais imediata. O preço daquilo que se está vendendo para o exterior, lembrando que boa parte dessa produção vai para a exportação, gera um efeito de caixa de lucro maior. Quer dizer, para cada unidade que se está produzindo, está-se vendendo mais caro e está-se, nesse sentido, gerando mais receita.

Porém, há um segundo efeito que acho que é pouco apreciado pelos próprios economistas, mas considero importantíssimo para a economia brasileira nesses últimos anos: o efeito patrimonial. Há um termo técnico na literatura chamado acelerador financeiro. Isto é, pelo aumento de preços que ocorreu nos mercados, tem-se uma valorização do valor presente da produção futura. Quer dizer, o mercado olha para aquela empresa ou para

aquela atividade e diz: Bom, os preços subiram. Então, tudo o que for produzido para o futuro será vendido a preços maiores, na medida em que o mercado acredita que esses preços maiores vão sustentar-se ao longo do tempo, e a empresa, via operações de crédito, via operações do mercado financeiro, pode, de certa forma, trazer esse lucro futuro para o presente e, em função disso, fazer operações de crédito e levantar capital, o que não poderia fazer anteriormente, quando os preços estavam em níveis mais deprimidos. Isso gera um efeito patrimonial positivo sobre os donos desses recursos. Eles podem movimentar-se e ter acesso a capitais e crédito que eles não teriam anteriormente.

Aqui se vê um gráfico. A Bolsa de Valores, no final do dia, na cotação dessas empresas, é um indicador mais ou menos eficiente, dependendo do ponto de vista, do que está acontecendo com o patrimônio dessas empresas. Então, eu peguei as ações da Vale, da Gerdau, da CSN, da própria IBOVESPA, nosso índice, e também do S&P 500, que é um índice da Bolsa americana. Fui lá atrás, em 1994, coloquei tudo igual a 100, e podemos ver a valorização que aconteceu de lá para cá. Como os senhores devem perceber – o gráfico talvez não seja tão claro –, certamente todas as empresas ligadas ao setor de commodities tiveram desempenho muito maior que o resto da Bolsa brasileira, e a Bolsa brasileira, como essas empresas, teve desempenho muito maior do que o próprio S&P 500, índice da Bolsa americana. A linha extrema lá em cima, na verdade, é ação da Gerdau, que subiu mais de 40 vezes, de 100 para mais de 4 mil.

Isso, certamente, é uma demonstração do que estou chamando de efeito patrimonial, que, não por acaso, no gráfico, começa a se tornar mais importante a partir de 2004, que é exatamente quando a economia brasileira dá essa virada e começa a crescer fortemente.

O segundo ente econômico que ganha com esse ciclo é o próprio Governo. Os senhores sabem melhor do que todo mundo que o Governo pega um pedacinho de toda atividade econômica: se tiver salário, tem o Imposto de Renda, se tiver venda, tem o IPI e o ICMS, se tiver receita, tem a COFINS. Enfim, o Governo

está envolvido, é sócio da economia privada em tudo. Quando a economia privada se dá bem, também o Governo se dá bem.

Então, mostro aqui um gráfico que, na verdade, é a variação ano a ano da receita total do Governo Federal. E podemos perceber também que, basicamente, é uma média que ficou oscilando entre 5% e 10%, mas que, a partir de 2004, começa a ter alta, e isso quase dobra.

E, finalmente, também os trabalhadores ganham. Eles ganham pelo aumento dos próprios rendimentos. Vemos aqui mais para o final, mais para 2008 – infelizmente, os trabalhadores parecem que ganham por último. As empresas começaram a ganhar em 2004, e os trabalhadores só começaram a ganhar mais para o final desse ciclo. Mas os senhores podem ver claramente no gráfico que, a partir de 2007 e 2008, começou a haver aumento no rendimento dos trabalhadores.

E, finalmente, os trabalhadores ganham com o acesso ao crédito. Na economia brasileira, os trabalhadores não tinham acesso ao crédito. De repente, a partir de 2005, uma média em torno de 27% do PIB, relação de dívida sobre PIB, que não estava saindo do lugar, começa a se deslocar fortemente para cima, como os dados mencionados aqui. Esse gráfico está desatualizado. Ele parou em 38%, e já estamos acima de 40% na relação dívida/PIB. Por que isso aconteceu? Está aí minha explicação. Houve, na verdade, um aumento de oferta da poupança externa – isso foi muito importante – e também uma disposição do sistema financeiro para se alavancar mais, com crescimento de carteira do setor sobre uma mesma base de capital, devido a uma percepção de queda de risco sistêmico do País como um todo, claramente do setor financeiro. Posso afirmar isso. Durante esse período, houve a percepção de que, realmente, o risco do País como um todo caiu, possibilitando que entes de crédito – bancos, fundos, enfim, todo mundo envolvido nesse processo – comessem a aumentar suas posições, a aumentar a oferta de crédito como um todo. Isso, certamente, teve um efeito muito benéfico sobre a atividade econômica.

Tenho aqui esquema que tenta explicar esses fluxos, que eu uso em algumas exposições. Vamos mostrá-los rapidamente. Há

aumento no preço das commodities. Quem se beneficia disso primeiro é o capitalista, o dono disso. Há um efeito de renda, mas também um efeito de riqueza, um efeito de patrimônio, como eu tentei explicar. E quem se beneficia em segundo lugar é o Governo, porque há forte incremento de tributação, também como efeito do início desse choque positivo sobre a economia.

Esses são os efeitos iniciais, mas há uma variedade de efeitos secundários sobre a economia. Já falamos um pouquinho sobre isso. Então, vamos dar uma olhada no próximo esquema.

Essa é a esquemática que acabei de mostrar. Temos os trabalhadores, que também se beneficiam disso, e de várias maneiras. A primeira, por transferência de renda. Obviamente, houve grande aumento na transferência de renda promovido pelo Governo Federal, através do Bolsa Família e de outros tipos de programa, que foram possibilitados porque, nesses anos, houve forte crescimento na receita, em função do ciclo positivo. Então, o primeiro fator de ganho dos trabalhadores é a transferência de renda por parte do Estado.

A segunda seriam os fortes aumentos no salário dos funcionários, também decorrentes do fato de ter havido renda para pagamento desses aumentos, graças ao maior crescimento da economia. Também há efeitos de consumo sobre a economia como um todo. Os trabalhadores estão ganhando mais e, tendo mais renda, consomem mais. Os capitalistas também têm a renda aumentada e alavancam o patrimônio via mercado financeiro. Portanto, há aumento dos investimentos e, havendo aumento dos investimentos, pelo trabalho na economia como um todo, há ainda mais renda para os trabalhadores.

Como podemos ver, na verdade, a economia inteira ganhou nesse ciclo de crescimento, em função daquele choque original que começou em 2001 e se estendeu basicamente até este ano, com a forte alta nos níveis de *commodities*.

Agora vou falar um pouquinho sobre como tudo isso afetou a oferta agregada. Já falamos em demanda, agora vamos falar em oferta.

Nesse gráfico, peguei a série do PIB brasileiro e calculei a contribuição marginal de ano para ano dos componentes do PIB, de

tal maneira que, se um componente cai de um ano para outro, ele contribui negativamente para o PIB e fica abaixo da linha do zero. Então os senhores podem ver, por exemplo, que em 1999, com a crise da desvalorização, a formação bruta de capital fixo, que são os investimentos, teve uma contribuição muito negativa, porém uma queda que está no eixo negativo.

Quero mostrar aqui, porque talvez não esteja muito claro, que, basicamente de 2001 para 2004, o que ajudou muito na dinâmica de crescimento da economia brasileira foram as exportações. Houve um ciclo em que as exportações foram claramente o fator mais dinâmico. A partir de 2004 – e isso foi mostrado na exposição feita pelos meus colegas –, o que pega realmente é essa barra azul, que mostra os investimentos. Começa a haver queda na contribuição das exportações para o crescimento, marginalmente, as importações começam a contribuir de maneira negativa – a barra vermelha lá embaixo representa todos os itens de importação, porque as importações retraem o crescimento do PIB em termos da absorção doméstica total –, e vem um período em que deixam de ser as exportações e passam a ser os investimentos o grande fator dinâmico da economia brasileira.

Por que isso aconteceu? Uma das razões muito importantes que devem ser analisadas desse boom de investimento é a própria apreciação do câmbio. Na verdade, se se colocar a linha de investimento da economia brasileira e se observarem o câmbio e as importações de bens de capital que estão nesse gráfico, vê-se que a correlação é altíssima. Por que isso? Porque o câmbio apreciado, um dos fatores gerados por esse boom de commodities, como vimos nos últimos anos, permite a aquisição de mais bens de capital importados, e por 2 razões: o preço em real dos bens importados cai – as empresas pagam menos para importar maquinário, computadores etc. –, e, obviamente, nossa receita em dólares, aumentada pelo crescimento das exportações, pode ser usada para importação de mais bens de capitais.

Então, uma das razões que justificam esse boom de investimentos nos últimos anos é nossa habilidade, a partir de 2004, como podemos ver no gráfico, de importar bens de capitais. É uma série, como as várias séries desses gráficos, que não estava

mudando muito de ano a ano, começa de repente, a partir de 2004, a ter um forte incremento positivo. Não é por acaso que todas essas séries demonstram esse tipo de tendência.

O resultado disso tudo é um aumento na taxa de crescimento da oferta agregada e do potencial da economia, isto é, podemos produzir mais, porque conseguimos importar mais máquinas e porque conseguimos investir mais. E, quando falo em potencial da economia, eu me refiro à taxa que podemos crescer sem gerar problemas de inflação e de balança de pagamentos. Isso certamente aumentou nos últimos anos.

Conclusões desta parte: primeiro, eu diria que, no início do Governo Lula, as perspectivas de crescimento eram muito ruins. Não havia nenhum fator, pelo menos interno, apontando para a aceleração do crescimento econômico. Mas, no final de 2001, inicia-se o maior boom nos preços na demanda por commodities na economia internacional nos últimos 40 anos. Isso gera vários efeitos benéficos na economia, tanto na parte da demanda agregada quanto na parte da oferta agregada, e tudo isso aumenta a taxa de crescimento em potencial da economia. Por isso, voltando ao primeiro gráfico, estávamos crescendo 2,5% e passamos a crescer 4,5%, 5%, e de forma realmente sustentável.

Agora vamos à crise, tendo esse diagnóstico aceito pelo menos como tese de argumentação. A meu ver, para entendermos a crise é preciso responder à seguinte pergunta: como a crise vai afetar os fatores que condicionam o crescimento econômico? Nós já temos uma idéia de por que a economia brasileira começou a crescer da maneira que cresceu. Vamos agora tentar entender como a crise a afeta.

Resposta: os mesmos fatores que ajudaram a aumentar a demanda e a oferta agregada estão no caminho contrário. É verdade que a economia brasileira estava crescendo não só num patamar mais alto, como também de maneira sustentável. Nisso eu concordo com meu colega. Mas, infelizmente, os fatores que estavam condicionando esse movimento agora estão no sentido inverso.

O que a crise externa impõe como nova realidade à economia brasileira? Bem, primeiro, forte queda nos preços e na demanda das nossas exportações, como está evidente. Demora

um pouquinho para bater no preço das exportações devido a como esses contratos são feitos.

Vou entrar um pouquinho na econometria. Eu fiz uma relação da variação do CRB, aquele índice de commodities, aquele índice de preço de exportações da FUNCEX, e vi que demora até 3 anos para uma variação no CRB afetar o preço de nossas exportações. Esse efeito demora bastante, mas uma queda do tipo que se viu recentemente no CRB, de mais de 50%, certamente vai afetar o preço das nossas exportações. E, segundo, há forte queda no fluxo de capital externo para investimentos financeiros indiretos. Estava chovendo dólar no Brasil – nosso problema até outro mês era o que fazer com o câmbio, em função de toda essa entrada de dólares –, e com a crise esse movimento se inverte. Agora está acontecendo o contrário, como os senhores vêm acompanhando, e o País está enfrentando um déficit em moeda estrangeira. Está saindo dinheiro do País.

Somando tudo isso, o que acontece? Na verdade, o que é a crise? Ela é um choque negativo de oferta e demanda. Tanto a oferta agregada está caindo quanto está caindo a demanda. Ambas estão caindo ao mesmo tempo. E por que a oferta agregada cai? Porque temos menos receita em dólares para importação. Então, vamos ter de importar menos, o que diminui tanto o consumo quanto os investimentos. A menor entrada de recursos também diminui o nível de investimentos – vamos pensar no FDI, por exemplo, investimentos diretos para a economia. Ao mesmo tempo, a desvalorização cambial encarece o preço em real dos bens de capital importados, diminuindo os investimentos e o crescimento da oferta futura. Como eu disse, crescimento de investimento no Brasil tem um componente de importação de bens de capital muito importante e, porém, um efeito da apreciação cambial muito importante. A demanda agregada cai porque a renda real dos trabalhadores cai, porque o consumo dos trabalhadores tem um componente importado. Se o dólar desvaloriza, a renda real do trabalhador cai. No caso atual, também a crise fisicamente está restringindo o crescimento do crédito. Como todos sabem, a oferta de crédito para a economia brasileira é de crédito externo,

que caiu drasticamente. A rolagem, por exemplo, da dívida das empresas caiu para 18%. Enfim, esses efeitos são evidentes.

Eu fiz essa palestra ontem num sindicato, para uma das centrais e falei nos setores que vão ser mais afetados. Obviamente, são todos setores que têm um componente de demanda externa importante ou um componente de crédito. Certamente, são os setores que vão sofrer mais ou que já estão sofrendo. Vamos à reação do Governo Lula, que só vejo como sendo as opções da política econômica. Acho uma coisa engraçada ver a reação do Governo à crise como um todo. De um lado, vemos o Governo meio que insistindo em que a crise não vai pegar pesado na economia brasileira e, de outro lado, vemos o Governo também, até nas MPs que estamos discutindo aqui, lançando mão de medidas necessárias somente se a crise pegar realmente muito pesado na economia brasileira.

Em função disso, quero dizer 2 coisas que acho que são fatos. Até poderemos discutir nos debates se são verdadeiras ou não. Primeiro, o Brasil não está enfrentando um processo recessivo ou quase depressivo como os Estados Unidos. Não estamos em recessão, nem em depressão. Acho que os últimos dados do PIB demonstram isso claramente. Por que o último dado do PIB, que veio forte, muito acima da expectativa da média do mercado, é importante? Porque demonstra a velocidade da economia brasileira quando ela bateu na crise. Há enorme diferença em bater na crise crescendo 6% e bater na crise crescendo 2%, como estavam os Estados Unidos. Há enorme diferença entrar na crise, que tomou o segundo fôlego com a quebra do Lehman Brothers em 15 de setembro, com o sistema bancário sadio – concordo com meus colegas do IPEA em que o sistema bancário brasileiro está sadio neste momento – do que entrar na crise com o sistema bancário efetivamente quebrado, como é o caso dos Estados Unidos. Acho que isso é um fato inegável.

O Brasil não está enfrentando um processo recessivo como os Estados Unidos, mas outro fato é que as novas restrições externas, que discutimos, diminuem a taxa sustentável de crescimento. Para mim, isso é inegável. Se há uma queda da oferta potencial, vamos ter que, infelizmente, rodar a economia numa velocidade menor do que estávamos rodando antes. Ante esses

fatos, qual seria a tarefa da política econômica? Como eu disse, a restrição de oferta já está ocorrendo via restrição externa. Então, a oferta já está caindo. Acho que, no curto prazo, a tarefa da política econômica é conduzir a queda da demanda agregada para torná-la compatível com a nova realidade externa. Só para pensar esquematicamente, se a oferta caiu e não queremos gerar problemas de inflação e na balança de pagamentos, temos que conduzir a demanda para baixo. A tarefa não é sustentar ou tentar sustentar o nível de demanda, que seria incompatível com a nova realidade da oferta agregada, que geraria num segundo momento problemas de inflação na balança de pagamentos.

O que quero dizer com isso? A oferta caiu. Agora, a política econômica no curto prazo é tentar diminuir a demanda para ela ser compatível com a nova realidade. Obviamente, essa tarefa é complicada, mas vamos lançar medidas conjunturais, inclusive o próprio Banco Central, para fazer essas coisas compatíveis.

No longo prazo, eu diria que a tarefa da política econômica é procurar aumentar a oferta agregada sem contar, como contou nesses últimos anos, com um boom de matérias-primas ou uma bolha de crédito e esses fluxos de capitais. Isto é, a questão que se impõe hoje ao Brasil é a seguinte: onde e quando vai acontecer a queda da demanda para se conformar com a nova realidade na oferta. Infelizmente, se se analisarem os dados da economia brasileira, normalmente a queda de demanda cai sobre os investimentos. Infelizmente, também na minha avaliação, acho que nesse ciclo negativo que estamos entrando não vai ser muito diferente. Por quê? Primeiro, porque não me parece haver uma disposição concreta e efetiva, por parte do Governo, de cortar seus gastos correntes, liberando de fato mais espaço para o crescimento dos investimentos. Segundo – e este é um ponto que eu acho que não está sendo debatido suficientemente, em função da crise –, esta forte depreciação cambial que estamos tendo, se pensarmos que o câmbio se desvalorizou quase 50% desde o ponto mínimo que atingiu alguns meses atrás, está realmente gerando um forte estresse para o setor produtivo brasileiro. Eu ouço muito o Governo, o Ministro Mantega e o próprio Presidente Meirelles, do Banco Central, dizer que o Brasil é credor em

moeda estrangeira. Minha pergunta a eles seria a seguinte: por que o Brasil é credor em moeda estrangeira?

É verdade que o Estado brasileiro hoje, com suas reservas, é credor em moeda estrangeira, mas também é verdade que o setor privado não é credor em moeda estrangeira; de fato, é fortemente devedor. Há um passivo cambial no setor privado brasileiro muito, muito grande, que na verdade é o espelho das reservas. As reservas cresceram para US\$ 200 bilhões em parte porque o setor privado, investidores e empresas trouxeram dólares para o Brasil, trocaram esses dólares com o Banco Central, venderam dólares para o Banco Central, compraram reais e fizeram investimentos aqui. Então, o setor privado brasileiro está ativado em reais e passivado, isto é, devedor, em dólares. O Estado brasileiro está numa posição contrária. Então, toda vez que o dólar sobe, isso é bom para os livros do Governo, não é? A relação dívida/PIB cai, como a gente é alertado o tempo inteiro pelos analistas do Governo. Mas, infelizmente, a contrapartida disso é esta: as dívidas, ou melhor, o passivo cambial – não vamos falar só em endividamento; temos de olhar as carteiras de ações, os investimentos diretos; tudo isso gera passivo cambial –, o passivo cambial do setor privado é muito, muito grande, e eu receio que essa inabilidade do Banco Central de controlar a depreciação do real, que já atinge quase 40%, 50%, esteja colocando sob um forte estresse o setor privado brasileiro, o que vai multiplicar os efeitos negativos da crise sobre os investimentos e sobre a atividade econômica como um todo.

É preciso pensar que, se uma empresa perdeu dinheiro... Vamos falar dos derivativos tóxicos. Se uma empresa perdeu dinheiro com isso, ela tem de tirar esse dinheiro de algum lugar. Vai tirar de onde? Vai tirar dos investimentos, vai tirar do salário dos trabalhadores, vai cortar seus investimentos, vai cortar sua atividade. Então, enquanto uma depreciação no câmbio, neste quadro de crise, é necessária, a velocidade da depreciação, a volatilidade do câmbio tem de ser controlada pelo Banco Central. A meu ver, o Banco Central tem de usar suas reservas de uma maneira mais ativa para tentar controlar esse processo. A gente tem de lembrar que essas reservas inflaram por um processo

parcialmente artificial, que foi um espelho da bolha creditícia mundial, e agora está na época de devolver esses dólares. Não é questão de queimar reservas, mas de gerenciar o processo para diminuir o impacto nas empresas brasileiras, dando-lhes tempo de se adequarem a esta nova realidade.

Qual é a tarefa no longo prazo? Acho que o maior risco para a economia brasileira nesta crise não é o de uma forte recessão em 2009. Não acredito que vá haver uma forte recessão em 2009. Mas certamente haverá queda de crescimento. O mercado já está estimando algo ao redor de 2,5%. Certamente, em relação a outros países, tanto emergentes quanto desenvolvidos, esse não será um mau comportamento do crescimento. Mas qual é a crise que eu vejo? É que a gente vai voltar, passado este momento mais agudo, a crescer nas mesmas taxas medíocres em que estava crescendo antes desse boom externo e todos esses efeitos positivos que ele teve sobre a economia brasileira.

Então, as perguntas que eu acho que têm de ser feitas, em termos de formulação de política econômica, são as seguintes: como vamos crescer a 4%, 5% sem um forte incremento da poupança externa como um todo? O Brasil é um país que gera muito, muito pouca poupança. Esse é um problema, eu acho, muito sério, e está no cerne da nossa inabilidade de crescer sem haver um boom externo, e também está no cerne das altíssimas taxas de juros que há neste País. E como vamos crescer sem ter um setor de commodities liderando o processo? Ouço muito dizerem: não, o mercado interno tem de ser privilegiado. Mas a única razão por que o mercado interno teve esse fôlego foi o choque positivo do mercado externo. Como é que vamos dar uma verdadeira ênfase ao mercado interno sem haver esse estímulo externo? Essas são perguntas que eu acho que estão em aberto.

Minha mensagem final aos Srs. Deputados é a seguinte: acho que o boom das commodities nesses últimos anos, a bolha creditícia que viveu a economia mundial, permitiu ao Brasil crescer por um breve período de tempo, na verdade, sem ter completado suas reformas. Houve um período muito intenso de reformas durante o Governo Fernando Henrique, algumas reformas no início do Governo Lula, e o processo simplesmente parou. Parou

por quê? Parou porque estava tudo dando certo. Infelizmente, parece-me que o ímpeto para fazer reformas que têm custo, em que trocas têm de ser feitas, isso só acontece em momentos de crise. A gente parou porque estava vivendo em um boom. Então, eu digo o seguinte: já que não se espera que a economia internacional vá voltar a viver estes tempos áureos que a gente viveu por 5 anos, e portanto a gente não pode contar com algum boom externo como catalisador do crescimento econômico, ou a gente retoma aquele ciclo de reformas ou volta a crescer da mesma forma medíocre como crescia antes desse *boom*.

Eu acho que a escolha, na verdade, é nossa, como brasileiros, é uma escolha da sociedade como um todo, e espero que, dentro do processo de debate político, de fato voltemos a pensar nas reformas de que precisamos para garantir um crescimento interno sustentável e benéfico para toda a sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça) – Informamos que todas as conferências estão sendo gravadas e filmadas, e o material será distribuído aos Deputados, principalmente aos da Comissão de Finanças.

Passo a palavra agora ao autor do requerimento, o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Cumprimento primeiramente o Presidente em exercício Deputado Félix Mendonça, bem como o Deputado Pedro Eugênio. Quero saudar também os Srs. Renaut Michel, Mário Rubens e Tony Volpon, e cumprimentá-los pelas exposições.

Nós vivemos um momento de expectativa, um momento de turbulência, e eu tenho uma preocupação: a nossa Câmara dos Deputados está muito apática diante dessa questão da crise. Nós aqui... Estou vindo do plenário agora, fui lá registrar presença, e estão até sendo votados alguns projetos importantes, mas nós ficamos aqui debatendo temas que não são os temas do momento. O tema do momento é realmente discutir essa crise internacional e como é que vamos sair dela de uma forma melhor. E a Comissão de Finanças tem feito uma série de debates aqui,

comandada pelo Deputado Pedro Eugênio, nas quintas-feiras, exatamente para procurar alternativas.

Eu queria fazer algumas perguntas e alguns comentários. Temos aqui 2 economistas ligados ao Governo, do IPEA, e sentimos um pouco, por parte do Governo, uma tendência de minimizar a crise. De certa forma, também, é claro que os gráficos permitem... Tenho acompanhado ao longo do tempo em que estou aqui no Congresso, a cada ano, nos últimos 10 anos, as exposições dos Ministros da Fazenda, do Planejamento, na Comissão de Orçamento e tal, e percebe-se que há um certo “fenômeno Ricupero”: colocam-se os gráficos, esconde-se um pouco aqui, acentua-se acolá, e tal. Mesmo os números do Governo – a Ministra Dilma esteve aqui – são mostrados de setembro para trás. A crise no Brasil, na verdade, está começando agora! Aqui mesmo, os números mostrados aqui vão nessa linha, são de setembro, um pouco de outubro, mas já passamos o mês de novembro, já estamos em meados de dezembro, e agora é que a crise está acentuando-se. Temos de fazer uma análise levando em consideração não apenas os números anteriores, mas o que está acontecendo.

Então, eu queria perguntar a Mário, que observou que as carteiras são excelentes: quem é que fez esse estudo e concluiu que as carteiras são excelentes? Os carros são garantidos por eles mesmos, não é? Nós vimos lá que as carteiras norte-americanas, nessa crise do subprime, e tal, não eram tão boas, é evidente, que as do Brasil, mas daí a dizer que as nossas são excelentes é um pouco... Não é? O que vai acontecer daqui a pouco? Quem é que fez esse estudo? E os números ali, esses créditos de carro?

Depois, há isso de insistirem em que no Brasil não há risco dessa questão de insolvência de bancos. É um problema de crédito. Mas eu ouvi aqui o próprio economista Mário dizer algo que ninguém tinha dito ainda, que o Governo tinha sempre negado: que o Itaú comprou o Unibanco. Não é? Ele disse: “Quando o Itaú comprou o Unibanco...” Ninguém havia dito isso. Eu até coloquei no requerimento aqui que sempre disseram que houve uma fusão. Foi o primeiro do Governo que disse que o Itaú comprou o Unibanco.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Comprou por um problema, é claro, de insolvência. Comprou. Se não compra... Como outros que estão por aí.

Também queria perguntar sobre essa questão de entenderem que houve um arrefecimento do crédito em relação a casos, como se fosse uma visão de algo sazonal. Será? Não é efeito da crise? É uma afirmação um pouco, digamos, difícil para a gente aceitar.

E queria perguntar o que os 2 economistas do Governo e também Tony Volpon acham da decisão do COPOM de manter os juros. Foi mostrado no gráfico que está aumentando o spread bancário, estão aumentando os juros para a pessoa física, está aumentando... Eu não consigo entender, e acho que não há explicação, não pode haver explicação técnica – não é? – científica, econômica, para os juros serem tão altos assim no Brasil. Eu acabei até de dizer a uma jornalista ali de O Estado de S.Paulo que esse juro alto no Brasil só tem uma explicação: é a influência do setor financeiro sobre quem decide. Não há explicação técnica, nem científica, não pode haver, não há, ou nós temos uma economia descolada do resto do mundo.

E gostaria de perguntar ao economista Tony Volpon quais são as reformas que devemos fazer. Quais são as reformas? E não só quais são, mas que reformas... porque de reforma todo o mundo é a favor. Nunca vi ninguém contra reforma tributária, ou política. Falou em reformar, todo o mundo é a favor, como todo o mundo é a favor de que haja água em casa, luz. Todo o mundo é favor; agora, ninguém discute se a água está poluída. Todo o mundo é a favor de reforma. Nunca vi ninguém contra. Mas qual é a reforma? O que temos de mudar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça) – Obrigado, Deputado Fernando Coruja. Vou passar a palavra a 3 outros, para fazerem a interpelação, e posteriormente eles vão responder as perguntas feitas.

Com a palavra o Presidente da Comissão, Deputado Pedro Eugênio, do PT.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Bem, eu gostaria de entrar no debate não só com os palestrantes, mas também com Coruja,

com quem tenho debatido com frequência, até no rádio – não é, Coruja? Temos estado em programas de rádio por aí, debatendo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – E vai haver mais.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Há uma série de elementos, eu diria que todos os elementos apontados pelos senhores palestrantes são reais, têm a ver com os fatos que efetivamente vêm acontecendo. De um lado, quanto a todas as questões que estão relacionadas com o ciclo de crescimento, o ciclo virtuoso de crescimento por que o País passa – e digo passa porque os efeitos da crise ainda não foram suficientes para afetar a dinâmica desse ciclo; podem até afetar, e com certeza vão afetar, mas não sabemos com certeza em que extensão –, esses elementos são conhecidos e nós não vamos repeti-los aqui. Foram, com bastante detalhe, aqui expostos pelos palestrantes. O que se coloca, digamos, como centro da discussão é a interrogação a respeito dos efeitos da crise sobre a economia brasileira.

Quando entendemos que, além do impacto da falta da liquidez no crédito – que me parece inclusive que a Medida 442/08 combate, a liberação do compulsório combate; a questão da liquidez de crédito deixou de ser um problema, do ponto de vista da falta de oferta de recursos –, resta o impacto do comércio exterior devido à questão cambial, e isso tendo como pano de fundo a fuga de capital do País, capital externo, que tem muito mais a ver com a necessidade de aplicadores estrangeiros cobrirem posições lá fora do que propriamente uma aversão ao risco Brasil. O risco Brasil está muito bem, obrigado.

Bem, isso posto, o que gostaria de perguntar, e solicito a reflexão e a resposta dos palestrantes, é que nós sabemos que há um componente psicológico muito forte na construção de um clima de crise, ou de não crise, no País. Preocupa-nos muito a conclusão apressada de que os impactos da crise serão devastadores. Nosso colega Coruja levanta a questão de que os dados apresentados pelo Governo são dados que param num momento bom; eles param num momento bom porque o momento bom ainda está em curso, de modo que todos os dados disponíveis são bons, Coruja. Não há como inventar dados ruins. Não há como inventar que a massa salarial está lá embaixo, ou que a formação bruta

de capital está lá embaixo. Não há como inventar que a formação bruta de capital não é muitas vezes superior, 3 vezes superior ao crescimento do próprio PIB. E não há como imaginar que, da mesma forma que é difícil acelerar uma economia em processo de depressão, ladeira abaixo, não é também tão fácil assim desacelerar uma economia em processo de expansão. As decisões de investimentos que foram tomadas, muitas delas, eu imagino que a maioria, não podem ser abortadas da noite para o dia, porque são decisões que miram o longo prazo, inclusive.

Bem, eu quero observar isso para gerar um certo contraditório neste nosso debate, porque reconhecendo como corretas as preocupações e as previsões do Sr. Tony Volpon, que argumenta que os efeitos tendem a reduzir claramente a taxa de crescimento da economia, e não há como negar que esse tipo de consequência haverá de acontecer, eu não encontro elementos comprobatórios que nos dêem segurança de que essa desaceleração será assim, tanto ou quanto, para a quantificação dessa desaceleração. Da mesma forma como o Deputado Coruja identifica uma tendência daqueles que se alinham com o Governo de, digamos assim, não aceitar que essa desaceleração poderia ser maior, eu identifico com clareza na Oposição uma posição extremamente forte no sentido de entender que o impacto será muito maior do que imaginamos que será, e isso tem efeito psicológico, isso influencia um elemento objetivo que é um dos pilares da construção da crise.

Nós não podemos disseminar o pânico quando sabemos que a economia brasileira está numa posição extremamente favorável para enfrentar a crise, e que o mercado interno – e eu queria encerrar aqui, para não me alongar; estou quase exagerando aqui no tempo que me está sendo gentilmente concedido pelo nosso Presidente em exercício...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça) – Pode dispor do tempo que for necessário.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – ...mas eu queria concluir com a seguinte questão para Tony: o efeito, a importância, que é inegável, do setor externo, ela, no entanto, quando há essa passagem que V.Sa. identifica, quando diz que o setor externo é

substituído pelo investimento interno, quer dizer, ele gera dinamismo, não é fácil retroceder e desmontar isso. No momento em que a economia interna, o mercado interno assume a frente desse processo, ele ganha uma certa... uma autonomia relativa. Evidentemente, não há autonomia; tudo está relacionado. A globalização faz a ligação de todos os mercados. Mas é uma autonomia relativa. O mercado interno passa a ter uma pujança própria, passa a gerar os elementos que induzem ao investimento, pela própria dinâmica. Eu não consigo enxergar essa correlação direta de que, havendo a redução nos investimentos diretos externos, nos IEDs, automaticamente é como se isso comandasse a lógica macroeconômica brasileira. Essa hipótese eu não assimilo, em princípio. Eu gostaria de ouvir mais sobre isso, e não só de Tony mas dos demais colegas que estão participando desta Mesa, porque se nós entendermos que a abertura do Brasil ao mercado externo não é tão grande, como nós gostaríamos até que fosse – o que é uma desvantagem, hoje, nesta conjuntura, passa a ser uma vantagem, não é? –, o impacto dessa relativamente pouca abertura não é tão grande, face a face com um mercado interno em franco processo de expansão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça) – Passo neste instante a Presidência ao Deputado Pedro Eugênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Na sequência, agradecendo ao nosso querido 1º Vice-Presidente Deputado Félix a condução dos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Edson Ezequiel, que está inscrito também.

O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade que nos oferecem a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, da qual faço parte. Também agradeço ao Presidente Deputado Pedro Eugênio a oportunidade que nos oferece de participar deste belo debate.

Parabenizo os componentes da Mesa e os colegas que estão presentes a esta audiência pública. Na verdade, eu decidi vir a esta audiência no momento em que soube que dela participaria o IPEA. Quando olho para o Governo como um todo, eu separo — talvez

não esteja com o pensamento correto, mas eu separo —: o Ministério da Fazenda tem a sua função; o Banco Central tem a sua; o IPEA eu entendo que é um organismo que não tem necessidade de manter posições, vamos dizer assim, demasiadamente otimistas ou pessimistas. É um órgão técnico.

Por isso mesmo, foi levantado aqui, e eu até entendo: talvez não precisasse o Presidente Lula dizer o que diz, da forma como diz, mas é o jeito dele. Eu sou da base, então posso falar com a maior tranquilidade: é o jeito dele de falar, enquanto Manteiga e eventualmente Meirelles, e outras autoridades do Governo, minimizam, como é dito, a questão da crise, tratando-a de uma maneira, vamos dizer assim, mais amena, mais técnica. Isso é normal. Eu desafio a que alguém me diga qual foi o Governo, e de que país, que, mesmo estando enfrentando uma situação de dificuldade, vem publicamente dizer para a população que está na frente de um dragão que é difícil de combater. Ele pode, e deve, alertar que a situação requer cuidados, requer estudos, e para isso há órgãos feito o IPEA. E até gostei da definição gramatical utilizada pelo Dr. Michel. Ele terminou, se não me engano, a exposição dizendo que estava numa posição de otimismo responsável. Achei que foram bem escolhidas as palavras.

Eu ia ficar quieto aqui, tanto é que passou a lista para inscrição e eu não me inscrevi. Queria apenas ouvir a opinião do IPEA. E aí surgiu o Dr. Tony para colocar um pouquinho de pimenta, no bom sentido. Nós estamos aqui num grupo reduzido, e vamos tentar aproveitá-lo com tranquilidade, e não com a formalidade que o momento eventualmente poderia exigir. Mas o Dr. Tony apresentou algumas posições que eventualmente estabeleceram controvérsia. E neste momento eu gostaria de ouvir dos 2 lados suas posições quanto a essa questão, porque esse problema é muito complexo. O que o Dr. Tony, por exemplo, disse, que o Brasil navegou numa maré econômica do comércio mundial superfavorável a partir de 2003, particularmente, até 2008, é uma verdade que todos nós reconhecemos. A questão é como isso é focado. Com o fato todos concordam; todos concordam que nós estamos com índices, digamos assim, de fundamentos econômicos de bom calibre. Mas a questão toda

é não só fazer uma avaliação quantitativa desses índices, e fazer um dimensionamento adequado deles, mas também olhar para a crise que se avizinha.

Deixe-me dizer, por exemplo: um economista – vários economistas, mas vou citar apenas um, cujo livro está na minha mão – por acaso, nitidamente, lendo seu texto, vê-se que tem posições antagônicas. Os doutores – são professores com doutorado em economia – Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves escreveram *A Economia Política Governo Lula*. Eles chegam a colocar a coisa de maneira bem mais enfática do que o Dr. Tony. Eles dizem que nós não tivemos capacidade, sabedoria ou visão para perceber aquela maré favorável de 2003 a 2008. Por exemplo, o Banco Central com a taxa SELIC que praticou, atrofiou um pouco a nossa possibilidade de aproveitar aquele momento superfavorável. Então, resumindo, ele disse que o Brasil – e sobre isso eu gostaria de ouvir os membros da Mesa – não soube aproveitar a maré favorável.

E ele expressou isso não só em palavras, mas procurou também estabelecer variáveis matemáticas. Com elas, calculou 2 índices, o primeiro dos quais é o de vulnerabilidade externa conjuntural, que seria a situação hoje reinante, que ele concorda que é muito boa, mas poderia ser bem melhor, se as oportunidades que estiveram à nossa disposição tivessem sido utilizadas. Fez também um comparativo, vamos dizer assim, com outros países, sobre como eles se comportaram, porque o mercado mundial favorável era para todos. Dessa forma, mostrou que o Brasil, do ponto de vista de índice de vulnerabilidade externa comparada, se comportou muito mal. Eu não estou afirmando, mas repetindo o que ele diz aqui.

Eu acho importante citar pelo menos um trechinho do livro do Dr. Soros. É verdade que o livro foi escrito em inglês e esta é uma tradução – eu já li o original – mas ele está analisando a economia americana. Mas é óbvio que nós estamos discutindo os reflexos da crise para cá. Então, as conclusões dele são quanto ao mercado americano.

O Dr. Soros pinta o dragão com as piores cores possíveis, enquanto aqui nós ficamos tentando dizer que vai ser tranquilo; que em mais 6 meses daremos um passo; que a crise será até uma

oportunidade que nós vamos poder aproveitar para incrementar ainda mais o nosso crescimento econômico. Se me permitem, eu vou ler um pequeno parágrafo, no qual ele diz que houve uma bolha no mercado imobiliário americano, bolha essa que ele cita lá atrás que foi levantada 300 vezes. Até o Bernanke foi alertado, inclusive por um dos ex-Presidentes do Banco Central. “Houve uma bolha no mercado imobiliário americano, mas a crise atual”, diz ele, “não é meramente o estouro dessa bolha; ela é maior do que todas as crises periódicas que experimentamos em nosso tempo. Todas essas crises são o que eu chamo de uma superbolha: um processo reflexivo de longo prazo que se desenvolve há mais de 25 anos. Ela consiste” – e é aí que vem o sério – “em uma tendência dominante, a expansão do crédito e a concepção equivocada dominante, em um fundamentalismo de mercado, também conhecido como o *laissez-faire*, do século XIX, que defende que os mercados devem ser livres. As crises precedentes” – ele estava querendo se referir a ponto com etc. – “foram bons testes que reforçaram a tendência dominante e o erro conceitual dominante. A crise atual é o ponto de inflexão” – vejam a gravidade que ele coloca! – “a partir do qual a tendência e a concepção equivocada dominantes se tornaram ao mesmo tempo insustentáveis”.

E aí pinta um cenário que é, vamos dizer assim, um desastre total. É óbvio que ele está falando da situação deles, mas me preocupa o fato de nós não trabalharmos com esta situação dessa forma.

O próprio Soros, também, falando da reflexividade, mostra que os atores, de modo geral – os senhores são atores, ele, no mercado financeiro, e os senhores, no IPEA, enfim, uma entidade governamental – influenciam os próprios fundamentos que estão ali para analisar. É a chamada Teoria da Reflexividade.

Ao mesmo tempo, nós olhamos para o Banco Central, que, conforme essa visão, atrofiou, ou seja, não nos permitiu aproveitar a oportunidade com a velocidade que poderíamos tê-lo feito, e vemos, como foi levantado pelo nobre Deputado Coruja, o Banco Central, mais uma vez, pisar em cima da taxa de juros, quando, pelo outro lado, o setor econômico do Governo está tomando medidas para impulsionar o crédito e tentar desenvolver

a economia para gerar um crescimento da demanda etc. E aí vem o Banco Central e segura, mais uma vez, a taxa de juros, para não falar nos momentos anteriores, em que poderia tê-la segurado e a aumentou com a maior facilidade.

Volto a dizer, senhores – e termino aqui, pedindo desculpas por ter me alongado –, que eu não tenho a pretensão de criar qualquer constrangimento, mas eu imaginei que este fosse um debate aberto e, por isso, estou apenas colocando para fora as minhas angústias, o que, eventualmente – o Deputado Coruja me conhece –, como membro da base do Governo, nem sempre encontramos um ambiente como este para...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É um pessimista responsável.

O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL – ...podermos nos posicionar mais como Parlamentar do que membro de partido A, B ou C ou membro de base aliada, ou membro de oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Muito obrigado, Deputado Edson Ezequiel.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, eu queria apenas pedir licença para me ausentar, porque vou ter que participar de um debate em São Paulo, às 14h30min, na UGT, para discutir as coisas de verdade que estão acontecendo.

Então, eu vou ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Vai ter que sair agora, neste momento?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas depois eu vou ter acesso ao conteúdo das discussões, pois a reunião está sendo gravada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – O nobre convidado Mário Rubens gostaria, Deputado Coruja, de fazer apenas uma observação sobre um dos pontos a que V.Exa. se referiu, ainda na sua presença. Eu pediria, então, ao Deputado Félix Mendonça que nos permitisse ouvir a ponderação do Sr. Mário ainda na presença do Deputado Coruja.

O SR. MÁRIO RUBENS DE MELLO NETO – Eu apenas queria justificar a afirmação do Deputado Coruja no sentido de que a fusão do Itaú e Unibanco ocorreu em razão de um problema de solvência do Unibanco.

Olha, problema de solvência eu tenho certeza de que não foi; de liquidez, eu tenho dúvida. Basta ver a composição acionária da *holding*. Nenhuma instituição com problema de solvência teria a composição acionária que ficou. E, ainda mais, o Presidente do Unibanco presidindo o Conselho da *holding*.

Eu acho que, categoricamente, pelo contrato, podemos dizer que problema de solvência não houve nenhum. E mais: eu ainda tenho dúvidas se houve problema de liquidez também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado, Sr. Mário. É importante a sua observação, ainda na presença do Deputado Fernando Coruja.

Concedo a palavra ao Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, senhores debatedores, eu sou da área empresarial, e aqui nós devemos ficar com o pessimismo responsável de que falou o Deputado Fernando Coruja e com o que o Deputado Edson Ezequiel se referiu a Soros e com o otimismo responsável que o Sr. Renaut e o Sr. Mário nos transmitiram.

A idéia que nós temos é a de um Brasil real. O empresário não vê... Nós sabemos que há, no mundo, um problema de liquidez muito grande. Houve uma bolha, excesso de recursos que começaram a se espalhar inclusive para o Brasil. No *boom* do mercado imobiliário, as firmas captaram dinheiro fácil, aplicaram esses recursos, compraram terrenos por preços altíssimos. Nós tivemos até o cuidado de vender terreno, em vez de entrar nessa aventura.

A visão real que nós temos não é nem a do pessimismo do Dr. Tony, nem a do otimismo dos senhores. Na verdade, ele explica que o Brasil, por várias razões, cresceu, e, pelas mesmas razões, deve diminuir esse crescimento. É essa a lógica que nós observamos na sua exposição.

Já o Sr. Renaut e o Sr. Mário Rubens apresentam dados outros do Governo. Mas esses são dados financeiros, apenas. A economia real não cresce apenas em razão do que nós chamamos...

Eu sou engenheiro e nós aprendemos em química que o produto entra na composição, na reação química, de lá sai e a reação química se processa. Na verdade, o recurso entra para dinamizar a economia real, mas é essa economia real que, digamos assim, alimenta, veste, sustenta a humanidade, e não a economia financeira, que forma esse mundo um tanto virtual, não é verdade? Esse mundo da economia financeira é um tanto virtual, com fluxos para lá e para cá, que nós sentimos que existem. Por exemplo, este copo tem um limite de valor. Ele vale 10. Mas, na Bolsa, ele vai valer 30, 40. Era o que estava acontecendo. E a sensação que nós estamos tendo é a de que ele abaixa, agora, para um preço aproximado do valor real, intrínseco, desse copo.

Eu acho que, na verdade, o que nós estamos sentindo no mercado, agora – na visão de uma pessoa que não é economista –, é que isso está acontecendo. Por exemplo, a China estava num crescimento tão disparado que estava tentando reduzir esse crescimento, porque não havia mais estradas, energia etc. para suportar aquele crescimento, em razão dos recursos que estava recebendo. Então, o que aconteceu com a China? Quando veio a crise, ela caiu exatamente para aquele ponto que queria. E até diminuiu ou vai diminuir um pouco.

Eu acho que nisso vai haver um equilíbrio. Pelo menos, essa é uma visão bem global que nós temos. O que achamos é que esses movimentos financeiros podem caminhar para um equilíbrio, e esse equilíbrio se dá graças a uma economia real, que, no Brasil, já se consolidou: nós somos os maiores exportadores de frango, café, soja, carne. No campo, as vacas continuam parindo e os bois continuam engordando, independentemente do que está acontecendo.

A Ford, por exemplo, não está vendendo tanto, mas é bem provável que nós tenhamos... Essa visão é que nos dá tranquilidade para ficar e caminhar, como empresário, entre o otimismo e o pessimismo que os senhores apresentaram aqui. Nós vamos fazer um balanço bem certo disso.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: o Brasil e o mundo inteiro passaram a examinar apenas... E há os economistas estruturantes, que vêm mesmo a estrutura da economia como a

base real, a base física da economia. Por exemplo, os problemas brasileiros não são encarados com a mesma objetividade. Houve um êxodo rural fantástico nos últimos 30 anos. As periferias das 7 grandes metrópoles foram ocupadas pelas populações. Essas pessoas estão vivendo em casebres inóspitos, sem transporte de massa, sem infra-estrutura. Isso aí não se vê, não se discute.

Quando o Governo injeta recursos por baixo – como, por exemplo, no caso que o IPEA mostrou muito bem –, esses recursos, obtidos por meio dos impostos, levam a um maior consumo.

Então, resumindo, eu acho que o que vai acontecer é que o consumo mundial – China, com 2 bilhões e 200 milhões de habitantes; o Brasil; a Rússia; esses países, têm uma população fantástica consumindo – permanecerá, e nós, produtores, vamos ter que produzir para que essas pessoas usem o que a economia real produz.

E o catalisador, que é aquele da química, de que eu falei, é o dinheiro. Eu chamo isso de recursos parasitários. Eles são parasitas de quem produz. Entenderam? As atividades bancárias e essas outras são, na verdade, parasitárias, na visão real: que sugam, mas também promovem. São úteis, porque funcionam como catalisador, mas, na verdade, o que eu acho é que nós vamos ter, dentro de pouco tempo, um equilíbrio, já que existe uma massa de consumo fantástica e um sistema produtivo eficiente, que nos vai dar essa tranquilidade.

Essa é a visão de alguém que não é economista, mas que tem uma visão real das coisas que acontecem no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Obrigado, Deputado Félix Mendonça.

Nós vamos, agora, passar a palavra aos convidados, que não apenas darão respostas às indagações apresentadas e farão considerações sobre as questões levantadas, mas também farão as suas considerações finais, tendo em vista que a hora já está bastante adiantada.

Antes, eu gostaria de, rapidamente, registrar que aqui estiveram, em diversos momentos, participando deste encontro, os Deputados Aelton Freitas, Eduardo Amorim, João Leão, Pepe Vargas, Carlos Melles, Félix Mendonça, que acabou de falar, Fernando

Coruja, autor da proposição, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Edson Ezequiel, Jilmar Tatto, Vicentinho. Contamos com a presença de inúmeros colegas, que ilustraram este encontro.

Passo a palavra, pela ordem de intervenção, ao primeiro expositor, Sr. Renaut Michel Barreto e Silva.

O SR. RENAUT MICHEL BARRETO E SILVA – Deputado Pedro Eugênio, acho que nós tivemos uma manhã muito proveitosa.

Agradeço os comentários de todos os que fizeram intervenções e dos que estão até agora aqui, com enorme paciência, nos ouvindo.

Repito que debater com o Sr. Tony tem sido algo muito proveitoso e eu acho que nós só tivemos a ganhar com esta conversa de hoje pela manhã.

O Sr. Tony vai ter direito a tréplica, mas evidentemente eu queria deixar bem clara aqui a posição do Michel, economista, independentemente de estar ou não no Governo.

Por óbvio, deu para perceber a enorme diferença entre o meu diagnóstico e a minha avaliação e os dele, e, só para não ficar com uma lacuna acerca do que expressa essa enorme diferença, acho que seria importante deixar claro o que está no cerne da divergência, afora o profundo e absoluto respeito que já demonstrei por ele, como economista e técnico – e imagino que a recíproca seja verdadeira.

Evidentemente que a origem da discordância está na hipótese de que o crescimento brasileiro tem a ver o boom de commodities. Evidentemente, esse é um elemento importante para análise – e eu vou usar uma expressão mais chula: ninguém sai em dia de sol de guarda-chuvas. Se há um elemento importante e positivo no quadro econômico, é preciso maximizar o uso desse elemento, e, ao lado de uma série de outros elementos que compõem o contexto macroeconômico, conduzir a economia para aquilo que é o objetivo de toda economia, qual seja, taxas sustentadas de crescimento, manutenção de equilíbrio externo e inflação sob controle.

E as taxas sustentadas de crescimento são elemento fundamental para garantir a melhoria da equidade, da distribuição de renda e das condições de vida da população, da economia real.

E aí, repito, quando estou falando que no cerne da hipótese está a divergência, na verdade, quero dizer que, do meu ponto de vista, há uma brutal inflexão no olhar sobre a economia do primeiro para o segundo mandato do Governo Lula. Essa é uma opinião. Eu acho que o Sr. Tony tem razão quando diz que o primeiro mandato, notadamente a sua primeira metade, foi uma continuação do modelo que vinha vigorando desde os anos 90, marcadamente desde a primeira Era FHC. Acho que o primeiro mandato do Lula foi muito contaminado – e não estou querendo estabelecer nenhum juízo de valor, mas apenas dizer que foi uma continuidade mesmo. E acho que o segundo mandato marca um momento de ruptura importante, que, evidentemente, muda a dinâmica econômica e corrobora a minha tese de que nós estaríamos num círculo virtuoso e, desse ponto de vista, o boom de commodities é apenas um elemento do processo.

Ao discutir a hipótese do Sr. Tony, na verdade, também discuto a hipótese da reversão do ciclo, que também se baseia na idéia de que o quadro mudou, na verdade, recuperando elementos da economia anterior ao boom de commodities. Na verdade, eu acho pouco provável que, em 6 anos, em função de todo o ciclo de investimento, de ganho de produtividade, de dinamismo doméstico, a dinâmica real da nossa economia não se tenha alterado e nós continuemos reféns apenas do quadro externo para manter um ciclo de crescimento. Eu acho pouco provável e não concordo com essa tese. A economia brasileira mudou bastante nos últimos 5 anos e, evidentemente, eu não posso usar a mesma hipótese de 2003 para tentar confirmar a tese de que se vai recuperar um quadro pré-círculo virtuoso porque as condições seriam as mesmas.

Não concordo. Acho que o Brasil tem outras condições e vive outra realidade macro e microeconômica e, desse ponto de vista, eu continuo convencido de que nós estamos num círculo virtuoso e que o papel do Governo é assegurar que, nessa lacuna aberta pela incerteza e instabilidade que a crise financeira gerou, desempenhará um papel proativo na direção de minimizar os efeitos da crise e garantir que a economia real continue com o vigor que vem demonstrando nos últimos anos.

É claro que, em alguma medida, ela será impactada, mas nós esperamos que esse impacto seja mínimo e que o círculo virtuoso seja preservado.

Eu não vou poder me alongar, e depois o Sr. Tony terá que explicar, mas a origem da divergência está na hipótese, e mais do que isso, está na crença de que ela se manterá, mesmo depois de 6 anos de boom de crescimento. Eu repito que não concordo. Discordo dessa hipótese. Mas essa é uma polêmica que talvez nós resolvamos nos artigos da vida.

Especificamente em relação às intervenções, em especial sobre o que disse o Deputado Fernando Coruja, acho que o Deputado Pedro já respondeu: nós não divulgamos dados ruins porque não existem dados ruins ainda. Os dados desta semana são absolutamente emblemáticos. A evolução do PIB está em 6,8%, o que demonstra um forte crescimento. E os dados de investimentos de quase 20% do PIB também confirmam a hipótese de que nós estaríamos entrando no círculo virtuoso. Então, precisariam sair dados ruins para nós os analisarmos. Por enquanto, só existem, realmente, dados positivos, e não há como inventar algo diferente disso.

Então, não é uma questão de ser ou não do Governo, mas de fazer uma análise fria e técnica dos números divulgados nesta semana, que, repito, do meu ponto de vista, confirmam a nossa hipótese do círculo virtuoso: crescimento forte, nível de investimento forte, bom desempenho do mercado de trabalho.

Em relação ao Deputado Pedro Eugênio, acho que o seu pensamento está indo ao encontro da minha idéia de que, na verdade, a hipótese construída pelo Sr. Tony é no mínimo discutível e que o dinamismo doméstico tem sido um elemento muito importante para garantir o crescimento.

Vale dizer que o crescimento brasileiro tem sido assegurado, nos últimos anos, pelo consumo das famílias e pelos investimentos. Então, não vejo essa importância dada ao setor externo como elemento decisivo na manutenção da trajetória. Os números recentes não mostram isto. Mas, evidentemente, tenho que estar aqui para discutir mesmo.

Também, por ser do Governo, vou aproveitar a abertura que o Deputado Edson Ezequiel nos deu para uma conversa mais informal. No fundo, este País em 20 anos cresceu muito pouco, aumentando a dívida social, não dando as respostas exigidas pela sociedade no que se referem à equidade, à desigualdade. Acho que, no mínimo, temos que aguardar um pouco mais para qualquer conclusão definitiva sobre os impactos da crise.

Sob esse ponto de vista, até por uma questão de responsabilidade, acho que conclusões muito negativas devem ser, no mínimo, vistas com cuidado. Eu tenho lido muitas conclusões precipitadas. Também não estou aqui advogando a tese de que vai ser um céu de brigadeiro. Acho que a coisa do otimismo responsável é uma expressão que cabe no quadro atual porque nem pode ser muito pessimista porque não há dados. Aí poderia ser uma coisa precipitada. Da mesma forma, nem um otimismo irresponsável porque podia ser não técnico. E a nossa tarefa é tentar compatibilizar a nossa técnica com a nossa vontade. Tem um autor francês que diz que o ideal é construir o otimismo da vontade. Então, concordo com o Deputado Pedro Eugênio. Tem que esperar um pouco mais e tentar compatibilizar o tecnicismo com o olhar mais cuidadoso sobre a realidade.

Deputado Edson Ezequiel, em relação ao primeiro texto que V.Exa. citou, conheço os 2 economistas. Eles têm uma visão bem radical da dinâmica macroeconômica, bem mais radical do que a nossa. Respeitamos muito, são belos economistas, mas, tal como eu e o Tony estamos com divergências aqui, estamos com divergência à esquerda da gente neste caso do livro do Reinaldo, meu amigo pessoal. Eu discordo de que não usamos o quadro positivo. Acho que usamos sim. Os números estão aí.

No que se refere à questão do balanço de pagamentos, acho que estamos numa situação que por muito tempo não é tão confortável. Imagine que no meio da década de 90 este País quebrou no que se refere ao quadro externo. Estou falando de 98 especificamente. Hoje, temos um nível de reservas que diria que não é da China, mas são 200 bilhões. Isto dá um certo fôlego, um certo conforto, que me dão o direito à ousadia de falar que nesta

crise o Brasil é coadjuvante. Ele não é protagonista tal qual foi em outras crises.

Em relação ao professor Soros, é sensacional. Quem imaginou um dia o Soros defender o Estado. Desse ponto de vista, tenho uma tese que queria compartilhar com os senhores. Na verdade, a questão da crise americana – e aí é uma tese que estou disposto a polemizar – é uma decisão do Estado americano de, em vez de financiar imóvel para os pobres, usar o mercado financeiro para fazê-lo. E aí, quando quebra, quebra mesmo. Então, é a ausência do Estado. Os liberais que me desculpem, mas a crise é a ausência do Estado. O Estado americano, em vez de financiar imóvel para pobre, decidiu usar o mercado financeiro como intermediário, e aí dá uma discussão sobre carteira, sobre análise de risco e tudo o mais que todo mundo conhece. Então, os liberais que me desculpem, mas a questão da crise é uma questão de falta de Estado. E o Keynes manda lembranças sobre isso. Falta de Estado é falta de Estado. E fico muito confortável para falar a respeito, inclusive no Brasil, pelo menos está no setor privado. Cansamos de ver discussões sobre modelos organizacionais, eficiência, competência, complexidade, e tome problema. Então, é aquela velha história. Keynes manda lembranças. Se não houver demanda, não tem empresário eficiente. Tem que ter demanda, tem que ter para quem vender. Não há modelo que venda 100 mil livros, que vire best-seller e que vá ser o modelo organizacional para dar resposta às questões econômicas. A questão é demanda mesmo. Repito: o Keynes manda lembranças.

Então, no que se refere ao Soros, faltou Estado. E aí acho que inclusive nós estudiosos temos que voltar a ler os clássicos, para começar a discutir o que era uma hegemonia absoluta num certo discurso e, parece-me, está em xeque.

Deputado Félix Mendonça, também trouxemos dados da economia real para o senhor, não foi só financeira. Trouxemos dados de emprego, de investimento, de formação bruta. Entendo, compartilho, sou solidário com a preocupação porque acho que o papel dos governos é este: olhar a economia real. No fundo, a grande tarefa dos governos hoje é tentar verificar a possibilidade de adotar medidas que impeçam que a crise financeira chegue à economia real. Sou supersolidário ao senhor.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Acelerar o PAC é importante.

O SR. RENAUT MICHEL BARRETO E SILVA – Muito importante.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – E acelerar os investimentos do Governo. Quando o carro chega ao meio da curva, temos que acelerar, para ele pegar o equilíbrio.

O SR. RENAUT MICHEL BARRETO E SILVA – Desse ponto de vista, sou solidário ao senhor. O Governo está muito preocupado com o lado real da economia.

Por fim, só queria deixar bem clara essa discordância. Tenho profundo respeito pelo Tony. Acho que há uma discussão de hipótese de modelo, de dinamismo macroeconômico e microeconômico. Fundamentalmente, queria deixar marcada a posição de que no fundo a crise que estamos vivendo é por falta de Estado. Acho que está na agenda discutir o Estado, no fundo está na agenda discutir uma reformulação daquilo que foi hegemônico durante 20 anos, a idéia de que o Estado era o culpado por tudo. Tudo era culpa do Estado, o que inclusive vinha no bojo das tais reformas, que não entendo muito bem quais são. Acho que o Tony vai falar mais sobre isso.

Cuidei muito da expressão otimismo responsável. Acho que a economia brasileira tem todas as condições de minimizar os efeitos da crise e manter aquilo que na minha exposição chamei de ciclo virtuoso de crescimento, que ao fim e ao cabo é aquilo que todos nós queremos.

Obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Muito obrigado, Michel, por sua intervenção.

Vamos passar a palavra, pela ordem, ao Sr. Mário Rubens, para as suas considerações finais e respostas às questões levantadas aqui.

O SR. MÁRIO RUBENS DE MELLO NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

A minha exposição vai ser muito parecida com a do Michel. Por isso, não vou me tornar tão repetitivo. Queria primeiro dizer que sou um técnico. Como técnico responsável, não fabrico

dados. Mostro os dados que tenho. Se eu inventasse dados pessimistas, estaria fabricando dados. Estou mostrando os dados que existem agora.

Segundo, sou um técnico desenvolvimentista. Então, como o Michel disse, também posso fazer uma crítica ao primeiro Governo Lula e ao segundo Governo Lula, ressaltando as vantagens do segundo Governo Lula.

Estamos aqui discutindo desenvolvimento econômico, crescimento econômico. Mais que tudo, crescimento econômico, como o Deputado Félix Mendonça disse e acho importante ressaltar, passa pela indústria. A agricultura é complementar. A agropecuária é complementar. Precisamos de indústria.

Vou discordar, como o Michel já fez, bastante do Tony. Nossa mudança de padrão de crescimento se deve ao mercado interno. A poupança externa, não. O Tony chegou a falar sobre o problema do passivo externo. Concorde com ele. Discordo quanto à qualidade do passivo externo. Para mim, o mais preocupante é o investimento em carteira, ou seja, o investimento em ação, o investimento em derivativos, o investimento em títulos públicos, porque isso não vaza para o lado real da economia.

Precisamos que o investimento vaze para o lado real da economia. A demanda, o crédito. Mostramos aqui que o crédito puxou o investimento, puxou o investimento de pessoa jurídica, e daí voltamos a crescer 5,4%.

Acho importante manter as expectativas. Isso é devido a expectativas. É importante manter, e, mais ainda, temos que parar um pouco com esse catastrofismo, principalmente o catastrofismo da mídia, com relação à crise. Como estou dizendo, não há dados negativos. Estamos com os dados mais positivos. Isso não é fabricação de dados, estou mostrando o que há. Não adianta. Tenho viajado muito pelo Brasil e tenho falado com pessoas de vários segmentos. Outro dia, estava no Rio Grande do Sul e o representante de todos os segmentos de construção civil chegou para mim e disse que queriam entrevistá-lo sobre a crise da construção civil no Estado e ele disse que não havia crise da construção civil lá. Perguntaram: “Como não tem?” Ele disse: “Ainda não sentimos o efeito da crise da construção civil no Rio Grande do Sul”. E o

jornalista disse que não queria entrevistá-lo, ia procurar alguém que estivesse em crise.

Quanto a essa parte da poupança externa, para complementar o que o Tony disse, muito veio pelas operações de carry trade. Ou seja, as pessoas captaram, os investidores estrangeiros captaram muito lá fora a taxas de juros muito baixas e aplicaram aqui no Brasil, sem vantagem para o setor produtivo. Nossa captação realmente veio pelos bancos comerciais e pelo BNDES, com crescimento industrial no País, geração de emprego e comércio. A bolha de commodities pode ter contribuído um pouco para esse crescimento, mas o crescimento do PIB de exportação no ano passado foi de apenas 0,5%. Para o primeiro semestre deste ano, nessas altas taxas, foi negativo.

Então, vamos manter as expectativas, claro, controlando, acompanhando todos os dados. Como o Michel disse, esperamos que dê certo. Ficar 20 anos sem crescer... Voltar a discutir desenvolvimento, crescer. Este País precisa crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Muito obrigado, Mário Rubens, por sua intervenção e participação neste encontro.

Passo a palavra ao Sr. Tony Volpon, para as suas considerações finais e respostas às questões levantadas.

O SR. TONY VOLPON – Mais uma vez, agradeço ao Michel e ao Mário. Este debate é muito bom. Espero ter oportunidade de continuá-lo, agora que conheci vocês.

Vou inverter um pouco a ordem. Primeiro, vou tentar responder pontualmente a algumas perguntas e depois farei uma consideração final, uma tréplica em relação ao que os meus colegas disseram.

O Deputado Coruja fez 2 perguntas. Uma sobre os juros e outra sobre as reformas, que eu acho que deviam estar na pauta da discussão econômica brasileira hoje, frente a esse diagnóstico que acabei de fazer.

Sobre os juros, eu só diria uma coisa. Acho que o Banco Central, na verdade, frente àquilo que estou qualificando, como fiz

na minha exposição, como um choque negativo de oferta... Isso é o pior dos mundos para qualquer Banco Central, porque diminui a atividade econômica e ao mesmo tempo aumenta o risco, pelo menos em potencial, da inflação.

O BC está numa posição muito difícil. Tem uma meta a perseguir, que é definida não por ele, mas, como os senhores sabem, pelo Conselho Monetário Nacional. Na questão dos juros, pelo menos, tem poucos instrumentos para atingir essa meta. Está numa posição difícil. Eu também gostaria de ter visto um corte de juros ontem, mas entendo completamente a lógica que o BC está seguindo neste momento, de cautela, isto é, vamos colher mais informações para ver o efeito dessa crise sobre a economia brasileira.

Devo lembrar que, se os nossos colegas do IPEA estiverem certos e essa crise realmente não for tão grande para a economia real brasileira, aí, na verdade, não precisamos de corte de juros do Banco Central.

Acho um pouco contraditório ao mesmo tempo ter uma visão muito otimista sobre essa crise e, em outro ponto, tentar forçar ou advogar que o Banco Central deveria cortar juros rapidamente.

Sobre as reformas, obviamente não tenho a arrogância de dizer aqui quais deveriam ser, mas vou tentar botar o dedo na ferida. Por que a economia brasileira não cresce fora desses momentos de extrema abundância de capital e alta de preço de commodities? Por uma razão muito clássica se fizermos um diagnóstico da economia brasileira. É a chamada altíssima taxa de juros. Eu acredito que a economia brasileira não cresce porque existe alguma coisa sobre essa economia que gera taxas de juros reais que a gente não vê em absolutamente nenhum outro lugar do mundo. Essas taxas de juros reais, que perseguem a economia brasileira até nos bons momentos – até nesses últimos 5 anos, de forte crescimento, expansão dos investimentos –, caíram em certos momentos, mas ainda não chegaram nada perto daquilo que vigora lá fora, em outras economias emergentes ou desenvolvidas. Isso é fruto de uma variedade de fatores estruturais que provocam essa taxa tão alta. É impossível tecnicamente dizer que isso é mera vontade do Banco Central por pressão do setor financeiro.

Várias vezes discordo da atuação do Banco Central, tanto no mercado de câmbio como nos juros, mas conheço os técnicos e diretores de lá. Tive oportunidade de trabalhar com Henrique Meirelles no Banco de Boston no início da minha carreira e tenho certeza de que eles estão fazendo o melhor possível.

Então, a questão dos juros tem que ser atacada por reformas estruturais, e, como disse, acho que isso passa pela questão de como gerar mais poupança para aumentar a oferta real de investimentos na economia.

O Deputado Eugênio falou da questão psicológica, de expectativas. O Michel também tocou nesse ponto. Eu acho que aqui pode haver um pouquinho de exagero. Na verdade, quanto a semear o pânico, ninguém está fazendo isso, nem Oposição, nem imprensa. Estamos tentando fazer previsões, baseadas em boas técnicas, do que pode acontecer na economia brasileira frente àquilo que sabemos, a maior crise financeira mundial desde os anos 30.

Falamos também de não termos ainda dados negativos sobre a economia. Eu discordo disso um pouco. Se olharmos para a venda de automóveis, por exemplo, veremos que os dados da ANFAVEA já demonstram forte queda na produção e nas vendas. Se pegarmos os últimos dados de crédito do Banco Central, veremos que eles demonstraram forte queda na criação de crédito por parte do setor bancário privado. O setor público entrou um pouquinho no lugar do setor privado e teve quedas em vários segmentos, apesar disso.

Os efeitos da crise estão começando a chegar à economia real brasileira, e não somente à bolsa, aos juros e ao mercado de câmbio. Certamente, essa crise está instalada no setor financeiro. Olhem o que aconteceu na bolsa. Ela estava em 70 mil e caiu para 30, o dólar estava a 1,60 e subiu para 2,40.

Esse é um quadro de crise. Podemos discutir por que isso aconteceu, mas certamente o mercado financeiro tende a prever o que vai acontecer na economia real amanhã. Isso é fato, está na literatura, a gente sabe disso. Quando a bolsa cai 50%, está fazendo uma previsão de fortíssima queda na rentabilidade das empresas. A bolsa representa o julgamento comum de que o nível de investimento das empresas será afetado.

Então, eu acho que a crise está aí. Não está nos dados, mas sabemos que os dados econômicos sempre chegam com certo atraso. E outra coisa: vários setores da economia reagem de maneira muito mais lenta à crise. O mercado de trabalho é um deles. Isso é algo clássico, que até Keynes defendia. O fato de termos contratos nominais no mercado de trabalho que demoram para ser renegociados quer dizer que até começarmos a ver realmente o impacto sobre os salários e o nível de trabalho demora, não é no próprio mês ou no mês seguinte.

Não devemos ver esses dados, inclusive o PIB divulgado recentemente, como uma certeza de que a crise não vai abater a economia brasileira, porque está, sim, retratando uma condição passada. Precisaríamos, em termos de política econômica – acho que até certo ponto isto está sendo feito –, de medidas preventivas ou pró-ativas para defender a demanda de 2009, um ano certamente muito mais difícil. Acho que a expectativa não é tão importante nessa questão.

O Ezequiel questionou se o Brasil soube aproveitar essa maré positiva. De muitas maneiras, sim. O fato de termos basicamente zerado o passivo, a dívida externa líquida, por parte do Governo, foi algo fantástico. E foi uma maneira de aproveitar essa maré. Apesar de ser muito crítico em relação a muitos pontos da política econômica do Governo Lula, acho que houve várias coisas que aproveitamos.

Voltando à questão da reforma, não tivemos a visão – vários economistas a tiveram nessa época –, de que o que estava ocorrendo lá fora era algo até certo ponto insustentável. Deveríamos ter aproveitado mais esse bom momento para fazer as reformas a um custo muito menor. É muito mais fácil fazer qualquer reforma econômica quando a economia está crescendo fortemente do que quando ela não está crescendo. Mas, infelizmente, por várias razões, parece que invertemos a lógica. Quando a economia está muito bem, ninguém fala em reforma; quando a economia está mal, as reformas voltam para a agenda. De certa forma, foi uma falha política. Não debito isso somente ao Governo, acho que foi uma falha política da sociedade como um todo. Não se trata de culpar um ente específico dentro do sistema como um todo.

Também queria falar de uma coisa que acho muito preocupante. É essa falta de linguagem comum que vejo entre o Banco Central e a Fazenda. Acho que o Ezequiel também tocou nisso rapidamente. Parece que a Fazenda e o Banco Central têm modelos econômicos diferentes, trabalham com visões do mundo diferentes. Isso leva não só a esses conflitos que a gente lê nos jornais, mas também a decisões que parecem trabalhar de maneiras opostas. Acho isso muito ruim. Já foi muito ruim no passado, porque claramente, nesses últimos 5 anos, houve momentos em que a Fazenda estava acelerando a contribuição fiscal e o Banco Central estava puxando os juros. Enfim, acho que realmente uma das coisas que têm que estar na pauta da política econômica é uma maior coordenação efetiva entre a Fazenda e o Banco Central.

Agora, vou fazer uma tréplica ao Michel, e também ao Mário, sobre a tese que estou defendendo. Na minha exposição, tentei demonstrar, via vários dados e argumentos específicos, o impacto desse choque positivo externo sobre a economia brasileira e sobre o consumo. A economia doméstica, o trabalho e o próprio investimento, por essa explicação, foram muito impactados pelo choque externo. Volto à lógica que demonstrei. O Michel disse que a economia brasileira mudou muito, mas eu me pergunto: mudou muito mesmo? Olhando a estrutura da economia brasileira de hoje e a de poucos anos atrás, 4 ou 5 anos, quando as perspectivas de crescimento eram tão baixas, mudou tanto estruturalmente internamente? Eu argumentaria que não. A performance mudou muito, mas a estrutura da economia brasileira é mais ou menos a mesma coisa. A Vale do Rio Doce é a Vale do Rio Doce, a PETROBRAS é a PETROBRAS. A estrutura de fato da economia real brasileira não mudou tanto nesses 5 anos. Então, se há uma mudança muito forte de comportamento e a estrutura não mudou, efetivamente, pela lógica, somos levados a procurar fatores externos para explicar essa mudança. É isso que faço e tentei defender na minha exposição.

Para finalizar, vivemos 5 anos na economia brasileira nos quais, de certa forma, tudo era possível. Aumentamos os investimentos, o consumo das famílias, o consumo do Governo, as importações. Tudo era possível, exatamente pelo efeito tão benéfico que esse boom de commodities trouxe ao País. E não só ao Brasil.

Se olharmos para outros países emergentes, veremos que aconteceu a mesma coisa. Então, podemos ver que a performance de todos os países emergentes subiu tanto. Esse é outro indício de que o que realmente empurrou o crescimento nos últimos 5 anos foi o fator externo. Não acredito que ninguém vá defender que todos esses países, ao mesmo tempo, adotaram políticas econômicas internas que eram sadias, explicando esse boom de crescimento. Se todas as economias emergentes cresceram ao mesmo tempo, isso indica que algum fator comum em todas essas economias explica esse crescimento. Isso é uma evidência empírica incontestável que realmente apóia a minha tese de que o motor de crescimento nesses anos foram os fatores externos. Basta olhar para as outras economias.

Finalmente, como eu disse, em 5 anos tudo foi possível. Enfrentamos agora a maior crise de economia externa desde os anos 30 e na economia brasileira temos de fazer escolhas. Não podemos tudo agora. O Governo terá de fazer escolhas, a sociedade terá de fazer escolhas. Frente à restrição externa que se está impondo sobre a economia brasileira, há necessidade de baixar a absorção da economia como um todo, dado que não conseguiremos financiar um crescimento de demanda de 8% ao ano, como tem ocorrido nesses últimos anos, sem causar uma séria crise de balanço de pagamentos. A economia brasileira agora tem que fazer escolhas. Se queremos manter os investimentos em alta, vamos ter que cortar o consumo. Essa é uma escolha que temos de fazer como sociedade. Se o Governo insistir em viver no passado, o que acontecerá será muito simples, e acho que 2009-2010 será a grande experiência real para as nossas teses opostas, para ver quem está certo. Se o Governo realmente adotar as políticas econômicas que foram defendidas pelos meus colegas e acelerar o consumo de forma desmedida, haverá problemas de balanço de pagamentos em 2009-2010, o que vai pesadamente afetar negativamente a economia brasileira.

Quem vai acabar pagando a conta serão os investimentos do setor privado, independentemente do PAC. O que o Governo investe no PAC é muito pequeno em relação a esses 15 ou 20% que estavam sendo investidos até agora. Ele tem um papel catalisador, como o senhor disse, muito importante, porque vai

para a infra-estrutura, mas a economia brasileira não cresce sem investimento forte do setor privado. É isso que realmente faz esse crescimento do PIB ser sustentável. Se mantivermos, nessas novas restrições externas, a vontade de ficar vivendo no passado e não percebermos que a situação mudou radicalmente, quem vai pagar a conta é o investimento do setor privado. Vários economistas já estão prevendo crescimento zero do investimento do setor privado para o próximo ano em função dessa crise. É isso que devemos evitar o máximo possível, porque, independentemente de todas as teses contraditórias entre nós, todos nós queremos ver o crescimento econômico ser o máximo possível, para o bem da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Eugênio) – Muito obrigado ao Sr. Tony Volpon por sua participação e intervenção final.

Quero agradecer a todos os Parlamentares e técnicos que participaram desse encontro. Agradeço muito aos senhores expositores pela presença. Essa exposição fez parte do primeiro ciclo de debates que a Comissão de Finanças e Tributação promoveu. Com esta Mesa, encerra-se esse primeiro ciclo, que teve 3 audiências públicas, como dissemos no início.

Tivemos o cuidado de colocar primeiro ciclo na certeza de que a crise internacional durará o suficiente para nos dar a oportunidade de fazer o segundo, o terceiro, e por aí vai. Esperamos, entretanto, que o impacto da crise no Brasil seja relativamente pequeno, baseado no conceito do otimismo responsável aqui levantado pelo Michel.

Agradeço a todos vocês mais uma vez pela presença. Com certeza, os elementos aqui levantados, inclusive os pontos colocados em conflito, em contradição, são fundamentais para que possamos, na Comissão e na sociedade, aprofundar essas questões, levantar mais informações e fazer análises permanentemente, porque esse é um fator importante para que possamos melhor enfrentar a crise, esclarecermos, termos transparência e a clareza de entender o momento pelo qual passamos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião.

Está encerrada a presente reunião.

LEGISLAÇÕES CORRELATAS



REQUERIMENTO Nº 143, DE 2008

(Do Sr. Rodrigo Rocha Loures)

Requer a realização de audiência pública para debater a crise financeira internacional e suas repercussões na economia brasileira.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a crise financeira internacional e suas repercussões na economia brasileira, com a presença do professor Paulo Rabello de Castro e do professor Luiz Paulo Rosenberg.

JUSTIFICAÇÃO

O mundo está vivendo uma crise financeira com proporções indefinidas.

O Brasil está sendo atingido por essa crise, havendo intervenções do Banco Central com o intuito de minimizar seus efeitos.

Necessário se faz conhecer os vários cenários que possivelmente se apresentarão para que estejamos preparados.

Certo da relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de de 2008.

Deputado RODRIGO ROCHA LOURES
PMDB/PR

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2008

(Do Sr. Fernando Coruja)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre as Medidas Provisórias 442/2008 e 443/2008.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255, combinado com o art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para discutir as Medidas Provisórias nºs 442 e 443, que tramitam nesta Casa.

Solicito que sejam convidados os Srs. Marcio Porchman, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Tony Volpon, Economista Chefe da CM Capital Markets.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória 442/2008, editada no início da semana passada que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, tem como um de seus objetivos criar condições de exceção ao padrão normal das operações financeiras e medidas de intervenção que normalmente são realizadas pelo Banco Central e pretende evitar os impactos da crise econômica internacional no País.

O Governo Federal com a edição da Medida Provisória 443/2008 que autoriza ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, os dois principais bancos públicos do país a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. Essa MP é a segunda medida adotada pelo Governo Federal para dar apoio a instituições financeiras em dificuldades.

Em virtude da gravidade e da importância dos temas, é fundamental que os membros da Comissão de Finanças e Tributação possam tomar conhecimento de forma mais aprofundada e debater com a maior brevidade possível as questões propostas pelas mencionadas medidas provisórias.

Sala das Comissões, em de de 2008.

Dep. Fernando Coruja PPS/SC

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2008

(Do Sr. Fernando Coruja)

Requer a convocação da Ministra-Chefe da Casa Civil para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre os impactos da crise do sistema financeiro internacional na implementação das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocada a Ministra-Chefe da Casa Civil, Sr.^a DILMA ROUSSEFF, para prestar esclarecimentos sobre os impactos da crise do sistema financeiro internacional na implementação das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

JUSTIFICATIVA

Como é amplamente sabido, a escalada da crise financeira internacional vem atingindo a economia brasileira de forma preocupante. O Brasil, infelizmente e ao contrário das primeiras declarações de membros do governo e do próprio Presidente da República, não está imune aos seus efeitos.

Um dos primeiros setores a sofrerem perdas, muito provavelmente, será o de investimentos públicos em infra-estrutura, mais especificamente o que diz respeito às obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Portos e hidrelétricas, setores

que formam a base do Programa, já são os mais atingidos pela escassez de crédito internacional. Além disso, de setembro para outubro, os investimentos nas obras do PAC caíram quase 80% por consequência da crise econômica.

Nesse sentido, dando continuidade aos debates nesta Casa sobre os efeitos da crise do sistema financeiro internacional, não pode a principal autoridade sobre o PAC, o mais importante programa de investimentos do governo federal, deixar de contribuir para esta importante discussão.

Sem embargo, é fundamental a vinda da Ministra Dilma Rousseff para o centro do debate, a fim de discutirmos, no âmbito desta Comissão, os impactos do problema financeiro na implementação do PAC. Afinal, o próprio Presidente da República cobrou, recentemente, do Congresso Nacional que todos participassem desta discussão. Nosso objetivo é apenas ouvir a Ministra e discutir com ela os rumos da crise para o PAC, assim como as ações de governo diante de um cenário nada promissor.

Diante deste cenário conturbado e gravíssimo, é imprescindível o comparecimento da Ministra Dilma Rousseff a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre os impactos da crise do sistema financeiro internacional na implementação das obras do PAC.

Sala da Comissão, em de outubro de 2008.

Deputado Fernando Coruja PPS/SC

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 442, DE 6 DE OUTUBRO DE 2008

Dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Conselho Monetário Nacional, com o propósito de assegurar níveis adequados de liquidez no sistema financeiro, poderá:

- I – estabelecer critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira; e
- II – afastar, em situações especiais e por prazo determinado, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição, nas operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, as exigências de regularidade fiscal previstas no art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, no art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, no art. 27, alínea “b”, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 1º Nas operações de empréstimo referidas no inciso I do *caput*, fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I – liberar o valor da operação na mesma moeda estrangeira em que denominados ou referenciados os ativos recebidos em garantia; e

II – aceitar, em caráter complementar às garantias oferecidas nas operações, garantia real ou fidejussória outorgada pelo acionista controlador, por empresa coligada ou por instituição financeira.

§ 2º Na ocorrência de inadimplemento, o Banco Central do Brasil poderá, mediante oferta pública, alienar os ativos recebidos em operações de redesconto ou em garantia de operações de empréstimo.

§ 3º A alienação de que trata o § 2º não será obstada pela intervenção, recuperação judicial, liquidação extrajudicial, falência ou insolvência civil a que sejam submetidos, conforme o caso, a instituição financeira ou o terceiro titular do ativo oferecido em garantia de empréstimo.

§ 4º O resultado, positivo ou negativo, da alienação de que trata o § 2º será apropriado pelo Banco Central do Brasil e integrará seu balanço para os efeitos do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001.

§ 5º O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 2º As sociedades de arrendamento mercantil poderão emitir título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro, denominado Letra de Arrendamento Mercantil – LAM.

§ 1º O título de crédito de que trata o *caput*, nominativo, endossável e de livre negociação, deverá conter:

I – a denominação “Letra de Arrendamento Mercantil”;

II – o nome do emitente;

III – o número de ordem, o local e a data de emissão;

IV – o valor nominal;

V – a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;

VI – a descrição da garantia, real ou fidejussória, quando houver;

VII – a data de vencimento ou, se emitido para pagamento parcelado, a data de vencimento de cada parcela e o respectivo valor;

VIII – o local de pagamento; e

IX – o nome da pessoa a quem deve ser pago.

§ 2º O endossante da LAM não responde pelo seu pagamento, salvo estipulação em contrário.

§ 3º A LAM não constitui operação de empréstimo ou adiantamento, por sua aquisição em mercado primário ou secundário, nem se considera valor mobiliário para os efeitos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Art. 3º A LAM será emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A transferência de titularidade da LAM será operada no sistema referido no *caput*, que será responsável pela manutenção do registro das negociações.

Art. 4º Aplica-se à LAM, no que não contrariar o disposto nesta Medida Provisória, a legislação cambial.

Art. 5º O art. 8º da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Conselho Monetário Nacional poderá baixar resolução disciplinando as condições segundo as quais as instituições financeiras poderão financiar suas controladas, coligadas ou interdependentes que se especializarem em operações de arrendamento mercantil.

Parágrafo único. A aquisição de debêntures emitidas por sociedades de arrendamento mercantil, em mercado primário ou secundário, constitui obrigação de natureza cambial, não caracterizando operação de empréstimo ou adiantamento.” (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
Henrique de Campos Meirelles

Este texto não substitui o publicado no DOU de 6.9.2008 –
Edição extra

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 443, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008

Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal ficam autorizados a constituir subsidiárias integrais ou controladas, com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social.

Art. 2º O Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, poderão adquirir participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos arts. 17 e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto no art. 10, inciso X, daquela Lei.

§ 1 Para a aquisição prevista no *caput*, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal poderão contratar empresas avaliadoras especializadas, mediante procedimento de consulta simplificada de

preços, na forma do regulamento, observada sempre a compatibilidade de preços com o mercado.

§ 2º Na hipótese prevista no caput, percentual do preço a ser desembolsado na operação de aquisição de participação societária poderá ser apartado para depósito em conta aberta junto à instituição financeira adquirente, para fazer frente a eventuais passivos contingentes não identificados, ficando o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, conforme o caso, autorizado a debitar a referida conta sempre que identificado algum passivo dessa ordem, nos termos fixados no contrato de aquisição.

Art. 3º A realização dos negócios jurídicos mencionados nos arts. 1º e 2º poderá ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário, bem como qualquer outra forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas em lei.

Art. 4º Fica autorizada a criação da empresa CAIXA – Banco de Investimentos S.A., sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de explorar atividades de banco de investimento, participações e demais operações previstas na legislação aplicável.

Art. 5º Fica dispensada de procedimento licitatório a venda para o Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal de participação acionária em instituições financeiras públicas.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a realizar operações de swap de moedas com bancos centrais de outros países, nos limites e condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

Paulo Bernardo Silva

Henrique de Campos Meirelles

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO II Da Seguridade Social

Seção I Disposições Gerais

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.)
 - a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
 - b) a receita ou o faturamento;
 - c) o lucro;

- II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.)
 - III – sobre a receita de concursos de prognósticos.
 - IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.)
- § 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- § 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- § 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- § 4º A Lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.
- § 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

- § 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.
- § 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- § 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (§ 8º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.)
- § 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. (§ 9º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.)
- § 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. (§ 10. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.)

- § 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar. (* § 11. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.)
- § 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas. (* § 12. acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.)
- § 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento. (* § 13. acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.)

Seção II

Da Saúde

- Art. 196.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

DECRETO-LEI Nº 147, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova lei orgânica à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

CAPÍTULO VII

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente.

Parágrafo único. Terá efeito de certidão negativa aquela que, mesmo acusando dívida inscrita, vier acompanhada de prova de que o devedor, em relação a essa dívida, ofereceu bens à penhora, no respectivo executivo fiscal, mediante certidão expedida pelo cartório ou secretaria do Juízo da execução.

Art. 63. As dívidas ativas da União, ajuizadas até à data do presente Decreto-Lei poderão ser liquidadas em parcelas mensais, iguais e sucessivas:

I – nos casos de pessoa física:

- a) em até 4 (quatro) parcelas, se a dívida for superior a 5 (cinco) vezes e inferior a 20 (vinte) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente; e
- b) em até 8 (oito) parcelas, se a dívida for igual ou superior a 20 (vinte) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente;

II – nos demais casos:

- a) em até 4 (quatro) parcelas, se a dívida for superior a 20 (vinte) e inferior a 100 (cem) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente; e
- b) em até 8 (oito) parcelas, se a dívida for igual ou superior a 100 (cem) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente.

§ 1º A requerimento do executado, que deverá oferecer plena garantia ao Juízo e depois de ouvido o competente órgão do Ministério Público, o Juiz poderá autorizar o parcelamento da dívida, devendo as respectivas prestações ser corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora, na forma da legislação aplicável, até à data em que forem efetivamente liquidadas.

§ 2º Recebido o requerimento, este valerá como confissão irretratável da dívida, que, no seu pagamento, não admitirá atraso de qualquer prestação, sob pena de se considerarem automaticamente vencidas as demais, prosseguindo, neste caso, o executivo fiscal.

§ 3º No pagamento das prestações, serão incluídos as custas judiciais e os encargos do art. 32 e parágrafos.

§ 4º As dívidas ativas apuradas, até à data do presente Decreto-Lei, já inscritas ou em fase de inscrição nas Procuradorias da Fazenda Nacional, mas ainda não

ajuizadas, poderão ter o seu pagamento parcelado, mediante requerimento do devedor, deferido pelo Procurador-Chefe, observadas, no que couber, as normas e formalidades deste artigo e dos parágrafos anteriores, bem como as do § 6º do art. 22.

DECRETO-LEI Nº 1.715, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1979

Regula a expedição de certidão de quitação de tributos federais e extingue a declaração de devedor remisso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o inciso II, do art. 55, da Constituição e tendo em vista o disposto no Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979, que instituiu o Programa Nacional de Desburocratização,

DECRETA:

Art. 1º A prova de quitação de tributos, multas e outros encargos fiscais, cuja administração seja da competência do Ministério da Fazenda, será exigida nas seguintes hipóteses:

- I – concessão de concordata e declaração de extinção das obrigações do falido;
- II – celebração de contrato com quaisquer órgãos da Administração Federal Direta e Autarquias da União e participação em concorrência pública promovida por esses órgãos e entidades, observado, nesta última hipótese, o disposto no art. 3º;
- III – transferência de residência para o Exterior;
- IV – venda de estabelecimentos comerciais ou industriais por intermédio de leiloeiros;

V – registro ou arquivamento de distrato, alterações contratuais e outros atos perante o registro público competente, desde que importem na extinção de sociedade ou baixa de firma individual ou na redução de capital das mesmas, exceto no caso de falência;

VI – outros casos que venham a ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 1º A prova de quitação prevista neste artigo será feita por meio de certidão ou outro documento hábil, na forma e prazo determinados pelo Ministro da Fazenda.

§ 2º A certidão de quitação será eficaz, dentro do seu prazo de validade e para o fim a que se destina, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

§ 3º Para efeito do julgamento de partilha ou de adjudicação, relativamente aos bens do espólio ou às suas rendas, o Ministério da Fazenda prestará ao juízo as informações que forem solicitadas.

Art. 2º É vedado aos órgãos e entidades da Administração Federal, Direta ou Indireta, exigir a prova de quitação de que trata este Decreto-lei, salvo nas hipóteses previstas no art. 1º.

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

- a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta, Indireta ou Fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;
- b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta, Indireta, ou Fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;
- c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;
- d) transferência de domicílio para o exterior;
- e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato

social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

Art. 28. São isentos de tributos federais os atos e operações necessárias à aplicação desta Lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta Lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) passa a ser regulado por esta Lei.

Art. 2º O Cadin conterá relação das pessoas físicas e jurídicas que:

- I – sejam responsáveis por obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, para com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta;
- II – estejam com a inscrição nos cadastros indicados, do Ministério da Fazenda, em uma das seguintes situações:
 - a) suspensão ou cancelada no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
 - b) declarada inapta perante o Cadastro Geral de Contribuintes – CGC.

- § 1º Os órgãos e as entidades a que se refere o inciso I procederão, segundo normas próprias e sob sua exclusiva responsabilidade, às inclusões no Cadin, de pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas neste artigo.
- § 2º A inclusão no Cadin far-se-á 75 (setenta e cinco) dias após a comunicação ao devedor da existência do débito passível de inscrição naquele Cadastro, fornecendo-se todas as informações pertinentes ao débito.
- § 3º Tratando-se de comunicação expedida por via postal ou telegráfica, para o endereço indicado no instrumento que deu origem ao débito, considerar-se-á entregue após 15 (quinze) dias da respectiva expedição.
- § 4º A notificação expedida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dando conhecimento ao devedor da existência do débito ou da sua inscrição em Dívida Ativa atenderá ao disposto no § 2º.
- § 5º Comprovado ter sido regularizada a situação que deu causa à inclusão no Cadin, o órgão ou a entidade responsável pelo registro procederá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à respectiva baixa.
- § 6º Na impossibilidade de a baixa ser efetuada no prazo indicado no § 5º, o órgão ou a entidade credora fornecerá a certidão de regularidade do débito, caso não haja outros pendentes de regularização.
- § 7º A inclusão no Cadin sem a expedição da comunicação ou da notificação de que tratam os §§ 2º e 4º, ou a não exclusão, nas condições e no prazo previstos no § 5º, sujeitará o responsável às penalidades cominadas pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pelo Decreto-Lei nº

5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

- § 8º O disposto neste artigo não se aplica aos débitos referentes a preços de serviços públicos ou a operações financeiras que não envolvam recursos orçamentários.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.179-36, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

*Dispõe sobre as relações financeiras
entre a União e o Banco Central do Brasil,
e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º As disponibilidades de caixa da União depositadas no Banco Central do Brasil serão remuneradas, a partir de 18 de janeiro de 1999, pela taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central do Brasil.

Art. 2º O resultado apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil após computadas eventuais constituições ou reversões de reservas será considerado:

I – se positivo, obrigação do Banco Central do Brasil para com a União, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional;

II – se negativo, obrigação da União para com o Banco Central do Brasil, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício

subseqüente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional.

- § 1º Os valores pagos na forma do inciso I serão destinados exclusivamente ao pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, devendo ser amortizada, prioritariamente, aquela existente junto ao Banco Central do Brasil.
- § 2º Durante o período compreendido entre a data da apuração do balanço semestral e a data do efetivo pagamento, as parcelas de que tratam os incisos I e II terão remuneração idêntica àquela aplicada às disponibilidades de caixa da União depositadas no Banco Central do Brasil.
- § 3º A constituição de reservas de que trata o caput não poderá ser superior a vinte e cinco por cento do resultado apurado no balanço do Banco Central do Brasil. (Vide Medida Provisória nº 435, de 26 de junho de 2008.)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 435, DE 26 DE JUNHO DE 2008

Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 12º O disposto no art. 6º desta Medida Provisória aplica-se às operações realizadas a partir de 2 de janeiro de 2008.

Parágrafo único. O resultado financeiro líquido das operações realizadas até a data da publicação desta Medida Provisória será acumulado para fins de compensação e liquidação entre as partes, juntamente com o resultado financeiro das demais operações realizadas até 30 de junho de 2008.

Art. 13º Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14º Ficam revogados os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da Medida Provisória nº 2.179-16, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 26 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Nelson Machado

LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Serão disciplinadas e fiscalizadas de acordo com esta Lei as seguintes atividades:

- I – a emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado;
- II – a negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- III – a negociação e intermediação no mercado de derivativos; (Inciso III acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
- IV – a organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Valores; (Primitivo inciso III renumerado pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)

- V – a organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Mercadorias e Futuros; (Inciso V acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)(Primitivo inciso V renumerado pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - VI – a administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários; (Inciso VI acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)(* Primitivo inciso VI renumerado pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - VII – a auditoria das companhias abertas;
 - VIII – os serviços de consultor e analista de valores mobiliários.
- Art. 2º** São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei:
- I – as ações, debêntures e bônus de subscrição; (Inciso I com redação dada pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - II – os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II; (Inciso II acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)(Primitivo inciso II renumerado pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - III – os certificados de depósito de valores mobiliários;
 - IV – as cédulas de debêntures; (Inciso IV acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - V – as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos; (Inciso V acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)

- VI – as notas comerciais; (Inciso VI acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - VII – os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários; (Inciso VII acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - VIII – outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e (Inciso VIII acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - IX – quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros. (Inciso IX acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
- § 1º Excluem-se do regime desta Lei: (§ 1º, caput, acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
- I – os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal; (Inciso I acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
 - II – os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, exceto as debêntures. (Inciso II acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
- § 2º Os emissores dos valores mobiliários referidos neste artigo, bem como seus administradores e controladores, sujeitam-se à disciplina prevista nesta Lei, para as companhias abertas. (§ 2º acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)

§ 3º Compete à Comissão de Valores Mobiliários expedir normas para a execução do disposto neste artigo, podendo: (§ 3º, caput, acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)

- I – exigir que os emissores se constituam sob a forma de sociedade anônima; (Inciso I acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
- II – exigir que as demonstrações financeiras dos emissores, ou que as informações sobre o empreendimento ou projeto, sejam auditadas por auditor independente nela registrada; (Inciso II acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
- III – dispensar, na distribuição pública dos valores mobiliários referidos neste artigo, a participação de sociedade integrante do sistema previsto no art. 15 desta Lei; (Inciso III acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)
- IV – estabelecer padrões de cláusulas e condições que devam ser adotadas nos títulos ou contratos de investimento, destinados à negociação em bolsa ou balcão, organizado ou não, e recusar a admissão ao mercado da emissão que não satisfaça a esses padrões. (Inciso IV acrescido pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001.)

LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974

Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 8º O Conselho Monetário Nacional poderá baixar resolução disciplinando as condições segundo as quais as instituições financeiras poderão financiar suas coligadas ou interdependentes, que se especializarem em operações de arrendamento mercantil.

Art. 9º As operações de arrendamento mercantil contratadas com o próprio vendedor do bem ou com pessoas jurídicas a ele vinculadas, mediante quaisquer das relações previstas no art. 2º desta Lei, poderão também ser realizadas por instituições financeiras expressamente autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, que estabelecerá as condições para a realização das operações previstas neste artigo. (Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.132, de 26 de outubro de 1983.)

Parágrafo único. Nos casos deste artigo, o prejuízo decorrente da venda do bem não será dedutível na determinação do lucro real. (Parágrafo com redação determinada pela Lei nº 7.132, de 26 de outubro de 1983.)

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 1º O Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

- I – do Conselho Monetário Nacional;
- II – do Banco Central do Brasil;
- III – do Banco do Brasil S.A.;
- IV – do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- V – das demais instituições financeiras públicas e privadas.

CAPÍTULO II

Do Conselho Monetário Nacional

Art. 2º Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado, em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, como previsto nesta Lei, objetivando o progresso econômico e social do País.

**RESOLUÇÃO Nº 351,
DE 17 DE NOVEMBRO DE 1975
(REVOGADA PELA RESOLUÇÃO Nº 980,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984)**

*O BANCO CENTRAL DO BRASIL,
na forma do artigo 9º da Lei nº 4.595, de 31
de dezembro de 1964 torna público que o
CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL,
em sessão realizada em 12 de novembro de
1975, tendo em vista a competência que lhe
foi conferida pela Lei nº 6.099, de 12 de se-
tembro de 1974,*

RESOLVEU:

Baixar o Regulamento anexo, que disciplina as operações de arrendamento mercantil, define a competência e regula a atuação das sociedades autorizadas à prática dessas operações.

*Brasília (DF), 17 de novembro de 1975
BANCO CENTRAL DO BRASIL
Paulo H. Pereira Lira – Presidente*

Anexo à Resolução nº 351, de 17.11.75

CAPÍTULO I

Da Prática do Arrendamento Mercantil

Art. 1º As operações de arrendamento mercantil, com o tratamento tributário previsto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, são privativas de pessoas jurídicas registradas no Banco Central, que tenham como objeto social exclusivo a prática de operações de arrendamento mercantil e das instituições financeiras referidas no artigo 12, no caso das operações específicas ali tratadas, observado o disposto neste Regulamento.

CAPÍTULO II

Da Constituição

Art. 2º Depende de autorização do Banco Central o funcionamento das pessoas jurídicas de que trata o artigo anterior.

RESOLUÇÃO Nº 980, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do artigo 9 da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.099, de 12.09.74, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.132, de 26.10.83,

RESOLVEU:

- I – Aprovar o Regulamento anexo, que disciplina as operações de arrendamento mercantil, define a competência e regula a atuação das sociedades autorizadas à prática dessas operações.
- II – Manter suspensas as concessões de novas cartas patentes para o funcionamento de sociedade de arrendamento mercantil.
- III – Vedar a transferência do controle acionário da sociedade de arrendamento mercantil a conglomerado financeiro que já detém sociedade da espécie.
- IV – O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução, inclusive determinando normas específicas de auditoria e contabilidade aplicáveis às operações de que se trata.

V – Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções nos 351, de 17.11.75, 662, de 17.12.80, 678, de 22.01.81, e 908, de 05.04.84, e os itens V, VI, VII e VIII da Resolução nº 869, de 20.12.83.

Brasília (DF), 13 de dezembro de 1984

(Assinatura)

Afonso Celso Pastore
Presidente

ANEXOS

Apresentação Imagens:
Prof. Luís Rosenberg
Paulo Rabello
Ministra Dilma Rousseff
Renaut Michel
Mário Rubens
Tony Volpon



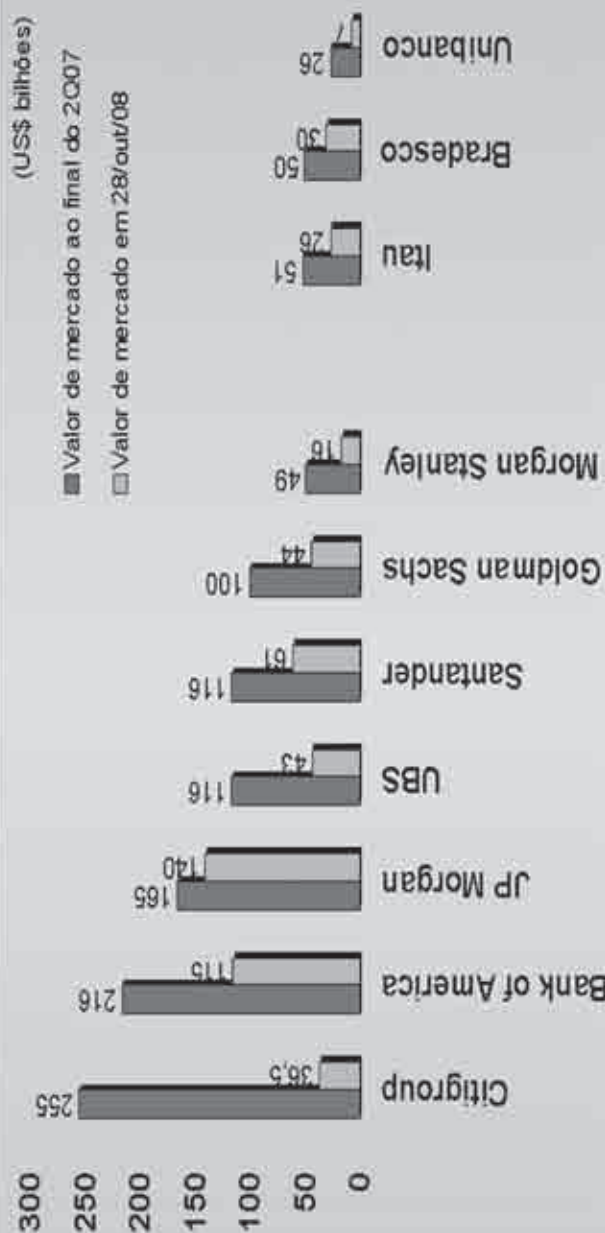
**Apresentação da Primeira Audiência
Pública: Crise Financeira Internacional
(Professor Luís Rosenberg)**

A CRISE INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL

Rosenberg &
Associados
economia e finanças

Luís Paulo Rosenberg
25.11.2008

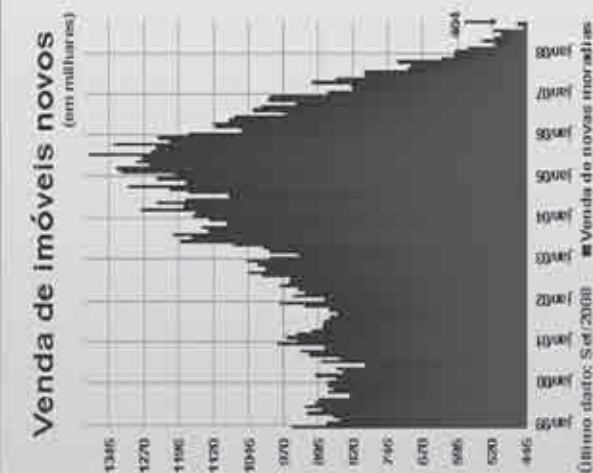
Valor de mercado dos bancos minguando



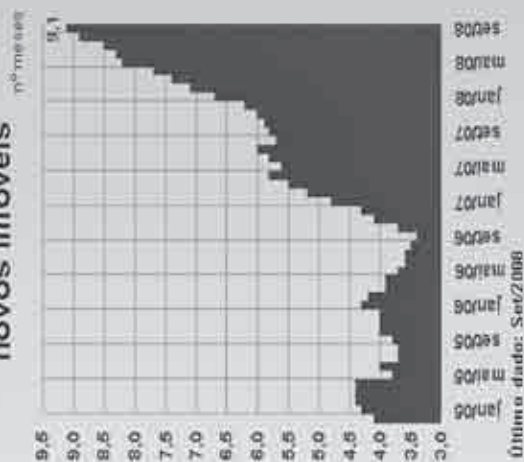
Fonte: Bloomberg, JP Morgan. Obs: o valor do citi foi atualizado até 21.11

<http://www.rosenberg.com.br>

A causa do problema ainda preocupa

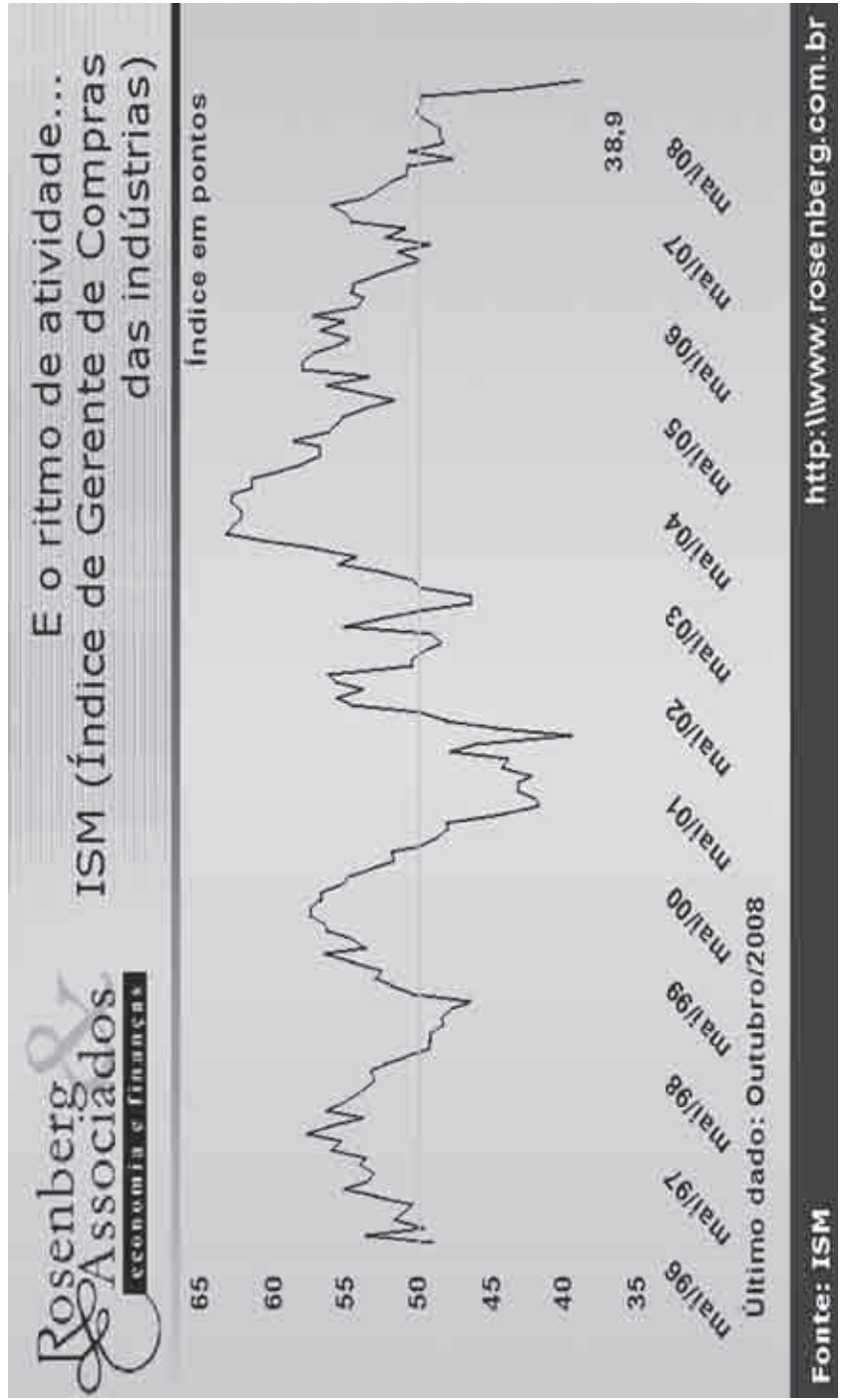


Número de meses para vender novos imóveis



Fonte: NAR e Department of Commerce

<http://www.rosenberg.com.br>



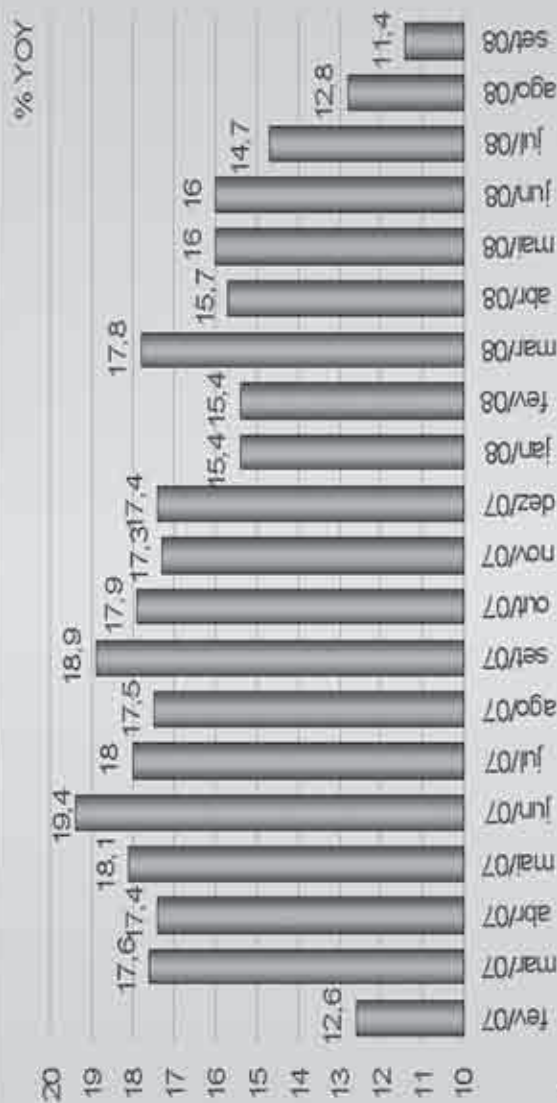
Confiança do consumidor norte-americano



Fonte: Conference Board.

<http://www.rosenberg.com.br>

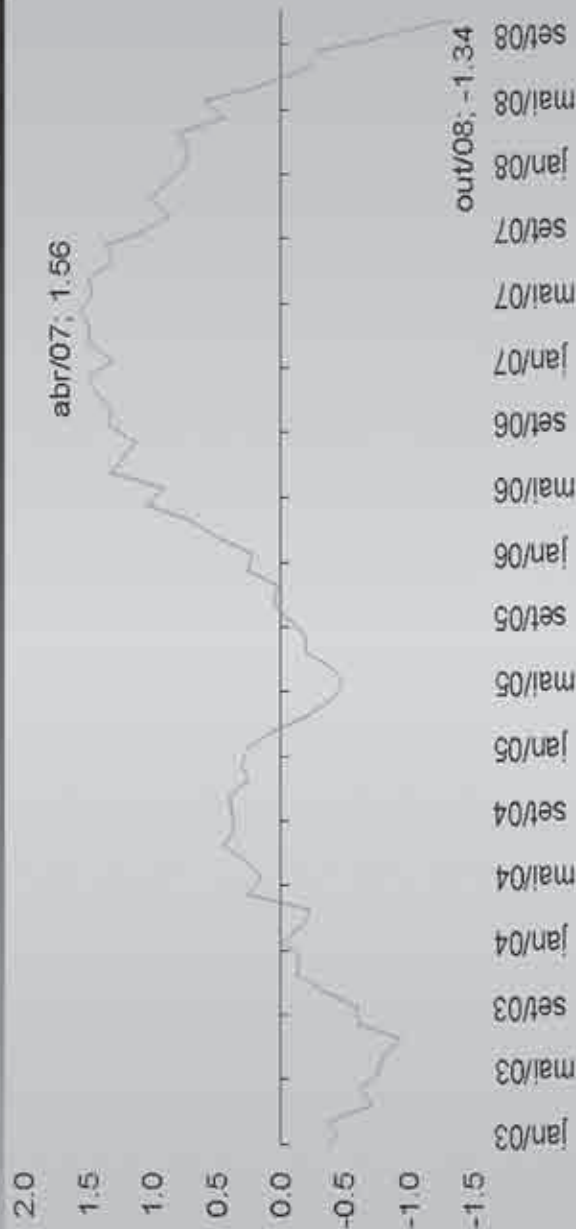
China Produção industrial



Fonte: National Bureau of Statistics of China

<http://www.rosenberg.com.br>

Zona do Euro – Índice de Confiança da Indústria



Último dado: Outubro/2008

Fonte: European Commission

<http://www.rosenberg.com.br>

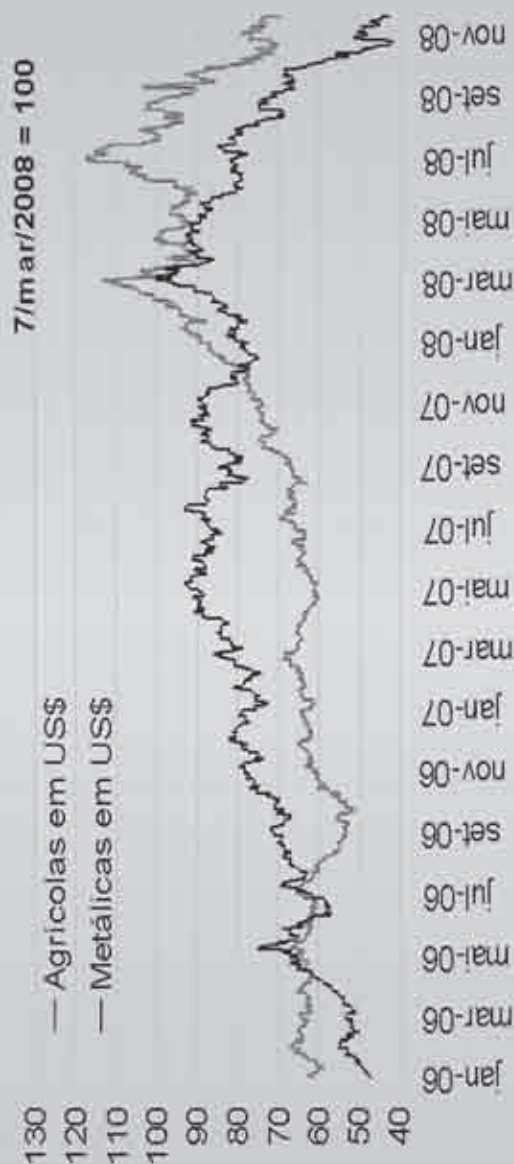
Japão Índice de confiança nos negócios



Fonte: Bank of Japan.

<http://www.rosenberg.com.br>

Consequência: queda de *commodities*

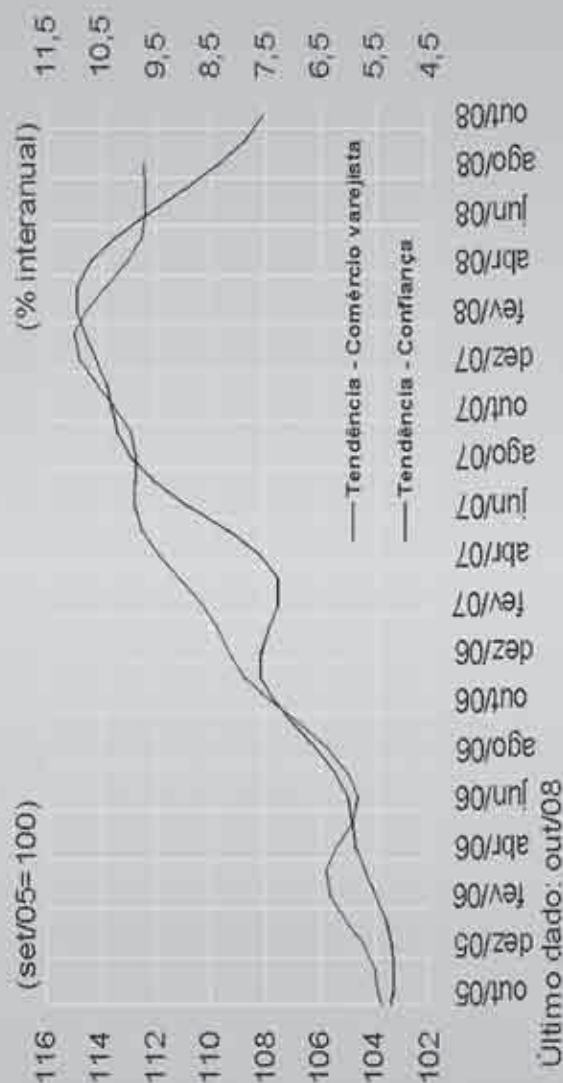


Fonte: FSP

<http://www.rosenberg.com.br>



Índice de confiança do consumidor...

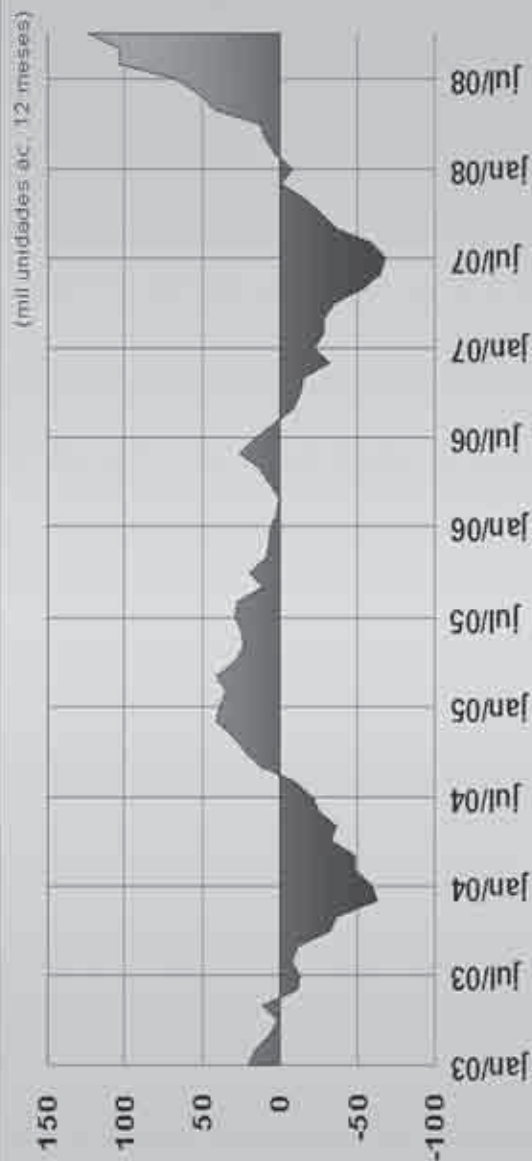


Fonte: FGV. Elaboração: R&A.

<http://www.rosenberg.com.br>

Rosenberg & Associados
economia e finanças

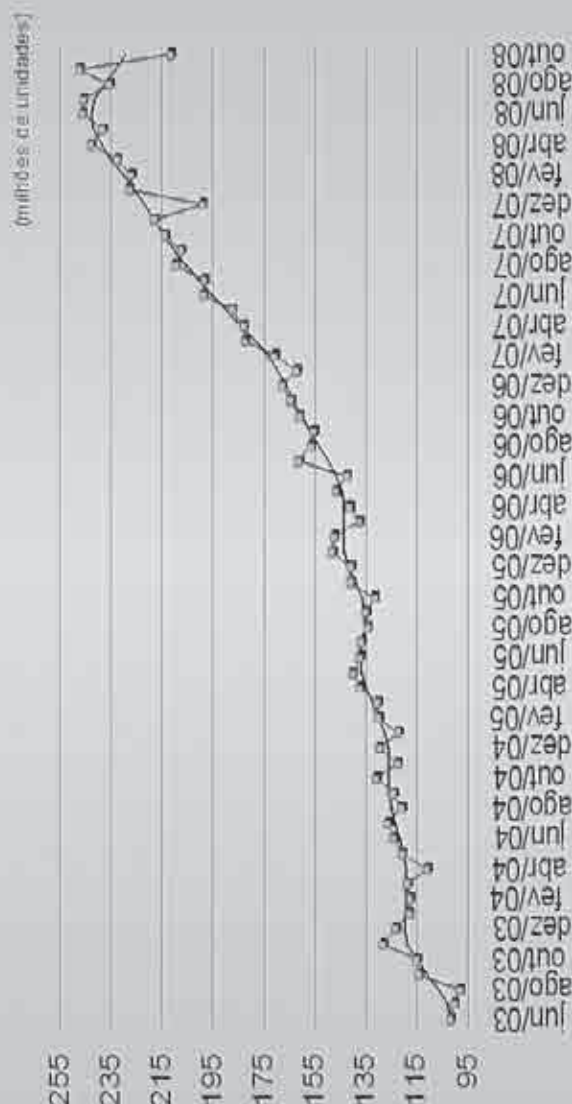
Estoque da indústria automobilística (produção - exportações) - licenciamento de autos nacionais



Fonte: Anfavea. Elaboração: R&A.

<http://www.rosenberg.com.br>

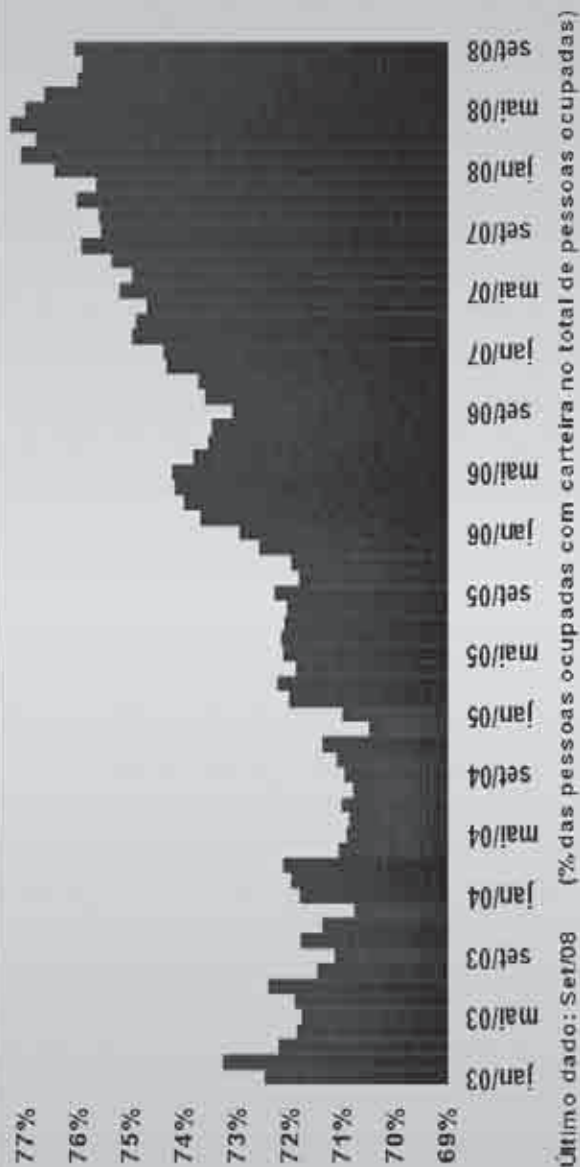
Vendas de Automóveis e Comerciais Leves Dados Dessazonalizados



Fonte: Anfavea e Fenabrave. Elaboração: R&A.

<http://www.rosenberg.com.br>

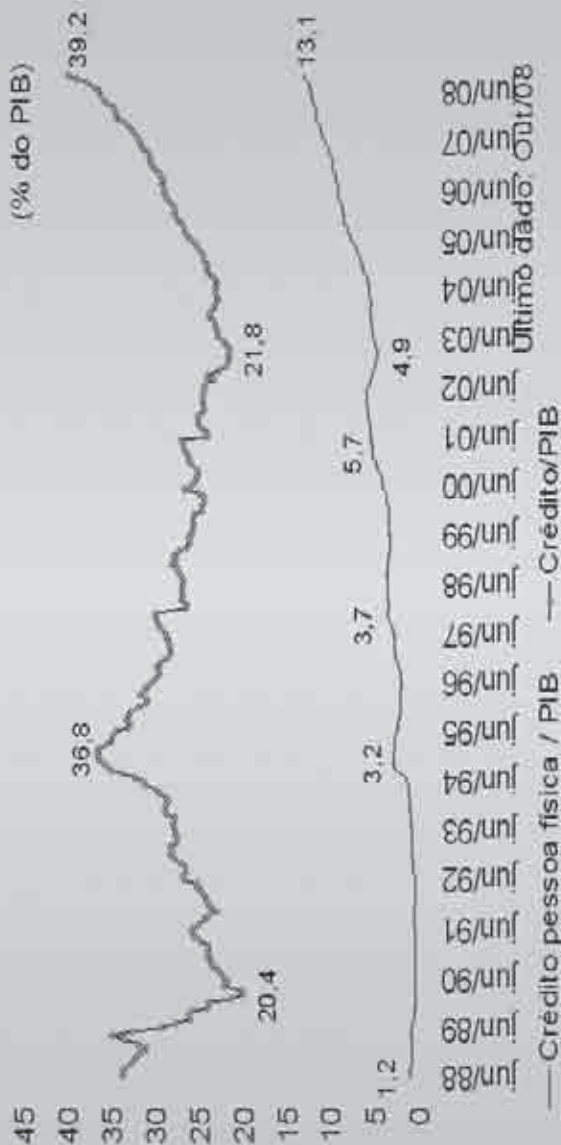
Evolução do emprego formal



Fonte: IBGE

<http://www.rosenberg.com.br>

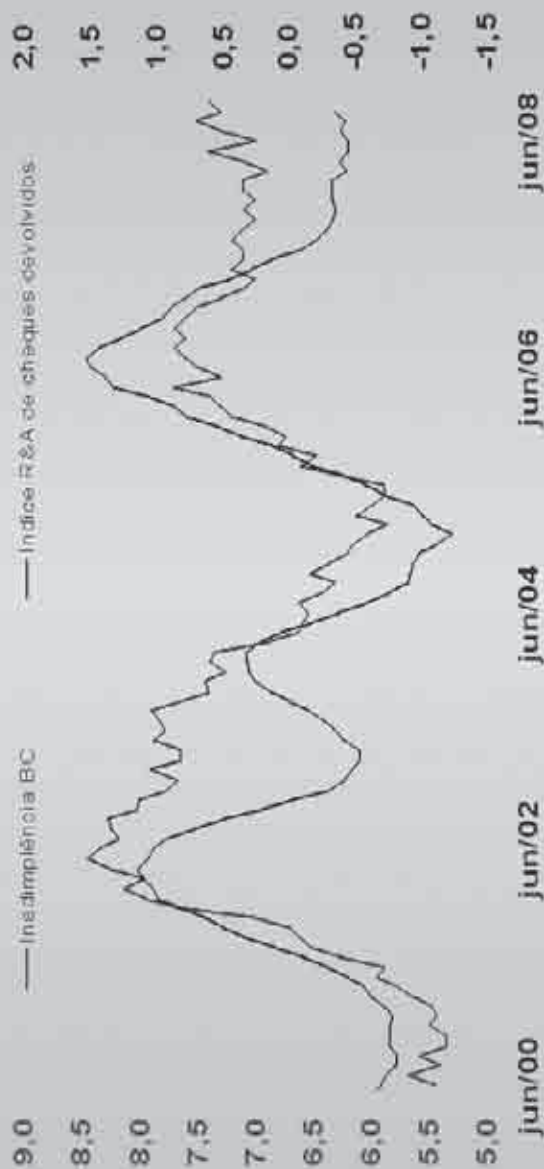
Melhora quantitativa do crédito Crédito / PIB



Fonte: BC

<http://www.rosenberg.com.br>

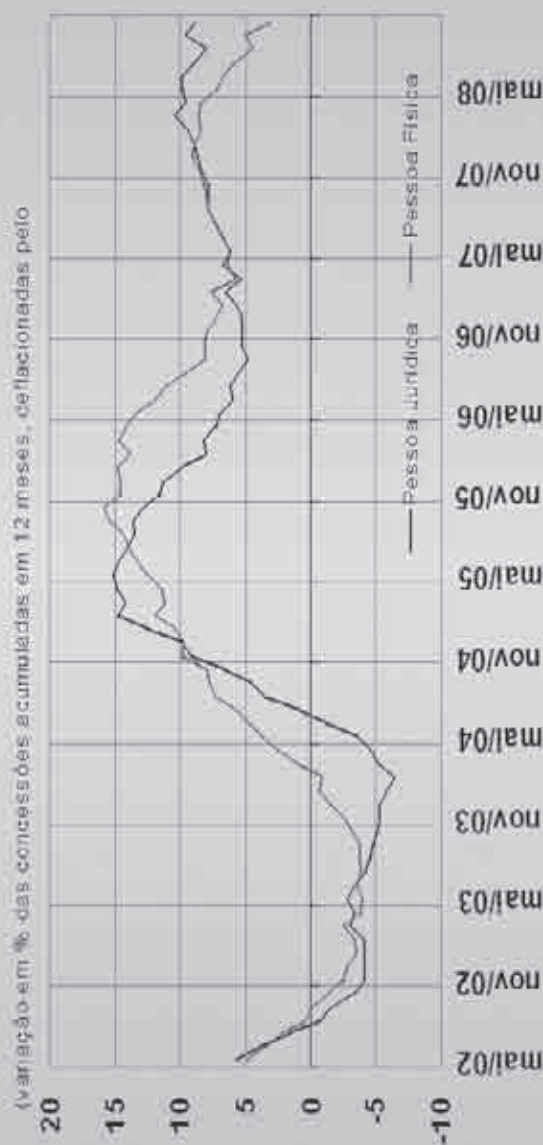
Indicador R&A de inadimplência



Fonte: BC e Serasa. Elaboração: R&A.

<http://www.rosenberg.com.br>

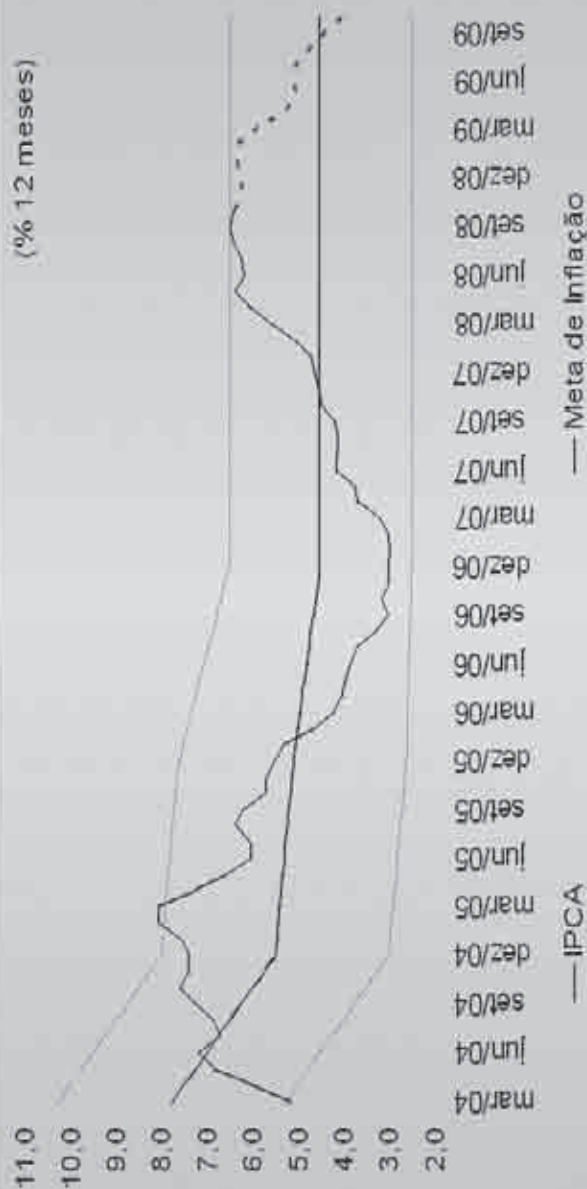
Desaceleração de concessões



Fonte: BC

<http://www.rosenberg.com.br>

Metas de inflação

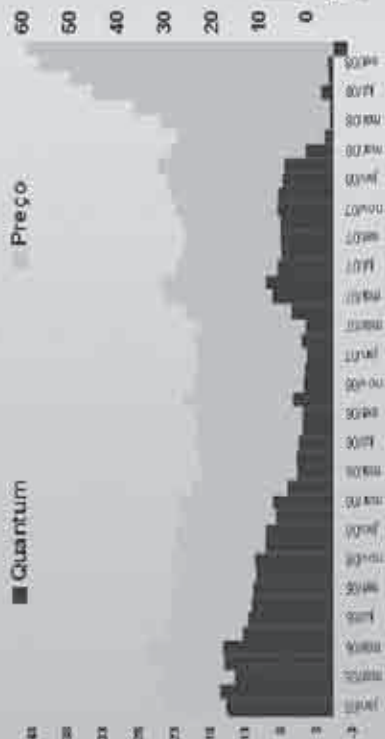


Fonte: BC e IBGE. Elaboração: R&A.

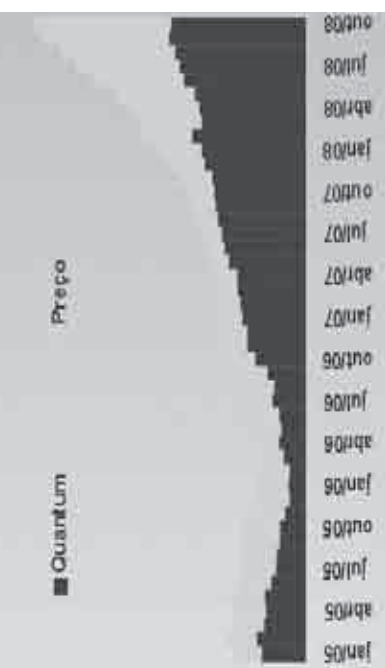
<http://www.rosenberg.com.br>

Acréscimo de exportações e importações – preço e quantum

Exportações



Importações

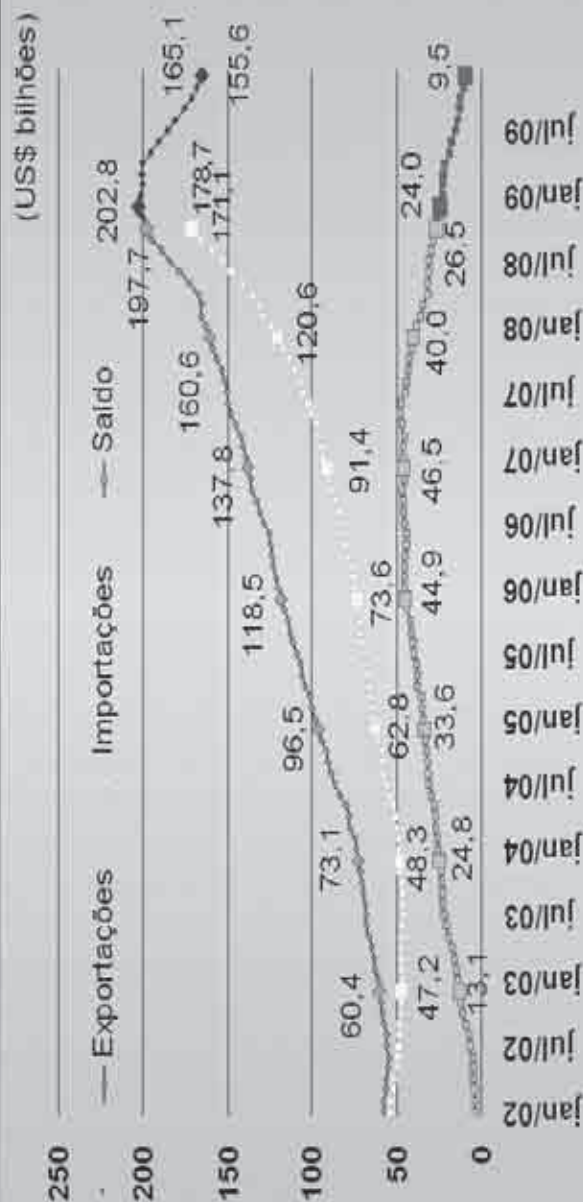


Último dado: Set/08

Fonte: Secex-MDIC/Funcex. Elaboração: R&A.

<http://www.rosenberg.com.br>

Balança comercial Acumulada em 12 meses



Fonte: Secex-MDIC.

<http://www.rosenberg.com.br>

Cenário Macroeconômico

	2007	2008	2009
PIB (%)			
Contas Nacionais			
Agropecuária	5,4	5,1	2,0
Indústria	5,3	5,8	0,7
Serviços	4,9	5,5	1,3
	4,7	4,7	2,0
Inflação			
IPCA (%)	4,5	6,4	4,0
Juros			
CDI final de per. (% a.a.)	11,25	13,50	10,75
Câmbio			
Cotação final de per. (R\$/US\$)	1,87	2,10	2,40
Contas Públicas Primário (% PIB)			
Primário	-3,97	-4,40	-3,60
Risco País			
EMBI (pontos base) - fim de período	221	400	300
Balança Comercial			
Exportações	40,0	24,0	9,5
Importações	130,7	202,8	165,1
	-120,6	-178,7	-155,6
Transações Correntes			
Investimento Estrangeiro Direto (Liq.)	3,6	-27,8	-27,7
Reservas Internacionais Brutas	34,6	38,1	18,0
	180,3	183,7	187,3

<http://www.rosenberg.com.br>

luispaulo@rosenberg.com.br

- ➔ Address: Rua Avaré 305, São Paulo.
- ➔ Phone: 55 11 3661-8855
- ➔ Fax: 55 11 3661-7333
- ➔ e-mail: ra@rosenberg.com.br
- ➔ web: www.rosenberg.com.br

<http://www.rosenberg.com.br>

**Apresentação da Primeira Audiência
Pública: Crise Financeira Internacional
(Professor Paulo Rabello de Castro)**

Extensão e Gravidade da Crise Global: Impactos sobre o Brasil, 2009-2010

Paulo Rabello de Castro

Novembro 2008

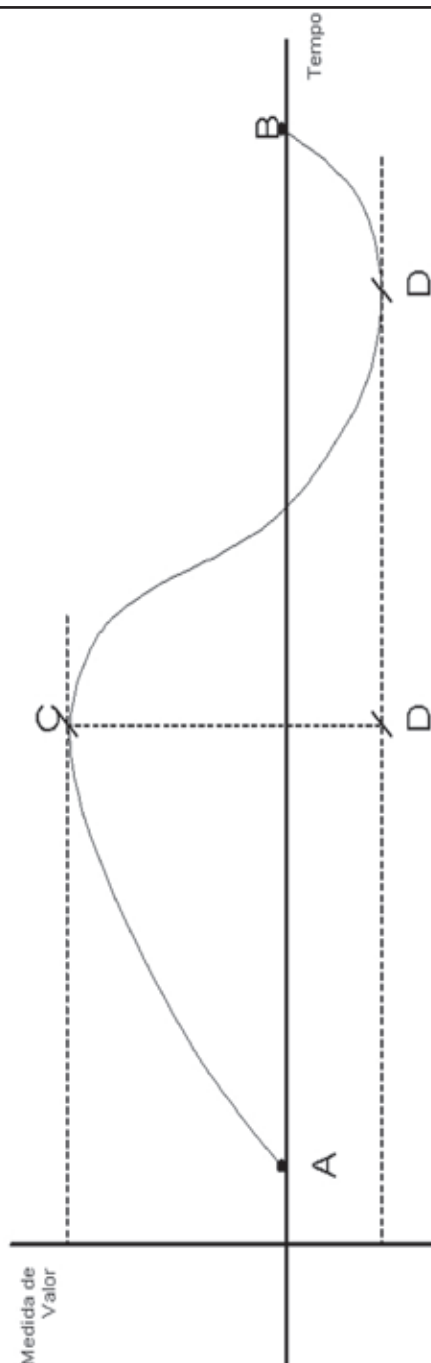
copyright RC Consultores – todos direitos reservados

1

(I)

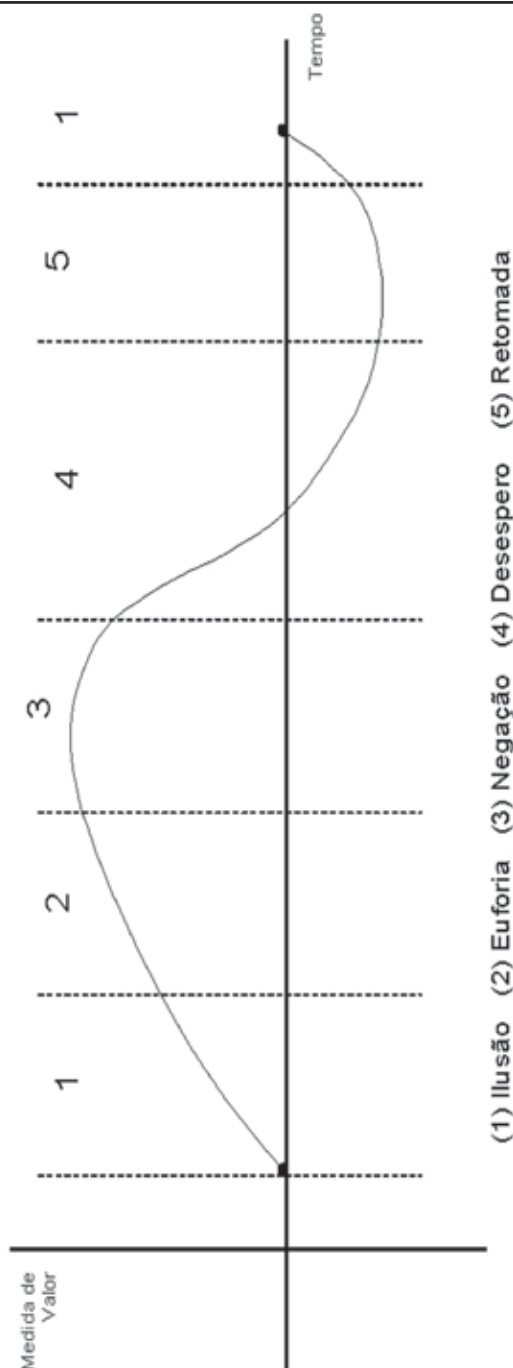
Extensão e Gravidade da Crise Global

Ciclos Econômicos: suas magnitudes horizontal e vertical



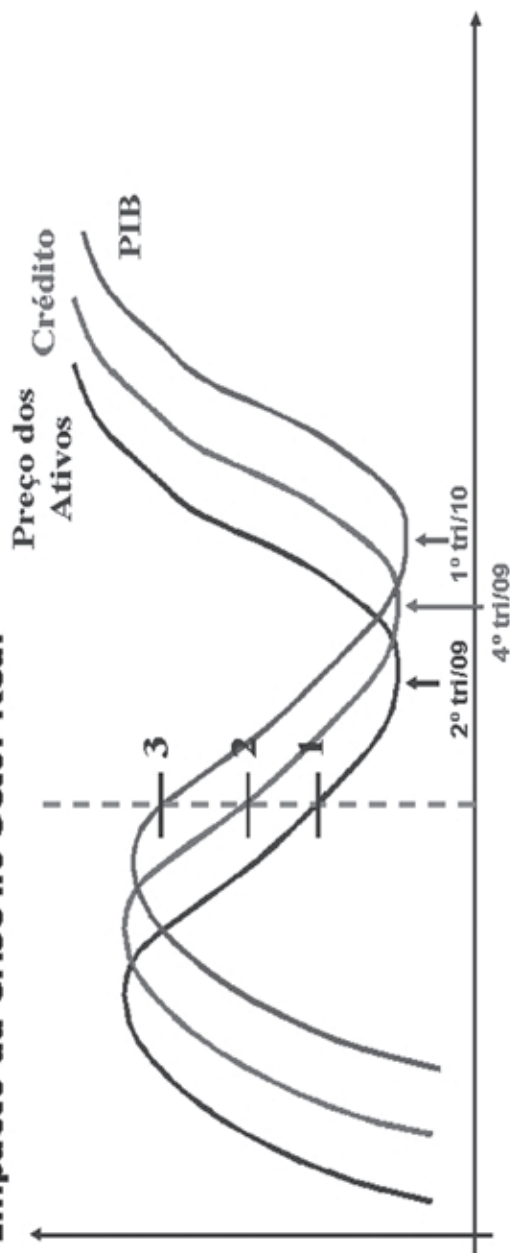
Magnitude horizontal = AB; é a "distância" ou "duração" do ciclo

Magnitude vertical = CD; é a "altura" ou "intensidade" do ciclo

Ciclo Econômico e suas fases


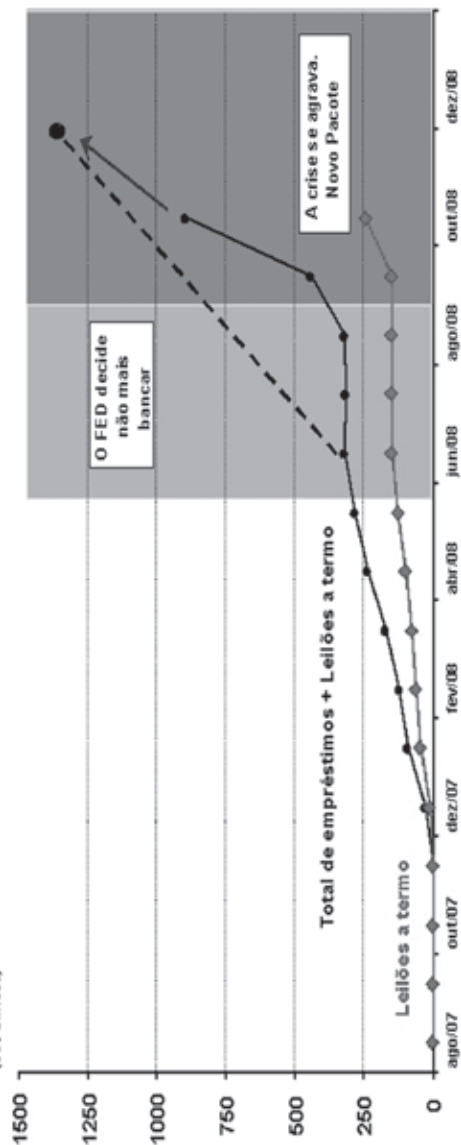
O Tempo de Ajuste

Impacto da Crise no Setor Real



A “torneira” de Bernanke

Financiamentos diretos e leilões a termo para os bancos membros
(US\$ bilhões)



Multiplicam-se as ações do FED

Monetary Policy

Fed Funds target rate to 1.5% from 5.25%

GSE Reforms

Government Conservatorship; Capital Injection; Gov. Purchase of MBS

Money Markets Mutual Funds (MMMF) Guarantee

Government Guarantee of 1 Dollar NAV

Asset Backed MMMF Commercial Paper Liquidity Facility

Facilitate the purchase of Commercial Paper by Banks from MMMF

Commercial Paper Funding Facility

Federal Reserve Funded Direct Purchase of Commercial Paper

Increased Supply of Terms Funds to Banks

TSLF; TAF; PDCF

Expansion of Swap Agreements

Unlimited Dollar Funding to the ECB, BoE and BoJ

FDIC Temporary Liquidity Guarantee Program

Guarantee Liabilities of FDIC Insured Depository Institutions

Emergency Economic Stabilization Act

TARP; FDIC Insurance to US\$ 250,000

FHA Hope for Homeowners

Facilitate Refinancing

Money Markets Investor Funding Facility

Further Facilitate Secondary Market for Money Market Instruments

FED: A Chuva de Papéis “Micados” em Carteira

Ativos do Sistema da Reserva Federal dos EUA

Bilhões de Dólares

	Semana terminada em 19/11/2008	Variação (US\$ bi)	
		Em uma semana	Em um ano
A - Ativos do FED	2.178	(19)	1.310
1 - Posição em US\$ Treasuries	476	0	(303)
2 - Acordos de recompra de títulos	80	0	31
3 - Leilões a termo	415	0	415
4 - Empréstimos ao mercado	297	(26)	296
5 - Resgate do Bear Stearns (Malden Lane LLC)	27	0	27
6 - LLC lastreada em Commercial Papers	266	15	266 1.035 bi
7 - Adiantamentos do Tesouro e outros	606	(8)	566
B - Moeda em circulação, Ouro e DES	52	0	0
Posição dos Ativos Totais	2.250	142	1.333

Fonte: Federal Reserve

Posições “fora do balanço”

em US\$ bilhões

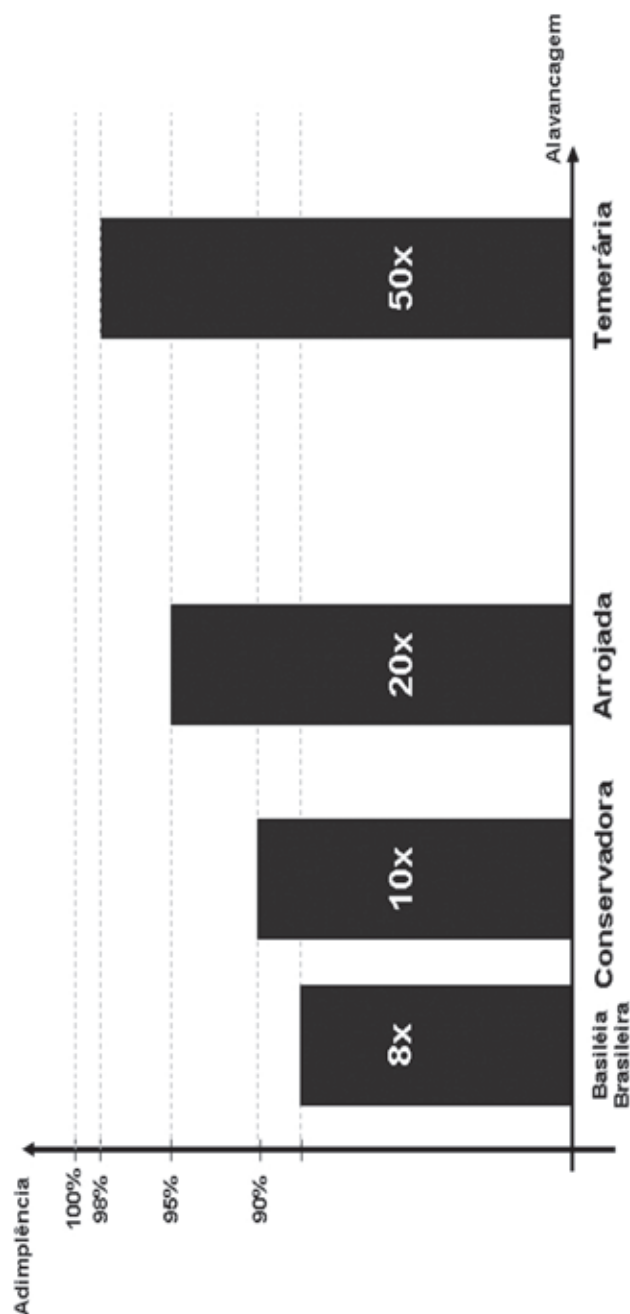


Fonte: SEC

copyright RC Consultores – todos direitos reservados

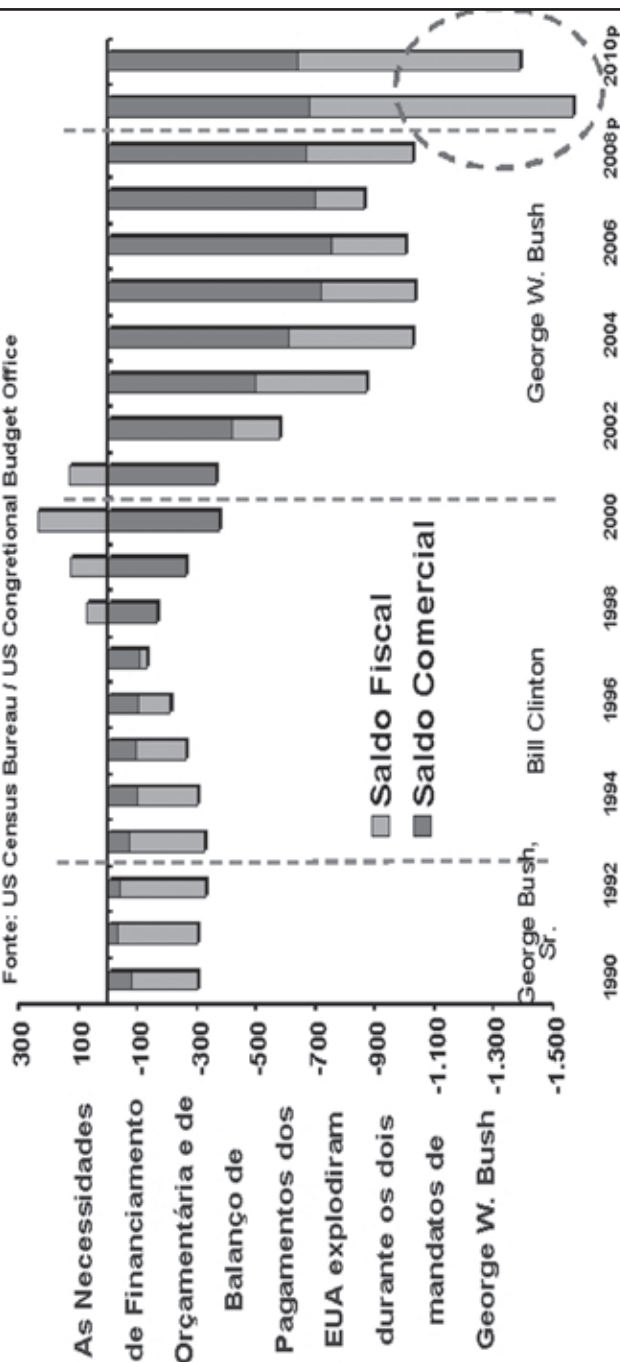
9

A Questão da Desalavancagem



EUA: Os “Déficits Gêmeos”

EUA: Déficits Gêmeos
Fonte: US Census Bureau / US Congressional Budget Office



copyright RC Consultores – todos direitos reservados



2009: DÓLAR SOB ATAQUE ESPECULATIVO?



YO SOY VOS AYER



Copyright RC Consultores - todos os direitos reservados



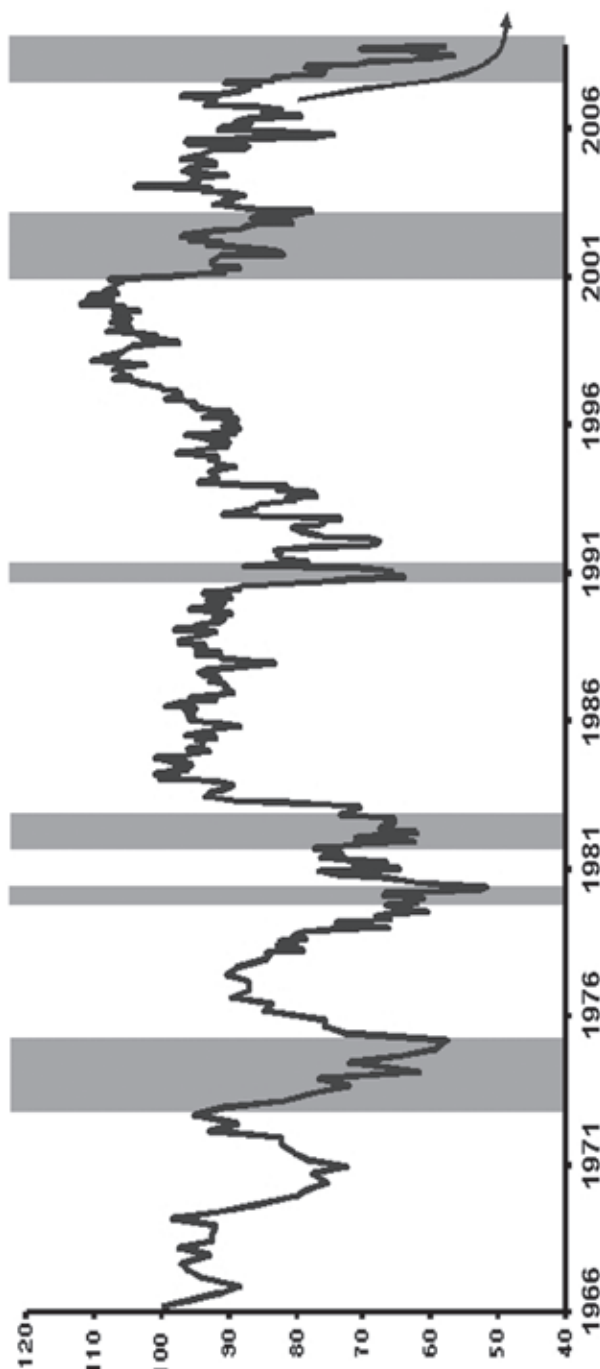
O FATOR VOLCKER

Novo Secretário de Recuperação Econômica



EUA: Índice de Confiança do Consumidor

Fonte: Universidade de Michigan / Federal Reserve



copyright RC Consultores - todos direitos reservados

15

Projeções Benignas para 2009

Crescimento PIB (%)	2007	2008	2009
MUNDO	3,4	2,0	0,5
Desenvolvidos	2,4	1,0	-0,6
Emergentes	7,5	5,8	3,9
EUA	2,0	0,0	-1,0
Zona do Euro	2,0	1,0	-1,0
China	11,9	9,6	6,8
Índia	9,0	7,0	6,5
América Latina	5,2	3,8	1,8
Brasil	5,4	5,3	2,5
Argentina	5,1	4,0	2,0
México	3,2	1,3	0,0
Chile	5,1	4,0	2,5
Peru	8,9	9,2	5,3
Venezuela	8,4	5,0	2,2

copyright RC Consultores – todos direitos reservados

Cenário de Crash para 2009

Crescimento PIB (%)	2007	2008	2009
MUNDO	3,4	2,0	0,0
Desenvolvidos	2,4	1,0	-1,3
Emergentes	7,5	5,8	2,3
EUA	2,0	0,0	-3,0
Zona do Euro	2,0	1,0	-2,0
China	11,9	9,6	4,0
India	9,0	7,0	3,5
América Latina	5,2	3,8	0,5
Brasil	5,4	5,3	1,5
Argentina	5,1	4,0	-2,0
México	3,2	1,3	-1,0
Chile	5,1	4,0	2,0
Peru	8,9	9,2	4,0
Venezuela	8,4	5,0	-1,0

copyright RC Consultores – todos direitos reservados

(II)

Brasil no Contra-Ciclo

OS MACRO-RISCOS NO BRASIL:

- 1. Crash Externo** → Forte desvalorização Cambial
- 2. Descontrole Fiscal** → Desconfiança no Real
- 3. Sobrecarga de Juros** → Paralisa da Produção

A NATUREZA DE REGIMES MONETÁRIOS

- 3. Estabilidade Jus-Institucional**
- 4. Solidez Fiscal**
- 5. Forte Dinâmica de Crescimento**
- 6. Projeção Supra-Nacional**

Novo Arranjo Monetário Mundial pós-crise: (Bretton Woods III)

- A preferência pelo dólar vai recuar e novos regimes monetários surgirão com papéis mais ou menos relevantes.***
- O Regime Monetário do Real tem chances de ser um destes. Quais as condições para isto?***

***Como preparar o País para uma
situação de recessão global e eventual
ataque especulativo contra o dólar?***

***Com um Regime Monetário
Forte para o Real***

Estratégia DEFENSIVA

- Gastar reservas para administrar a taxa de câmbio
- Política de Juros Ativa (Juros altos)
- Expansão Fiscal (mais gastos correntes)

Estratégia PROATIVA

- Redefinição e Contenção da Despesa Pública
- Reforma Tributária arrojada
- Política de Juros Neutra

Ação Estratégica PROATIVA

- 1) Déficit Nominal ZERO**
- 2) Aumento de 10% na Produtividade Pública**
- 3) Meta de 30% de Carga Tributária em 2020**
- 4) Fim da Indexação ao IGP**
- 5) Aumento da Poupança Previdenciária**
- 6) Taxa de Investimento: 25% do PIB em 2011**
- 7) Crescimento em 6% ao ano (2009-2014)**

A DÉCADA DE 2011-2020 SERÃO DECISIVAS PARA O BRASIL DO PONTO DE VISTA DE:

- 1) MATURIDADE DEMOGRÁFICA**
- 2) OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO**
- 3) OCUPAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO REGIONAL**
- 4) MUDANÇA DOS TERMOS DE TROCA MUNDIAIS**
- 5) FORMAÇÃO DE BLOCOS DE PAÍSES DOMINANTES**

**Apresentação da Segunda Audiência
Pública: O Impacto da Crise do
Sistema Financeiro Internacional
nas Obras do Programa de Ace-
leração do Crescimento – PAC
(Ministra Dilma Rousseff)**



Crise Mundial Impactos sobre o Brasil e Ações do Governo

Dilma Rousseff
Ministra Chefe da Casa Civil da
Presidência da República

1

Crise Internacional

- Crise internacional reflexos negativos em todo o mundo: difícil prever com precisão a sua duração e profundidade
- Mais grave do que 1929, mais grave do que anos 1990 (crise de US\$ bilhões em economias “emergentes”)
- Epicentro nos países avançados (crise de US\$ trilhões em economias “avançadas”)
- Brasil encontra a crise mundial com produto, emprego, renda e investimento em expansão, após 25 anos de crescimento baixo e volátil.
- Brasil tem condições de enfrentá-la e aproveitar as oportunidades dela derivadas

Crise Financeira atinge economia real dos Países Avançados

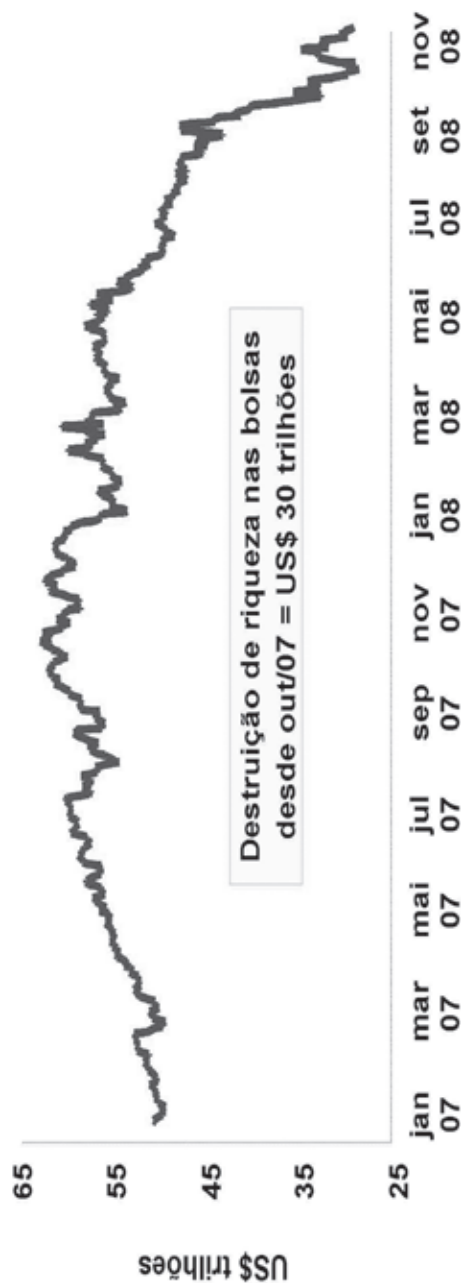
- Riqueza reduziu-se:
 - a das famílias (bolsas de estudo , cartões de crédito, moradia)
 - a dos aplicadores financeiros (bolsas de valores – perda de US\$ 30 trilhões/ano)
- EUA, EU e Japão em recessão, com desemprego e deflação
- Ações dos Governos estancaram quebraadeira dos bancos
- Tempestade financeira amainou e crédito escasso e caro
- Crise do receituário neo-liberal e das ideologias do Estado Mínimo ⇒ mercado desregulado em xeque.

3

Crise de Confiança e Ações anti-cíclicas

- Grande Incerteza com Futuro
 - Desemprego, deflação e perdas de renda
 - Descapitalização de bancos e empresas
 - Tendência à poupança e efeito manada (irracionalidade)
- Ações anti-cíclicas dos Governos
 - Recapitalização dos Bancos e ampliação da liquidez
 - Conjunto de medidas para assegurar investimento e consumo
 - China – US\$ 586 bilhões UE – US\$ 256 bilhões

Valor de Mercado das Bolsas Mundiais

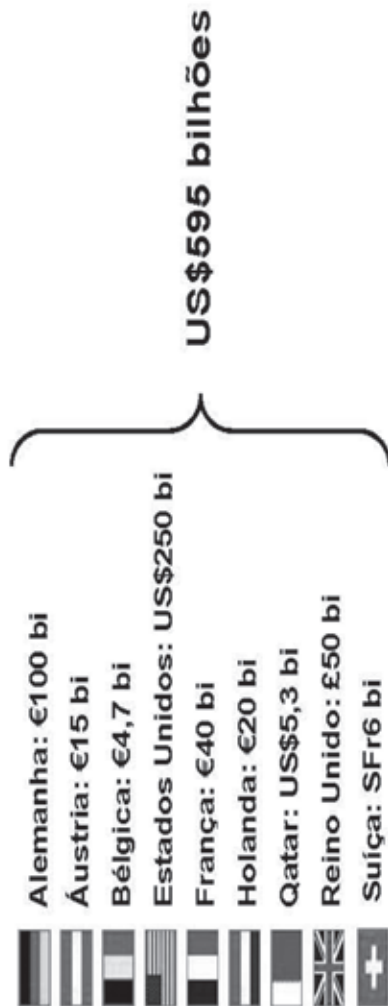


Fonte: Bloomberg, dados até dia 19/11

5

Intervenções Governamentais em Países Selecionados

Montantes de recursos públicos disponibilizados para
recapitalização de bancos



Fonte: Financial Times

Impacto nos Emergentes é Menor Desaceleração - sem recessão

- Redução do CRÉDITO e elevação do CUSTO FINANCEIRO
- SAÍDA DE CAPITAIS (remessas de lucros e saídas de bolsa e outros ativos financeiros para cobrir perdas e aversão a risco)
- DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL (valorização do dólar e iene) e deterioração dos BALANÇOS EM CONTA CORRENTE
- EMERGENTES DINÂMICOS desaceleram crescimento, porém sem RECESSÃO

7

Principais Impactos da Crise sobre o Brasil

- Brasil impacto menor, mesmo em relação aos EMERGENTES (até setembro atividade NORMAL):
 - China, Índia, Rússia em desaceleração desde o início do ano
 - Brasil MELHOR PREPARADO – rompe com o círculo vicioso
- Círculo vicioso das crises anteriores
 - 1998 - crise da Rússia, 2001 - Enron e 11 de setembro e 2002 – crise da Argentina
 - Governo brasileiro: extrema fragilidade recorre ao FMI

CÍRCULO VICIOSO 1/2

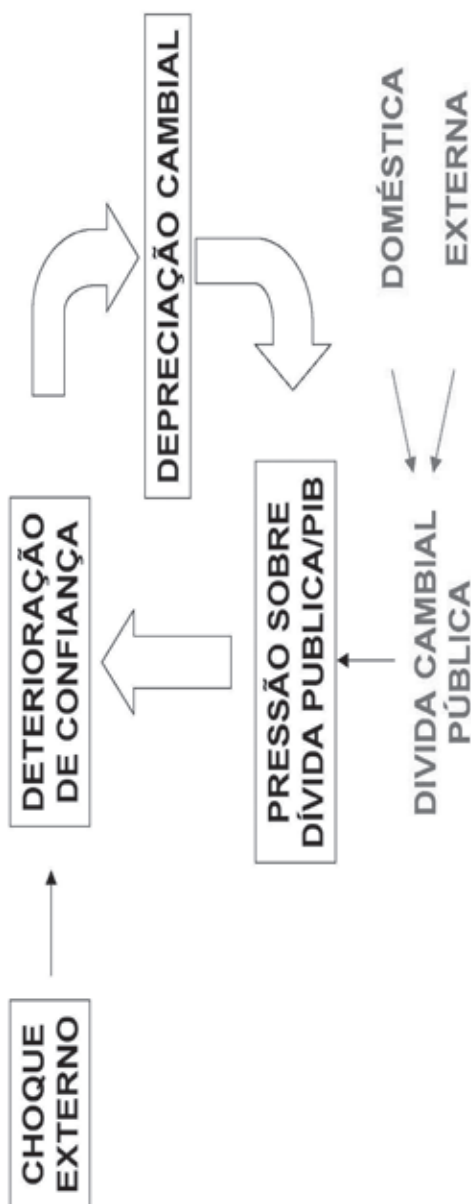
- Brasil pré 2003 – fundamentos macroeconômicos frágeis e dívida interna indexada ao dólar.
- O contágio da crise externa se propagava rapidamente devido à
 - fragilidade das contas externas: déficit balanço de pagamentos e baixo nível de reservas
 - grande saída de capitais e
 - alta volatilidade financeira no mercado mundial ⇒ crise do Balanço em Conta Corrente se agravava
- Crise financeira externa ⇒ crise cambial transformava-se ⇒ grave crise fiscal ⇒ dívida indexada ao dólar
- O Brasil quebrava. O Governo brasileiro era parte do problema e não parte da solução

9

CÍRCULO VICIOSO 2/2

- Acordos c/ FMI ajudavam a aumentar a crise: corte no investimento e restrição ao consumo aprofundavam a recessão.
- Investimentos e projetos de desenvolvimento inviabilizados
- Os cortes frequentes dos investimentos - 22% em infra-estrutura e 30% em transportes - ampliavam e potencializavam os gargalos na infra-estrutura trazendo problemas para a retomada.
- Graves e profundas consequências :
 - Crise de energia - restrição abortou o crescimento
 - Obras iniciadas e paralisadas – enormes custos presentes e futuros para o País
 - Inviabilização dos projetos de investimento e do planejamento –sem horizonte para o investimento privado
- Crise comprometia o presente e o futuro

Propagação de Crises de Confiança na Economia Brasileira - Passado



11

A Crise Financeira Mundial e seu Impacto no Brasil

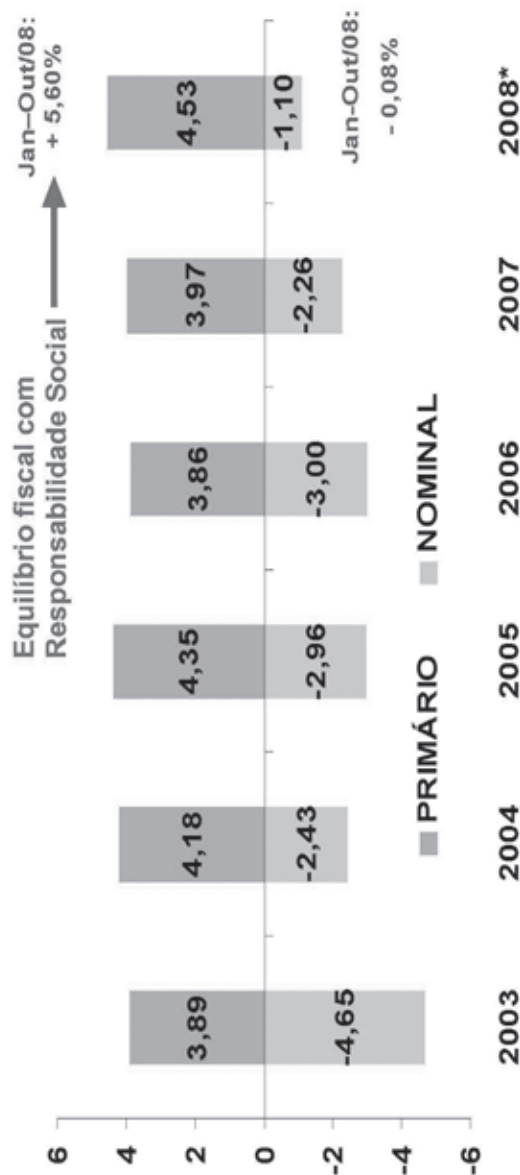


Brasil está mais preparado para enfrentar essa crise – Governo é parte da solução 1/3

- Governo promoveu um NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO: crescimento com distribuição de renda e mais empregos.
- Brasil não quebrou : mantém os instrumentos de política econômica – política monetária, fiscal e de sustentação do investimento
 - Melhor situação fiscal: menor dívida pública
 - Menor vulnerabilidade externa: reservas elevadas em dólar
 - Controle da Inflação
 - Sistema Financeiro com bons fundamentos:
 - Menor alavancagem
 - Baixa inadimplência
 - Bancos públicos fortes (34%)
 - Depósitos compulsórios elevados

13

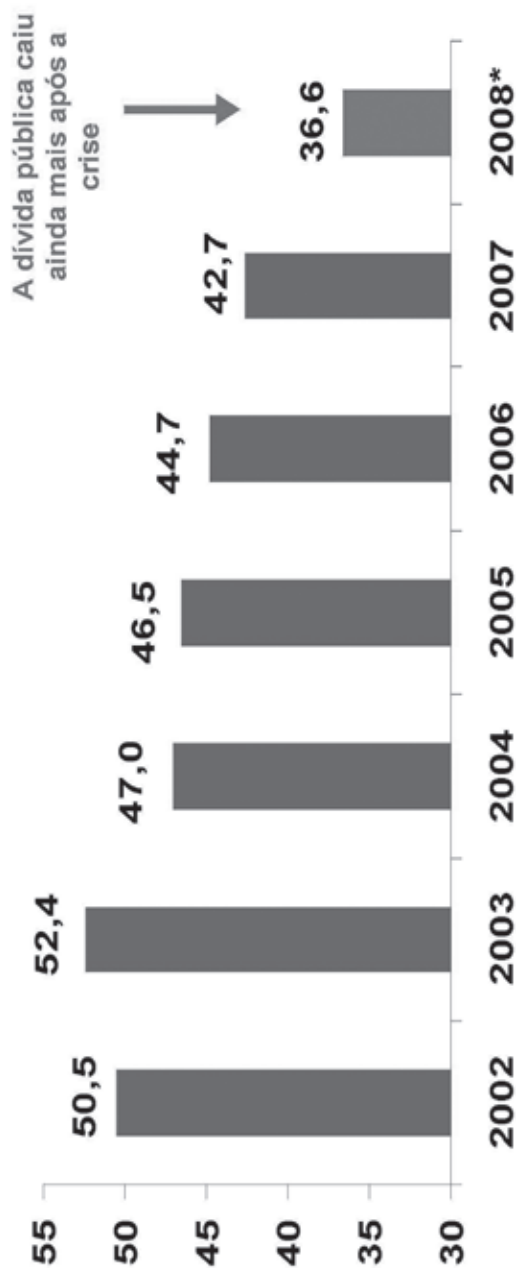
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB)



* / 12 meses encerrados em Outubro/08. Fonte: BCB

Elaboração: MF/SPE

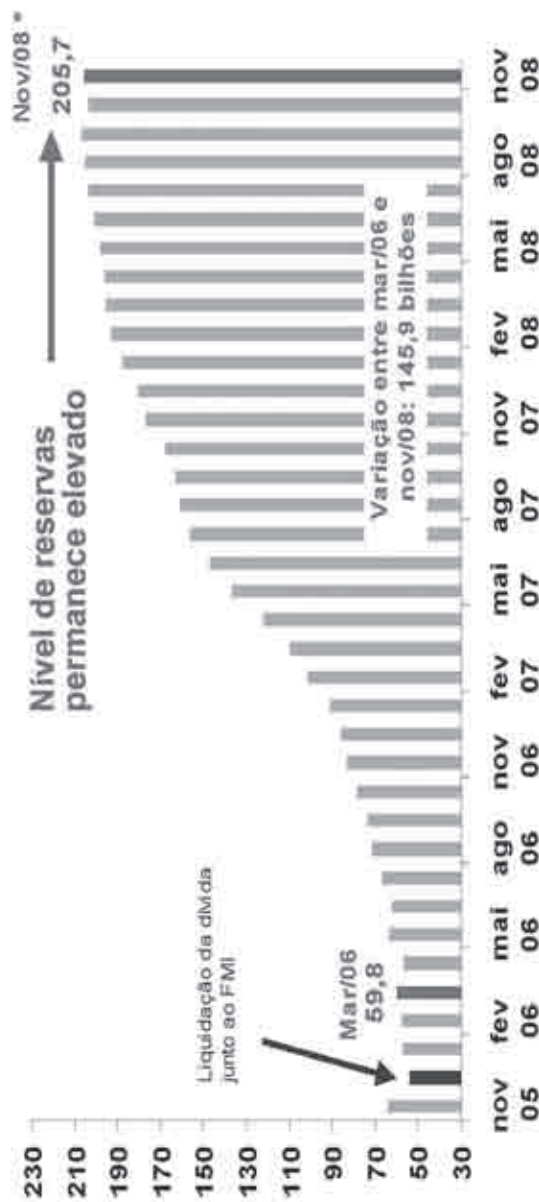
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% do PIB)



*/ Posição de Outubro/08.
Fonte: BCB

Elaboração: MF/SPE

RESERVAS INTERNACIONAIS (US\$ bilhões)

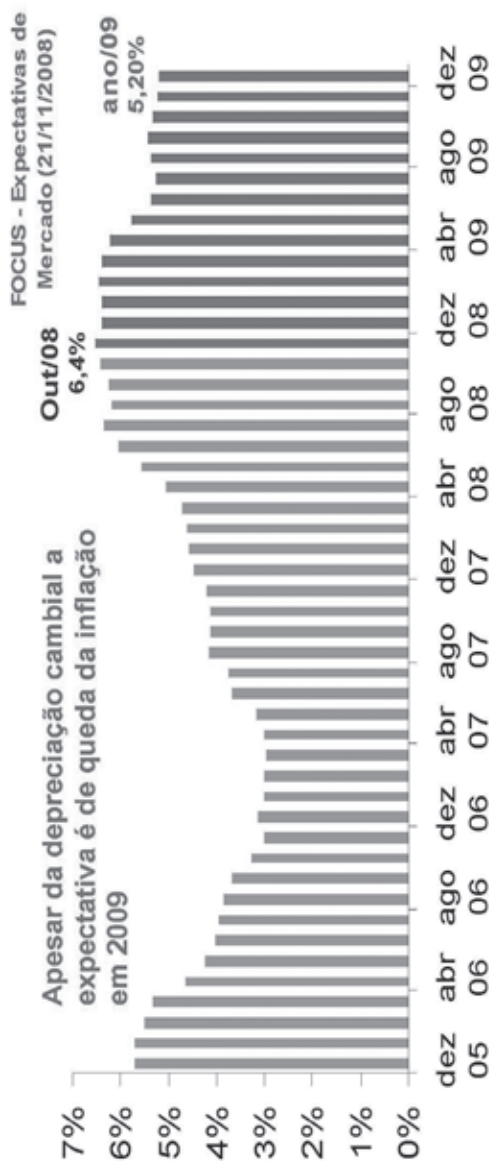


*/Posição em 24/11/2008.
Fonte: BCB.

Elaboração: MF/SPE.

CONTROLE DA INFLAÇÃO

Inflação acumulada nos últimos 12 meses - (IPCA)

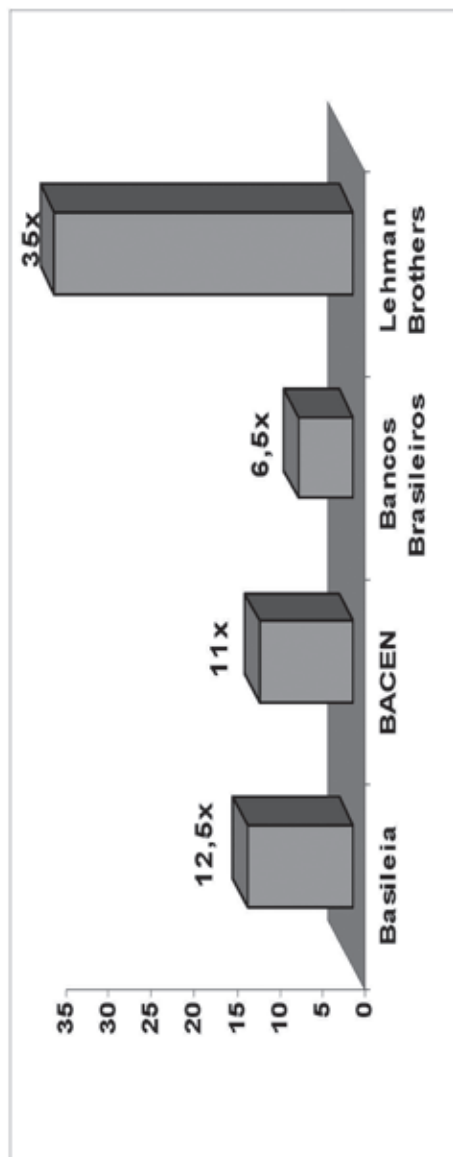


Fonte: BCB

Elaboração: MF/SPE.

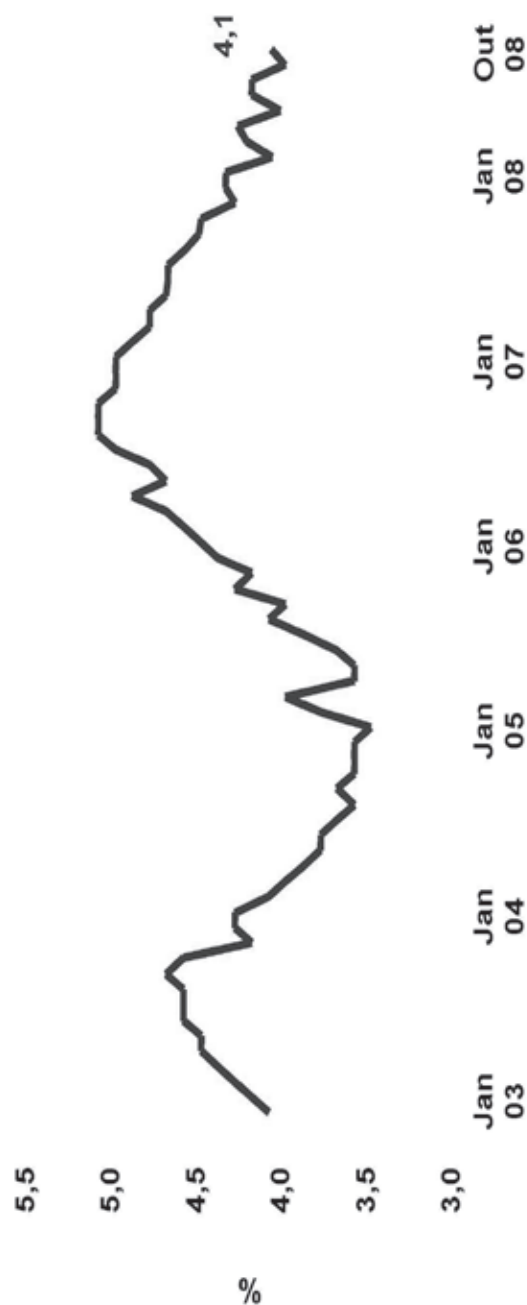
Grau de Alavancagem sobre o Patrimônio (índice médio dos 10 maiores bancos*)

Os 10 maiores bancos detêm índices de Basileia muito acima do recomendado tanto internacionalmente (8%), quanto pelo Banco Central do Brasil (11%).



*/ o índice foi ponderado pelo valor do ativo total das instituições.
Fonte: BCB.

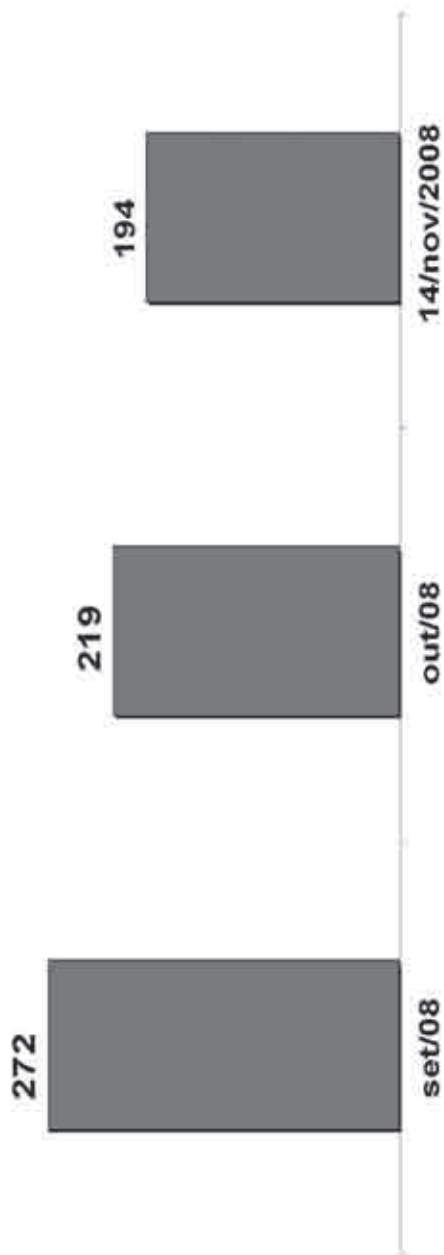
Inadimplência no Crédito Livre



Fonte: BCB

19

Depósitos Compulsórios (R\$ Bilhões)



Fonte: Banco Central

Brasil está mais preparado para enfrentar essa crise – Governo é parte da solução 2/3

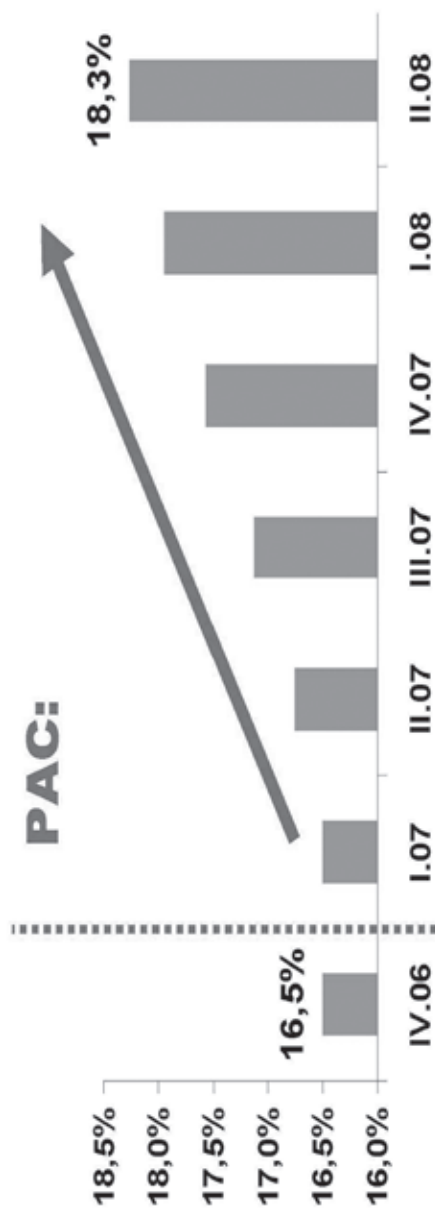
- **Economia mais dinâmica**
 - **Elevado potencial do mercado interno**
- **Diversificação dos mercados para os quais exportamos**
- **PAC – sustenta o nível de investimento em infra-estrutura**
- **Reservas de petróleo e gás - Pré-sal**
- **Programas Sociais**

CRESCIMENTO DO PIB

Taxas (%)		2º	3º	4º	1º	2º
		Trim. 2007	Trim. 2007	Trim. 2007	Trim. 2008	Trim. 2008
Últimos 4 trimestres/ imediatamente anteriores	4 trimestres	4,8	5,1	5,4	5,8	6,0
Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior	trimestre	5,4	5,6	6,2	5,9	6,1
Trimestre/ anterior (com ajuste sazonal)	trimestre imediatamente anterior	1,3	1,9	1,8	0,8	1,6

Fonte: IBGE

Aumento da Taxa de Investimento (FBKF / PIB – média móvel de 4 trimestres: valores correntes)



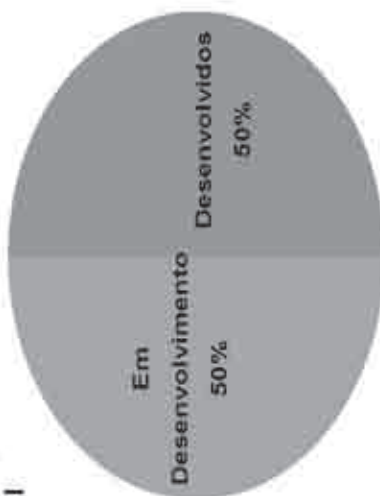
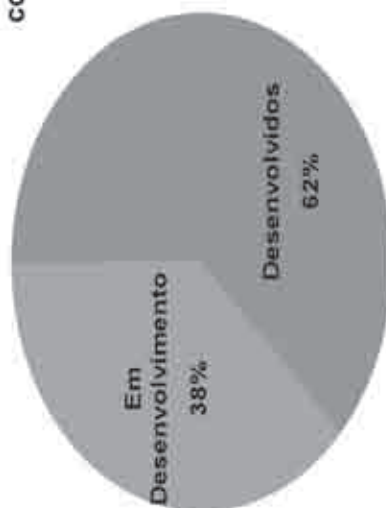
Fonte: IBGE.

Elaboração: MF/SPE.

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

2002**2007**

Maior diversificação
comercial



Fonte: MDIC.

Elaboração: MF/SPE

Brasil está mais preparado para enfrentar essa crise – Governo é parte da solução 3/3

MERCADO DE MASSA

- Crescimento da Capacidade de Consumo da População
 - Expansão do Emprego e da Renda
 - Salário Mínimo
 - Controle da Inflação
 - Revolução no Crédito : crédito consignado (78 bi)
- Implantação dos Programas Sociais
- Surgimento de uma Nova Classe Média

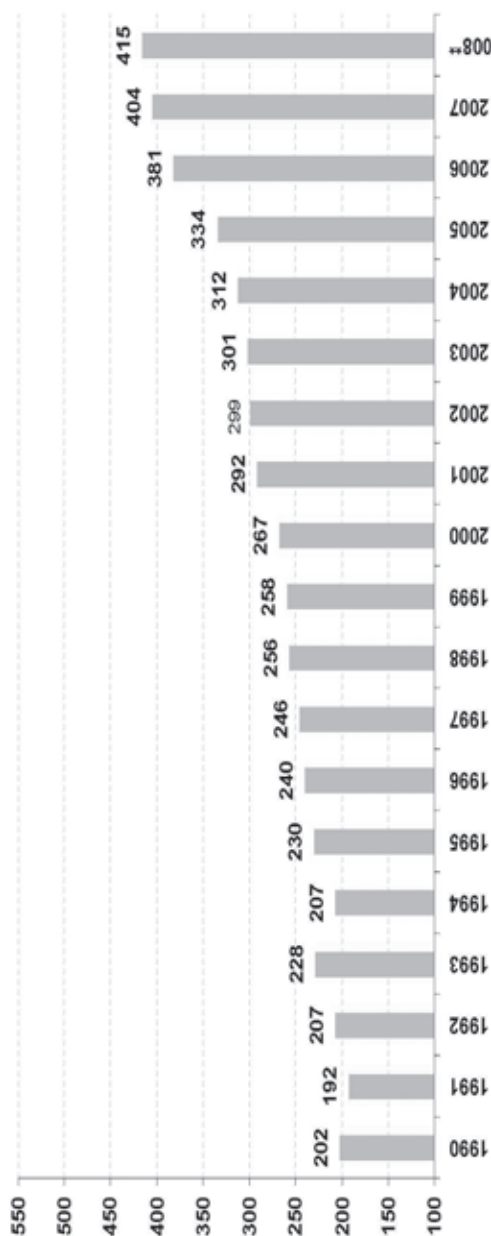
25

MAIS EMPREGO FORMAL* (em milhares)



*/ Valores acumulados no ano (Janeiro-Outubro).
Fonte: MTE/CAGED. Elaboração: MF/SPE.

ELEVAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO* (média anual – em R\$ de Outubro/08)



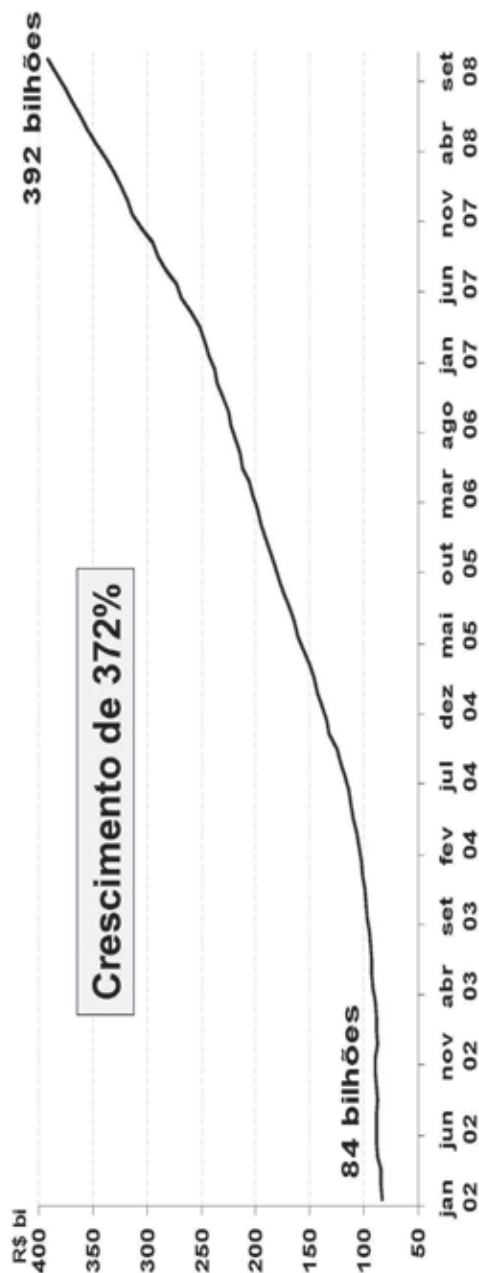
*/ Série em reais (R\$) constantes do último mês, deflacionada pelo INPC. **/ Média dos últimos 12 meses até Out/08

Fonte: IPEADATA

Elaboração: MF/SPE

RECURSOS LIVRES – PESSOA FÍSICA (valores nominais)

Os recursos livres aplicados no segmento de pessoa física saíram de R\$ 83,05 bilhões em jan/02 para R\$ 391,92 bilhões em out/08, um crescimento de 372% no período.

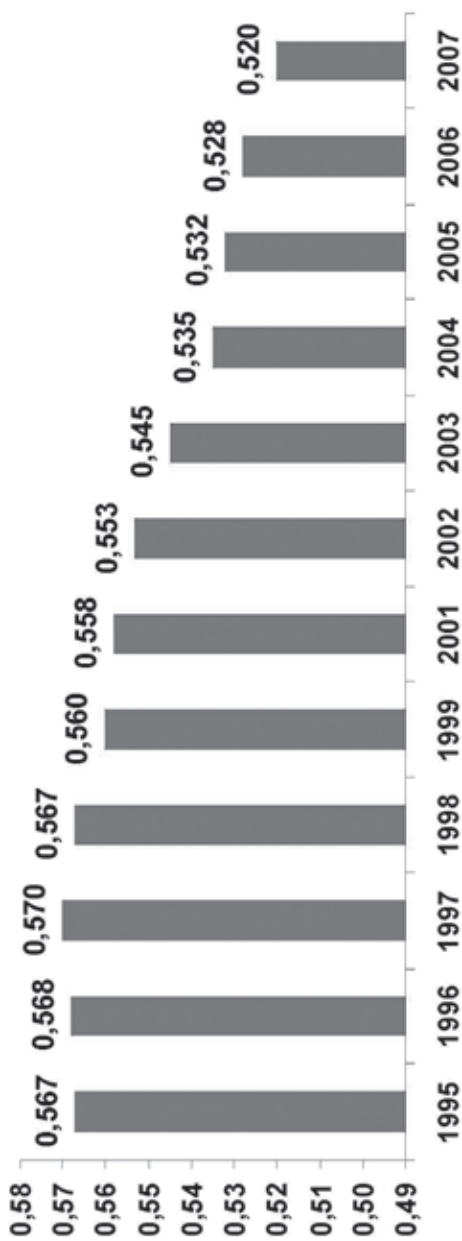


Fonte: BCB.

Elaboração: MF/SPE

Redução das desigualdades de renda em curso é muito importante

Índice de Gini (1995-2007)



Fonte: IBGE

Atuação Recente Frente à Crise Liquidez em Moeda Estrangeira

- Medidas para prover liquidez em dólares, direcionando recursos para o financiamento às exportações(3) e liquidez em US\$:

US\$ 17,9 bi {

- Leilões com recompra → US\$ 6,4 bilhões
- Com garantias em *global bonds* → US\$ 1,5 bilhão
- Com garantias em ACC e ACE → US\$ 3,8 bilhão
- Vendas à vista → US\$ 6,2 bilhões

- Swaps de moeda com outros bancos centrais → **US\$ 30 bilhões com o Fed**
- Medidas para aumentar a liquidez no mercado de derivativos cambiais:
 - Vendas de swap cambial → **US\$ 30,0 bilhões**

(até 21/nov)

30

Atuação Recente Frente à Crise Liquidez em Reais

Mercado Interbancário

- Redução de compulsórios até 18/11 → R\$ 85,0 bilhões
- Provisão de liquidez, direcionada especificamente para os bancos pequenos e médios → disponibilizados R\$ 29,5 bilhões
- Aprimoramento do mecanismo do redesconto - facilidade pelo qual o BC é prestador de última instância

31

Atuação Recente Frente à Crise Agricultura

- Financiamento da Agricultura - emprego
 - Antecipação de desembolsos BB - R\$ 4 bilhões
 - Recursos adicionais de vários fundos - R\$ 5,0 bilhões
 - Aumento do crédito direcionado (exigibilidade) com compulsório - R\$ 5,5 bilhões
 - Aumento do direcionamento dos recursos da poupança rural para agricultura, de 65% para 70% - R\$ 2,5 bilhões
- Garantia de **PREÇO MÍNIMO** para a próxima safra: aquisição de produtos (formação de estoques), pagamento da diferença entre preços de mercado e preço mínimo

Atuação Recente Frente à Crise Financiamento do Investimento e da Produção

- Manutenção da meta de R\$ 90 bilhões do BNDES
- Manutenção da TJLP em 6,25%
- Fundo da Marinha Mercante - mais R\$ 10 bilhões
- 2ª Fase do Programa Revitaliza - R\$ 4 bilhões
- Mais R\$ 10 bi para capital de giro, pré-embarque de exportações e empréstimos ponte
- Repasse de linha de R\$ 5 bilhões, do Banco Mundial, para o BNDES

Atuação Recente Frente à Crise Financiamento da Construção Civil

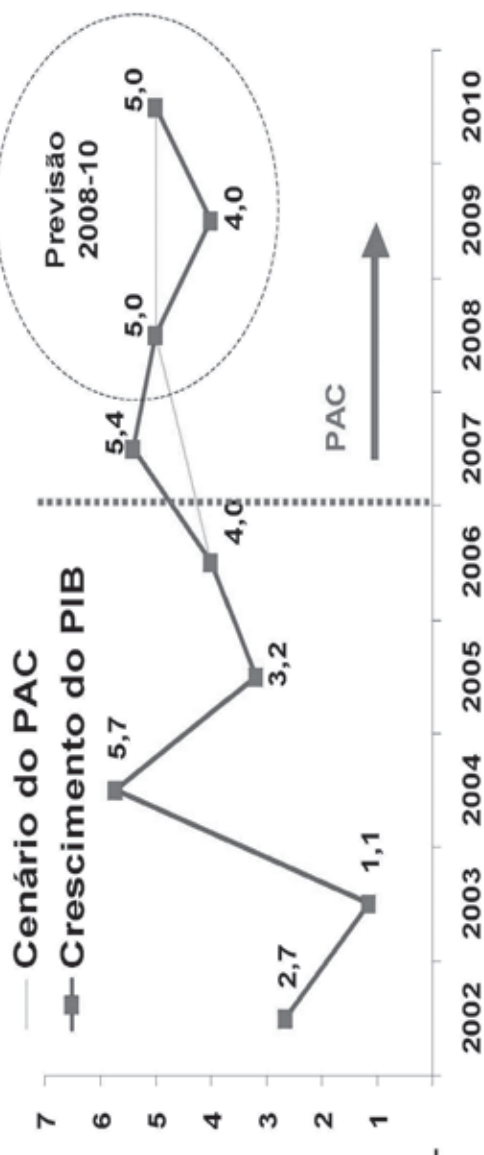
- **Linha de Capital de Giro de R\$ 3 bilhões, na Caixa Econômica Federal, com recursos da poupança habitacional e garantia adicional da União**
- **Permissão para aplicação de até 5% dos depósitos de poupança, em operações de capital de giro para construção**
- **Ampliação do limite de financiamento para aquisição de material de construção - via Caixa - de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil**
- **Linha de financiamento imobiliário, por parte do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para servidores públicos da União - até R\$ 4 bilhões de cada instituição**

Atuação Recente Frente à Crise Setor Industrial e Financeiro

- **Setor Automobilístico - 24% PIB Industrial**
 - R\$ 4 bi do Banco do Brasil para Bancos de montadoras
- **Pequena e Média Empresa**
 - Mais R\$ 5 bi para capital de giro via Banco do Brasil
- **Fortalecimentos dos Bancos Públicos**
 - Autorização para o BB e a CEF adquirirem participação acionária instituições financeiras - MP 443
 - Criação da Caixa Banco de Investimento

35

CRESCIMENTO DO PIB



Fonte: IBGE (até 2007), MF/SPE (projeção 2008-10). Elaboração: MF/SPE

POLÍTICA DE INVESTIMENTO ANTI-CÍCLICA

Manter os Investimentos do PAC, do Pré-sal e os Programas Sociais

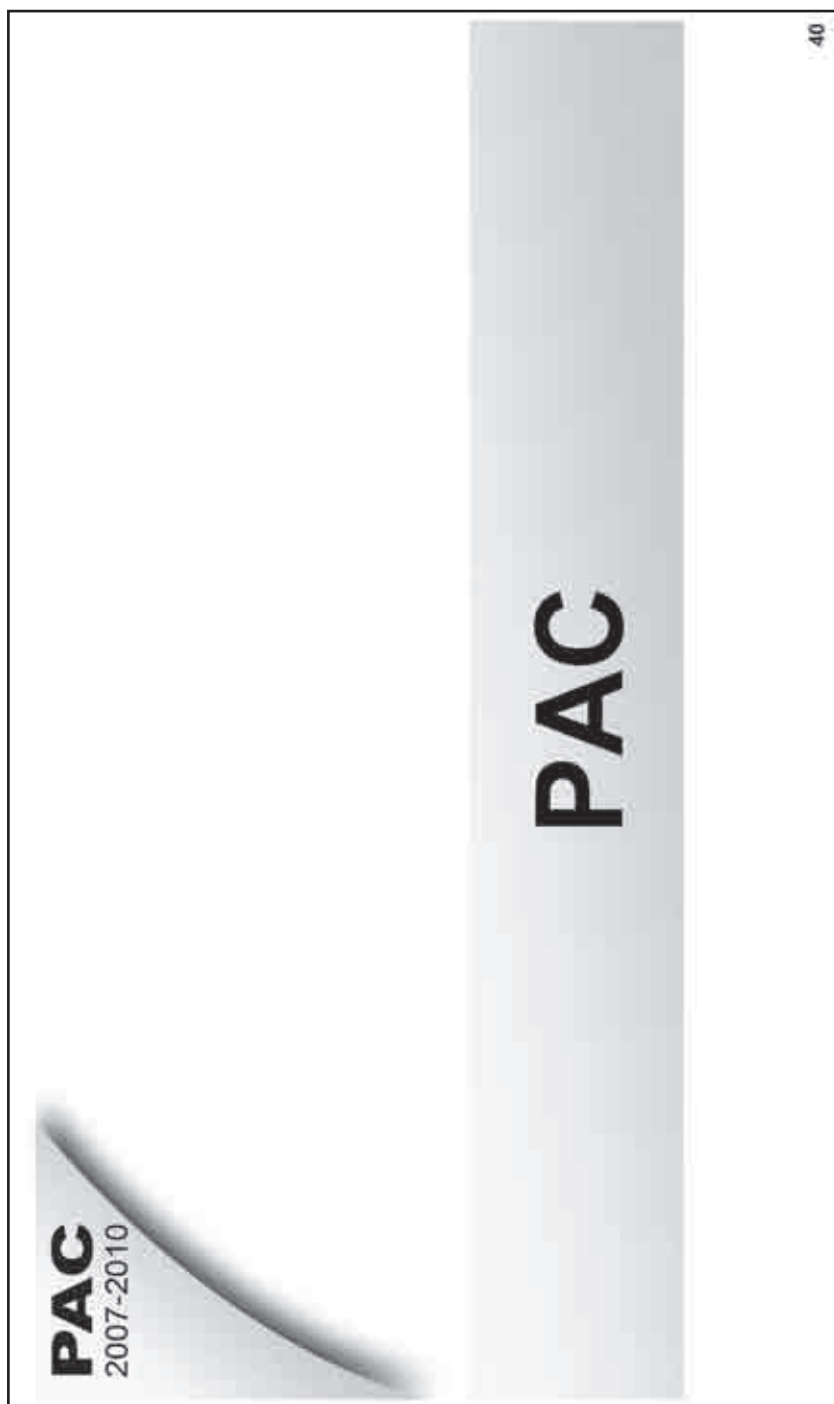
O GOVERNO TEM INSTRUMENTOS PARA ENFRENTAR A CRISE - RESUMO

- **Política Monetária :**
 - redução do custo financeiro
 - retomada do crédito
- **Política Fiscal :**
 - manutenção dos investimentos - PAC + Pré-Sal
 - manutenção dos programas sociais
 - contenção do crescimento do gasto de custeio

AS MEDIDAS ANTI-CÍCLICAS

- EUA manutenção do emprego como estratégia do plano de suporte à atividade econômica - 2,5 milhões de empregos até jan. de 2011.
- Novo conjunto de medidas fiscais entre US\$ 500 a US\$ 700 bilhões (*The Economist* 28/11/08)
- China pacote anti-cíclico de US\$ 586 bilhões por dois anos, investimentos em infra-estrutura e sociais
- EU investimentos em infra-estrutura de US\$ 258 bilhões
- Brasil tem os instrumentos necessários para uma política de investimento e programas sociais anti-cíclica

39



ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DO PAC

Jan - 2007

Nov - 2008

R\$ bilhões

EIXOS	2007-2010	Pós 2010
LOGÍSTICA	58,3	-
ENERGÉTICA	274,8	189,2
SOCIAL E URBANA	170,8	-
TOTAL	503,9	189,2

EIXOS	2007-2010	Pós 2010
LOGÍSTICA	90,4	31,4
ENERGÉTICA	292,9	443,4
SOCIAL E URBANA	252,9	-
TOTAL	636,2	474,8

Aumento de 26% até 2010
Aumento de 151% pós 2010

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DO PAC

TIPO	R\$ bilhões	
	2007 - 2010	pós 2010
Rodovias	54,6	0,8
Ferrovia	21,4	21,8
Porto	2,7	0,0
Hidrovia	1,1	0,0
Marinha Mercante	8,0	7,9
Aeroporto	2,7	1,0
Geração de Energia Elétrica	73,5	36,7
Transmissão de Energia Elétrica	17,4	6,1
Petróleo e Gás Natural	187,7	399,0
Combustíveis Renováveis	14,3	1,5
Luz para Todos	14,9	0,0
Habitação	179,5	0,0
Saneamento	40,0	0,0
Metrô	6,1	0,0
Recursos Hídricos	12,4	0,0
TOTAL	636,2	474,9

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DO PAC

Fonte	R\$ bilhões	
	PAC	%
Orçamento Fiscal e da Seguridade - OFS	73,9	7
Estatais	620,7	56
Financiamento Federal	180,8	16
Contrapartida Estados e Municípios	45,2	4
Privado	190,5	17
TOTAL	1.111,1	100

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DO PAC

EIXOS	Fonte	R\$ bilhões	
			PAC
LOGÍSTICA	Orçamento Fiscal e da Seguridade		38,1
	Estatais		14,8
	Financiamento Federal		19,6
	Contrapartida Estados e Municípios		2,7
ENERGÉTICA	Privado		46,7
	Estatais		594,5
	Privado		141,8
	Orçamento Fiscal e da Seguridade		35,9
SOCIAL E URBANA	Estatais		11,4
	Financiamento Federal		161,2
	Contrapartida Estados e Municípios		42,5
	Privado		2,0

PAC
2007-2010

PRINCIPAIS OBRAS NOVAS

45

PRINCIPAIS NOVAS OBRAS DE LOGÍSTICA

- **Concessão de rodovias**
 - BR 040: Brasília/DF – Juiz de Fora/MG - R\$ 3 bilhões
 - BR 116: Div.BA/MG a Div.MG/RJ - R\$ 3,6 bilhões
 - BR-381: Entroncamento MG-020 - Governador Valadares - R\$ 2 bilhões
 - BR-101: Divisa RJ/ES a Divisa ES/BA - R\$ 5,1 bilhões
 - BR-470: Navegantes - Divisa SC/RS - R\$ 1,4 bilhão
- **Duplicação do Contorno de Recife na BR 101/PE - R\$ 142 milhões**
- **Construção de 5 pontes estaiadas na BR 364/AC - R\$ 236 milhões**
- **Construção de Ferrovias**
 - Trecho Sul da Ferrovia Norte Sul: Palmas/TO – Estrela do Oeste/SP - R\$ 5,2 bilhões
 - Trem de Alta Velocidade - Rio/São Paulo/Campinas - R\$ 22,6 bilhões
 - Ferrovia de Integração Oeste Leste: Ilhéus-Figueirópolis - R\$ 6 bilhões
 - Projetos de construção de 6 ferrovias - R\$ 124 milhões
- **Hidrovia do Tocantins – R\$ 140,3 milhões**
- **Porto de Vitória - Ampliação e Recuperação do Cais Comercial - R\$ 82,4 milhões**
- **Porto de Vila do Conde - Ampliação do Pier e Construção do Terminal de Múltiplo Uso - R\$ 116 milhões**

PRINCIPAIS NOVAS OBRAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA

➤ Geração de Energia Elétrica - 98 empreendimentos - 12.399 MW - R\$ 25,3 bilhões

- UTE Macaíba - RN - 400 MW
- UTE Porto Pecém II - CE - 360 MW
- UTE Pecém 2 - CE - 350 MW
- UTE Suape II - PE - 350 MW
- UTE Termomaranhão - MA - 350 MW
- UTE João Neiva - SE - 330 MW
- UTE Escolha - ES - 338 MW
- UTE José de Alencar - CE - 300 MW
- UTE Termoparaíba - PB - 170,8 MW
- UHE Salto Grande - PR - 120 MW

➤ Transmissão de Energia Elétrica - 48 empreendimentos - 5.156 km - R\$ 6,3 bilhões

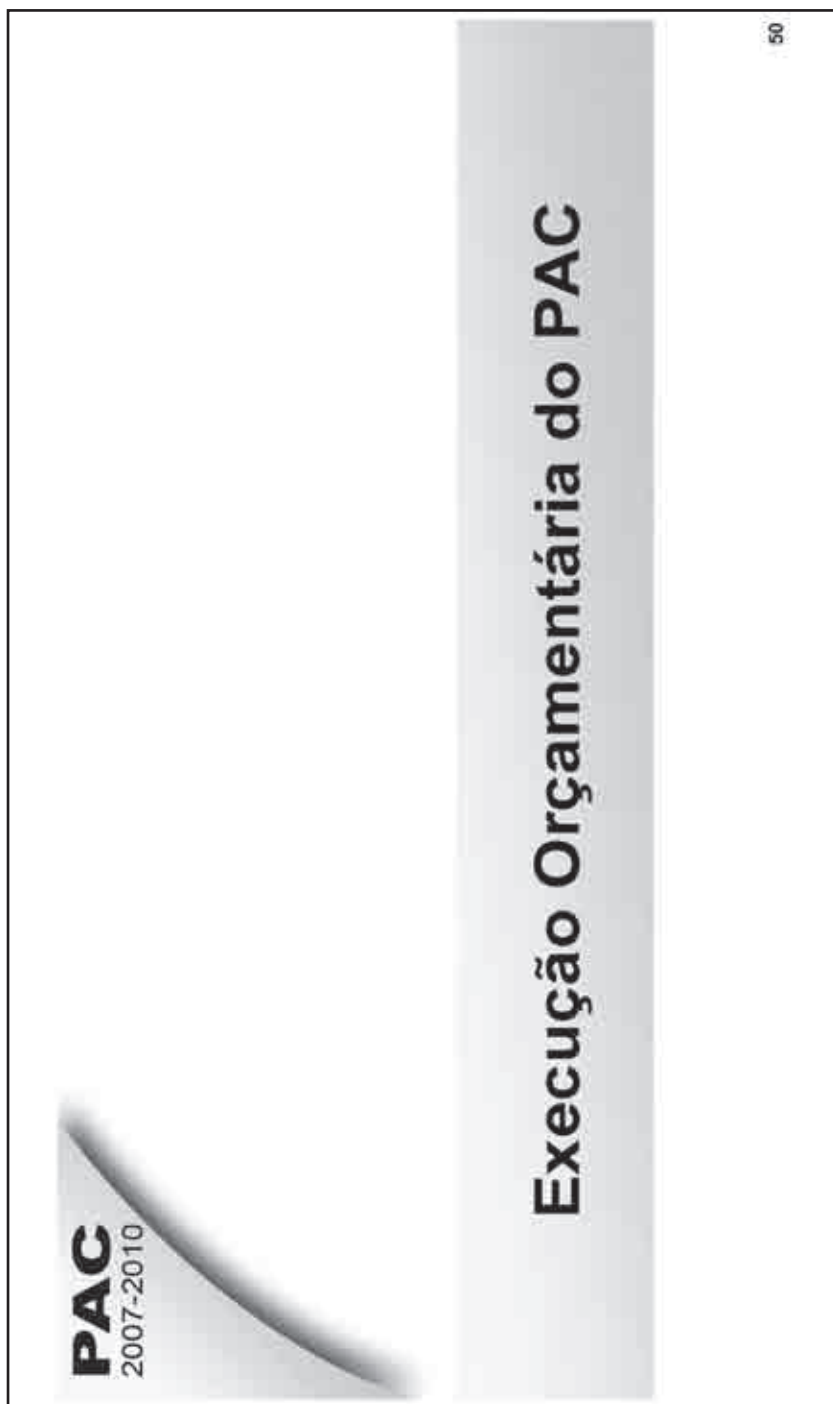
- Interligação N-CO III - RO, AC e MT - 1.483 km
- LT Chapadão - Ilha Solteira 2 - MS e SP - 500 km
- LT Anastácio - Chapadão - MS - 435 km
- LT Açailândia - Presidente Dutra - 400 km
- LT Corumbá - Anastácio - CD - MS - 290 km
- LT Nova Mutum - Sorriso - Sinop - MT - 238 km
- LT Rio Verde Norte - Trindade - GO - 200 km

PRINCIPAIS NOVAS OBRAS PETRÓLEO E GAS

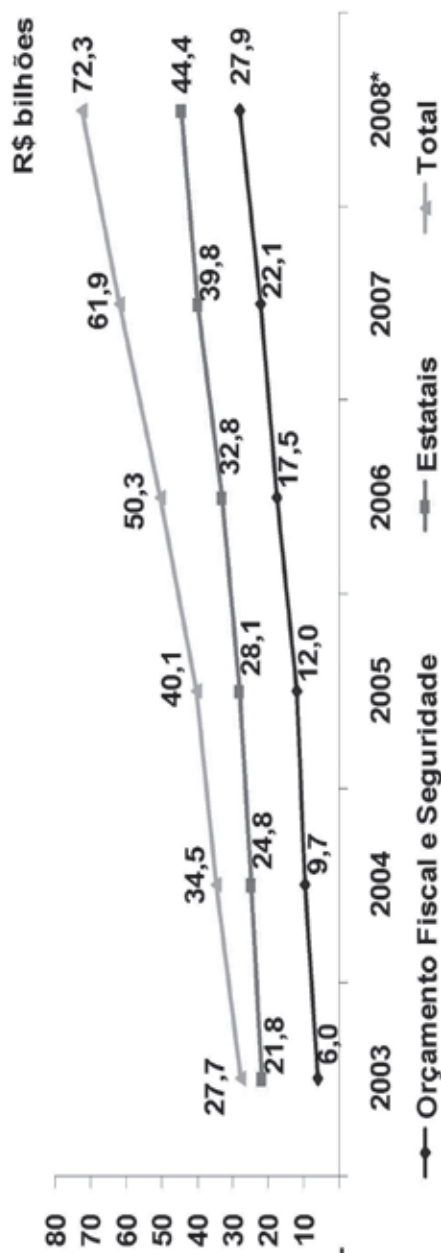
- **16 ações incluídas – R\$ 204,5 bilhões**
 - **Exploração e Produção**
 - Teste de Longa Duração de Tupi – R\$ 615 milhões
 - Piloto de Tupi - R\$ 9,3 bilhões
 - Plataformas P-59 e P-60 – R\$ 660 milhões
 - P-62 - R\$ 6,7 bilhões
 - 28 sondas de perfuração para águas profundas – R\$ 68,5 bilhões
 - 08 Unidades de produção (FPSOs ou outros) – R\$ 26,6 bilhões
 - **Gás Natural**
 - Unidade de tratamento de gás de Caraguatatuba – R\$ 1,5 bilhão
 - **Transporte de Derivados**
 - Plano Diretor de Dutos de São Paulo – PDD – R\$ 1,9 bilhão
 - Plano de Ampliação do Sistema Logístico de SP – PASP – R\$ 1,5 bilhão
 - **Refino**
 - Refinarias Premium I – R\$ 56,7 bilhões
 - Refinarias Premium II - R\$ 28,3 bilhões
 - Refinaria do RN - Guamaré - R\$ 410 milhões
 - **Estaleiro Rio Grande – R\$ 440 milhões**

PRINCIPAIS NOVAS OBRAS DO SOCIAL E URBANO

- **Transporte Urbano**
 - Expansão da Linha 2 do Metrô de São Paulo - R\$ 1,9 bilhões
 - Expansão da Linha 1 do Metrô do RJ - R\$ 478,2 milhões
- **Recursos Hídricos**
 - Programa Água para Todos – AL/BA//MG/PE/SE – R\$ 307 milhões
 - Sistema Adutor Seridó/RN – R\$ 23,7 milhões
- **Financiamento em Habitação - SBPE Poupança – Acréscimo de R\$ 60,2 bilhões**
- **Luz para Todos – Acréscimo de R\$ 6,2 bilhões**



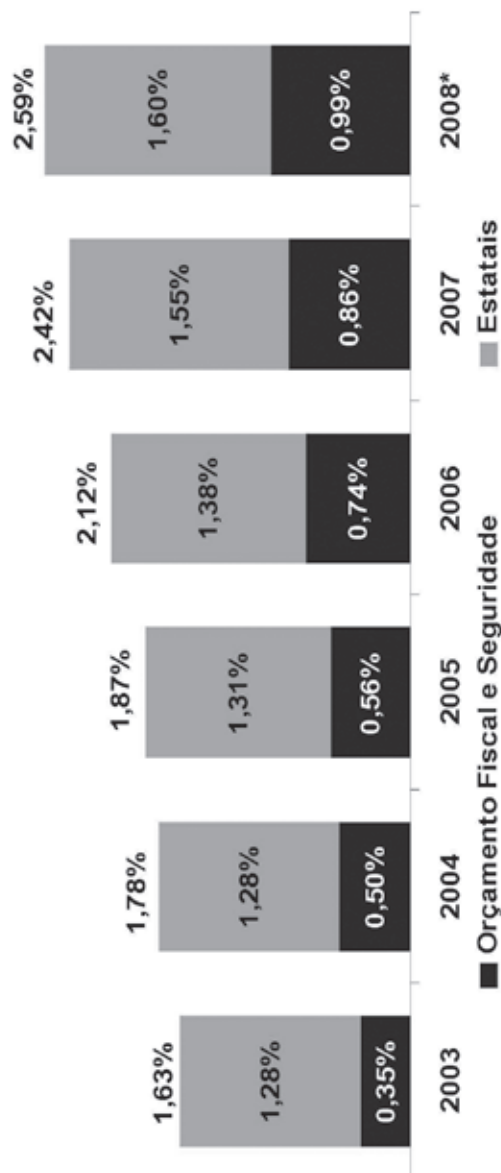
INVESTIMENTO TOTAL DA UNIÃO



79% DO INVESTIMENTO É EM INFRA-ESTRUTURA

* Últimos 12 meses até Outubro NÃO ESTÁ COMPUTADO O INVESTIMENTO EM SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

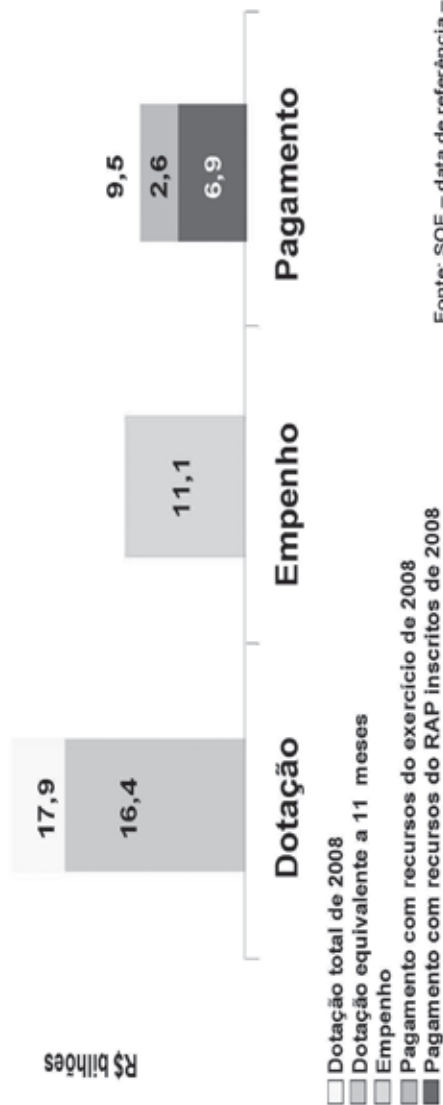
INVESTIMENTO TOTAL DA UNIÃO % PIB



* Últimos 12 meses até Outubro – NÃO ESTÁ COMPUTADO O INVESTIMENTO EM SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PAC OGU - FISCAL E SEGURIDADE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2008

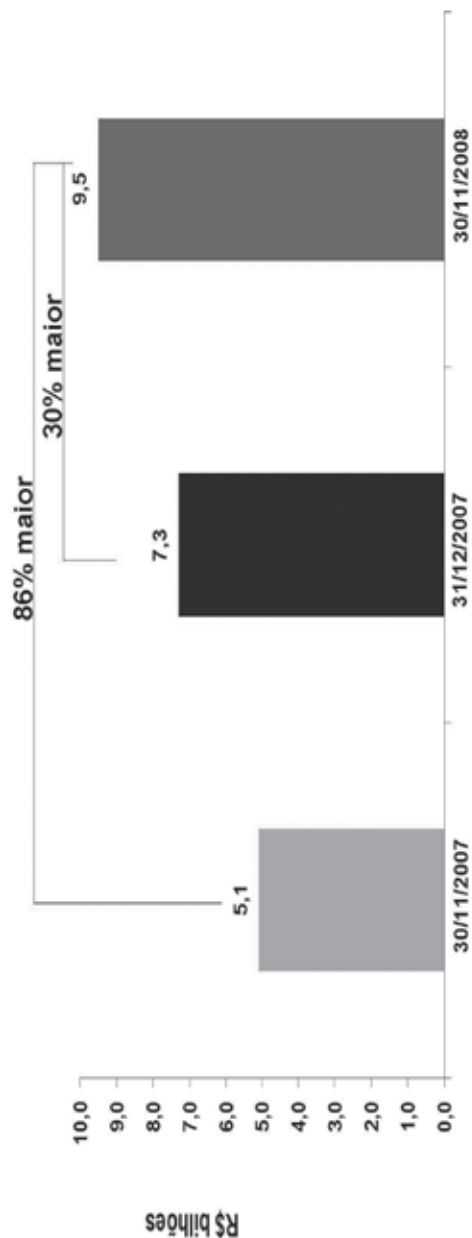


Fonte: SOF – data de referência – 30.11.2008

53

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PAC OGU - FISCAL E SEGURIDADE

COMPARATIVO DO VALOR PAGO NOV/2008 X DEZ/07 X NOV/2007

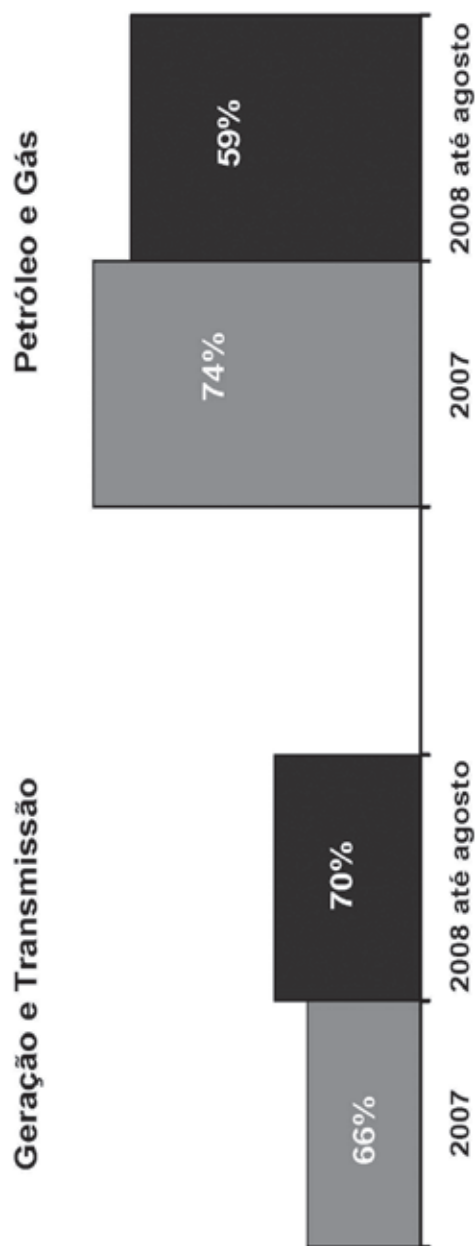


* RAP + Exercício

Fonte: SOF – data de referência – 30.11.2008

54

REALIZADO EM RELAÇÃO AO PREVISTO ESTATAIS E SETOR PRIVADO

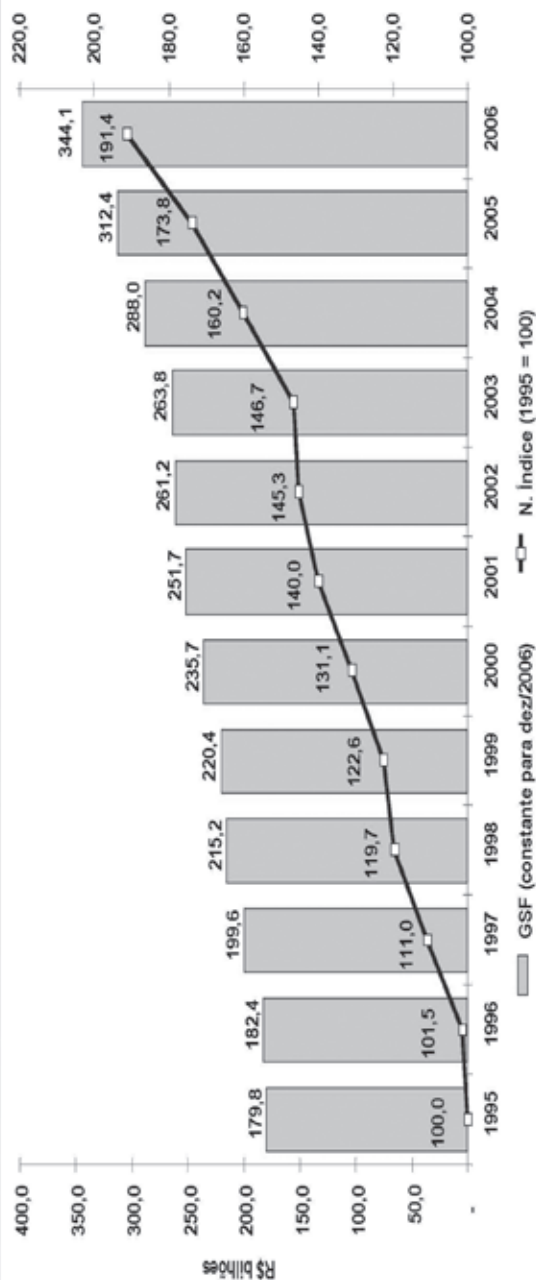


PROGRAMAS SOCIAIS = INVESTIMENTO + CONSUMO

56

Gasto Social Federal - 1995-2006

Valor anual real e Número índice



Fonte: Disoc/Ipea

Programas Sociais da União – Execução Orçamentária 2008

R\$ Milhões correntes

Função/Grupo	2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Liquidado		Liquidado		Liquidado		Liquidado		Liquidado		Empenhado	Liquidado
Assistência Social	8.416		13.863		15.806		21.555		24.714		26.510	24.622
Previdência Social	145.478		165.509		188.506		212.965		234.375		240.630	213.469
Saúde	27.172		32.973		36.519		40.577		45.723		40.206	36.221
Trabalho	9.495		10.707		12.719		16.554		19.752		22.699	19.860
Educação	14.224		14.533		16.188		19.667		24.353		21.910	18.578
Cultura	231		324		494		581		758		515	348
Direito e Cidadania	394		550		829		983		947		995	699
Esporte e Lazer	160		271		423		738		1.415		704	152
Total - Área Social	205.570		238.731		271.483		313.620		352.036		391.341	313.950
% Área Social/União	23,45		26,29		24,53		26,49		28,77		25,49	26,35
												30,93

Fonte SIAF- dados de 14/11/2008

PRÉ – SAL

**BRASIL PASSA PARA A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DE
EXPORTADOR DE PETRÓLEO**

59

PRÉ-SAL



PRÉ- SAL - EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

PRINCIPAIS DESCOBERTAS – 11,5 a 15,5 bilhões de boe

- Nov/2007: Tupi – reserva de gás e óleo prevista em 5 a 8 bilhões boe
- Dez/2007: Caramba – ocorrência de jazida de óleo leve a 280 km da costa
- Jan/2008: Júpiter – importante jazida de gás e condensado
- Mar/2008: Carioca – relevante descoberta de óleo leve e gás - em avaliação
- Mai/2008: Bem-te-vi – acumulação de óleo e gás - 25 a 28° API - águas ultra profundas
- Jun/2008: Guará – reserva de óleo e gás, próxima a Carioca
- Set/2008: Iara - reservas da ordem de 3 a 4 bilhões de barris, próxima a Tupi
- Nov/2008: Parque das Baleias – reservas de 3,5 bilhões de barris

61

TESTE DE LONGA DURAÇÃO - TUPI

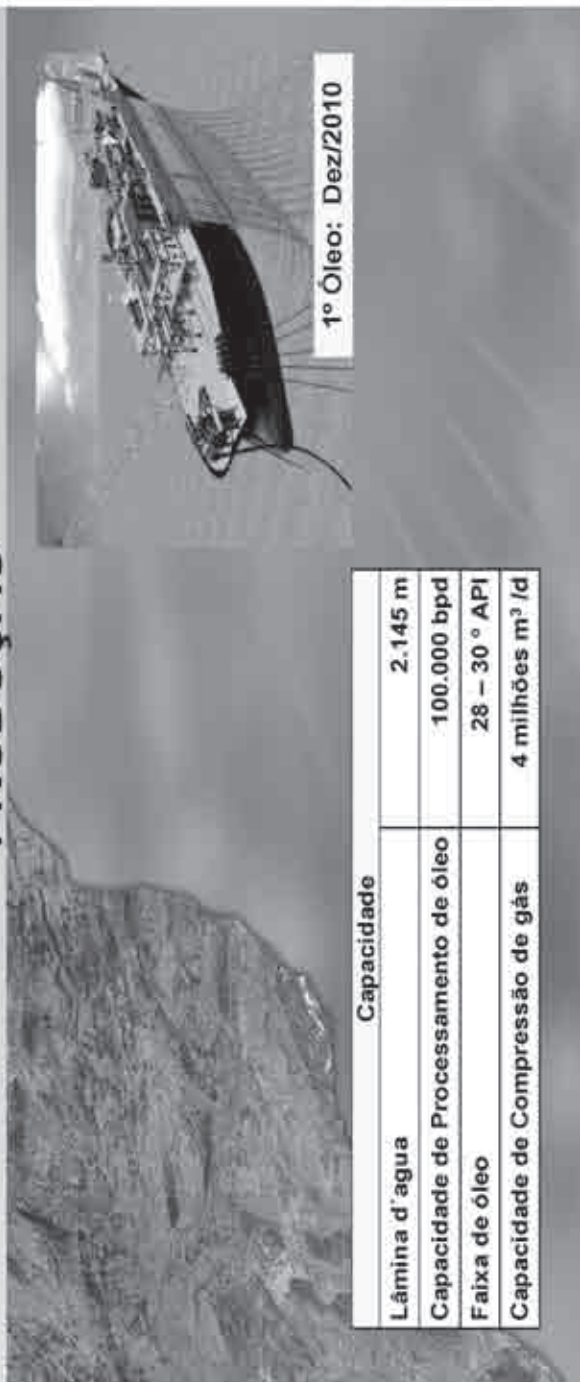


1º Óleo: Março/2009

Capacidade	
Lâmina d'Água	2.170 m
Capacidade de Processamento de Óleo	30.000 bpd
Faixa de Óleo	28 – 30 ° API
Poços	1 Produtor de Óleo

¹ Concessão pela B.W. Offshore

SISTEMA PILOTO DE TUPI – UNIDADE DE PRODUÇÃO

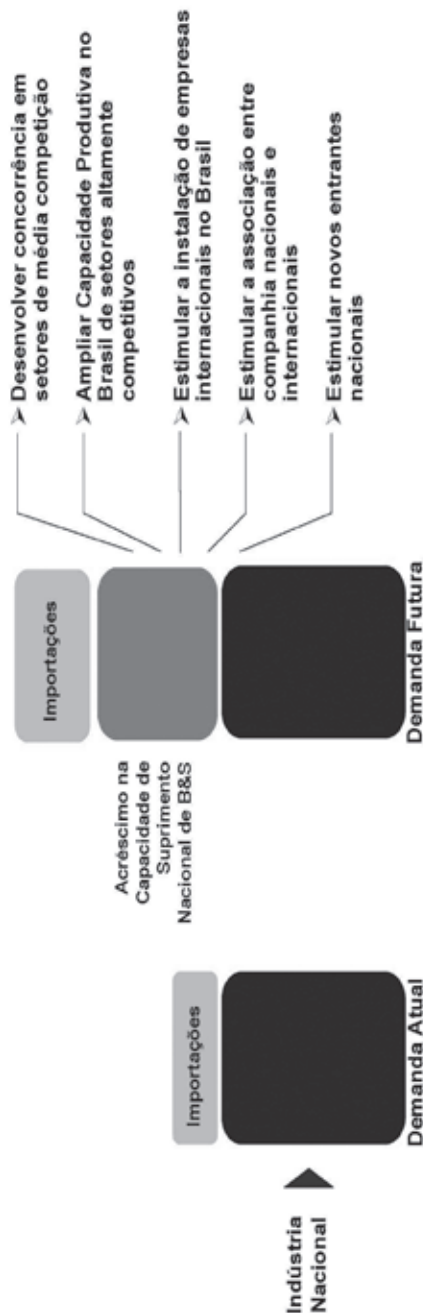


BRASIL E PETROBRAS - O DESAFIO DO PRÉ-SAL

- Licitação para contratação de sondas, barcos de apoio e ancoradores - condicionada à construção no Brasil
- Contratos de longo prazo com prestadores de serviço
- Suporte à expansão da capacidade instalada de fornecedores
- Participação da engenharia Nacional nos projetos
- FNMM – recursos para investimento R\$ 10 bilhões
- Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN
 - Garantia em financiamento para construção de embarcações
 - Em avaliação
 - Garantia para plataformas e navios-sonda
 - Mecanismo de garantia do risco de performance em estaleiros: seguro-performance ou diretamente pelo FGCN

Fornecimento para área de Petróleo e Gás

Estratégia de adequação do Complexo Industrial Nacional



Estão em marcha ações estruturantes e convergentes

- **Plano de Aceleração do Crescimento – PAC - assegura a oferta de infra-estrutura**
- **Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP - focaliza o investimento, a inovação, as exportações e a MPE**
- **Plano de Ação Ciência, Tecnologia e Inovação - promove o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação**
- **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE - garante investimentos para enfrentar a maior restrição do desenvolvimento a longo prazo: a capacitação dos brasileiros**
- **Plano de desenvolvimento tecnológico da área da Saúde: ataca carências imediatas e constrói capacitação futura**

PAC + PRÉ-SAL+ PROGRAMAS SOCIAIS ANTI-CÍCLICOS

- Sustentam um patamar elevado de investimento público e privado
- Priorizam o investimento e os programas sociais na agenda do Governo, das Autarquias, das Empresas e Bancos Públicos
- Dão suporte : demanda (Investimento e consumo) e crédito ao setor privado num horizonte de curto prazo, com efeitos no médio e longo prazo
- PAC - Constrói ambiente para o país manter o ciclo de crescimento, realizando obras de infra-estrutura
- Pré-SAL - Garante posição estratégica na área de energia ao Brasil
- Programas Sociais - Garantem uma rede de proteção aos mais pobres e sustentam o consumo
- Aumenta a confiança da sociedade no futuro fortalecendo o novo modelo de desenvolvimento: crescimento econômico com distribuição de renda.

Anti-cíclicos porque sustentam o emprego e a renda

67

O Governo é parte da solução

Os investimentos do PAC, do Pré-Sal e e gastos sociais são condição para:

- superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais
- Fortalecimento do mercado interno
- Continuidade do desenvolvimento de forma sustentável eliminando os gargalos e realizando os potenciais da economia brasileira
- aumento de produtividade da economia do País
- atração de novos investimentos



Maximizar as oportunidades pós-crise

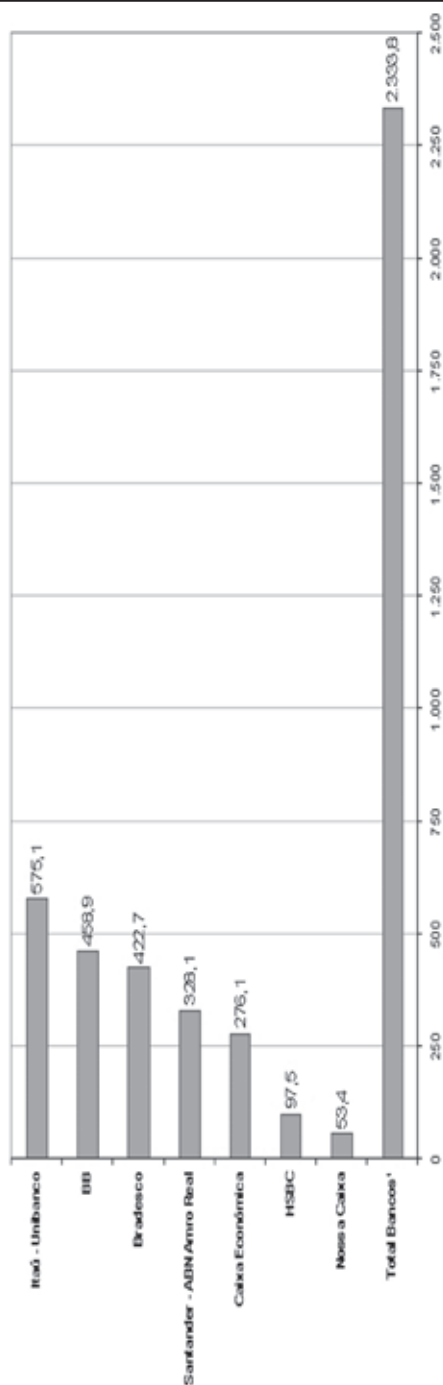
O Cidadão, as Empresas e a Lógica Pública

- O desafio : vencer 25 anos de incertezas e de obstáculos ao desenvolvimento
- O Brasil está em um período diferente dos anteriores:
 - aprendemos com o passado; acumulamos capacidade para resistir e avançar sob condições de forte incerteza → ativos para a construção do futuro
- Defender o interesse nacional é defender mais e melhores empregos. Mais e melhores empregos garantem a sustentabilidade econômica, social e ambiental do país
- Ponto de convergência entre a lógica do cidadão e das empresas com a lógica pública

69

**Apresentação da Terceira
Audiência Pública: A Crise do Sistema
Financeiro Internacional no que
Concerne às Medidas Provisórias
N^{os} 442 e 443, de 2008
(Sr. Renaut Michel Barreto e Silva)**

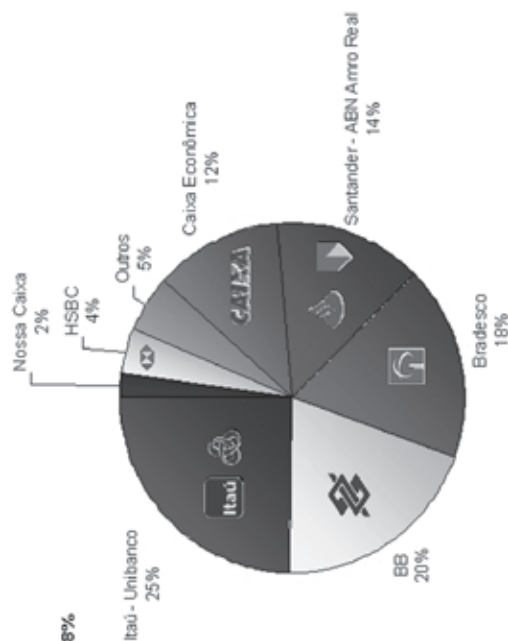
Ativos dos Principais Bancos¹ (R\$ bilhões)



Fonte: Valor Econômico e Banco Central. ¹ O Total dos Bancos se refere a Bancos Criadores de Moeda. Elaboração: GAFIN/MACTEPA.

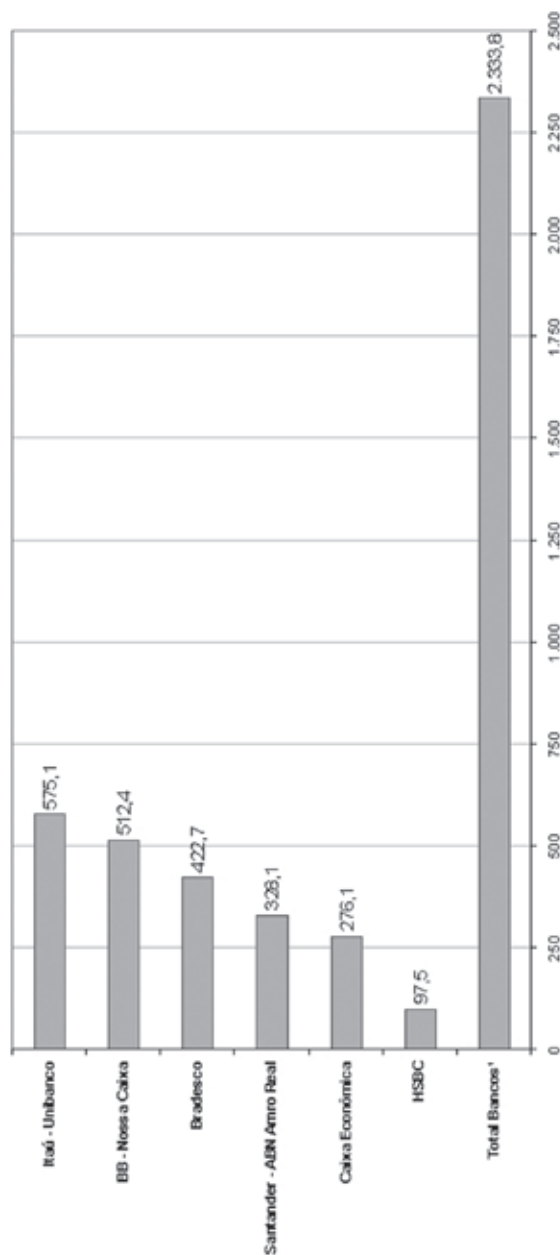
Participação sobre o Ativo Total dos Bancos Comerciais

Total dos Principais Bancos = 94,8%



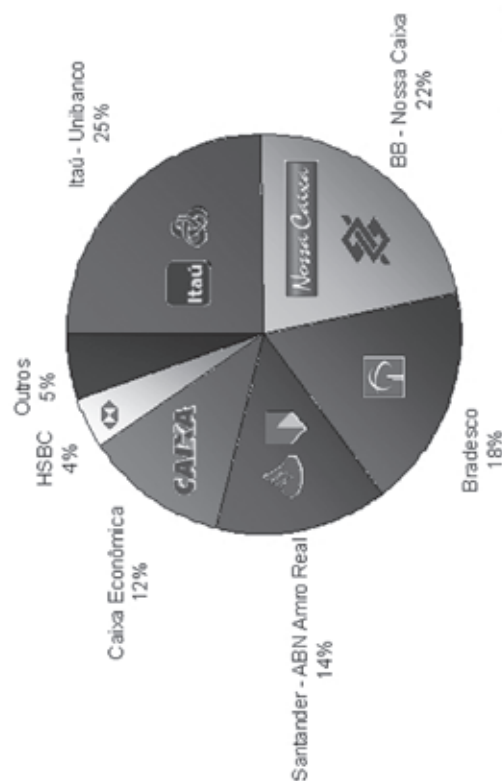
Fonte: Valor Econômico e Banco Central. Elaboração: GARP/IMAC/PEA

Ativos dos Principais Bancos¹ (R\$ bilhões)



Fonte: Valor Econômico e Banco Central. * O Total dos Bancos se refere a Bancos Ordinários de Moeda. Elaboração: GAP/DIMAC/IPEA.

Participação sobre o Ativo Total dos Bancos Comerciais



Total dos Principais Bancos = 94,8%

Fonte: Valor Econômico e Banco Central. Elaboração: GAP/DIMA/OIPEA

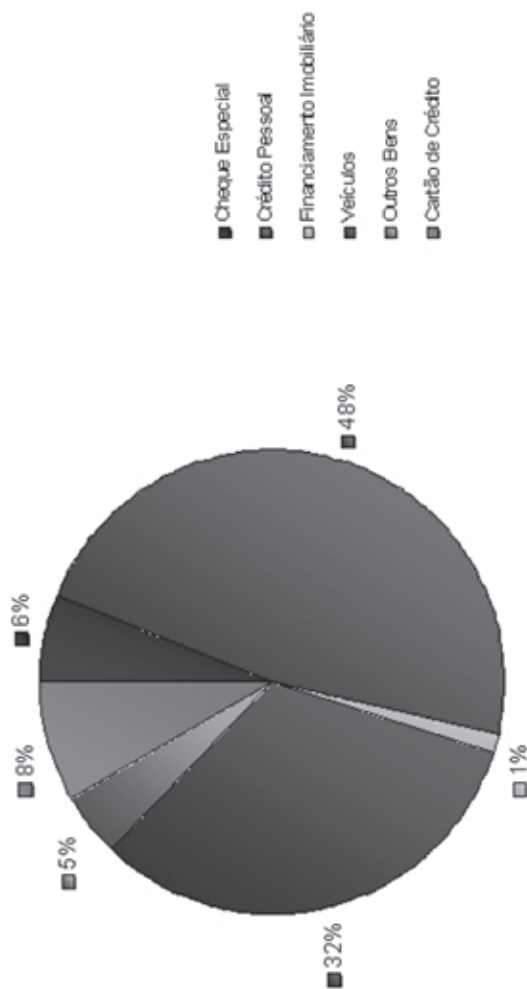
Balancos de Nove Meses

Bancos Grandes	Crédito	Depósitos	Lucro	Patrimônio	Retomo (%)
Itaú+Unibanco	225.287	167.491	8.133	44.510	24,4
BB	202.233	229.810	5.859	27.889	28,0
Bradesco	160.634	139.170	6.015	34.168	23,5
Santander	130.483	121.688	2.230	24.225	12,3
Nossa Caixa	11.489	33.964	596	3.183	24,9
Banrisul	10.918	13.415	419	2.971	18,8
Total	741.044	705.538	23.252	136.946	22,6

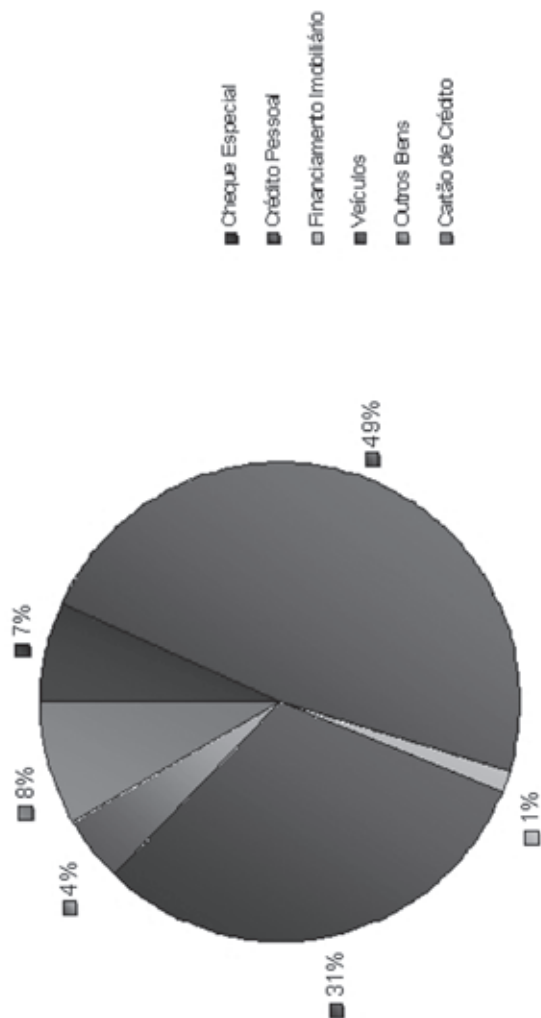
Bancos Médios	Crédito	Depósitos	Lucro	Patrimônio	Retomo (%)
BicBanco	9.757	6.071	302	1.715	23,5
Panamericano	6.876	2.751	170	1.290	17,6
Daycoval	4.627	2.718	180	1.612	14,9
ABCBrasil	5.329	2.448	130	1.159	14,9
BMB	3.815	3.657	32	524	8,2
Cruzeiro do Sul	4.135	1.943	37	884	5,6
BRB	1.197	4.155	99	420	31,5
Sofisa	3.446	2.462	77	861	11,9
Pine	3.541	2.062	113	831	18,2
Indusval	1.995	1.172	58	444	17,5
Paraná	1.467	996	68	811	11,2
Banpará	412	1.358	27	138	25,8
Total	46.597	31.793	1.293	10.689	16,1

Total Geral	787.641	737.331	24.545	147.635	22,2
--------------------	----------------	----------------	---------------	----------------	-------------

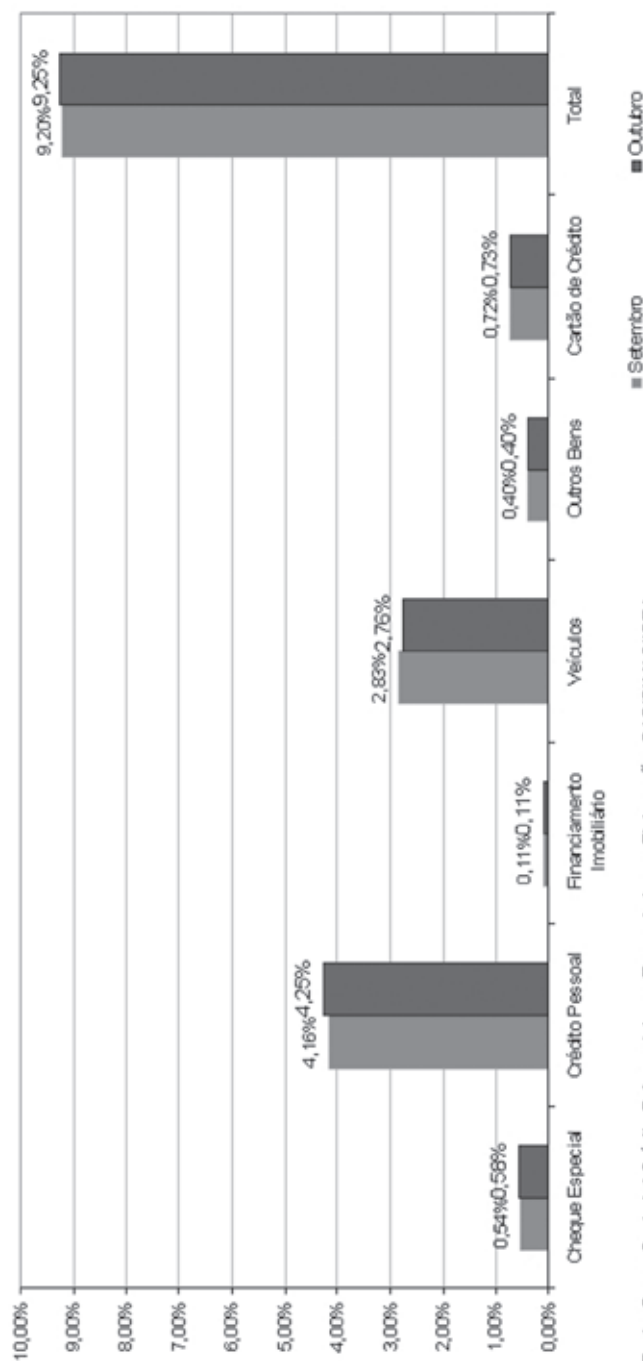
Saldo das Operações de Crédito - Pessoa Física - Setem bro de 2008



Saldo das Operações de Crédito - Pessoa Física - Outubro de 2008



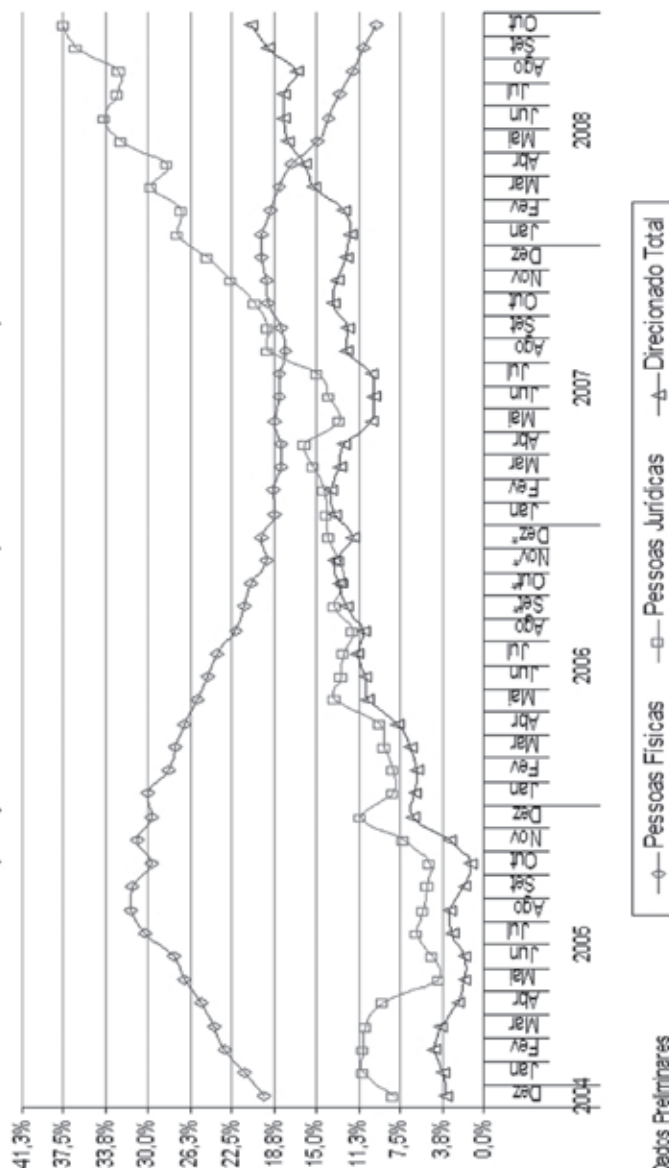
Crédito a Pessoa Física¹ por Modalidade/PIB (%)



Fonte: Banco Central. ¹ Crédito Referencial para Taxas de Juros. Elaboração: GAP/DINAO/PEA.

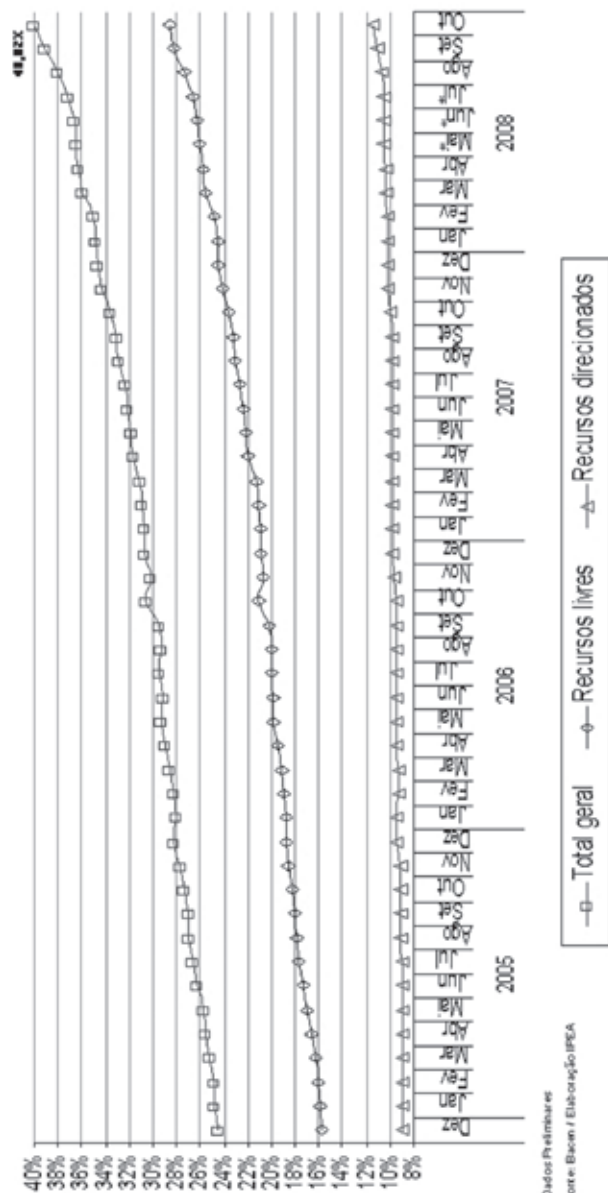
Taxas Reais de Crescimento das Operações de Crédito

(Variações dos saldos em finais de períodos entre 12 meses)



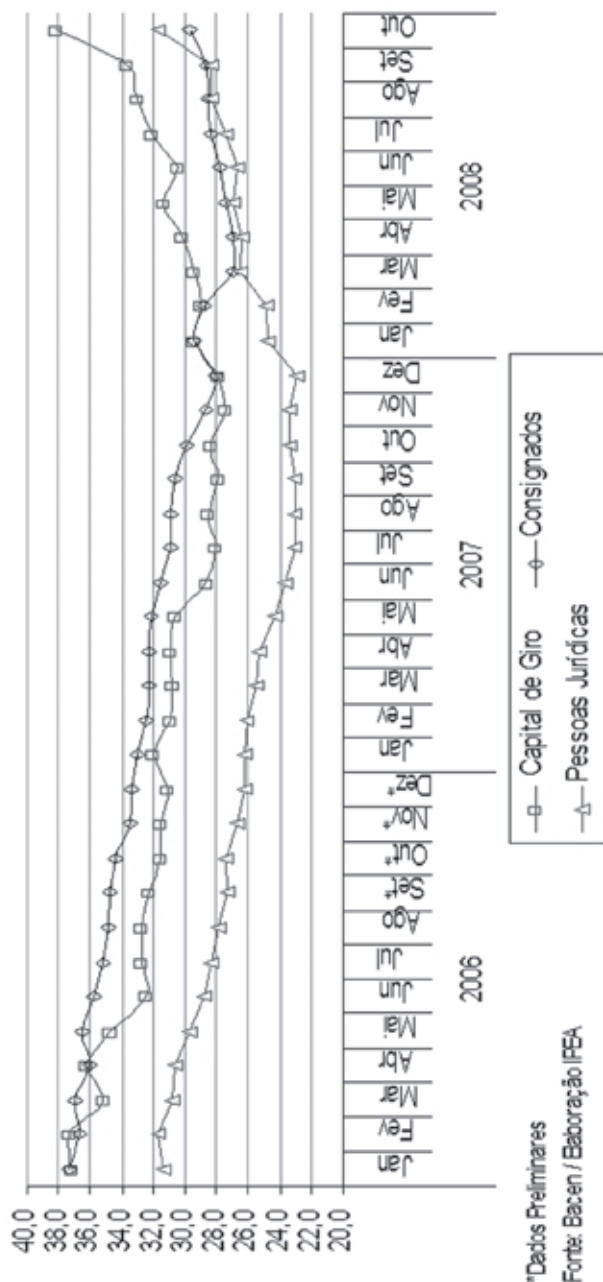
*Dados Preliminares
Frontier Research / Relatório IFFA

Operações de Crédito
(saldos de fim de período - % PIB)



Fontes: BACEN / Elaboração: IPEA

Taxas Nominais de Juros de Crédito por Modalidade (média mensal anualizada)



	Spread (p.p.)		Inadimplência (%)	
	Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas
Média Jan/08 - Ago/08	14,3	35,7	1,8	7,2
set/08	14,7	38,6	1,6	7,3
out/08	17,5	39,7	1,7	7,4

- Compulsório
- Redução do compulsório para pequenos e médios bancos : R\$13,2 bi;
- Liberação de compulsório para comprar carteiras de instituições menores: R\$ 23,5 bi;
- Redução da alíquota adicional do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo: 23,2 bi;
- Flexibilização de parte compulsório para instituições que comprem carteiras de parceiros menores: R\$ 6 bi;
- Dedução que os bancos podem fazer sobre os compulsórios adicionais dos depósitos à vista, a prazo e poupança: R\$ 8 bi;
- Dedução do compulsório dos depósitos a prazo: R\$ 13,1 bi;
- Instituições que participam dos leilões de dólares com compromisso de recompra poderão abater o valor negociado dos compulsórios que ficam depositado dos recursos das empresas de leasing: R\$ 20 bi;
- Redução de 45% para 42%da alíquota do compulsório sobre depósitos à vista: R\$ 3,6 bi.
- A instituição que quiser antecipar contribuições ao FGC poderá descontar o montante da quantia recolhida ao BC como compulsório sobre depósitos à vista: até R\$ 6 bi.
- A partir de 14 de novembro para estimular a injeção de recursos em bancos de menor porte que estejam com problemas de liquidez para empréstimos a seus clientes: cada R\$ 100 que têm de ser recolhidos junto ao BC, R\$ 70 devem ser feitos em espécie, sem rendimento. Só R\$ 30 poderão ser trocados junto ao BC por títulos públicos, que rendem Taxa Selic.

2. Outras medidas:

- Autorização para empréstimo do BCB – redesconto – aos bancos tendo como garantia carteiras de crédito;
- Utilização das reservas cambiais para financiar as exportações, por meio de leilão de compra de títulos de bancos que financiam o comércio exterior brasileiro. Os contratos prevêem a recompra desses papéis;
- Possibilidade de empréstimos direto do BCB a bancos privados em moeda estrangeira voltado exclusivamente para o comércio exterior;
- Repasse para o BNDES de R\$ 5 bi, no sistema de pré-embarque;
- Retomada dos leilões de swap cambial;
- Aumento da capacidade de endividamento da Petrobrás junto ao BNDES;
- Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal ficam autorizados a comprar, integralmente ou parte, bancos, seguradoras, instituições de previdência privada e empresas de capitalização;
- BB e Caixa poderão abrir novas subsidiárias, sem a necessidade de autorização do congresso;
- A caixa criará duas subsidiárias – um banco de investimentos e a CaixaPar, que estará subordinada ao primeiro. A CaixaPAR centraliza todas as participações compradas; o Banco de Investimentos irá atuar no mercado financeiro – câmbio e bolsa – e no financiamento das exportações;
- O BCB poderá realizar operações de swap com outros países.
- Venda de dólares (spot)
- Medidas para garantir o crédito agrícola;

**Apresentação da Terceira
Audiência Pública: A Crise do Sistema
Financeiro Internacional no que
Concerne às Medidas Provisórias
N^{os} 442 e 443, de 2008
(Sr. Mário Rubens de Mello Neto)**

Economia Brasileira

Indicadores de Performance

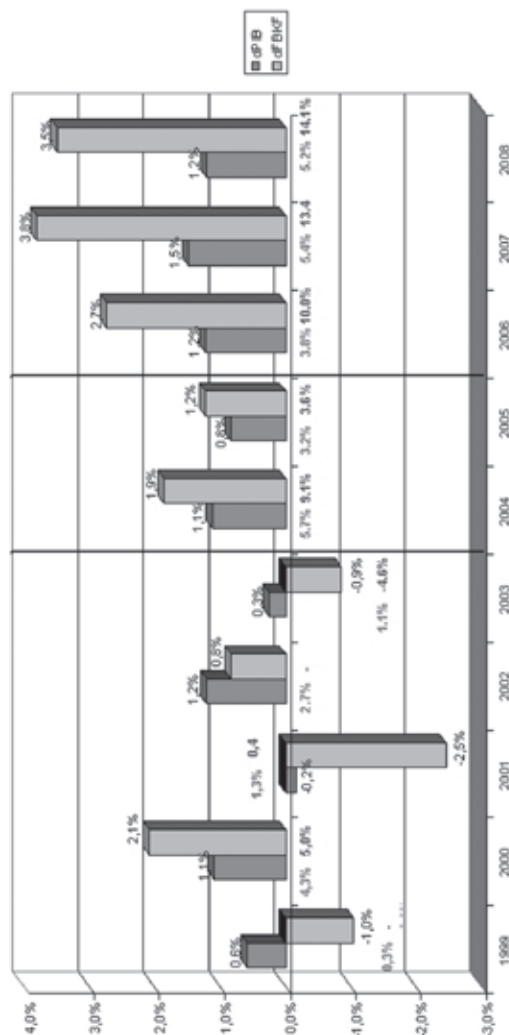
Macroeconômica

Rio de Janeiro - Outubro de 2008

Nível de atividade, investimento e ocupação

Evolução do PIB e do Investimento

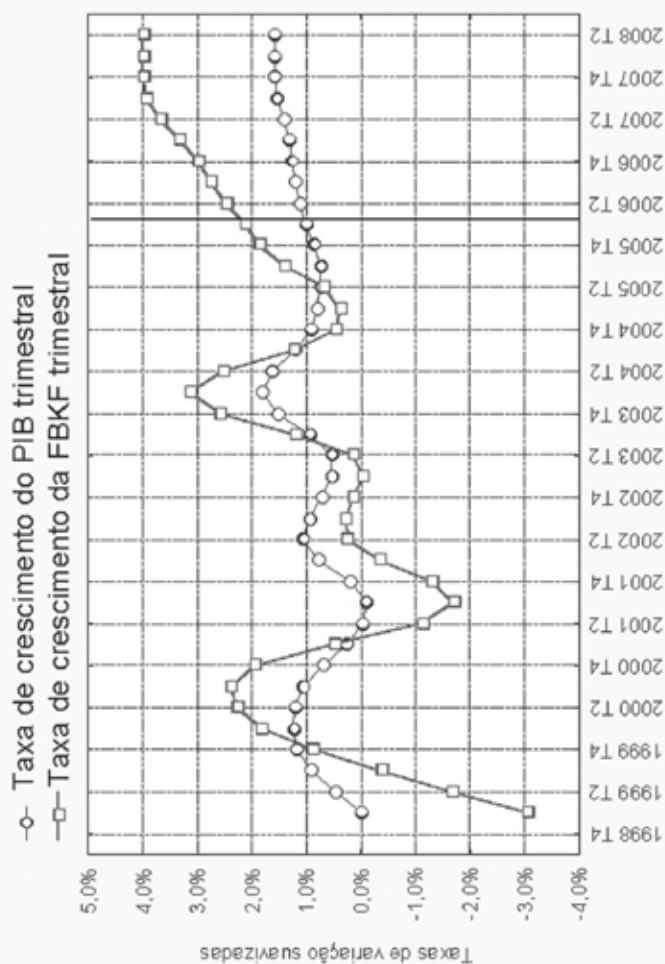
Formação bruta de capital fixo e PIB - taxas reais médias trimestrais de crescimento no ano em relação ao trimestre anterior (1999-2008)



Fonte: IBGE: Contas Nacionais trimestrais. Séries dessazonalizadas.

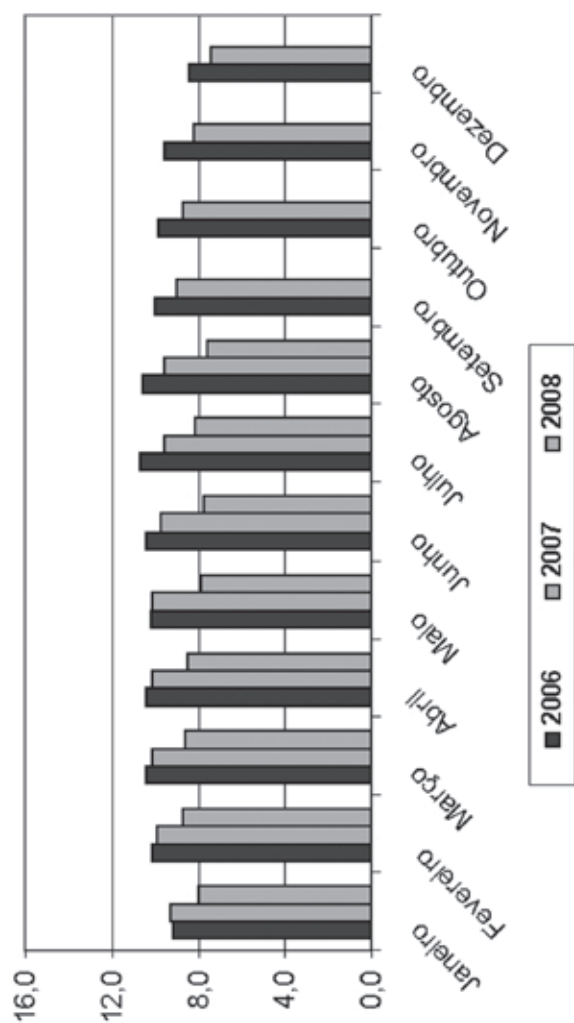
Nota: Os valores para 2008 se referem ao limite superior do intervalo de projeções da DIMAC/PEA

Investimento e PIB: dinâmica tendencial



Fonte: IBGE

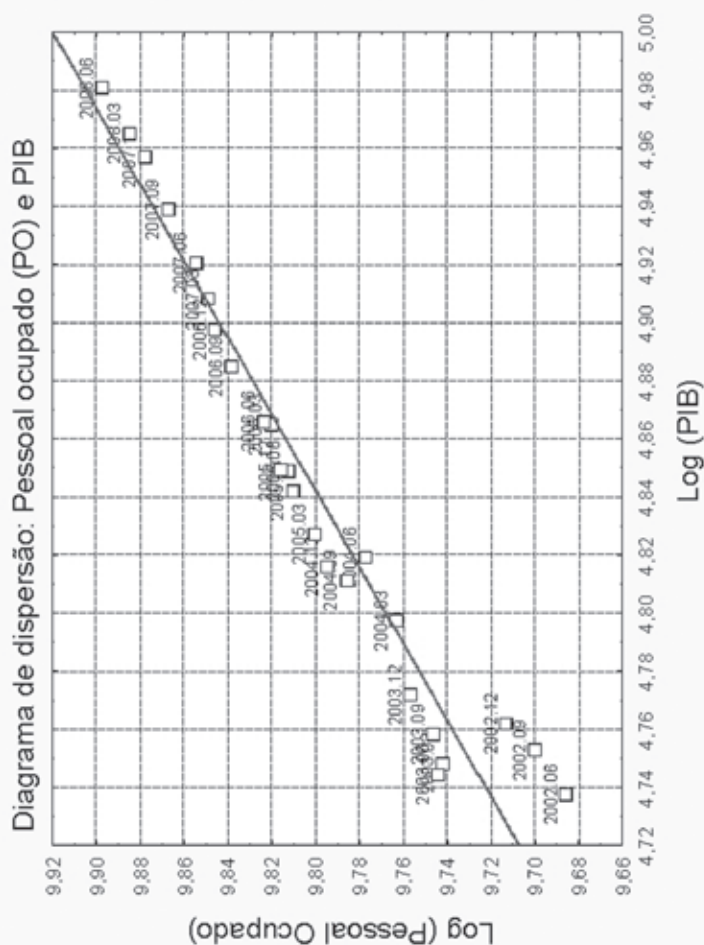
Taxa de Desocupação (%)



Fonte: IBGE- Nova PME

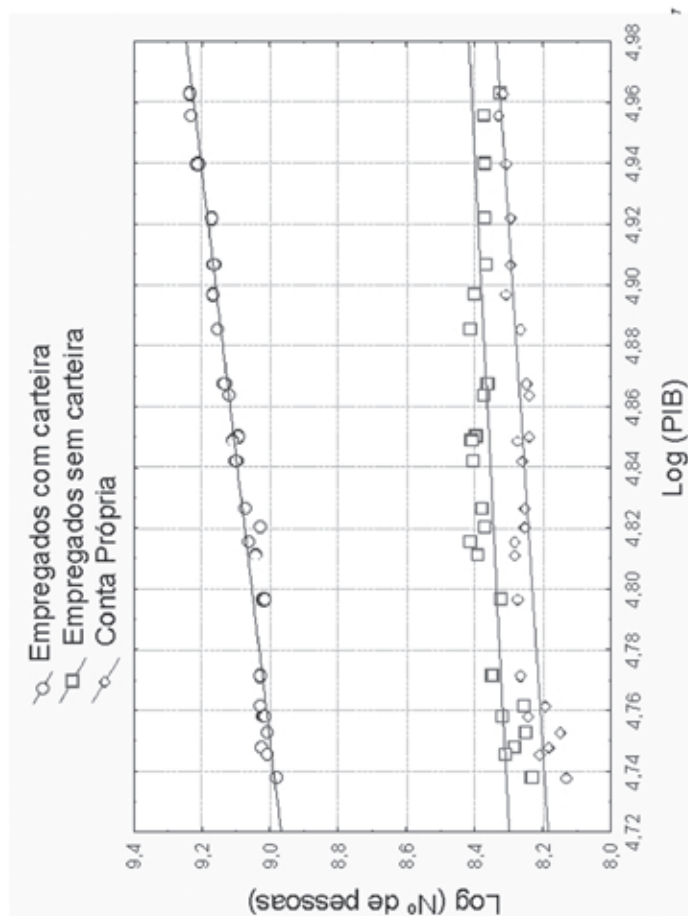
5

Relação Ocupação e PIB



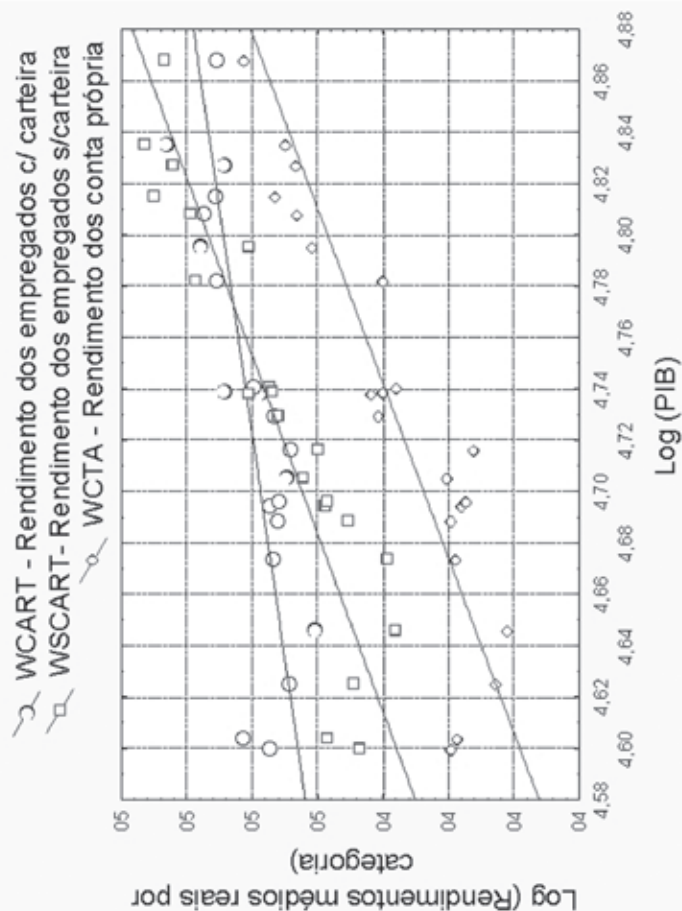
Fonte: IBGE: Nova PME e PIB real trimestral

Categorias de Ocupação e PIB (2002.T1 – 2008.T2)



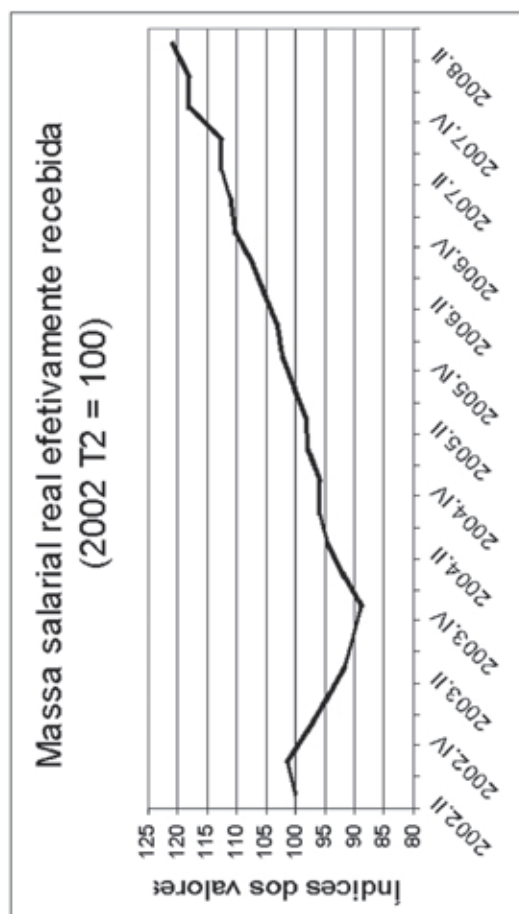
Fonte: IBGE: Nova PME e PIB real trimestral

Categorias de Rendimento e PIB (2002.T1 – 2008.T2)



Fonte: IBGE: Nova PME e PIB real trimestral

Crescimento da massa salarial (2002.T2 – 2008.T2)



Fonte: Nova PME-IBGE

9

Emprego por Faixa Salarial (2004-2008)

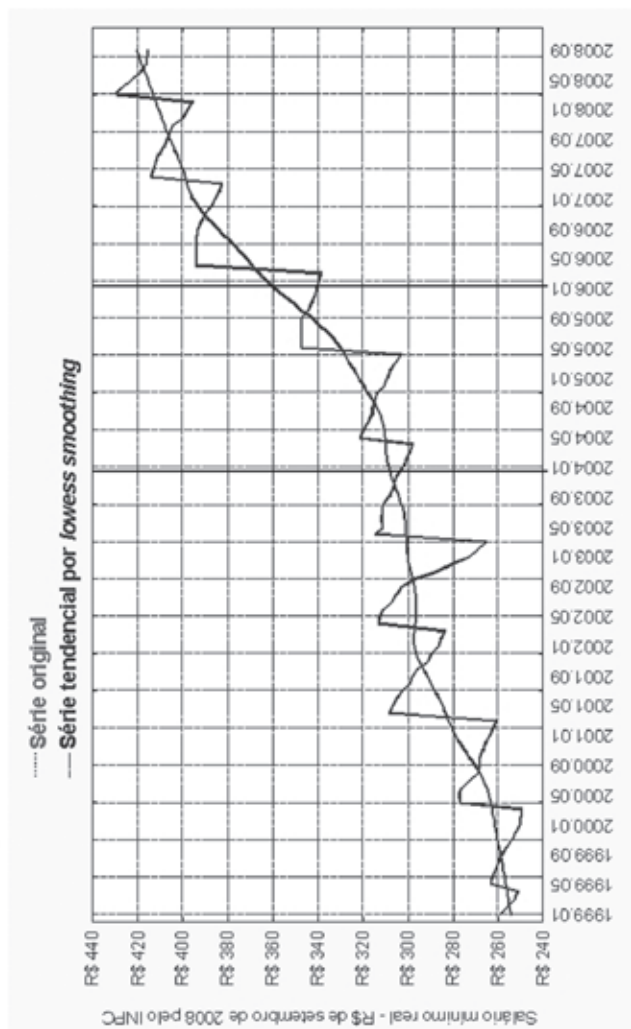
Caged – Criação de Empregos por Faixa Salarial (em salários mínimos)
(Em % do total)

	De 0 a 3,0	De 3,1 a 5,0	De 5,1 a 10,0	Mais de 10,1
2004	88,0	7,0	3,1	1,8
2005	88,9	6,5	2,9	1,7
2006	90,7	5,3	2,5	1,6
2007	91,4	4,9	2,2	1,5
2008*	91,6 (+)	4,7 (-)	2,2 (-)	1,5 (-)

Fonte: CAGED-MTE

Nota: *período de janeiro a julho.

Evolução do Salário Mínimo Real (1999-2008)

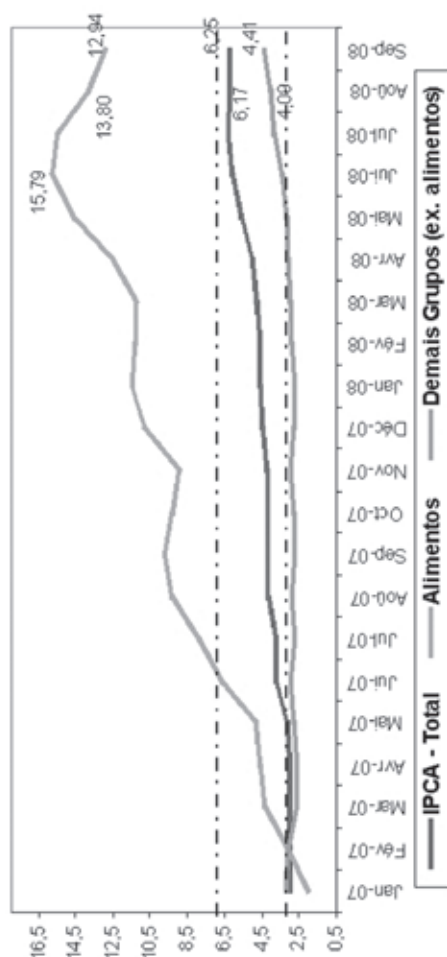


Fonte: IPEADATA

Inflação

Inflação - IPCA

(variação % acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE

13

Inflação - Centro, intervalo da meta de inflação e inflação efetiva (1999-2008)

Ano	Centro da Meta de Inflação	Intervalo da Meta de Inflação	Inflação Efetiva (Variação do IPCA)
1999	8%	6 a 10%	8,94%
2000	6%	4 a 8%	5,97%
2001	4%	2 a 6%	7,67%
2002	3,5%	1,5 a 5,5%	12,53%
2003	8,5%*		9,30%
2004	5,5%	3 a 8%	7,60%
2005	4,5%	2 a 7%	5,69%
2006	4,5%	2,5 a 6,5%	3,14%
2007	4,5%	2,5 a 6,5%	4,46%
2008	4,5%	2,5 a 6,5%	

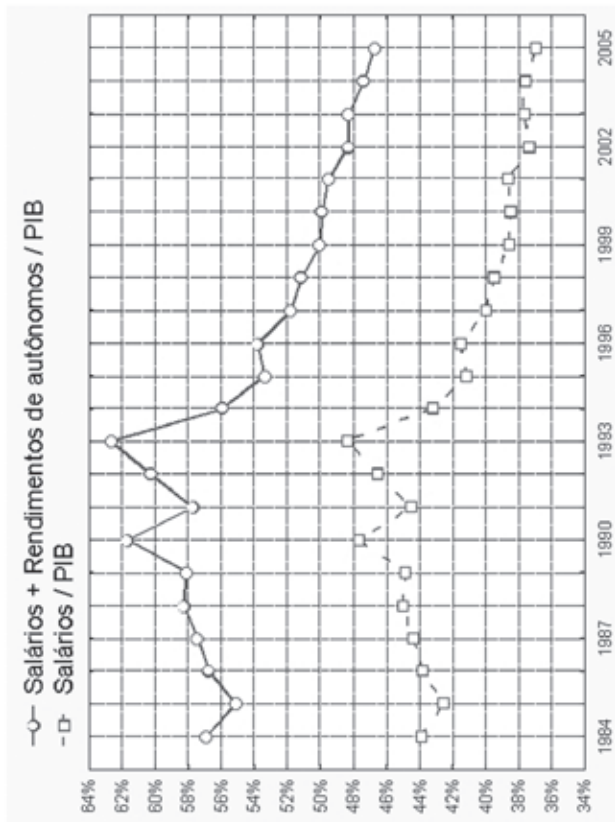
Fonte: BCB

* A meta do ano era inicialmente 3,25% (+/- 2%); depois, foi alterada para 3,5% (+/- 2%); posteriormente, foi modificada de novo para o limite máximo de 8,5%, que ficou conhecido como "meta ajustada". Esta meta foi proposta pelo próprio Banco Central em carta enviada ao ministro da Fazenda em 21 de Janeiro de 2003, que aceitou a mudança.

Massa salarial

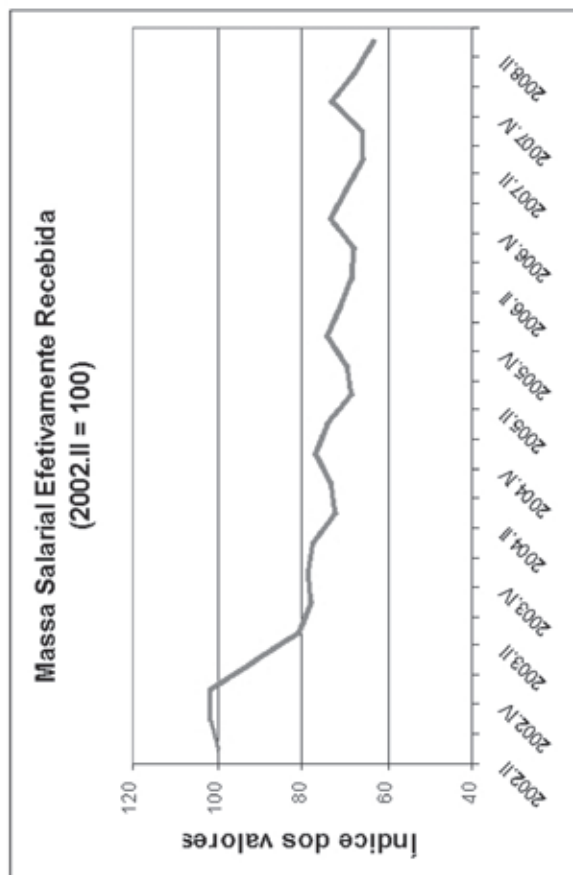
Razão massa salarial / PIB (1985-2005)

Dados anuais das Contas Nacionais



Fonte: IBGE.

Razão Massa Salarial / PIB (2002.T2 – 2008.T2)

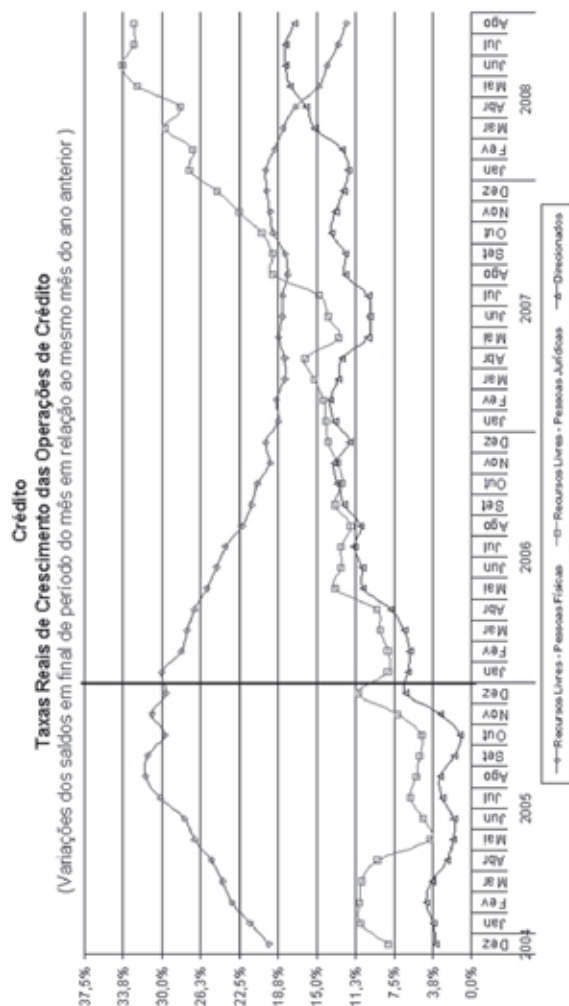


Fonte: Nova PME (Seis Grandes Regiões Metropolitanas) e Contas trimestrais/IBGE.

Evolução do Crédito

18

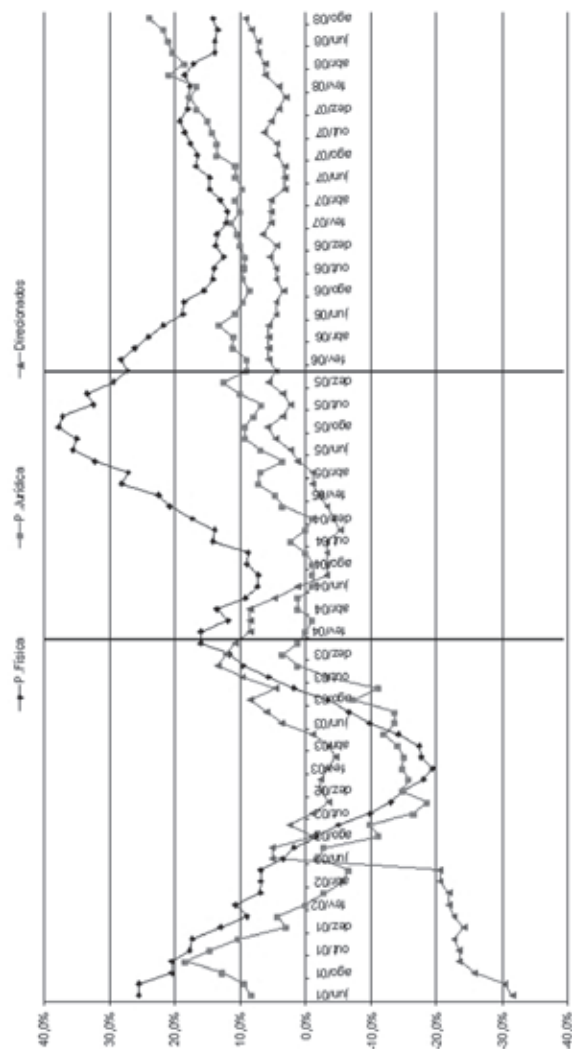
Operações de Crédito (2004-2008)



Fonte: BCB

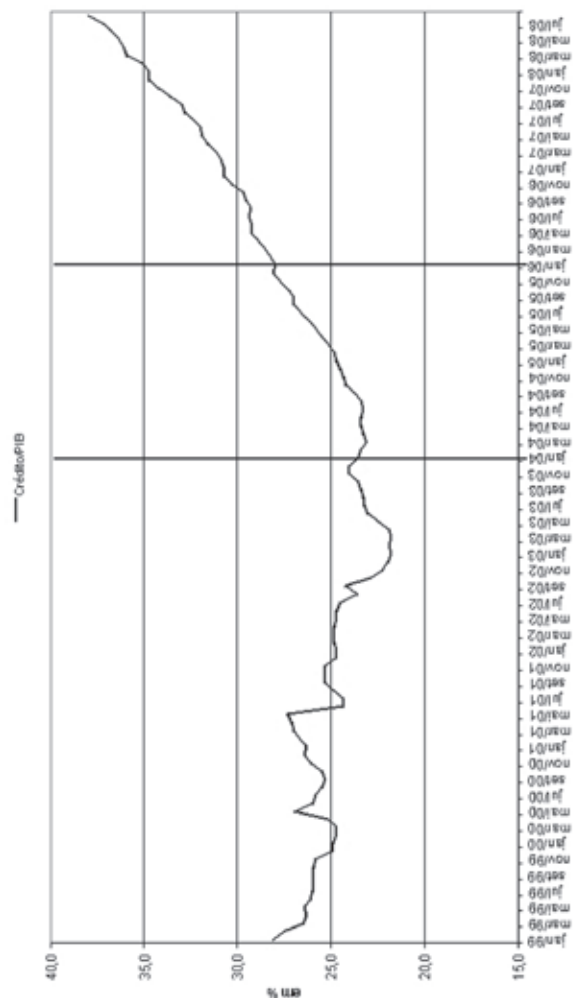
Operações de Crédito (2001-2008)

Taxas reais de crescimento das operações de crédito



Fonte: BCB

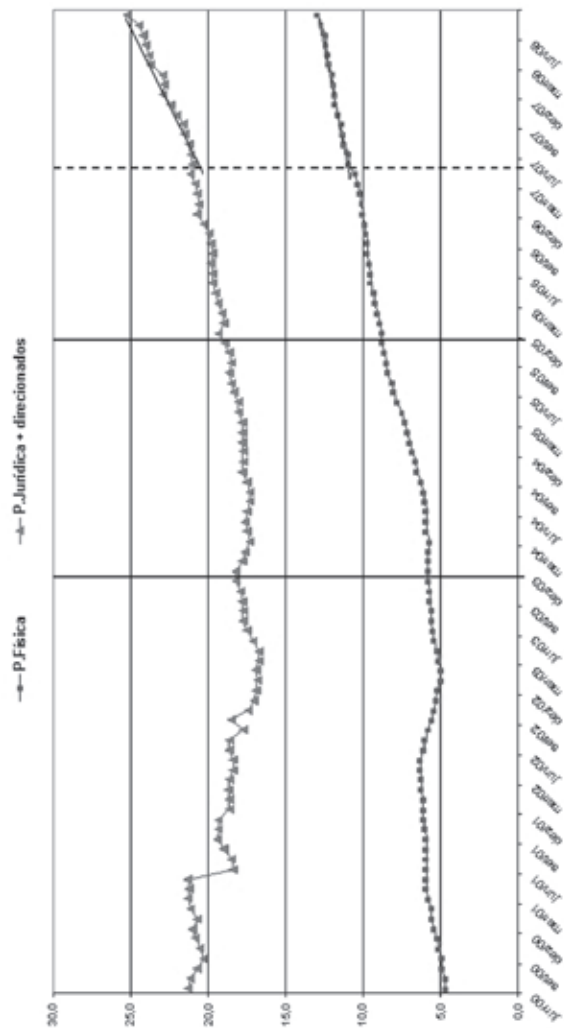
Relação crédito / PIB (jan/99 – ago/08)



Fonte: Banco Central do Brasil.

21

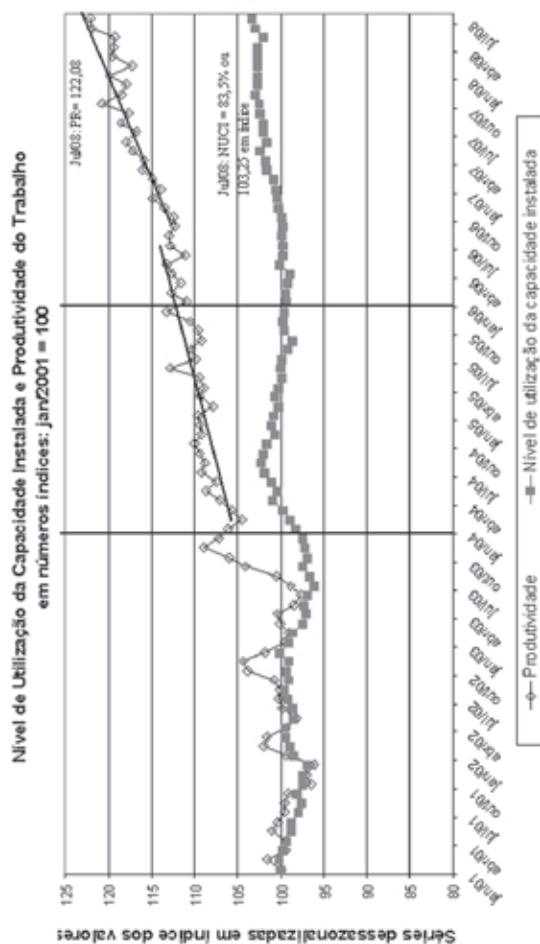
Composição do crédito em % do PIB (jun/00 – ago/08)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Produtividade e Utilização da Capacidade Instalada

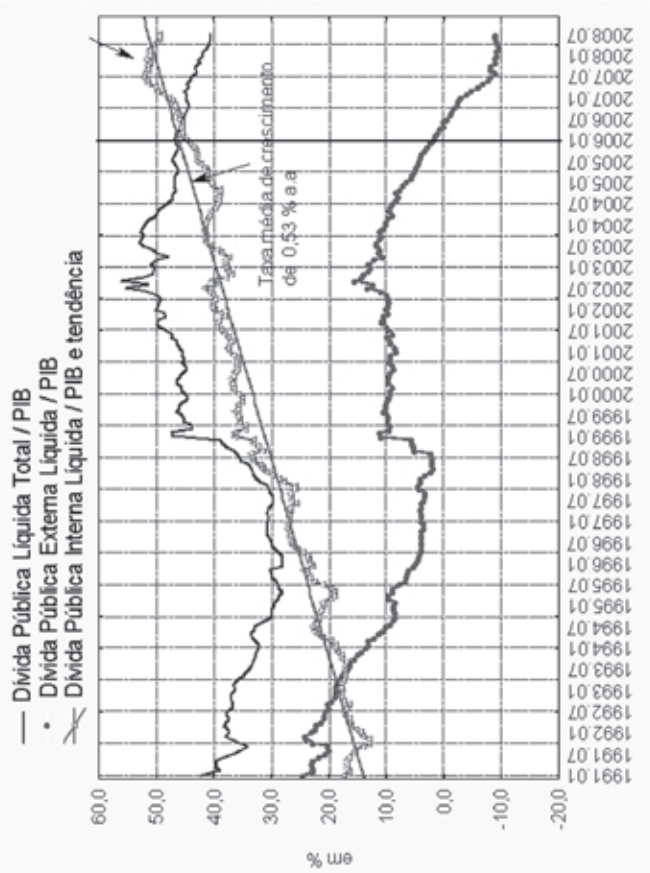
Relação NUCI e Produtividade (jul/2001 – jul/2008)



Fonte: CNI: NUCI e IBGE: PIM-PF

Finanças Públicas

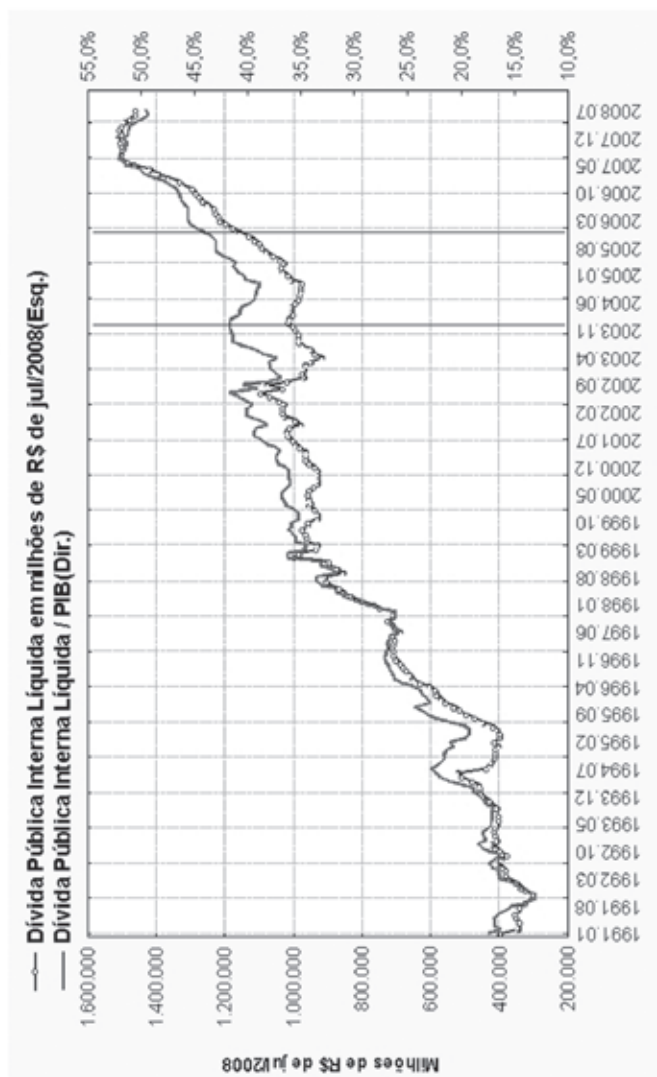
Composição da Dívida Pública Total (jan/1991 – jul/2008)



Fonte: BCB-DEPEC.

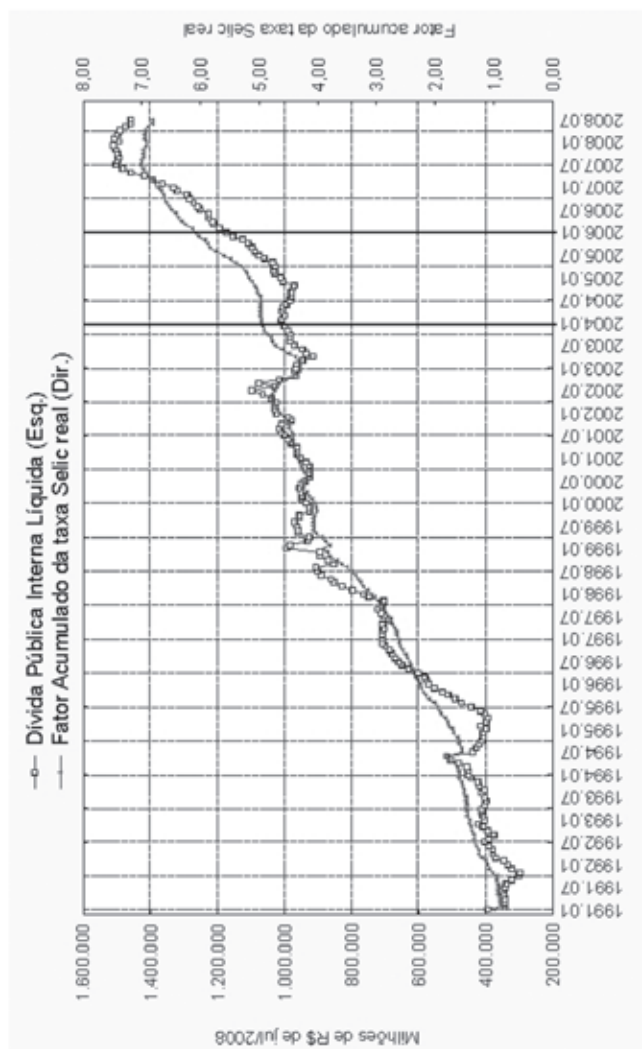
Nota: A dívida pública interna líquida cresce a uma taxa média de 0,7% ao ano, considerando-se a linha de 26 tendência entre 1991 e 2008.

Evolução da Dívida Pública Interna Líquida (1991-2008)



Fonte: BCB-DEPEC

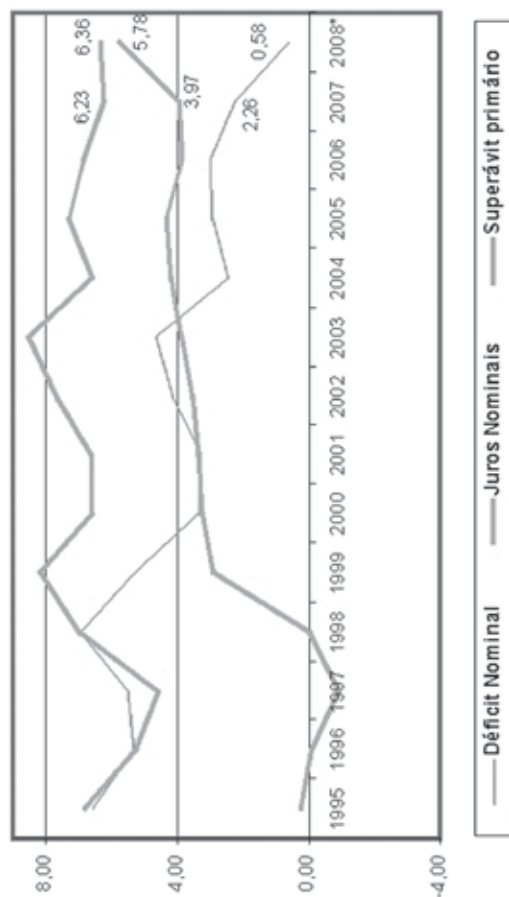
Dívida Pública Interna e Taxa Selic (1991-2008)



Fonte: BCB-DEPEC

28

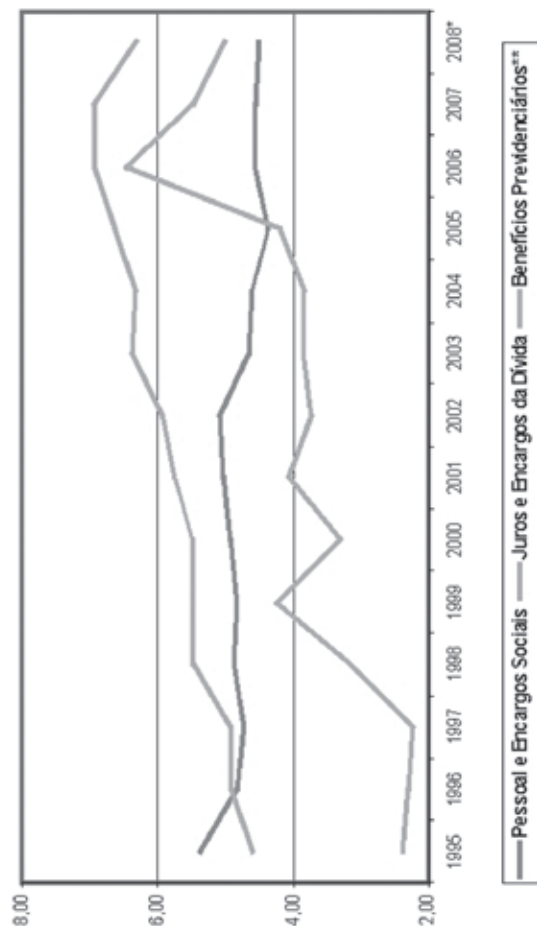
Necessidade de Financiamento do Setor Público (% PIB)



Fonte: BCB-DEPEC

* Até agosto de 2008

Despesas Liquidadas da União (% PIB)



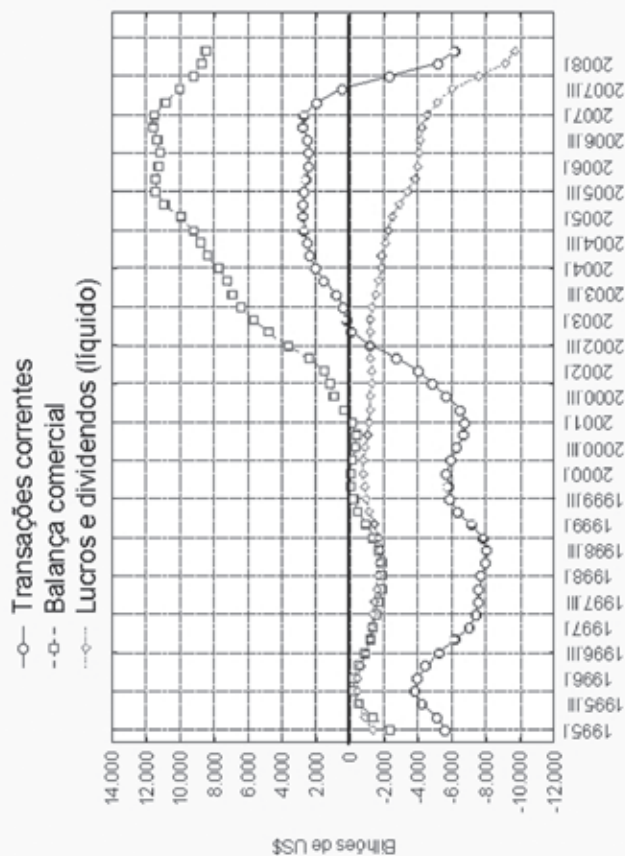
Fonte: STN – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

* Até julho de 2008

** Referem-se a pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários

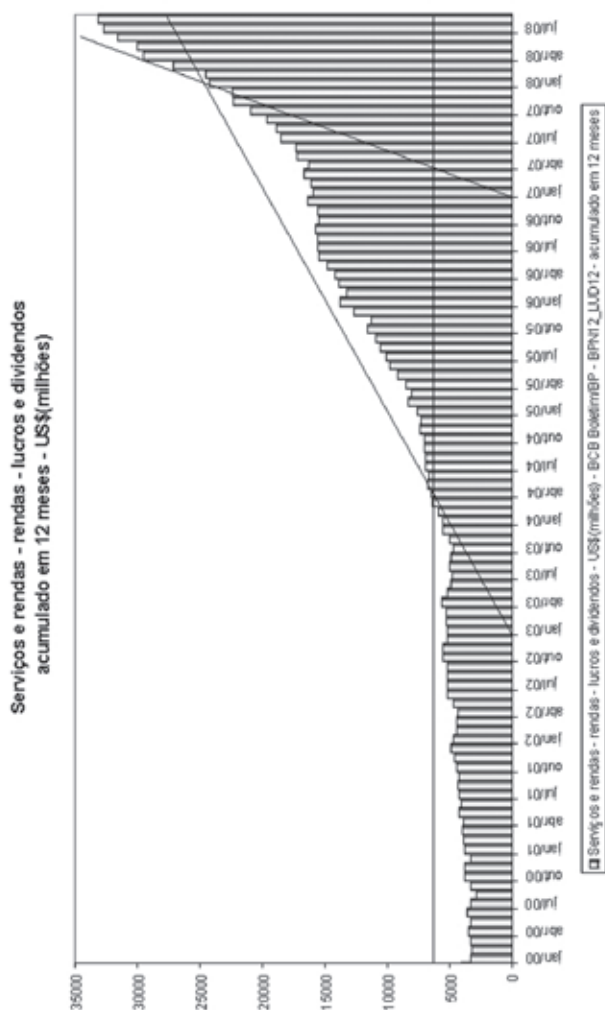
Setor Externo

Transações correntes, balança comercial e lucros e dividendos (1995.T1-2008.T2)



32

Fonte: BCB Nota: Séries suavizadas.



Fonte: BCB

33

**Apresentação da Terceira
Audiência Pública: A Crise do Sistema
Financeiro Internacional no que
Concerne às Medidas Provisórias
N^{os} 442 e 443, de 2008
(Sr. Tony Volpon)**



Perspectivas para a conjuntura econômica - 2009/2010

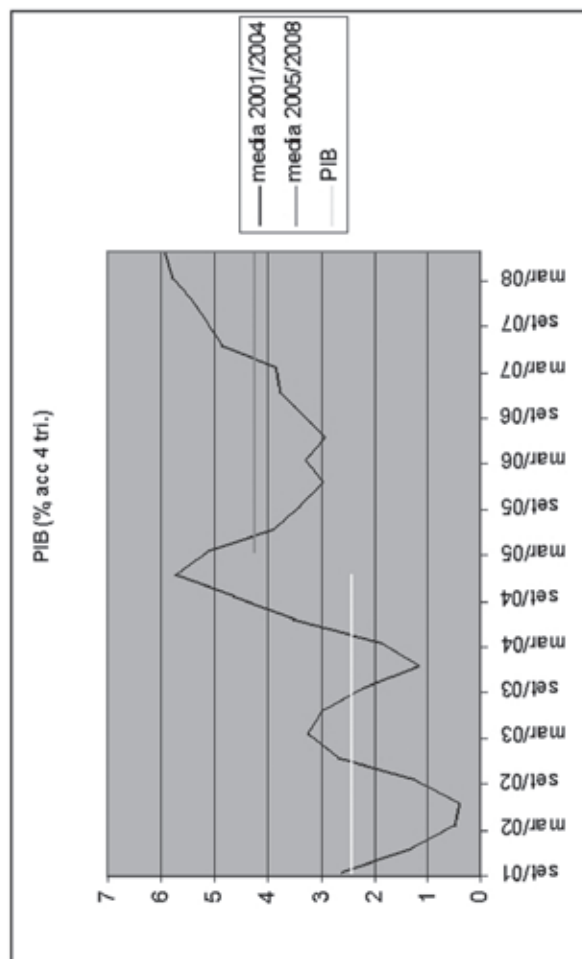
Por Tony Volpon - Economista - Chefe CM Capital Markets
tony.volpon@cmcapitalmarkets.com.br (com. 11-3846-3056)
(08/12/2008)

1

- Diagnóstico da economia na “era Lula”
- Efeitos da crise internacional
- Perspectivas para 2009/2010 e opções de política econômica

A Economia Brasileira na era Lula

- Houve um inegável aumento no crescimento econômico:



3

Média do crescimento econômico 2001-2004: 2.42%

Média do crescimento econômico 2005-2008: 4.25%

A questão é, porque, o que mudou?

4

Voltamos no tempo....
Quais as perspectivas para a economia 2001/2002 em
diante?
Péssimas!!!

5

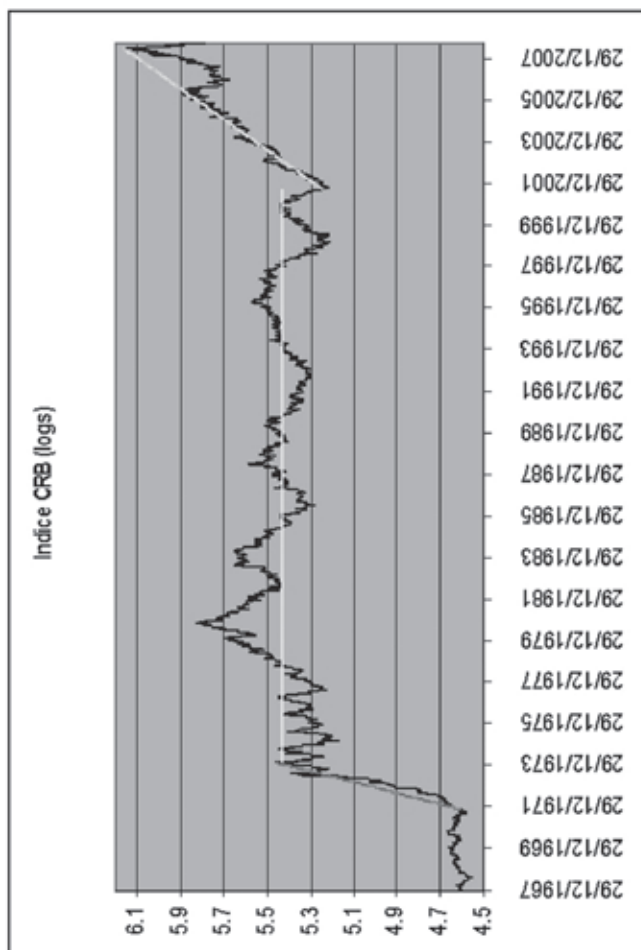
Economia Brasileira (antes/ pós crise da eleição):

Final de 2001:	Final de 2002:
PIB: 1.31%	2.66%
Inflação (IPCA): 7.67%	12.53%
Selic: 19%	25%
Risco país: 830 pontos básicos	1425 pontos básicos
Expectativa de Crescimento	Expectativa de Crescimento
para 2002 (Focus): 2.4%	para 2003 (Focus): 1.94%

Em resumo, tudo ia muito mal, e o governo Lula sinalizava com o aprofundamento das políticas de FHC (ex. aumento da meta superávit fiscal)

6

Mas, havia algo que poucos tinham notado: o início do maior ciclo de altas nos preços das matérias primas desde 1970's:



Quais os efeitos sobre a economia brasileira do maior “boom” de *commodities* em 40 anos?

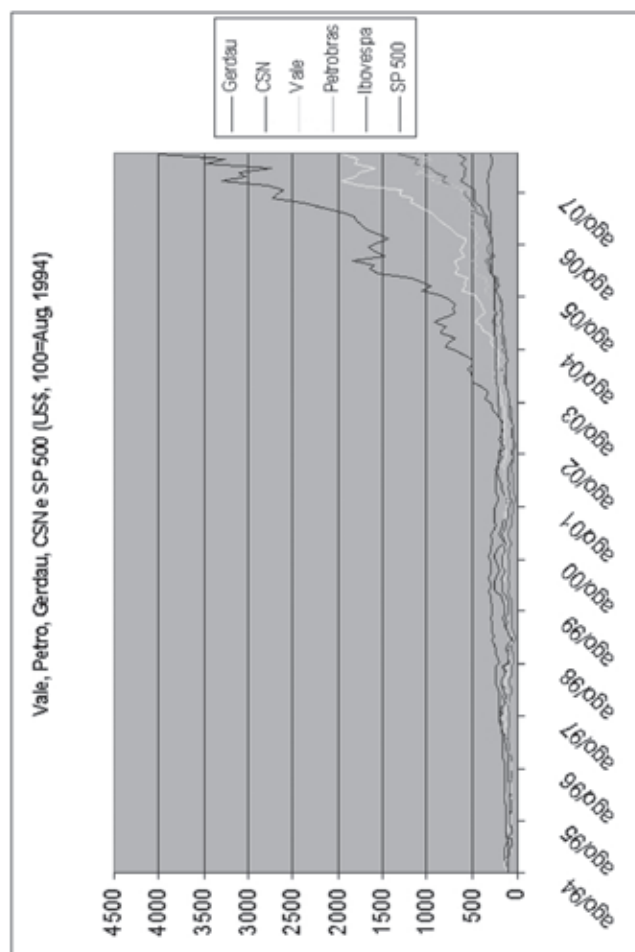
- 1. Como o “boom” gera efeitos de renda e de patrimônio, afetando a demanda agregada;**
- 2. Como o “boom” afetou as contas externas, e como isso afeta a oferta agregada**

Efeito sobre a demanda...ou “Quem ganha com o boom?”

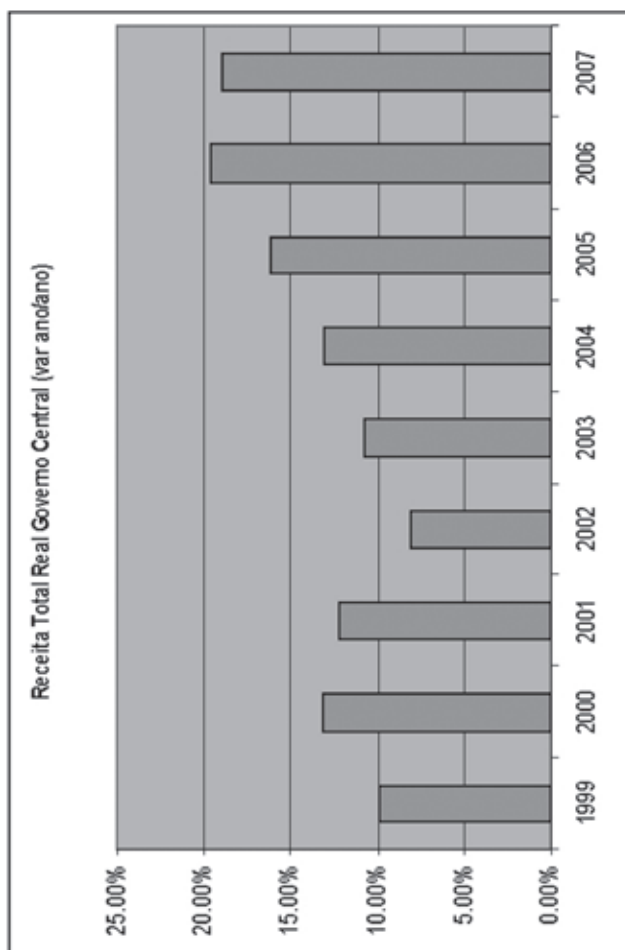
Primeiro, os donos desses recursos, e de duas formas distintas?

- 1. Efeito de renda: Gera caixa/lucro maior por unidade vendida;**
- 2. Efeito patrimonial (“acelerador financeiro”): Valorização do valor presente da produção futura permite novas operações de crédito, novos investimentos, oferta inicial de ações (“IPO’s”), etc.**

9

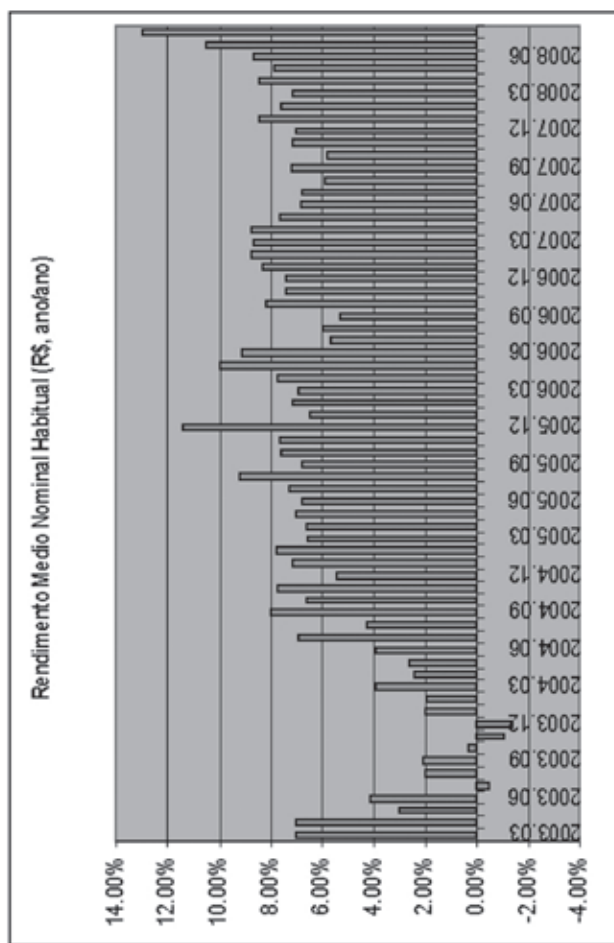


Segundo, o governo:



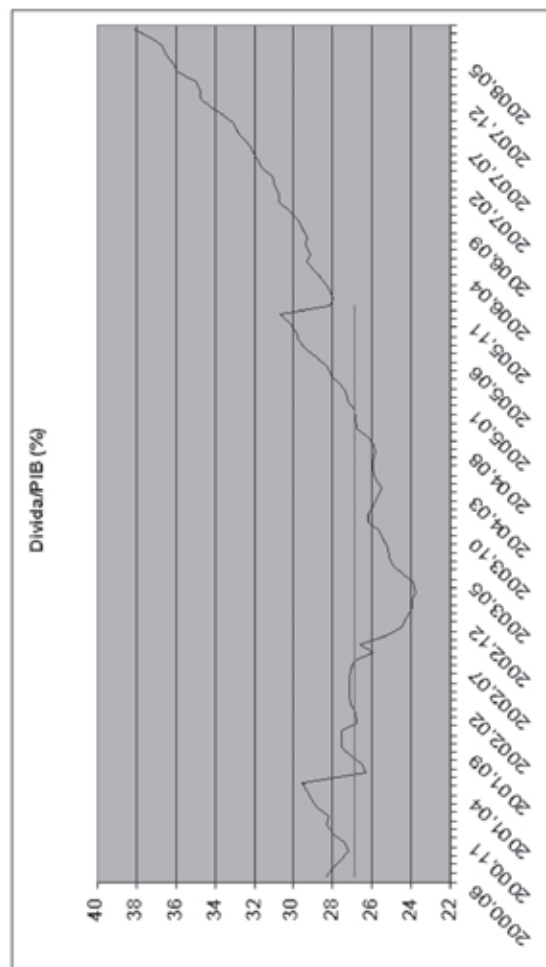
11

Finalmente, os trabalhadores: Ganham pelo aumento no rendimento....



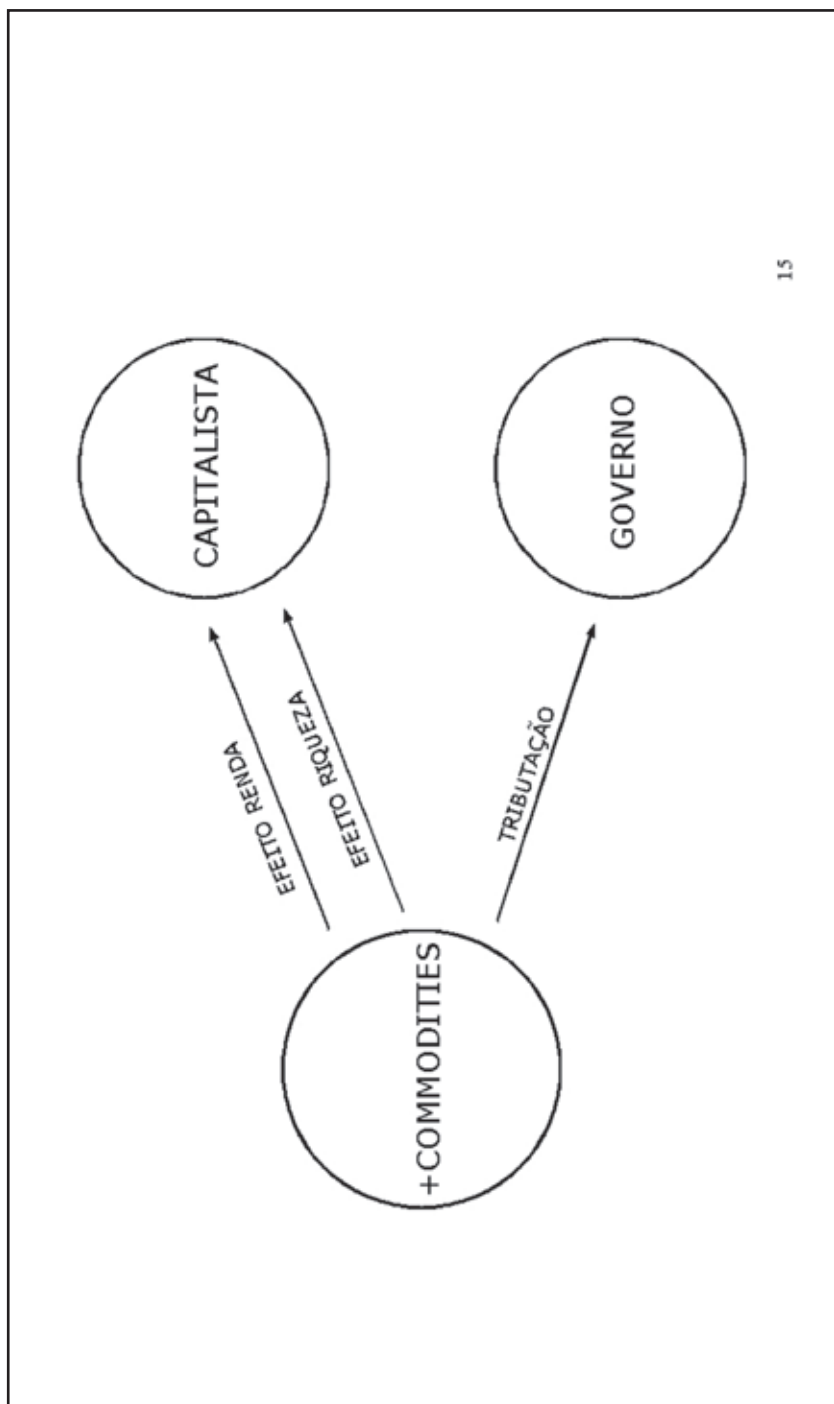
Crédito:

Aumento da oferta poupança externa, e disposição do sistema financeiro de se alavancar mais devido a percepção de queda do risco sistêmico, leva a forte crescimento do crédito:



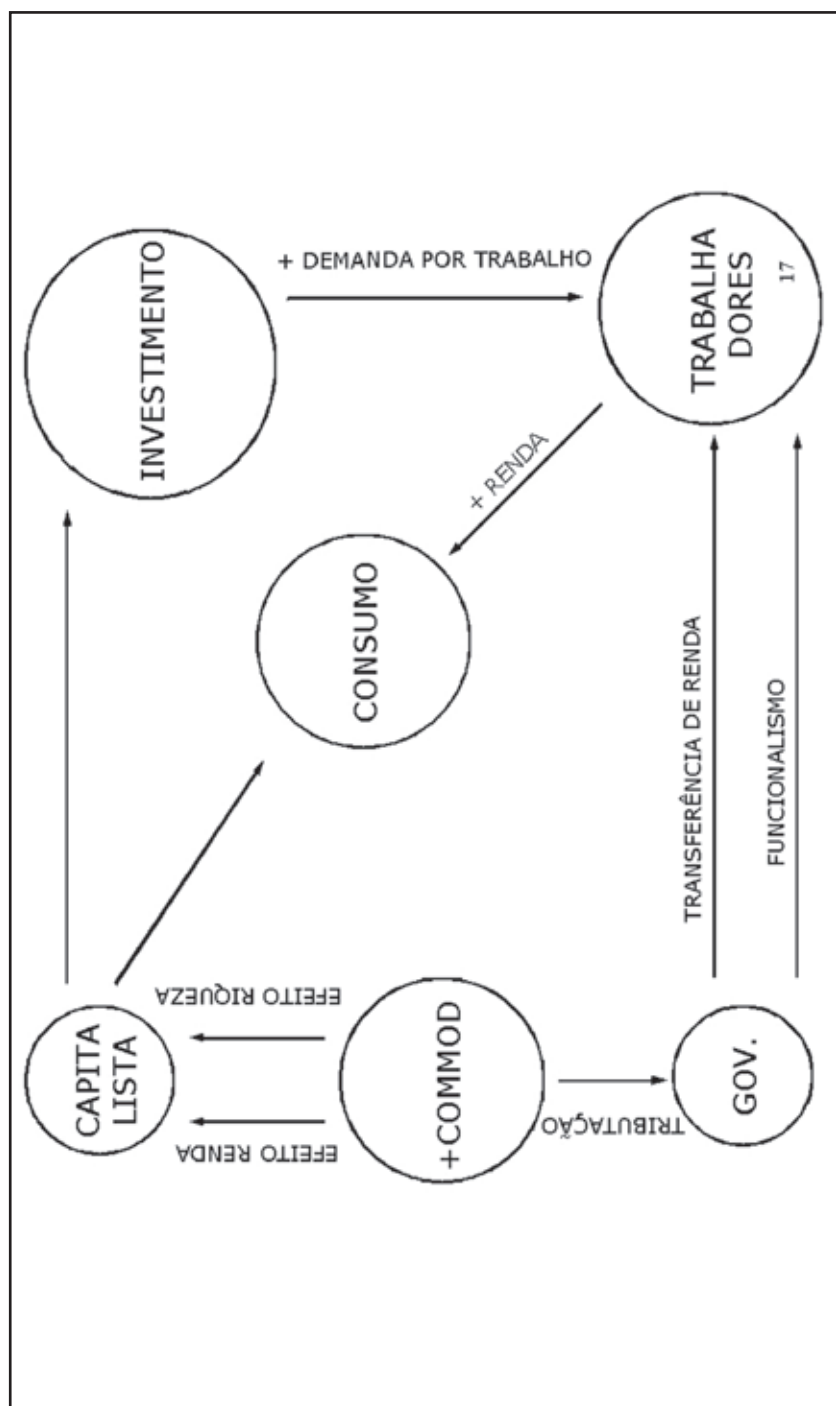
Esquemáticamente, podemos representar os efeitos assim:

14



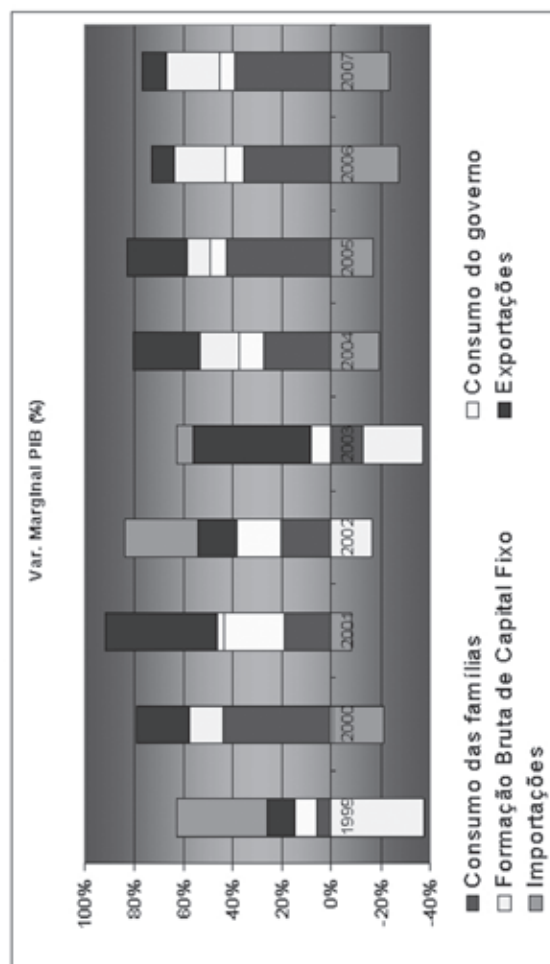
Mas esses efeitos iniciais geram efeitos secundários sobre o resto da economia, como podemos ver no seguinte esquema:

16

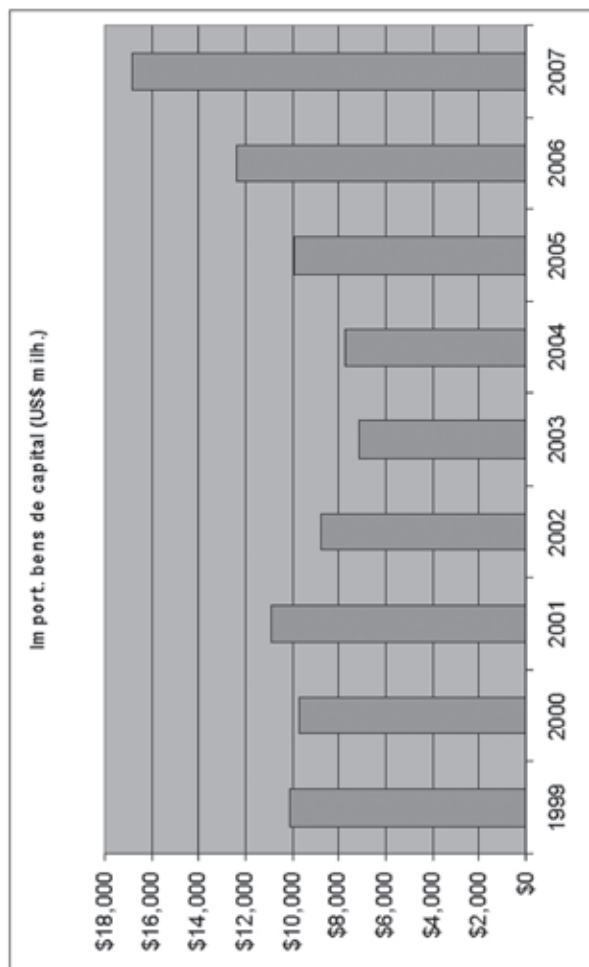


Como que o “boom” afetou as contas externas, e como isso afeta a oferta agregada.

Houve uma mudança no dinamismo do crescimento, que passou das exportações para os investimentos:



Isso porque o “boom”, pela apreciação do câmbio, permite a aquisição de bens de capitais importados a um preço menor, como em maior quantidade:



O resultado disso tudo é um aumento na taxa de crescimento da oferta agregada/potencial da economia.

“A taxa que podemos crescer sem gerar problemas de inflação e de balança de pagamentos.”

Conclusões:

- No início do governo Lula, as perspectivas de crescimento eram ruins. Não havia nenhum fator **interno** apontando uma aceleração do crescimento.
- Mas, no final de 2001, se inicia o maior “boom” nos preços e na demanda por commodities em pelo menos 40 anos.
- Isso gera vários efeitos benéficos na economia:
 1. A demanda agregada aumenta via efeitos de renda, patrimônio e de crédito;
 2. A oferta agregada aumenta via maior capacidade de importar e investir.
 - Tudo isso aumenta a taxa de crescimento em potencial da economia

21

Efeitos da crise internacional

- Como que a crise vai afetar os fatores que condicionam o crescimento econômico?

Resposta: Os mesmos fatores que ajudaram a aumentar a demanda e oferta agregada estão agora “indo ao contrário”.

A crise externa agora impõe uma nova realidade/restrições:

- Forte queda nos preços e demanda (“quantum”) das nossas exportações;
- Forte queda no fluxo de capital externo para investimentos financeiros e diretos.

Isso é equivalente a um choque negativo de oferta e demanda.

- **A oferta agregada cai** porque com menos receita (em dólares) de exportação, teremos que importar menos, o que diminui tanto o consumo como os investimentos. A menor entrada de recursos também diminui o nível de investimentos. Ao mesmo tempo, a desvalorização cambial encarece o preço em Reais dos bens de capitais importados, diminuindo os investimentos e o crescimento da oferta futura.
- **A demanda agregada cai** porque a renda real dos trabalhadores cai e, no caso atual, há restrição ao crescimento do crédito.

23

Setores mais afetados pela crise:

Setor automotivo/autopeças

Alumínio

Papel e Celulose

Siderurgia/mineração

Construção civil

Produtores de bens de capitais

Reação do governo Lula e opções de política econômica

- Governo tem agido de forma contraditória na crise; de um lado, tem insistido que a crise não vai “pegar pesado” na economia; e do outro pede por medidas como se o Brasil estivesse entrando em recessão...

Fato: O Brasil não está enfrentando um processo recessivo como os EUA.

Fato: Mas, as novas restrições externas diminuem a taxa sustentável de crescimento.

Qual a tarefa da política econômica?

25

- A restrição de oferta já está ocorrendo via restrição externa. No curto prazo a tarefa da política econômica é conduzir a queda de demanda agregada pra torná-la compatível com a nova realidade externa. A tarefa não é a de sustentar um nível de demanda incompatível com a oferta, gerando posteriormente problemas de inflação e na balança de pagamentos.
- No longo prazo, procurar aumentar a oferta agregada SEM contar com um “boom” de matérias-primas ou uma bolha de crédito/fluxo de capitais.

A questão que se impõe hoje é **ONDE** e **QUANDO** vai acontecer a queda de demanda?

- Infelizmente a queda de demanda cai principalmente **sobre os investimentos** e não parece que agora será muito diferente....
 - Não parece haver disposição de cortar gastos correntes;
 - A forte depreciação cambial deve diretamente afetar os níveis de investimento como gerar forte “stress” patrimonial sobre as empresas e investidores:
- O governo pode ser “credor” em moeda estrangeira, mas **isso é porque o setor privado é fortemente devedor! A volatilidade atual do câmbio é um forte, e desnecessário, “multiplicador” do atual choque negativo de oferta.** ²⁷

E o longo prazo?

O maior risco para a economia brasileira nessa crise não é uma forte recessão em 2009, mas voltarmos para as mediócras taxas de crescimento do período anterior...

Como crescer sem forte incremento de poupança externa?

Como crescer sem ter o setor de commodities liderando o processo?

Lição final: o “BOOM” e as bolhas permitiram o Brasil crescer por um breve período de tempo sem ter completado suas reformas. Ou voltamos a retomar as reformas, ou vamos voltar a crescer de forma mediócre.

A escolha é nossa....

28

